

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional

Instituto de Economia



UFRJ

A GEOPOLÍTICA DA BACIA DO RIO DE PRATA (1852-1870):

COMÉRCIO, FINANÇAS E GUERRA.

UMA VISÃO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Laura Emilse Brizuela

Rio de Janeiro

2020

Laura Emilse Brizuela

A GEOPOLÍTICA DA BACIA DO RIO DE PRATA (1852-1870):

COMÉRCIO, FINANÇAS E GUERRA.

UMA VISÃO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Orientador:

Prof. Dr. Eduardo Crespo

Rio de Janeiro

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

B862 Brizuela, Laura Emilse.

A geopolítica da bacia do Rio da Prata (1852-1870): comércio, finanças e guerra.
Uma visão da economia política internacional / Laura Emilse Brizuela. – 2020.
211 f.; 31 cm.

Orientador: Eduardo Alberto Crespo.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia,
Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.
Bibliografia: f. 177 – 196.

1. Geopolítica. 2. Bacia Platina – Aspectos políticos – Séc. XIX. 3. Economia
política internacional. I. Crespo, Eduardo Alberto, orient. II. Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.101

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Instituto de Economia

Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional

Ata da 49ª defesa de Doutorado

Às 13:30 hs do dia 03/04/2020, na sala 133 do Instituto de Economia da UFRJ, o(a) aluno(a) LAURA EMILSE BRIZUELA tendo como orientador(a) EDUARDO ALBERTO CRESPO, se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores:

EDUARDO ALBERTO CRESPO (presidente da banca), **NUMA MAZAT**, **ALEXANDRE JERÔNIMO DE FREITAS**, **GABRIEL PASSETTI** e **LARISSA ROSEVICS DE ALMEIDA**.

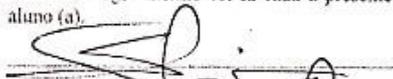
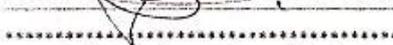
Defendeu, por cerca de ___ minutos, o trabalho intitulado " A GEOPOLÍTICA DA BACIA DO PRATA (1852-1870) : COMÉRCIO, FINANÇAS E GUERRA. UMA VISÃO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL ".

- Foi aprovado (a)* (devendo ainda entregar a versão final encadernada no prazo de 15 dias);
- Foi aprovado (a) mas deverá cumprir exigências: de forma no prazo máximo de 15 dias;
- de conteúdo no prazo máximo de 60 dias;

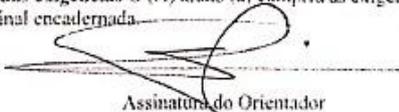
Foi reprovado (a)

O(A) aluno (a) faz jus ao título de *Doutor em Economia Política Internacional*

Na forma regulamentar foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo (a) aluno (a).

	EDUARDO ALBERTO CRESPO
	NUMA MAZAT
	ALEXANDRE JERÔNIMO DE FREITAS
	GABRIEL PASSETTI
	LARISSA ROSEVICS DE ALMEIDA
	LAURA EMILSE BRIZUELA

.....
Atestado de cumprimento das exigências O (A) aluno (a) cumpriu as exigências e a partir desta data tem 15 dias para entregar a versão final encadernada.


Assinatura do Orientador

Data: 19/04/2020

* O programa não atribui conceito

A cada um dos meus antepassados.

Agradecimentos

Primeiro, e como sempre, agradeço todo o apoio e o amor da minha mãe, Marta Angelina Velázquez, a pessoa em quem mais confio nesse mundo. Quem sempre me protege, inspira, escuta e aconselha. Ela é a minha primeira mestra. Agradeço a meus vós maternos: Marta Nelly Guevara e Carlos Velázquez, *in memoriam*. Eles fizeram uma filha incrível. Ensinarão-me os valores que ela nos passa constantemente. Gostaria de ter convivido mais com eles, mas só os tive por curto tempo. Ainda assim, lembro da doçura da minha avó e dos seus olhos verdes, assim como lembro do porte longo e elegante do meu avô. Onde estejam, saibam que lembramos muito de vocês e de todo o seu esforço.

Agradeço a meu pai, Mário Martín Brizuela e a seus pais, *in memoriam*, Segundo Arnaldo Brizuela e Elba Dolores Mercado. Sei que ficariam felizes em saber desta conquista acadêmica.

Às minhas irmãs, Silvana e Cecilia, a meus irmãos Mariano, Luciano e Francisco, a meus sobrinhos Máximo, Elián e Micaela. Todos moram longe de mim, mas nos falamos todos os dias, rimos muito e somos muito companheiros. Talvez eles não saibam o quão importante é para mim e para esta tese esse acompanhamento. A eles meu amor, sempre. Bender Titico, a você também.

Muito obrigada a meu tio Jorge Daniel Velázquez e seus filhos, a minha prima tão querida Yanina Velázquez e ao meu primo Fernando Velázquez, que desde que nos reencontramos, se fizeram tão importantes na minha vida.

Agradeço imensamente à minha amiga Paula Carri. Nos uniu o tango primeiro, o jornalismo depois e, agora, uma amizade profunda, que já dura mais de uma década. Ela me acolheu inúmeras vezes na sua casa, me comprou e enviou livros desde Buenos Aires, vitais para a pesquisa. Me escutou, chorou e riu comigo. Sempre amável, honesta, querida. Obrigada também a seus filhos, Mateo e Joaco, a sua irmã, Andrea Carri e a Alcira Argumedo, que por meio dos Carri, me aconselhou em várias questões e me deu uma baita aula de história, de filosofia política, de economia e de docência universitária.

Muito obrigada à Camila Bonetti, a Helen Nunes, a Paula Cruz e a Valeria Carbone. Todas elas contribuíram em diversos graus para que este trabalho tivesse esta forma. É uma alegria e um orgulho tê-las na minha vida. A Marcus Lossanoff, agradeço a amizade tão longa, e especialmente que tenha me alugado um quarto durante quase dois

anos, na sua casa da Urca. Tão pertinho do campus da Praia Vermelha da UFRJ, tão gostoso, o bairro mais lindo onde já morei! Valeu mesmo, amigo.

Agradeço também o profissionalismo de Larissa Martins Monteiro de Barros, a revisora do português desta tese, que me socorreu em meio à pandemia.

Sou muito grata a meu orientador, o professor doutor Eduardo Crespo, pelas conversas, pelos e-mails e pela vasta literatura que me proporcionou. E também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que financiou parte do meu doutorado e todo o mestrado. Sem essa ajuda, não sei se estaria agora digitando estas páginas. As agências de fomento à ciência e tecnologia do governo brasileiro são vitais para o progresso do país, sem elas não há Ciência no Brasil. Os cientistas brasileiros e os que somos de outros países, mas que moramos, trabalhamos e amamos o Brasil, vemos com preocupação o desmonte de programas, os orçamentos das universidades bloqueados e a proliferação de discursos descabidos e ignorantes, que ao invés de valorar o esforço pela busca do conhecimento, desonram-no. Oxalá o dano não seja irremediável.

Não posso deixar de agradecer a meus professores do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ). Com eles cursei um total de onze disciplinas, todas fundamentais para a minha formação. Então, muito obrigada a Carlos Aguiar de Medeiros, Carlos Eduardo Martins, Cristina Soreanu Pecequilo, Daniel Barreiros, José Luís Fiori, Maurício Medici Metri, Numa Mazat, Pedro Henrique Campos (que inclusive me forneceu uma enorme lista de material bibliográfico), e ao nosso imprescindível coordenador, Raphael Padula. Também super agradeço às professoras Isabela Nogueira e à queridíssima Ingrid Sarti, com ambas realizei as minhas tutorias docentes e aprendi muitíssimo. Aos alunos de RI e de Sociais da UFRJ, eles também me ensinaram muito.

Uma menção especial também ao secretário do PEPI, Fábio Bernardino Pinto, cujo trabalho não é fácil, mas ele o faz com toda dedicação.

Agradeço muito aos meus colegas de turma: Ísis Camarinha, Mário Afonso Lima, Bernardo Salgado Rodrigues, Alana Camoça, Simone Kawakami e Walfredo Ferreira. Com certeza temos o melhor grupo de Whatsapp do PEPI!

Também quero agradecer a todos os funcionários da UFRJ, que conheci durante as disciplinas do doutorado, mas especialmente durante a organização do II e do III Encontro de Economia Política Internacional do PEPI, o ENEPI. Obrigada pelo imenso trabalho que vocês fazem, tantas vezes tão pouco reconhecido.

Finalmente, quero agradecer a Hugo Chumbita e ao seu filho Joan Chumbita, professor doutor em Economia Política Internacional na Universidade de Lanús. Aconteceu que a tese não só me fez transitar pelo aprendizado que significa todo este processo, senão que me fez encontrar meus antepassados mais antigos. Isto porque no terceiro ano do doutorado, eu procurava o último livro de Hugo Chumbita, um professor e autor famoso da Argentina, que estuda a formação do Estado nacional e que tem a preocupação de reivindicar melhorias para populações mais vulneráveis e/ou injustiçadas. Esse livro, chamado “*La causa perdida del Comandante Severo Chumbita: Rebelión de las montoneras federales 1862-1868*” era, obviamente, interessantíssimo para minha pesquisa. Mas eu não conseguia comprá-lo, nem pela internet, nem pelas livrarias, que me respondiam que estava esgotado há tempos. Sendo assim, escrevi um e-mail ao autor, me apresentando, falando da tese, comentando da minha dificuldade para achar o livro e pedindo-lhe finalmente uma entrevista, pois eu viajaria para Buenos Aires em um mês. Hugo me respondeu muito amavelmente, me confirmou a entrevista e me disse que não me preocupasse pelo livro, que me deu de presente, com direito à dedicatória.

Quando ainda faltavam uns quinze dias para a minha viagem, meu pai, que soube sobre a procura do livro, me disse –assim sem mais – que esse tal de Hugo Chumbita, devia ser familiar nosso. E me passou uma pesquisa escrita por seu irmão mais velho, Arnaldo Brizuela, sobre as raízes da família por parte de pai. Assim foi que eu soube (e aproveito para agradecer a esse tio pela valiosíssima informação), que o primeiro antepassado paterno do qual temos registro chamava-se Pedro Nolzco de Casares, um espanhol, unitário, que fugindo da Buenos Aires de Juan Manuel de Rosas foi parar no norte da Argentina, em Catamarca. Lá, ele se casou e teve uma filha, Maria del Señor de Casares, que, por sua vez, se casou com o primeiro Abdón Brizuela (depois haveria muitos outros Abdóns) e com quem teve Abdón Brizuela de Casares, quem se casaria com Virgínia Chumbita Villafañe, a caçula de Severo Chumbita, o próprio Comandante Severo Chumbita, meu pentavô.

A descoberta, pra mim, foi absolutamente deslumbrante. Completei uma longa árvore genealógica que comparei com a árvore de Hugo Chumbita, meu tio! Por conta

disso, completei a parte materna, que é bem mais contemporânea, sendo eles imigrantes de Madrid, que foram para Córdoba tentando construir uma vida melhor. Tantas vidas, tantas histórias.

A sensação foi incrível! De repente tive a impressão – muito vívida - de que são parte de mim, de que estão comigo, de que encontrei eles (ou me encontraram?). Eu que sempre me senti tão solta, tão sem raízes, sem me sentir nem daqui nem de lá, morando em tantos lados, buscando o progresso onde posso, me adaptando. Se misturaram em mim sentimentos de orgulho, amor, possessão, raiva, pena, resignação e finalmente compreensão. A vida deles, as suas lutas, os fracassos e as conquistas quiçá não são tão distintas das nossas. E eu, quem sabe, até tenha herdado algo da força deles.

Esse é um pensamento muito encorajador.

Resumo:

Esta tese estuda a geopolítica das unidades econômico-políticas que conformavam a Bacia do Rio da Prata no período 1852-1870 e que participaram nas dinâmicas de expansão de poder. O período escolhido deve-se a que é nessa etapa em que acontecem os maiores enfrentamentos armados na região, começando pela queda de Rosas e terminando com o final da Guerra do Paraguai. A Bacia do Prata será estudada no sentido dos processos das guerras civis e regionais que podem ter tido um ponto de partida na apropriação dos diferentes bens que a Bacia proveu para a região, em especial para a centralização dos recursos e do poder em mãos de Buenos Aires. Interessa-nos especialmente o comércio, as finanças e as guerras, que dependeram da geopolítica platina, isto é, da conformação dos rios e da sua apropriação, tanto de navegação como de alfândega. Pretendemos extrair dessa etapa da formação do Estado Argentino, algumas possíveis lições para pensar a inserção internacional da região nas premissas da Economia Política Internacional.

Palavras chaves: Bacia do Rio da Prata, Geopolítica, século XIX, EPI.

Abstract

This thesis studies the geopolitics of the economic-political units that formed the River Plate Basin in the period 1852-1870, and that participated in the dynamics of power expansion. The period chosen is due to the fact, that this is the stage where the biggest armed conflicts take place in the region, starting with the fall of Rosas and ending with the end of the Paraguayan War. The River Plate Basin will be studied in the sense of the civil and regional wars that may have had a starting point in the appropriation of the different assets that the Basin provided for the region, especially for the centralization of resources and power in the hands of Buenos Aires. We are especially interested in trade, finance and wars, which depended on geopolitics, that is, on the shape of rivers and their appropriation, both for navigation and customs. We intend to extract from this stage of the formation of the Argentine State, some possible lessons to think about the international insertion of the region in the premises of the International Political Economy.

Key words: River Plate Basin, Geopolitics, 19th century, IPE.

Resumen:

Esta tesis estudia la geopolítica de las unidades económicas y políticas que formaron la Cuenca del Río de la Plata en el período 1852-1870, y que participaron en la dinámica de la expansión del poder. El período elegido se debe a que esta es la etapa en donde se producen los mayores enfrentamientos armados en la región, comenzando por la caída de Rosas y terminando con el final de la Guerra del Paraguay. La Cuenca del Plata se estudiará en el sentido de los procesos de guerras civiles y regionales que pueden haber tenido un punto de partida en la apropiación de los diferentes bienes que la Cuenca proporcionó a la región, especialmente para la centralización de los recursos y el poder en manos de Buenos Aires. Nos interesa especialmente el comercio, las finanzas y las guerras, que dependen de la geopolítica platina, es decir, de la forma de los ríos y su apropiación, tanto para la navegación como para la Aduana. Pretendemos extraer de esta etapa de la formación del Estado argentino, algunas posibles lecciones para pensar la inserción internacional de la región en las premisas de la Economía Política Internacional.

Palabras clave: Cuenca del Río de la Plata, geopolítica, Siglo XIX, EPI.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	1
JUSTIFICATIVA/ RELEVÂNCIA.....	4
HIPÓTESES.....	6
METODOLOGIA.....	6
OBJETIVOS DOS CAPÍTULOS.....	7
1 CAPÍTULO I: TEORIA. AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL PARA PENSAR A BACIA DO RIO DA PRATA.....	10
1.1 A GEOPOLÍTICA DA BACIA DO RIO DA PRATA E SUA FORMA DE FUNIL: DETERMINANDO O LUGAR DE BUENOS AIRES NA REGIÃO E NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	10
1.2 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO ECONÔMICO E A PRESSÃO COMPETITIVA GERADA POR BUENOS AIRES.....	24
1.3 A GUERRA, AS MILÍCIAS E O EXÉRCITO NACIONAL.....	37
2 CAPÍTULO II: O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL ARGENTINO E A GUERRA COMO SOLUÇÃO.....	44
2.1 A LUTA PELA ADUANA DE BUENOS AIRES ENTRE FEDERALISTAS E UNITÁRIOS.....	44
2.1.1 Os rios, o gado e a moeda portenha.....	51
2.1.2 Empréstimos, negócios e bloqueios: as relações com a Inglaterra e a França.....	61
2.2 PANORAMA SOCIAL.....	69
2.2.1 O campo e a cidade, o gaúcho e o portenho.....	69
2.2.2 As mulheres, os negros e os índios.....	89
2.3 DOS PACTOS À GUERRA CIVIL COMO SOLUÇÃO.....	100
2.3.1 Viva a Santa Federação! (e morte aos imundos unitários)	101
2.3.2 A nova (des)ordem após a Batalha do Monte Caseros (1852)	113

2.3.3	A superação de Rosas: as Batalhas de Cepeda (1859) e Pavón (1861)	121
2.3.4	A Argentina se assume: Um país unitário com discurso federal.....	127
3	CAPÍTULO III: A ECONOMIA POLÍTICA PLATINA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	135
3.1	OS INTERESSES DO BRASIL NO PRATA.....	135
3.1.1	Os herdeiros de Portugal e da Espanha.....	135
3.1.2	O Império do Brasil e a República Argentina.....	141
3.1.3	O capital brasileiro no Prata.....	147
3.2	A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO URUGUAI.....	152
3.2.1	Entre vários gigantes.....	152
3.2.2	<i>Blancos e Colorados</i> : A Guerra Grande, outro cenário da guerra contra Buenos Aires.....	157
3.3	A GUERRA DO PARAGUAI (1865-1870): A PIOR DAS GUERRAS.....	163
3.3.1	A tese da autarquia versus a dinâmica regional.....	163
3.3.2	A máquina da guerra que define a geopolítica da Bacia do Rio da Prata...169	
	CONCLUSÃO.....	174
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	177

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DO TEMA

Esta tese estuda a geopolítica da Bacia do Rio da Prata no período 1852-1870 e as dinâmicas de expansão do poder de Buenos Aires. O ponto de partida é a relação de Buenos Aires com as províncias do interior, seguida pela relação de Buenos Aires com os Estados que hoje são o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. Tais relações são contornadas pela lógica de competição europeia entre o Reino Unido e a França. A Bolívia, que geograficamente também faz parte da Bacia do Rio da Prata, foi propositalmente deixada de lado, porque as dinâmicas político-econômicas que ali ocorrem dependem do eixo Lima-Potosí.

O marco cronológico escolhido deve-se ao fato de que é nessa etapa que acontecem os maiores e mais determinantes enfrentamentos armados na região, começando pela queda de Juan Manuel de Rosas, na Batalha de Caseros, em 1852 e terminando com o final da Guerra do Paraguai, em 1870. É especialmente esse período de guerras que determina a formação do Estado nacional argentino, modificando de vez as relações entre os futuros países da Bacia.

A geografia da Bacia, que termina em forma de funil no Rio da Prata, deu historicamente uma grande capacidade de extorsão às cidades litorâneas, dentre as quais se destacou, logo no início da sua emancipação, Buenos Aires, que conseguiu se apropriar do principal porto do país. Essa apropriação à qual nos referimos se relaciona com a capacidade de exportar seus produtos derivados das atividades pecuárias - primeiro o couro, depois o charque - e de tributar os produtos das demais províncias, já que o porto pertencia a Buenos Aires e só depois da queda de Rosas (1852) foi derrubado o maior empecilho para a sua nacionalização. Assim, na presidência de Bartolomé Mitre (1861-1868) a alfândega portenha é de fato nacionalizada. Além de exportar, o porto recebe os produtos industrializados da Europa, principalmente da Inglaterra. Essas atividades deram a Buenos Aires uma identidade diferente do resto das províncias, fator fundamental no decorrer dos seguintes anos de guerras civis, segundo elucida Oszlak (2015). Além disso, a importação de manufaturas britânicas contribuiu para deteriorar a relação com as províncias do interior, que, não podendo competir em preço e qualidade com as estrangeiras, veem a destruição das suas economias.

Como bem aponta Lynch (1984), o lugar do Reino Unido e da França nas relações com a nascente Argentina define todo o período. Primeiro pelas crescentes relações do rosismo com a Inglaterra por meio 1) da abertura comercial, que destruiu as “indústrias” das províncias do interior; 2) dos empréstimos; 3) da competição econômica e cultural entre o Reino Unido e na França em território portenho; e 4) dos bloqueios ao porto de Buenos Aires. Uma vez superado Rosas, as presidências liberais continuaram a depender da hegemonia britânica, já evidenciando o papel secundário da França.

Em outro plano superposto estão as relações com o que hoje conhecemos como o Uruguai, o Brasil e o Paraguai, especialmente interessante nesse período de tanta agitação.

A questão uruguaia tem como antecedentes a importância geopolítica da Colônia de Sacramento e a Guerra da Cisplatina (1825-1828), que resultaram na criação do Uruguai independente, embora o Estado uruguaio só tenha se conformado depois do nosso marco cronológico. Como mostram Crespo e Alves de Messias (2014), para Doratioto, a Guerra da Cisplatina foi a última guerra que obedeceu à lógica colonial. Já segundo Moniz Bandeira “a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas refletiu basicamente uma disputa pelos estoques de gado da Banda Oriental” (CRESPO, ALVES DE MESSIAS, 2014, p. 7). As duas interpretações trazem elementos vitais da EPI: luta pela apropriação de recursos, conflitos, guerras e dinâmicas de inserção internacional, tudo isso moldado pela geopolítica regional. Porém, a questão uruguaia abrange não só a Guerra da Cisplatina, mas também a Guerra Grande (1839-1851), Guerra do Prata (1851-1852) e a Guerra do Uruguai (1864-1865) e coloca a geopolítica novamente em destaque, mostrando as tensões exportadas pela Argentina, seja nas mãos de Juan Manuel de Rosas ou de Justo José de Urquiza, assim como outros caudilhos/governadores, que, no máximo das suas expressões, determinaram a guerra civil e regional. A luta entre *blancos* e *colorados*, originadas no século XIX, alastra-se até hoje, sob outras dinâmicas.

Já “para o Brasil, a Argentina¹ era sinônimo de desordem, justamente por ter adotado o regime republicano” (PEREIRA, 2007, p.102). Outros autores concordam com

¹ É comum que autores brasileiros se referiram a Buenos Aires ou ao território que hoje consideramos Argentina, como “Argentina”, como se esse território político e econômico do século XIX fosse invariavelmente o Estado atual. Isso comporta um anacronismo, mesmo porque o país poderia ter tido outra forma, outra organização política, o que justamente é uma das críticas mais aguçadas de Michael Mann

essa visão de caos e instabilidade que se tinha no Império sobre a nascente Argentina e o “perigo de anarquia revolucionária” (BANDEIRA, 1998) que ela representava e que poderia “contaminar” o Brasil. Talvez, um dos momentos de maior incerteza para o Brasil tenha sido a existência das duas Argentinas. O problema para o Brasil, além de ser geopolítico, era também prático. A dívida auferida pela Confederação corria o risco de ser não ser paga, caso não se contasse com os recursos do porto de Buenos Aires, a única província que realmente produzia e exportava em grande volume. Ou seja, era de grande interesse do Brasil que o país permanecesse um só. O mesmo interesse era compartilhado pela Inglaterra.

Uma vez “estabilizada” a relação de Buenos Aires com as províncias, logo das Batalhas de Cepeda e Pavón, estourou a questão paraguaia. Assim, é interessante pensar como mudou o tabuleiro geopolítico de alianças e inimigos. Dessa forma, 1) custou ao Brasil um endividamento atroz com a Inglaterra, que liquidou seu sistema bancário; 2) colocou a Argentina novamente à beira da guerra civil; 3) recaiu no assassinato do presidente uruguaio, Venancio Flores; e 4) significou, para o Paraguai, a perda da metade da sua população, a morte de 90% dos homens, a destruição de sua economia e a condenação ao atraso. Também terminaram de se consolidar o exército argentino e o seu território. Para o Brasil, além da dívida, talvez o fator mais rotundo tenha sido a perda da possibilidade de hegemonia no Prata. Por outro lado, o Brasil aumentou a sua classe militar e sua especialização nessa área, além de ter visto aflorar uma classe republicana que defendia o fim da escravidão (Crespo, Alves de Messias, 2014).

Embora haja muito espaço na literatura latino-americana para a Guerra do Paraguai e, especialmente a partir dos anos 1970, uma extensa revisão da literatura e dos eventos, como já dissemos, o nosso objetivo aqui é uma releitura sempre sob o foco da EPI, a partir da qual elementos como a geopolítica, os interesses comerciais e financeiros e a guerra têm destaque. Sendo assim, apenas queremos salientar nessa introdução que os interesses de Buenos Aires e do Brasil sobre o Paraguai se manifestaram bem cedo. Por exemplo, “*Rosas persistió en su punto de vista de considerar al Paraguay una provincia y, como tal, incapaz de gobernarse por sí misma.*” (RAMOS, 2016, p.47), ou seja,

(1993), quando se refere ao uso do nacionalismo metodológico para explicar fenômenos que se encaixam na realidade atual do pesquisador, mas que não necessariamente explicam dito fenômeno.

negava-se o reconhecimento da independência paraguaia. Por outro lado, a posição brasileira também não ajudava às intenções paraguaias.

Hasta 1850 la inseguridad persistió en las cuestiones del Rio de la Plata. Montevideo continuaba asediada por los ejércitos argentinos, bajo el mando del General Oribe. En el Paraguay el presidente López vacilaba, sin saber qué rumbo seguir, pues la política brasileña, si bien clara y firme en cuanto a la independencia de las Repúblicas del Uruguay y del Paraguay, era indecisa cuando se trataba de afrontar a Rosas (RAMOS, 2016, p.48).

É conhecida a hipótese sobre o suposto interesse da Inglaterra na Guerra do Paraguai, já que Solano López estaria conseguindo a autarquia e, por conta desse progresso indesejado, a Inglaterra teria forjado o conflito. Contudo, Menezes (2013) assegura que a intervenção britânica na Guerra do Paraguai não passa de uma explicação infundada, embora amplamente aceita por cientistas políticos, historiadores, internacionalistas, etc. da região sem a realização de um estudo profundo dos documentos e dos eventos que levaram à guerra.

Não se fez o trabalho adequado de observação sobre os acontecimentos gerais da região do Prata, incluindo o que ocorria internamente no Paraguai. Dados como esses talvez sejam mais importantes para serem especulados do que aquele de que a Inglaterra provocou a Guerra do Paraguai (MENEZES, 2013, p. 64).

Outros autores, como Roberto Payró (2007), também relativizam a intervenção britânica nos assuntos internos. Segundo ele, o Reino Unido tinha acesso aos mercados platinos e não estava interessado em conflitos, nem em guerra, tampouco em grandes intervenções, já que custavam recursos materiais. Isso não quer dizer que não se reconheça que os capitais do Velho Continente precisavam encontrar novos mercados para seus produtos, assim como era vantajoso obter matérias primas da pecuária, como ocorria a partir das dinâmicas na Bacia do Rio da Prata, mas hoje é bastante aceita a hipótese de que a Guerra do Paraguai se deveu mais a dinâmicas regionais do que à mão britânica.

JUSTIFICATIVA/RELEVÂNCIA

O século XIX foi, para América do Sul, um momento de intensas transformações. A Revolução Industrial e as tecnologias do vapor, pelo barateamento dos custos de transportes, fizeram possível a inserção do pampa e de seus produtos. Nesse sentido, percebemos o deslocamento do então centro econômico e político da América do Sul hispânica, Potosí, onde se desenvolveram as maiores atividades comerciais

extrativistas, para Buenos Aires, justamente pela importância que os rios e a conexão marítima com a Europa davam à nova cidade.

Por conseguinte, a inserção do que mais tarde viria a ser a Argentina no Sistema Internacional vincula-se intrinsecamente à apropriação que Buenos Aires fez dos recursos oriundos da Bacia do Rio da Prata, sejam esses de navegação, de tributação, comerciais, financeiros e agropecuários. As várias tentativas de formação do Estado argentino moderno condensaram-se apenas a partir de 1880, durante a presidência de Julio Argentino Roca, quando se consolidou a conformação do Estado Nacional e o pacto entre as províncias e Buenos Aires; formou-se um exército de verdade nacional; as moedas foram unificadas; estabeleceram-se, definitivamente, os tratados de livre navegação; viram-se os resultados das várias “campanhas ao deserto” para anexar territórios dos povos nativos (com o seu extermínio ou absorção); e acalmaram-se, finalmente, os humores dos diferentes caudilhos. Antes disso, no período aqui estudado, entre 1852 e 1870, é perceptível a existência de cidades-estados competindo pela expansão do seu poder, extrapolando seus conflitos para a região. Ou seja, a agitação do nosso marco cronológico é justamente o que promove a consolidação dos anos 1880.

A escolha desse marco obedece às seguintes questões:

1) A queda de Rosas na batalha do Palomar de Caseros, em 1852, nos permite refletir sobre o modelo rosista vis-à-vis o modelo das presidências liberais, a mudança nas relações com as províncias e as relações com o Brasil, Inglaterra e França, países que contornam a problemática platina, seja por relações comerciais e financeiras, ou por rivalidade geopolítica.

2) O final da guerra do Paraguai, em abril de 1870, enquadra o final de todos os conflitos armados na Bacia do Prata, a estabilização das relações com o Brasil, a formação do moderno estado nacional argentino e a primazia de Buenos Aires sobre as demais províncias argentinas.

3) Os conflitos que aqui acontecem interligam a luta pelo comércio/finanças e a geopolítica que define as vantagens e desvantagens das diferentes unidades político-econômicas definidas pela geopolítica.

A relevância da análise desse período sob a ótica da EPI reside em dois grandes aspectos: 1) compreender como e por que foi preciso que se armasse um Estado nacional

liderado pela elite de Buenos Aires; e 2) entender que tipo de inserção internacional teve nos seus inícios esse país que hoje chamamos de Argentina e como se relacionou na disputa por poderes regionais, quando cada Estado da Bacia tentava melhor se posicionar.

HIPÓTESES:

Principal: Os maiores recursos da Bacia do Rio da Prata foram os rios navegáveis (e não o gado), inseridos em um entorno de alta produtividade, por serem as rotas naturais que viabilizam o comércio (decorrente do gado). A partir dali, Buenos Aires gera um ponto de estrangulamento, através da apropriação da principal aduana. Esse fato se refletiu nas relações com as demais províncias, assim como com o Brasil, com o Uruguai e com o Paraguai, países que também estão em diferentes estágios de formação.

Secundárias:

1. A centralização da Argentina na sua capital é resultado da imposição de Buenos Aires às províncias em matéria 1) financeira, impondo a moeda portenha como meio mais confortável para as trocas decorrentes da Aduana; 2) comercial, dada à preferência das relações com o Reino Unido; e 3) cultural e sociológica, apaziguando o campo, os caudilhos, a cidade e unindo o país por meio da guerra sob a sua liderança.
2. As guerras civis argentinas se dão pela inexistência do Estado e contribuem para a conformação dele.
3. As guerras regionais se dão em um marco de pressão competitiva, contornadas pela lógica europeia e pela relação com o Reino Unido e a França.
4. A apropriação da principal aduana do nascente país por parte de Buenos Aires gerou uma identidade diferente dela em relação às demais províncias e essa identidade portenha foi um fator importante na hora de se pensar a construção do Estado nacional.

METODOLOGIA

A análise de literatura é o suporte principal deste trabalho, visto e considerando que nosso exercício pretende uma releitura sob os elementos da Economia Política Internacional - comércio, finanças e guerra - aplicados a um momento específico da

formação do Estado nacional argentino, tendo como marco cronológico o período entre 1852 e 1870, ou seja, desde a queda de Rosas até o final da Guerra do Paraguai, incluindo os conflitos internos e as guerras do Uruguai. Mas devemos advertir que decidimos não nos fechar demasiadamente nesse marco e nos permitimos algumas extrapolações, porque 1) ao nos referir à queda de Rosas e, portanto, à passagem do modelo rosista ao modelo liberal-conservador, precisamos explicar, em alguma medida, Rosas e, por outro lado, para entender a EPI das presidências liberais, tivemos que ir um pouco mais à frente na linha temporal, para pensar sobre os resultados das medidas por eles adotadas. Contudo, acreditamos que essas idas e vindas no tempo estejam ordenadas e sirvam ao propósito central da tese.

Também esclarecemos que este não é um trabalho historiográfico. Não entramos nos debates da História Argentina e tampouco fizemos um esforço para descobrir novos documentos ou verdades.

A maioria das imagens que decidimos incluir obedece ao critério da curiosidade e da comparação. As imagens são, portanto, ilustrativas e úteis para fins didáticos, mas, com exceção dos mapas e dos quadros de elaboração própria, não são imprescindíveis para a exposição do nosso argumento. Também a maioria dessas fotos é gentileza do Arquivo Geral da Nação da República Argentina, ao qual somos muito gratos, e tem licenças Creative Commons.

OBJETIVOS DOS CAPÍTULOS

Capítulo I: Teoria. As contribuições da Economia Política Internacional para pensar a Bacia do Rio da Prata

É o objetivo do primeiro capítulo abordar conceitos e questões relativas 1) à geopolítica da Bacia do Rio da Prata e a sua inserção no Sistema Internacional, no século XIX; 2) ao comércio e finanças, pois ambos se retroalimentam e; 3) à guerra na região, primeiro no âmbito nacional e logo no regional, contornadas pelos interesses e pressões das potências da época, o Reino Unido e a França. Na primeira parte, entramos no debate geopolítico, passando por alguns clássicos britânicos e estadunidenses, trazendo também as contribuições dos geopolíticos brasileiros, especialmente importante para analisar o lugar que eles dão a Argentina, até chegar a *Generación del 80*, destacando o papel de

Estanislao Zeballos. Seguidamente, passamos a nossa hipótese central: a geografia da Bacia, em forma de funil, somada ao poder crescente na nova cidade-estado gerada pela apropriação dos recursos, levou a uma pressão competitiva na região, alavancada pelos interesses das elites dominantes e que determinaram o curso dos conflitos aqui estudados e a conseguinte formação estatal moderna. Na segunda parte, dissertaremos sobre a formação do território econômico, fundamental para refletir como Buenos Aires termina por se impor às províncias. Na terceira, tratamos teoricamente da questão da guerra, inserindo algumas das suas características na Bacia do Rio da Prata, dentre elas a formação das milícias e, mais tarde, do Exército nacional argentino.

Capítulo II: O problema da formação do Estado nacional argentino e a guerra como solução

Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas (1793-1877) foi, sem sombra de dúvida, o personagem mais importante da Argentina do século XIX. O objetivo deste capítulo é analisar, a partir da EPI, os antecedentes da queda do rosismo, a luta entre unitários e federalistas e, com isso, expor a diferenciação ao modelo que se seguiu, liderado por Bartolomé Mitre (1821-1906) e Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888). A guerra como solução terá destaque e mostraremos que o controle militar e político do ponto de estrangulamento localizado na Aduana de Buenos Aires por Buenos Aires é o que lhe permitiu a imposição da moeda portenha, das manufaturas britânicas e das armas contra as províncias do interior. Também nos ocuparemos do cenário social, tanto na campanha como na cidade. Embora pareça uma discussão paralela, o panorama social é relevante para refletir, primeiro, sobre o lugar dos diferentes coletivos e, segundo, porque a formação da identidade portenha é mais um fator influenciado pelo porto e pelas relações econômicas que dele se desprendem. Consideramos uma contribuição interessante incluir, além do gaúcho, o portenho e os estrangeiros; o papel das mulheres, dos afroargentinos livres e escravos e dos índios nesse panorama social. Finalmente, mostraremos como o regime de Rosas resolveu questões que interessavam ao capital britânico e que serviram de base para o progresso de seus derrocadores.

Capítulo III: A Economia Política Platina da segunda metade do século XIX

No último capítulo focaremos nas relações da Argentina com a região. Inicialmente, pensamos em dividir este capítulo em três partes e separar cada país em um capítulo diferente. A decisão de juntá-los obedece a uma lógica de organização, pois o segundo capítulo condensa toda a questão nacional atravessada pela internacional. O mesmo critério foi considerado apropriado para seguir com a questão regional: apenas um capítulo com os conflitos regionais contornados outra vez pelos interesses e as pressões das potências. Assim sendo, o último capítulo contém três partes: uma para cada país da Bacia: Brasil, Uruguai e o Paraguai. Na primeira parte, nos detemos nos interesses econômicos do Brasil no Prata, dando especial ênfase aos empréstimos do Império e à figura de Mauá. Na segunda parte, detemo-nos à guerra civil uruguaia e aos conflitos entre *blancos* e *colorados*, questão que detona a Guerra do Paraguai, da qual tratamos no final deste capítulo.

Finalmente, na conclusão repassamos brevemente o caminho percorrido na tese e pontuamos o que consideramos ser as contribuições deste trabalho para o tema.

CAPÍTULO I:

TEORIA. AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL PARA PENSAR A BACIA DO RIO DA PRATA

El movimiento económico es centro vital de todas las civilizaciones: influye sobre todos los demás factores de la cultura del modo más profundo e irresistible, mientras que él solo es influenciado por circunstancias geográficas y meteorológicas (LUXEMBURGO, 1917, p.58).

1.1 A GEOGRAFIA DA BACIA DO RIO DA PRATA E SUA FORMA DE FUNIL: DETERMINANDO O LUGAR DE BUENOS AIRES NA REGIÃO E NO SISTEMA INTERNACIONAL

A geografia é um saber estratégico e como tal não se apresenta como neutro. Nem a forma na qual se constrói um mapa, nem a sua interpretação são objetivas e/ou neutras (PADULA, 2016). Lacoste (1985) e mais recentemente Kaplan (2013) têm analisado o papel e a importância da geografia como um saber estratégico fundamental para a conquista e expansão do Estado. O primeiro, especialmente, teve um papel relevante na tarefa da desmitificação da geopolítica entendida como “maldita” por ter sido usada e acunhada por governos fascistas ou totalitários, que acabaram por estigmatizá-la. O autor a resgatou e refletiu sobre as vantagens que o conhecimento da geografia tem para a concretização dos objetivos do Estado, sendo mais uma (importante) fonte de poder, assim como o conhecimento da história.

"Não há geografia sem drama", como não há história sem drama. Não se trata, evidentemente, para o historiador, de se deliciar na exposição das tragédias sangrentas (elas são, infelizmente, numerosas), como também não é o caso do geógrafo só se interessar pelas catástrofes naturais. O drama, etimologicamente, é primeiro a ação, é em seguida o "relato de uma sucessão de ações, de forma a interessar, a comover espectadores no teatro"; e por que não os alunos numa sala? Não se trata somente de ajudar os professores a transpor certas dificuldades pedagógicas; trata-se de um objetivo cívico que concerne, na verdade, à nação inteira. É preciso que os cidadãos, e sobretudo aqueles que estão mais preocupados com os problemas de nosso tempo, se interessem tanto pela história como pela geografia (LACOSTE, 1985, p. 245).

Sabe-se que a geografia tem fatores estáticos e dinâmicos e que a tecnologia modifica os espaços geográficos. No nosso caso de estudo, a revolução industrial, o vapor, e a pecuária extensiva modificaram o espaço da Bacia do Rio da Prata e, com isso, as relações entre as diferentes unidades econômico-políticas.

Se a geografia é, segundo os antigos gregos, a descrição da terra (γεωγραφία), a geopolítica seria o uso que as sociedades fazem dela, apesar das diferentes variações ontológicas em relação ao conceito. Mas, a invenção do termo “geopolítica” foi da autoria do sueco Rudolf Kjellén, quem utilizou o conceito em 1899 (PADULA, 2016). O autor elaborou uma divisão das ciências do Estado, se debruçando sobre as definições e as missões da geopolítica, da ecopolítica, da demopolítica e da sociopolítica. Segundo Kjellén, “a geopolítica estuda o Estado como organismo ou fenômeno no espaço, como território politicamente organizado, isto é, como ‘reich’ e não sob o ângulo da geografia política ou humana” (MELLO, 2011, p. 35). Também pertinente é a definição de Rodrigues (2016):

Em nossa visão, a geopolítica é o estudo dinâmico da influência de fatores geográficos no desenvolvimento dos Estados com a finalidade de orientar suas políticas internas e externas. Assim, a geopolítica deve ser utilizada como um método para estudar e aplicar a política derivada de fatores geográficos como a posição, espaço, relevo, clima, topografia e recursos (RODRIGUES, 2016, p.46).

O alemão Friedrich Ratzel, o britânico Halford John Mackinder, o estadunidense Alfred Thayer Mahan, entre outros, se destacaram nas contribuições que fizeram à geopolítica no século XIX a partir de visões de mundo sempre atreladas às próprias nacionalidades.

As influências de Ratzel nas Ciências Sociais na Argentina foram expressivas, tanto que no início do século XX foi criada a disciplina “Antropogeografia de Buenos Aires”, que remete instantaneamente aos geopolíticos alemães, especialmente a Ratzel, embora com características autóctones (BARROS, 2012). Antes disso, ainda no século XIX, assim como Ratzel influenciou o pensamento do Barão do Rio Branco, é muito provável que Estanislao Zeballos e a sua geração também conhecessem a obra e abraçassem conceitos-chaves do autor alemão, como o *espaço vital*, especialmente aplicado ao entendimento da questão do índio.

Lembrando rapidamente, Friedrich Ratzel (1844-1904) afirma que os fatores geográficos são fundamentais e os divide em espaço, que pode favorecer ou dificultar a coesão política; e conteúdo, que pode ser entendido como os recursos presentes em um território. A posição geográfica é relativa, pois depende da vizinhança e dos polos, dos mares, oceanos, rios, continentes e relevo (montanhas, planícies). A geografia é dinâmica, já que o espaço é mutável ou móvel, ou seja, as fronteiras podem se delatar ou retrair, seja por meio de guerras, migrações, compras, conquistas e colonização. Esta última questão

da mobilidade da fronteira não é menor se pensarmos que Ratzel estava preocupado com 1) a unificação mal concluída de Alemanha (1870) pela guerra franco-prussiana; 2) o atraso relativo da Alemanha na corrida imperialista, se comparada com o Reino Unido e a França; 3) os povos alemães espalhados pela Europa; 4) a busca pelo *Lebensraum*, espaço vital em português; 5) e as regiões limítrofes. Nesse ponto, dialoga com Malthus [1798] (2007), mas dizendo o contrário²: se a população aumentar, o Estado deve procurar o espaço adequado para essa população e justifica assim a guerra por questões humanitárias, fornecendo um argumento científico à expansão do Estado alemão na Europa e na África.

A influência do pensamento ratzeliano na Argentina se assenta nas suas premissas sobre a procura da homogeneização, já que os Estados mais homogêneos são menos propensos às invasões ou a movimentos separatistas. Também é influente no Brasil, no século XX, durante os governos militares 1) pela “valorização diferenciada dos espaços nacionais”, ou seja, os estados ou províncias menos avançadas deveriam ser estimulados pelo Estado e esta seria uma tarefa apenas do Estado e não do mercado; e 2) pela “política de nucleamento do território nacional”, isso é, espalhar núcleos e polos em territórios afastados como método da presença do Estado (PADULA, 2016). Na sua famosa “Lei do crescimento espacial do Estado”, de 1895, Ratzel desenvolve sete hipóteses. A primeira é uma declaração que justifica a necessidade de espaço de uma sociedade que é mais culta que outra. Isso é notoriamente curioso se aplicado à oligarquia portenha do século XIX em relação aos índios, negros e gaúchos.

As dimensões do Estado crescem com a sua cultura. A expansão dos horizontes geográficos, produto dos esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações. Dominar politicamente essas áreas, amalgamá-las e mantê-las unidas requer energia ainda maior. Tal energia só pode se desenvolver lentamente pela e através da cultura. A cultura cria progressivamente as bases e os meios para a coesão dos membros de uma população e amplia continuamente o círculo daqueles que se reúnem pelo reconhecimento da sua homogeneidade (RATZEL, 1990, p. 177).

A segunda hipótese se refere ao desenvolvimento do Estado, onde Ratzel vai descrevendo uma hierarquia de sociedades, passando desde as mais “selvagens”, onde menciona as da América do Norte e do Sul, até alcançar “a consciência (...) patriótica e assim trabalhar para a integração e unificação” (RATZEL, 1990, p.181). No terceiro

² Malthus dizia que a mortalidade é a variável de ajuste em um cenário de expansão geométrica da população versus a expansão aritmética da produção de alimentos, que é a função do tamanho do território e seus recursos.

ponto, explica como os Estados mais fortes absorvem unidades menores ou mais fracas, em prol do aumento de laços comerciais, finanças e cultura. No quarto ponto se refere à conquista da fronteira como um indício de crescimento da força. Na sua quinta hipótese, já introduz o *espaço vital*, afirmando que o crescimento dos Estados os levam a absorver outros territórios políticos, com a chamada “lei do arredondamento do espaço possuído”. Na sexta, assegura que as civilizações superiores são as que impulsionam os Estados mais primitivos ao crescimento territorial. E, finalmente, na última disserta sobre a “lei da aceleração do crescimento”, por meio da qual explica que a tendência de anexar territórios cresce na proporção em que novas aquisições são feitas. Como vemos, todas essas questões perpassam as preocupações da elite portenha do século XIX.

Mahan e Mackinder também dialogam com a problemática da Bacia do Rio da Prata, embora nenhum dos dois autores considere relevante a região nas suas premissas. Vejamos.

Alfred Thayer Mahan (1840-1914) foi um marinheiro estadunidense, que refletiu a partir de uma posição militarista e estudou a formação e expansão do Reino Unido. Seu conceito mais famoso é o de “poder marítimo”, desenvolvido através do “The Influence of Sea Power Upon History: 1660–1783” (1890).

The profound influence of sea commerce upon the wealth and strength of countries was clearly seen long before the true principles which governed its growth and prosperity were detected. To secure to one's own people a disproportionate share of such benefits, every effort was made to exclude others, either by the peaceful legislative methods of monopoly or prohibitory regulations, or, when these failed, by direct violence (MAHAN, 2017, p.119).

Para Mahan o poder marítimo pode aumentar dependendo de:

- 1) Posição geográfica;
- 2) Litoral;
- 3) Distribuição e tamanho da população;
- 4) Instituições;
- 5) Vocação democrática do povo.

O autor tenta unir ideias como democracia, nacionalismo e imperialismo, rechaçando o isolacionismo da Doutrina Monroe (que defende a não intervenção na Europa, onde as potências disputam, mas sim na América Latina, porque é considerada zona de influência). Para ele, os EUA, pelo contrário, precisam olhar para o mar, expandir e melhorar a Marinha e entrar na disputa de poder pelas colônias com as demais potências.

Interessa a Mahan navegar e controlar as “rotas comerciais estratégicas” (geopolítica) que se formaram nos continentes (geografia) e que se desenvolveram em fluxos econômicos (geoeconomia). Por isso, ele recomenda fortemente que os EUA desenvolvam a sua Marinha mercante e enfatiza o Poder Naval. Ainda, para obter sucesso, o poder marítimo precisa controlar as colônias, para, assim, ter diferentes pontos de apoio, algo que o Reino Unido soube fazer nas suas várias colônias, incluindo as Malvinas. Para Mahan, o domínio dos mares traz vitória na guerra e a riqueza na paz e Theodore Roosevelt parece tê-lo escutado atentamente.

Já para o geógrafo britânico Halford John Mackinder (1861-1947) a preocupação é o Poder Terrestre e chama a atenção da elite que se preocupa com as questões financeiras, descuidando da geoestratégia e do papel fundamental da geografia na *realpolitik*. O conceito mais famoso de Mackinder é o de *Heartland*. “A noção de Eurásia é a moldura na qual se insere o conceito estratégico de *Heartland* — coração continental/ terra central/ região-pivô — que constitui a pedra basilar da teoria do poder terrestre” (MELLO, 1994, p. 56). Sendo o *Heartland* o que hoje é a Rússia, a ideia é que quem dominar a Rússia, domina o mundo, já que a partir dessa área pivô ter-se-ia projeção de poder mundial, alavancada pelos recursos naturais da região como: ferro, aço e petróleo. Metri (2016) salienta que, quando Mackinder pensa no *Heartland*, faz um exercício difícil para os europeus, que é deixar de lado o eurocentrismo e pôr a Europa como uma península e não como a base do Sistema e, ainda, Mackinder assegura que é impossível estudar a Europa sem vinculá-la à Eurásia.

A teoria de Mackinder recebeu críticas, especialmente depois das grandes guerras. Aron, por exemplo, foi taxativo: “relido em 1960, o geógrafo inglês parece ter tido a pior das sortes possíveis para um conselheiro do Príncipe: foi ouvido pelos estadistas, mas ignorado pelos acontecimentos” (ARON *apud* MELLO, 1994, p. 64). Mas o próprio Mello (1994) destaca as contribuições do geógrafo britânico, ainda mais pensando na posição da China no tabuleiro internacional, que se conquistando o *Heartland*, lograria ambos os poderes: terrestre e naval.

Como dissemos, tanto para Mahan como para Mackinder a América do Sul e sobretudo o que viria a ser mais tarde a Argentina eram totalmente irrelevantes. Contudo, seja pela anglofilia reinante no Prata ou pelos contatos que o rosismo e as presidências liberais tiveram com os britânicos, há pontos de ambas as teorias que a oligarquia portenha coloca em prática. Rosas investiu na marinha mercante de Buenos Aires, que é

um instrumento primordial para a obtenção dos tributos das províncias e do comércio exterior. Ou seja, o poder naval de Buenos Aires é uma peça chave no seu crescimento e, portanto, na imposição que teve sobre as demais províncias. Quanto ao poder terrestre, ele é melhor desenvolvido a partir de Mitre, com a conquista das terras dos índios, a sua ocupação e a construção de ferrovias. Embora seja Rosas quem inicia as campanhas da “conquista ao deserto”³, é só nas presidências liberais que a questão das fronteiras é finalmente resolvida. Embora no nosso caso de estudo a problemática seja nacional, a pressão competitiva entre as províncias alcançou tais níveis que as premissas desses autores podem ser úteis para entender elementos regionais.

Contudo, cada autor identifica as áreas geográficas que seus governos deviam defender por meio da ação política ou da força e aquelas que deviam conquistar, da mesma forma, usando todos os mecanismos políticos, econômicos e militares, incluindo a guerra, em prol da expansão do poder de seus países. Essa lógica se aplicou também aos geopolíticos da América do Sul.

No caso do Brasil, a geopolítica é extremamente fecunda, com foco nas reflexões sobre o lugar do Brasil na região e no Sistema Internacional e sobre quais são suas capacidades de melhor inserção. Os geopolíticos que se destacam são o pioneiro Everardo Backheuser (1879-1951), seguido por Mário Travassos (1891-1973), Golbery do Couto e Silva (1911-1987), Carlos de Meira Mattos (1913-2007), João Batista Magalhães (1887-1966), Theresinha de Castro (1930-2000), Waldyr da Costa Godolphim, Lydia Tavares (Miyamoto, 1981), entre outros, somados às contribuições da Escola Superior de Guerra (ESG), que até hoje é um importante *think tank* da disciplina. Entre todos esses estudos, apenas nos interessa trazer ao debate algumas das contribuições de Travassos e Golbery Couto e Silva. Do primeiro porque inclui a Argentina nas suas preocupações, do segundo porque coloca o Brasil como centro do mundo, reforçando a premissa de que a geopolítica é intrinsecamente nacionalista.

Para Mello (2013), Travassos entendia que o mundo se dividia em dois antagonismos geopolíticos: o Atlântico e o Pacífico. A mesma racionalidade se aplica para América do Sul: “O Prata versus a Amazônia” (MELLO, 2013, p.57). Sendo assim,

³ Passetti (2012) enfatiza que ao se referir ao “deserto”, a literatura alude à falta de civilização, à dicotomia exposta no Facundo de Sarmiento [1845] (1999), entre Civilização e Barbárie. A conquista ao deserto, não é então à conquista à paragens inóspitas do teor de um deserto propriamente dito, e sim, uma conquista cultural, que se traduz no genocídio dos povos originários.

o Brasil encontra-se em uma evidente posição privilegiada porque além de ser continental, como bem tratou em “Projeção continental do Brasil” (TRAVASSOS, 1938), é parte tanto da Bacia do Prata como da Bacia Amazônica. Para o autor, resulta indiscutível o papel do Brasil no subcontinente. A ameaça, para ele, é de ordem externa, enfatizando questões relativas aos Estados Unidos e à Argentina. “O motivo da sua apreensão [de Travassos] é a projeção além das fronteiras da rede ferroviária argentina, estabelecendo a ligação entre Buenos Aires e as capitais de três países limítrofes: Assunção, Santiago e La Paz” (MELLO, 2013, p.61).

Vale dizer, desigual pelo fato de a América servir de arena para a ascensão dos Estados Unidos e sua projeção, inicialmente, sobre as Antilhas e, depois, na área sul-americana, começando pelo canal do Panamá e Colômbia. O jogo também seria preocupante porque, além do poder norte-americano, haveria outro bem mais perto e nocivo à posição do país. Tratava-se da República Argentina que, para Travassos, desenvolvia coerente projeto geopolítico nas primeiras décadas do século XX. A projeção platina era simbolizada pelo seu aproveitamento dos recursos navegáveis da bacia do rio da Prata e pela ascensão logística por meio de caprichosa rede ferroviária que deveria ligar a parte meridional da América do Sul ao centro nervoso do Estado argentino, a rica província de Buenos Aires (HAGE, 2013, p.100).

Outra contribuição sem dúvidas original foi pensar o *Heartland* sul-americano, que estaria localizado no que ele chamou de “o triângulo estratégico boliviano” (TRAVASSOS, 1938). A projeção do Brasil devia caminhar para essa direção. O autor também reflete sobre o Uruguai e a sua posição dual, sempre entre o Brasil e a Argentina. Esse *Heartland* sul-americano ganha relevância se pensarmos no atual “triângulo do lítio”, presente em território boliviano, chileno e argentino, sendo que a Bolívia possui entre 70 e 90% do lítio mundial (BRIZUELA, 2017).

Diferentemente de Travassos, inserido na dicotomia capitalismo-comunismo/ocidente-oriental, Golbery se preocupa com a ameaça que representa o inimigo interno decorrente do “perigo vermelho”. É ao menos curiosa a centralidade que Golbery dá ao Brasil no Sistema Internacional, questão que reforça nosso argumento de que a geopolítica não pode nunca não ser necessariamente nacionalista.

Uma grande preocupação de Golbery foi a de integrar o território brasileiro, que só assim poderia se estender para o subcontinente. Na sua ideia, a centralização seria fundamental para organizar o país. Nessa divisão, o progresso começaria pelo Sudeste, que seria o “núcleo central” ou “ecúmeno”, ou seja, a área de manobra central que espalharia o desenvolvimento. O Sul, o Centro-Oeste e o Nordeste seriam o “ecúmeno secundário”, ou “semi-periferia” e o Norte seria a “ilha amazônica” ou “periferia” do

Brasil. Vemos aqui a influência de Ratzel. Outra contribuição de Golbery é que ele incluiu a costa da África como parte da geopolítica brasileira (enquanto Travassos só refletiu sobre a América do Sul). A questão é necessária para alargar o perímetro de segurança do Brasil (GOLBERY, 1967). A Argentina perde um pouco de relevância no pensamento de Golbery se comparado com o de Travassos, embora não totalmente. Isso fica claro quando propôs que o Brasil aumentasse a sua zona de influência sobre países vizinhos.

O pensamento de Golbery encontra-se fortemente identificado a políticas territoriais do Regime Militar. De sentido continental, as mais expressivas parecem ter sido a consolidação das fronteiras internacionais do Brasil na Amazônia pela abertura de rodovias como a Transamazônica e a Grande Perimetral Norte, no contexto do Pacto Amazônico. Também de sentido continental foi a constituição da empresa binacional que construiu e opera a usina hidrelétrica de Itaipu, que a seu tempo foi a maior do mundo e que passou a relacionar, possivelmente em ordem de subordinação, a economia paraguaia à economia brasileira (VIEIRA, 2005, p.206).

Embora Travassos e Golbery, assim como os demais geopolíticos brasileiros, tenham feito uma enorme contribuição ao pensamento brasileiro, percebemos que, cronologicamente, expuseram as suas ideias bem depois que os argentinos, que o fazem desde a metade do século XIX, com especial ênfase a partir de 1880. “Projeção continental do Brasil” de Travassos é de 1935 e os trabalhos que se destacam de Golbery na Escola Superior de Guerra são do período entre 1952 e 1960. Poderia esse “atraso” inserido no clima de rivalidade que ainda se vivia entre o Brasil e a Argentina significar que foi uma resposta às interpretações argentinas sobre o papel que ela deveria ter na região e no mundo, como representante da mesma?

Dentre os geopolíticos argentinos, vamos destacar apenas as contribuições de Estanislao Zeballos. Em primeiro lugar, porque elas se adequam parcialmente ao nosso marco cronológico. Em segundo, porque Zeballos teve grande influência não só como geopolítico, mas também como ente ativo da política argentina durante as presidências liberais (ou seja, depois do nosso marco cronológico), no marco nacional, com as suas propostas para resolver a fronteira com o índio e no marco regional, especialmente como diplomata durante a Guerra do Paraguai.

Estanislao Severo Zeballos (1854-1923) foi três vezes ministro das Relações Exteriores da Argentina, além de jurista, jornalista, científico e historiador. Influenciou profundamente o pensamento geopolítico argentino e pertenceu à *Generación del*

80⁴[1880]. Zeballos acreditava que era destino manifesto da Argentina - embora ele nunca tenha utilizado esse termo - cuidar dos interesses da América do Sul. Essa tarefa deveria ser da responsabilidade da Argentina por ela ter não só os recursos vindos da Bacia do Rio da Prata, mas por ser - segundo o autor - o país mais avançado da sua região em matéria de educação, ferrovias e modernidade. O fato de Zeballos acreditar que a nascente Argentina é a melhor representante da região o torna rival do Rio Branco e coloca-o, claramente, em uma postura defensiva em relação ao Brasil, acusado por ele de querer isolar a Argentina e de buscar a hegemonia na América do Sul.

Pero ¿cuáles habían sido los agentes de este cambio tan radical? Sin duda alguna, el ferrocarril y la inmigración, alentados por el proyecto de la Generación del Ochenta. Estanislao Zeballos fue uno de los miembros más activos de este grupo, como intelectual y como funcionario del régimen oligárquico. En 1878 publicó La conquista de quince mil leguas, un extenso informe previo a la Campaña del Desierto de 1879, dedicado, muy significativamente, al general Julio Argentino Roca. Fue éste el primero de una serie de libros sobre la cuestión indígena. Viaje al país de los Araucanos (1881), La dinastía de los Piedra (1884), Painé y la dinastía de los Zorros (1886), Relmu, reina de los Pinares (1888), son obras en las que se entremezclan la descripción geográfica y la crónica novelada, y que, además de analizar el rol desempeñado por los indios durante el siglo XIX, procuran legitimar la Conquista del Desierto (SÁNCHEZ, 2009, p.5).

Zeballos aspirava a que a Argentina do seu tempo competisse abertamente com as potências na carreira armamentista própria dos países hegemônicos.

Para Zeballos, la Argentina era ‘el coloso del continente sureño’ y estaba llamada a cumplir un papel reactor en América del Sur. Esta misión debía ser respaldada con buques y cañones, acompañados por un combate cultural que apuntaba a difundir el pensamiento racista y xenófobo (ARPINI, LACOSTE, 2002, p.3).

O pensamento racista e xenófobo ao qual se referem Arpini e Lacoste (2002), era comum a essa geração (e provavelmente a Raztel e cia) e se refere à ideia generalizada na elite portenha – embora Zeballos fosse rosarino – de que os negros, os índios, os gaúchos e toda população pobre em geral deviam ser combatidos e, se possível, extinguidos. Trataremos com mais detalhe desse assunto no Capítulo 2, na seção 2.2. Contudo, é impressionante que, passado o século XIX e já bem avançado o século XX, as ideias de Zeballos em relação aos afroargentinos continuaram vigentes, inclusive nas

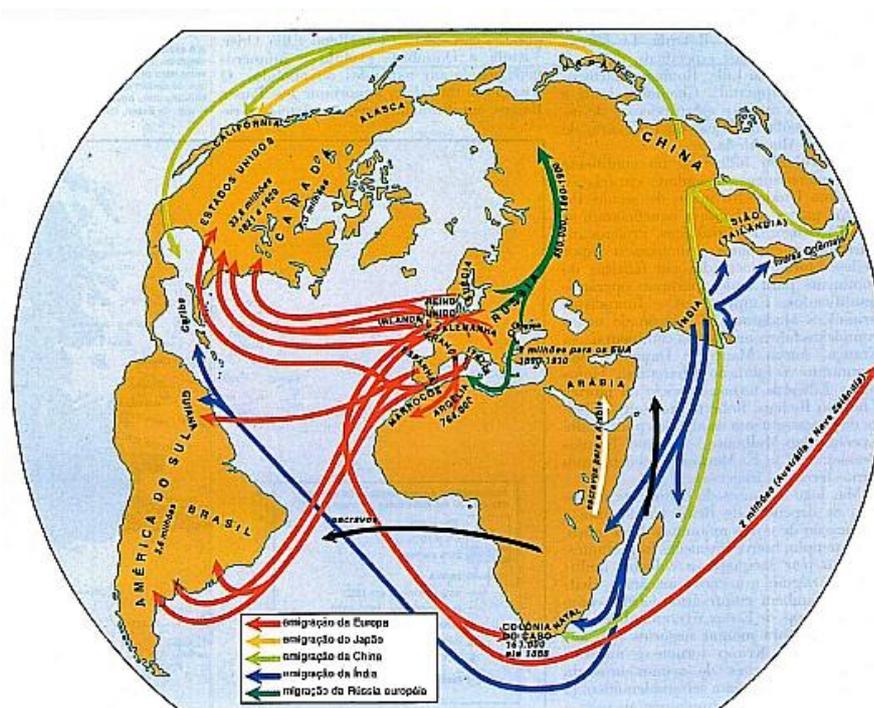
⁴ Período entre 1880-1916 no qual a elite portenha, proprietária de terras, comandou o país através de um modelo oligárquico, com ideias liberais, europeístas, ansiosa por deixar atrás o passado de “barbárie” personificado na figura do gaúcho e do caudilho das províncias do interior. Tratava-se de uma geração culta que acreditava no progresso positivista, que apostou na educação pública do cidadão, por meio da alfabetização e da universidade (que inicialmente foi pensada para essa elite, mas que a partir de 1916 foi democratizada). O modelo de inserção internacional da *Generación del 80* era o agroexportador, refletindo os interesses dos proprietários de terras e de formas primárias de produção, vinculando os negócios ao capital britânico.

universidades. Isso contribuiu para o racismo estrutural na Argentina, onde os próprios afroargentinos se sentem “estrangeiros na própria terra” (MORAES, 2015), ao ponto da Organização das Nações Unidas (ONU Brasil, 2019) criar um grupo de trabalho para combater a problemática.

Las ideas de Zeballos tuvieron una vigencia asombrosa, antes y después de su muerte. La elite rioplatense brindó constantemente su respaldo a estas propuestas, lo cual se reflejó en la reedición de sus obras, tanto desde el ámbito militar como el civil, sobre todo el universitario (ARPINI, LACOSTE, 2002, p.9).

O tipo de imigração que Zeballos desejava era outra das bases desse pensamento. Assim como os integrantes da Geração dos 80, foi um forte defensor do projeto de imigração europeia branca e de colonização agrícola que visava a conquistar e ocupar o território em direção à Patagônia (ZEBALLOS, 1878). A “conquista do deserto” (1878-1885) das presidências liberais foi empreendida pelo governo nacional e a ocupação da terra seria responsabilidade dos imigrantes, com a ajuda do governo. A Bacia do Prata parecia atrativa porque nela se desenvolviam atividades agropecuárias que os europeus já conheciam. Na lógica de Zeballos, tais atividades dariam à Argentina a capacidade projeção no subcontinente.

Su proyecto de Ley de Extranjeros de 1883, su propuesta de vincular al inmigrante con la propiedad de la tierra y con la naturalización, su preocupación en relación con la educación pública y la poco eficaz “argentinización” que se procuraba implementar a través de ella, sus reflexiones acerca de la contradicción ius sanguinis – ius solis, y sus estudios sobre los símbolos patrios son algunas de las facetas de su pensamiento (SÁNCHEZ, 2009, p.3).



Deslocamento populacional mundial entre 1815-1914. Fonte: The Times, 1995, p. 205

Assim, os pensadores herdeiros da Geração do 37 [1837] - cujos expoentes mais destacados foram Juan Bautista Alberdi (1810-1884), Domingo Faustino Sarmiento Albarracín (1811-1868), Esteban Echeverría (1805-1851), Juan María Gutierrez (1809-1878) e o britânico Herbert Spencer⁵(1820-1903) -; conseguiram, a partir do governo de Julio Argentino Roca (1880-1886 e 1898-1904), alguma notoriedade e viram as suas ideias para o país tomarem forma. Entre eles, como já dissemos, se destaca Zeballos, mas também foram relevantes as contribuições de Carlos Pellegrini (1846-1906), Luis Saenz Peña (1822-1907), Miguel Cané (1851-1905), Paul Groussac (1848-1929), Joaquín V. González (1863-1923) e Eduardo Wilde (1844-1913). Também foram importantes as contribuições do francês Víctor Martín De Moussy (1810-1869) e do britânico Woodbine Parish (1796-1882), como bem lembra Masticcio (2015).

Las obras de Víctor Martín De Moussy y Woodbine Parish fueron las primeras descripciones geográficas y estadísticas de la Confederación Argentina y la provincia de Buenos Aires, respectivamente. La obra de Francisco Latzina describió una geografía unificada para todo el territorio del país. Ya en el siglo XX el Ministerio de Educación seleccionó el trabajo del erudito Carlos Urien para ser la geografía oficial de la Nación y como tal ser enseñada en las escuelas. Las cuatro obras se destacan por fundar una geografía que acompañó el proceso de construcción del estado-nacional moderno de la Argentina (MASTRICCIO, 2015, p.67).

⁵ Embora Spencer não participasse das reuniões ou dos planos da Geração do 37 de derrocar Rosas, colocamos ele nesse grupo porque foi importante no sentido de dar uma visão darwiniana às sociedades. E, portanto, muitas das crenças da superioridade cultural dessa geração estão alavancadas no teórico britânico.

Mas, ao que nos referimos quando falamos da Bacia do Rio da Prata? Uma olhada no mapa da região dar-nos-á uma ideia da importância da área para os países que a compõem e para a região.



A Bacia do Rio da Prata: O quinto maior sistema hídrico do mundo. Fonte: [Google Maps](#).

A Bacia do Rio da Prata tem uma superfície aproximada de 3.100.000 km², abrange a totalidade do Paraguai, grande parte do Uruguai e da Argentina, além de parte do Brasil e da Bolívia. A importância geográfica da Bacia é fundamental para todas as economias desses cinco países.

Para começar, a maioria dos rios é navegável para navios de mediano e pequeno porte. Existem várias represas hidroelétricas, destacando-se a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional (BRA-PY), considerada a maior do mundo, possuindo capacidade de geração de energia elétrica de 14.000 megawatts e fornecendo cerca de 17% de toda energia elétrica consumida no Brasil; e a Usina Hidroelétrica de Yacyretá, também binacional (ARG-PY). Os três maiores rios da Bacia Platina (Uruguai, Paraná e Paraguai) nascem em território brasileiro. Sendo assim, a riqueza da região manifesta-se tanto com relação a recursos de navegação, de geração de energia hidroelétricas, de atividades agropecuárias com diferentes graus de industrialização, quanto com em relação à crescente importância

da água doce, já que a Bacia do Prata contém o Aquífero do Guarani, o que poderia significar uma possibilidade de abastecimento para as potências estrangeiras, em especial para Estados Unidos (BRUCKMAN, 2013).

América del Sur posee tres grandes acuíferos: la Cuenca del Amazonas, la Cuenca del Marañón y el sistema acuífero Guaraní, que más parece un “mar subterráneo” de agua dulce que se extiende por cuatro países del cono sur: Argentina, Brasil, Uruguay y Paraguay. (...) América del Sur representa la principal reserva de agua dulce del planeta con aproximadamente 30% de las reservas hídricas del mundo y más del 35% de la capacidad global de reposición, por ubicarse en una región tropical (BRUCKMANN, 2013, p.12).

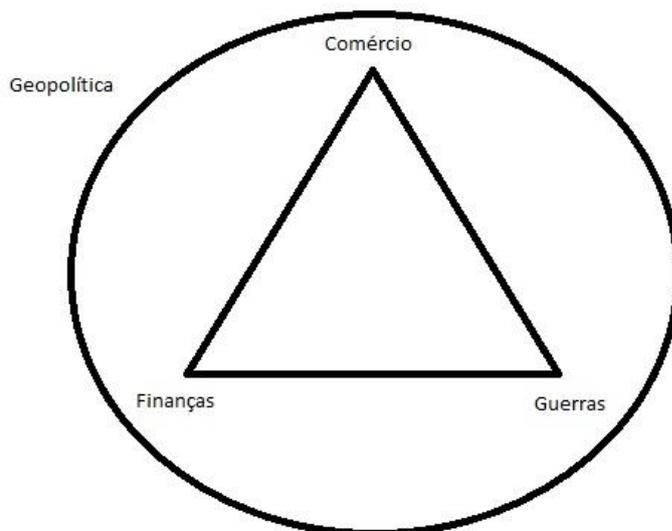
Além de óbvia a importância de água para o desenvolvimento humano, os rios da Bacia terminam no Rio da Prata para encontrar o Oceano Atlântico, em uma espécie de funil, como marcamos no seguinte mapa:



Fonte: Wikipédia e elaboração própria.

Esse fato outorgou historicamente uma grande capacidade de extorsão às cidades litorâneas no que diz respeito ao transporte fluvial e, portanto, ao comércio. Nesse sentido, aparece a nossa primeira e mais central hipótese: a apropriação dos recursos navegáveis do Rio da Prata, ou seja, da geopolítica, por parte de Buenos Aires, gerou uma dinâmica de pressão competitiva entre as diferentes estruturas de poder. A apropriação da principal aduana do país deu à oligarquia de Buenos Aires os recursos necessários à coerção: exército (guerra), recursos comerciais (através da agropecuária) e recursos financeiros (pela relação especial com o Reino Unido). Esses fatores permitiram a Buenos Aires se impor sobre as províncias e liderar um projeto de país. Devido à fertilidade do solo pampa e à viabilização do comércio, os rios navegáveis forneceram o recurso mais valioso para as cidades do litoral - em especial para Buenos Aires -, a navegação.

Dito ainda de outra forma, a geopolítica contém o comércio, as finanças e as guerras, que se alimentam triangularmente.



Quadro 1. Elaboração própria.

O Rio da Prata, o gado e o monopólio da aduana foram os elementos necessários para a acumulação que formou a elite agropecuária bonaerense e com isso as relações que depois se estabelecem com as outras estruturas de poder.

A apropriação desses recursos por parte de Buenos Aires foi a chave para a extrapolção dos conflitos portenhos, primeiro para as províncias do interior e logo para o Uruguai. De fato, essa mesma apropriação explica por que Montevideú não se destacou

em relação a Buenos Aires, ainda que a ideia de Montevideu como centro das relações da Bacia com a Europa tenha sido apoiada pela Inglaterra e pela França em diferentes momentos, muito claros nos dois bloqueios ao porto de Buenos Aires. Nesse marco, as relações com o Brasil se mostram tensas e de clara rivalidade, menos evidente no marco da Guerra do Paraguai.

Todavia, se a geopolítica deu as ferramentas mais básicas à oligarquia portenha do século XIX para prosperar, precisamos pensar agora como essa geopolítica se traduziu, em termos teóricos, no território econômico que Buenos Aires dominou e que definiu o tipo de país que a Argentina seria.

1.2 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO ECONÔMICO E A PRESSÃO COMPETITIVA GERADA POR BUENOS AIRES

A riqueza do pampa, das suas terras férteis, ideais para a cria de gado e para a plantação de cereais temperados, foi construída no decorrer dos séculos. Romero (1975) contestou a idealização que na Argentina se faz – desde a escola - sobre o suposto “*granero del mundo*” que seria o país. Pelo contrário, explicou que justamente “*a diferencia de México y Perú, el Rio de la Plata no sorprendió a los conquistadores con el espectáculo de su exuberancia, sino con el de su poquedad*” (ROMERO, 1975, p.27). Ainda, assegurou que os espanhóis viam um “*futuro mediocre y trabajoso*” e que “*frente a esta poquedad no tuvieron dificultades para la ocupación de la tierra*” (ROMERO, 1975, p.27). A esperança de que houvesse grandes quantidades de prata - por isso o nome de Argentina (do latim *argentum* que significa prata) - resultou, da mesma forma, em uma ilusão.

Contudo, a ocupação do pampa também não foi fácil. De fato, a existência de Buenos Aires precisou de duas fundações. A primeira por parte de Pedro de Mendoza que, em 1536, tentou estabelecer uma aldeia de colonos espanhóis. O território estava ocupado pelo Vice-Reino do Peru, de cuja capital, Lima, saiam para Europa a prata e o ouro. O território pertencia também às diferentes tribos nativas, que viviam em constantes guerras entre si. A chegada dos espanhóis aumentou o número de conflitos. Mendoza abandonou o lugar em 1541, em decorrência dos ataques que sofria dos índios e das dificuldades que oferecia a região, como a falta de água e de comida. Romero (1975) explica que essa escassez se refere a: 1) natureza, posto que só havia gado, difícil de caçar

(os primeiros espanhóis não conheciam as técnicas dos povos originários) e não havia nenhum outro tipo de comida disponível; e 2) cultura, pois a relação com os índios era muito conflitiva e violenta.

A essas duas razões - a dificuldade na subsistência e o ataque dos povos nativos - se deveu o fracasso da primeira fundação de Buenos Aires. Porém, os espanhóis insistiram. A segunda colonização ocorreu em 1580, por Juan de Garay, através de uma expedição no Rio Paraná, da qual resultou a fundação da cidade de Santa Fé (15/11/1573). Chegados ao que hoje é Buenos Aires, assentou-se a aldeia que tinha pouco mais de 70 pessoas, a maioria vinda de Assunção e alguns outros poucos espanhóis. Esses colonizadores que fundaram Buenos Aires buscavam, na verdade, uma via rápida para chegar ao Peru, mas como não conseguiram sair, ficaram na nova aldeia, que começou a crescer ao ponto de superar Assunção em importância econômica e geopolítica.

Fue en 1580, la esperanza de los asunceños de llegar al Perú quedaba mal lograda por esta nueva ruta que venía a concluir sobre el ancho río, y la nueva ciudad, fue, como decía su fundador “la puerta de la tierra”. Buenos Aires comenzó a crecer y Asunción a declinar, aun cuando conservara como ciudad ya constituida, su primacía por medio siglo (ROMERO, 1975, p.25).

As vantagens para os espanhóis sobre a possessão de Buenos Aires eram bastante claras: existia maior proximidade com Espanha, as mercadorias poderiam escoar através do Rio do Prata com maior facilidade do que a rota do Potosí e, desde a metade do século XVI, havia gado selvagem, do qual poderiam obter o couro, um artigo caro e prezado. Mas, só em 1640, com a fundação portuguesa da Colônia de Sacramento (Uruguai), é que cresceram consideravelmente a importância geopolítica de Buenos Aires e a preocupação dos espanhóis com a possessão.

Esse destaque de Buenos Aires e a necessidade de controlar o contrabando – ou seja, o não pagamento do tributo à Coroa – fizeram com que, em 1776, se criasse o Vice-Reino do Rio da Prata, cuja capital foi (obviamente) Buenos Aires. Mas as províncias do norte já estavam bem inseridas no território econômico dependente do eixo Lima-Potosí. Na medida em que o comércio de Buenos Aires cresceu, elas decresceram.

Não obstante, se a Revolução de Maio de 1810 resultou, como a historiografia argentina costuma ensinar, em uma inevitabilidade determinada pela crise peninsular na Europa, a centralidade de Buenos Aires na Argentina entraria na mesma explicação? E a relação com o Reino Unido? Milcíades é muito claro quando diz que “*todas las fuerzas conducían por sus intereses concretos, a hacer de la Argentina un gran mercado de la*

industria inglesa y/o una gran estancia exportadora de carne y cuero” (PEÑA, 2012, p.143). Como seja, a desordem causada pelo rompimento colonial, que se traduziu nas guerras civis da década de 1820, não conseguiu modificar esse tipo de estrutura centralizada, herdada do Império Espanhol. Pelo contrário, essa estrutura foi reforçada pela classe comerciante portenha, que seria, desde os anos 1830, a oligarquia proprietária de grandes extensões de terras.

Nessa instância é onde nos perguntamos como explicar em termos teóricos a conquista e a expansão do território econômico para pensar a hipótese desta seção: a centralização da Argentina na sua capital devém da imposição de Buenos Aires às províncias em matéria: 1) comercial, dada à preferência das relações com o Reino Unido e, portanto, intermediária e principal beneficiária dessa relação especial; 2) financeira, impondo a moeda portenha como meio mais confortável para as trocas decorrentes da Aduana; e 3) cultural e sociológica, apaziguando o campo, os caudilhos e a cidade, unindo o país por meio da coerção, sob a sua liderança.

A priori, podemos esboçar que a construção do território econômico em Buenos Aires começa com o comércio de produtos derivados do gado, como couro, sebo e charque. Na medida em que esse comércio atingiu níveis interessantes de exportação, foi preciso criar um Estado que organizasse esse comércio e os seus dividendos, ou seja, as finanças, protegendo a propriedade privada. Assim, o Estado é sempre posterior ao território econômico, mas imprescindível para organizá-lo: *“la formación de los grandes estados burocráticamente centralizados fue un requisito indispensable para el surgimiento del modo de producción capitalista, pero su formación fue consecuencia de necesidades económicas nuevas”* (LUXEMBURGO, 1917, p.37).

Sendo assim, a construção dos Estados baseia-se na conquista territorial, através do fenômeno violento da guerra, que contém outras ações coercitivas à anexação territorial, sendo: 1) a tributação; 2) a criação de dívida pública dessa nova anexação; e 3) a imposição de uma moeda e seus mecanismos subsequentes para a incorporação financeira e comercial desse território físico (METRI, 2016).

O desejo de conquista do território remonta aos primórdios da constituição do Estado. Lembrando, Maquiavel, em 1513, revolucionava a filosofia e a prática política com o entendimento do que o príncipe devia ter da sua cidade-Estado e dos princípios que deveriam reger os seus interesses, onde a conquista do poder, sua manutenção e

expansão são, segundo o autor, indissociáveis da própria existência da unidade e da humanidade: “O desejo de conquista é coisa realmente natural e comum e os homens que podem satisfazê-lo serão louvados sempre e nunca recriminados. Mas não o podendo, e querendo fazê-lo de qualquer modo, aí estão em erro, e merecem censura” (MAQUIAVEL, 1973 p. 4). Nesse ponto, Norbert Elias (1939) entende que a conquista do poder se insere em uma agenda de segurança e defesa e esta dinâmica coercitiva é o que gera a riqueza por razões tributárias. A própria reprodução da economia estatal se dará por guerras de eliminação (ou anexação, das quais Maquiavel também desenvolve seus próprios conselhos sobre como e quando é melhor anexar outros principados). Elias reflete largamente sobre como os Estados fizeram a guerra e a guerra moldou, assim, os Estados, em um movimento violento, mas também civilizador. O caso da proeminência de Buenos Aires em relação às províncias do interior e dos povos originários parece encaixar nessas premissas.

Outro clássico dos estados belicosos é Hobbes, que entende que os mesmos estão em constante estado de guerra, de todos contra todos, de soma zero, sendo que não há possibilidade de fugir dos conflitos, porque cada unidade tem interesses que colidem com os interesses dos outros (HOBBS, [1651], 2006). Impera, portanto, a necessidade de conquista. A paz no entendimento hobbesiano é apenas o período de recuperação para a próxima guerra. Assim, em meio a um mundo beligerante e violento, não há restrições morais ou legais. Da mesma forma que Maquiavel entendeu a moral, Hobbes retomou o pensamento e classificou a guerra como a atividade que mais se ajusta às necessidades do soberano em relação à conquista permanente: não existem as noções de bem ou mal, apenas aquilo que é conveniente. Neste sentido, se observa no pensamento clássico uma tendência inequívoca à expansão ilimitada. Tal expansão gera tendências monopólicas, especificamente a impérios, que têm a necessidade constante da aquisição de território, já que sua expansão é um movimento que obedece à lógica do próprio sistema e à própria concepção da sua sobrevivência.

Já os mercantilistas entendem que a expansão comercial é fundamental para a acumulação acelerada de riqueza de um Estado, definido como a autoridade política que domina um território, ou seja, poder e riqueza dentro de um território, em um ambiente claramente competitivo. Metri (2016) destaca que os mercantilistas não estavam preocupados com a riqueza em si, mas com a construção e expansão do Poder, que a riqueza e o intercâmbio comercial poderiam oferecer. Metri (2016) esclarece que a

expansão do capital tem inflexão desde o século XVI. A procura de posições privilegiadas e do monopólio, ou, no melhor dos casos, do exclusivismo, é, desde então, o motor para a alocação de produtos. Nesse sentido, desde essa época as atividades comerciais se revelam uma peça chave para a expansão do Estado. Não via abertura de mercados, senão via obstrução dos demais mercados, bloqueando possíveis concorrentes, na procura de menos competição para obter lucros extraordinários. Portanto, a pergunta central dos mercantilistas é como financiar a guerra, por ser essa a atividade que dá territórios e vantagens, já que esse novo território pode ser tributado, forçado a utilizar a moeda imposta e ter também que responder à nova dívida pública. A lógica da conquista territorial está totalmente entrelaçada à lógica de expansão comercial, sendo que quem tem mais território, tem mais possibilidades de conquistar maior poder. Padula (2019) nos lembra que economistas clássicos como “Petty, Hamilton e List consideram fatores geográficos, como o aproveitamento do espaço territorial nacional, de seus recursos naturais e potencialidades para geração de excedente e progresso econômicos” (PADULA, 2019, p. 10). Petty, por exemplo, vai além quando declara que “Os súbditos do Rey da Inglaterra têm capitais suficientes e disponíveis para movimentar o comércio de todo o mundo” (PETTY, [1690] 1996, p.197). Adam Smith, em “A riqueza das Nações” ([1776], 2003), no capítulo dedicado às Colônias, também concorda com a importância da expansão territorial para dominar o comércio mundial, porque, além das práticas extrativas, é interessante para o colonizador estabelecer rotas de comércio cada vez mais sofisticadas, ampliando, assim, seu poderio a nível mundial. Contudo, Rosa Luxemburgo expõe que:

La escuela inglesa de Smith-Ricardo, predominante en toda Europa en la primera mitad de siglo XIX, negó rotundamente la posibilidad de la propiedad comunal sobre la tierra. Los más grandes genios de la ciencia económica en la época del “racionalismo” burgués se comportaron exactamente como los primeros conquistadores españoles, portugueses, franceses y holandeses que, debido a su gran ignorancia eran totalmente incapaces, en la América recientemente descubierta de comprender las relaciones agrarias de los nativos y, en ausencia de propietarios privados declaraban simplemente a todo el país “propiedad del emperador” (LUXEMBURGO, 1917, p.51).

A conquista do território físico leva à procura, quase que involuntária, da expansão econômica e, portanto, da criação dos territórios econômicos, que, uma vez desenvolvidos endogenamente, se reproduzem para fora do território físico, através de diferentes mecanismos financeiros, dentre os quais, provavelmente o mais importante seja a instituição dos bancos. No caso do Reino Unido, foi determinante a criação do Banco de Inglaterra, em 1649, pois essa prematura organização, regularização e

institucionalização do sistema financeiro britânico lhe deu as ferramentas indispensáveis para o seu domínio como potência (KENNEDY, 1989).

Hilferding ([1910], 1985) também observou a expansão do território econômico. O autor analisou os mecanismos dos quais se valeu o capital financeiro para transformar o território físico para o econômico e identificou as raízes da expansão imperialista, firmemente atrelada ao surgimento do capital financeiro. Nesse cenário, os bancos têm uma função superlativa em relação às demais instituições e é o Estado que se vê inteiramente fortalecido pelo avanço do capital financeiro: “o capital financeiro torna-se portador da ideia do fortalecimento do poder estatal por todos os meios” (Hilferding, 1989, p.311). Neste sentido, é o Estado que aumenta as suas fronteiras para além de suas barreiras físicas. Ou seja, as fronteiras geográficas abraçam novos espaços não físicos, partes importantes do poder estatal, que são os territórios econômicos. No nosso caso de estudo, o Rio da Prata era parte do território econômico do Reino Unido.

A preocupação pela conquista do território econômico é intrínseca aos Estados. A procura de posições privilegiadas, que forneçam acesso a novos mercados e, se possível, ao monopólio do comércio, gera um Estado poderoso que nas palavras de Hilferding (1989): “não tem necessidade de respeitar os interesses opostos de outros Estados. (...) um Estado forte faz valer seus interesses financeiros no exterior” (Hilferding, 1989, p. 314). Bukharin ([1984], 1986) concorda, mas enfatiza a economia política nacional e especificamente a divisão de trabalho dessa economia, além da relação dela com o sistema internacional. Segundo o autor, a economia mundial é um “sistema de relações de produção e de relações correspondentes de troca, que abarcam o mundo em sua totalidade” (BUKHARIN, 1986, p. 24).

O capital financeiro prende, em suas tenazes, o conjunto do país. A economia do país transforma-se em um gigantesco truste. A economia se transforma em gigantesco truste combinada, cujos acionistas são os grupos financeiros e o Estado. Designamos essas formações de trustes capitalistas nacionais (...) A partir daí, é possível falar de concentração de capital nos trustes capitalistas nacionais, compreendidos como partes integrantes de um campo econômico-social muito mais amplo: a economia mundial (BUKHARIN, 1989, p.111).

Ainda, Bukharin adverte que a conquista do território físico é importante, mas não é isso o que mais caracteriza as tendências imperialistas. A organização do território econômico e as suas redes para fora do Estado, como braços de polvo emanando dele, é que são fundamentais para entender o Sistema Internacional. Pela sua parte, Gotmann (1975) reflete sobre a própria definição de território e nele a construção do espaço

econômico. Para ele, é indissociável a ação humana no território, embora existam os componentes naturais, a sociedade faz do território um novo espaço, que se define pela sua utilidade a esse grupo humano: “Território é um conceito gerado por pessoas organizando espaço para seus próprios fins” (Gottmann, 1975). Neste sentido, o Estado é quem concentra o poder para administrar esse território, trata-se, portanto, de um espaço notadamente político. O autor chama atenção sobre a vocação de reordenamento do espaço que tem o Estado.

Arrighi ([1994], 1996) faz uma contribuição destacável. Ele diferencia o espaço do Estado do espaço do capitalismo. A territorialidade econômica ganha um entendimento diferente, já que o Estado só estabelece seu poder em um espaço físico, onde importam as barreiras geográficas, isso por que o capitalismo opera o seu poder em todas as áreas, sendo o território físico - a terra - apenas uma das instâncias da acumulação de capital. Aqui se torna interessante pensar sob uma perspectiva braudeliana, de longa duração, para entender os fenômenos que vinculam o capitalismo ao poder estatal e à procura da constante expansão e reprodução desse modelo para fora.

A escola do Poder Global do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI-UFRJ) também tem feito contribuições ao debate. Fiori (1999) define o Sistema Internacional como sendo essencialmente instável, expansivo, sempre em movimento, assimétrico, hierárquico e conflitivo. Não se trata de um ente abstrato, está firmemente encarnado em corporações e grandes potências que se comportam como predadores. Desse modo, o espaço geográfico, ou seja, o território físico não perde a sua importância. De fato, na atualidade, a sua expansão continua a ser prioritária, sob novas formas, como por exemplo, no assentamento de bases militares e também adquire novas concepções através da expansão das finanças, das empresas transnacionais e dos capitais internacionais públicos, privados e mistos.

Finalmente, queremos trazer brevemente algumas das contribuições de Wallerstein (2006). O autor do “sistema-mundo” o define na vinculação intrínseca e indissociável do capitalismo, que tornou possível a expansão econômica e financeira, tendo como consequência a distribuição distorcida dos recursos mundiais e a disputa incessante no território físico externo pelo excedente. Ele chama tal panorama de “geografia do capitalismo”, onde foca na divisão de trabalho mundial que promove áreas periféricas, centrais e semi-periféricas. O diálogo com a escola do imperialismo é claro.

Para Wallerstein, é importante pensar os conceitos de território físico e território econômico, tendo em vista que o sistema-mundo está, desde o século XVI, sendo abraçado por um fenômeno cada vez mais invasivo: a globalização. Nesse ponto, tem muita relevância o que ele chama de “geocultura”, que atinge tanto a economia-mundo como o próprio sistema-mundo.

*Se han desarrollado algunos patrones culturales comunes, lo que llamaremos una **geocultura**. Significa que ni la homogeneidad política ni la cultural debe ser esperable o encontrada en una economía-mundo. Lo que unifica con más fuerza a la estructura es la división de trabajo constituida dentro de ésta. (WALLERSTEIN, 2006 ,p.22).*

O território físico e econômico, para Wallerstein (2006), é uma coleção de muitas instituições, dentre as quais as principais são os mercados, as corporações, os múltiplos Estados inseridos no sistema inter-estatal e as unidades domésticas com suas diferentes classes sociais e econômicas, grupos e elites que têm e formam diferentes identidades e, portanto, formas de se relacionar. Em relação ao mercado, sobre o qual o autor reflete longamente, ele esclarece que:

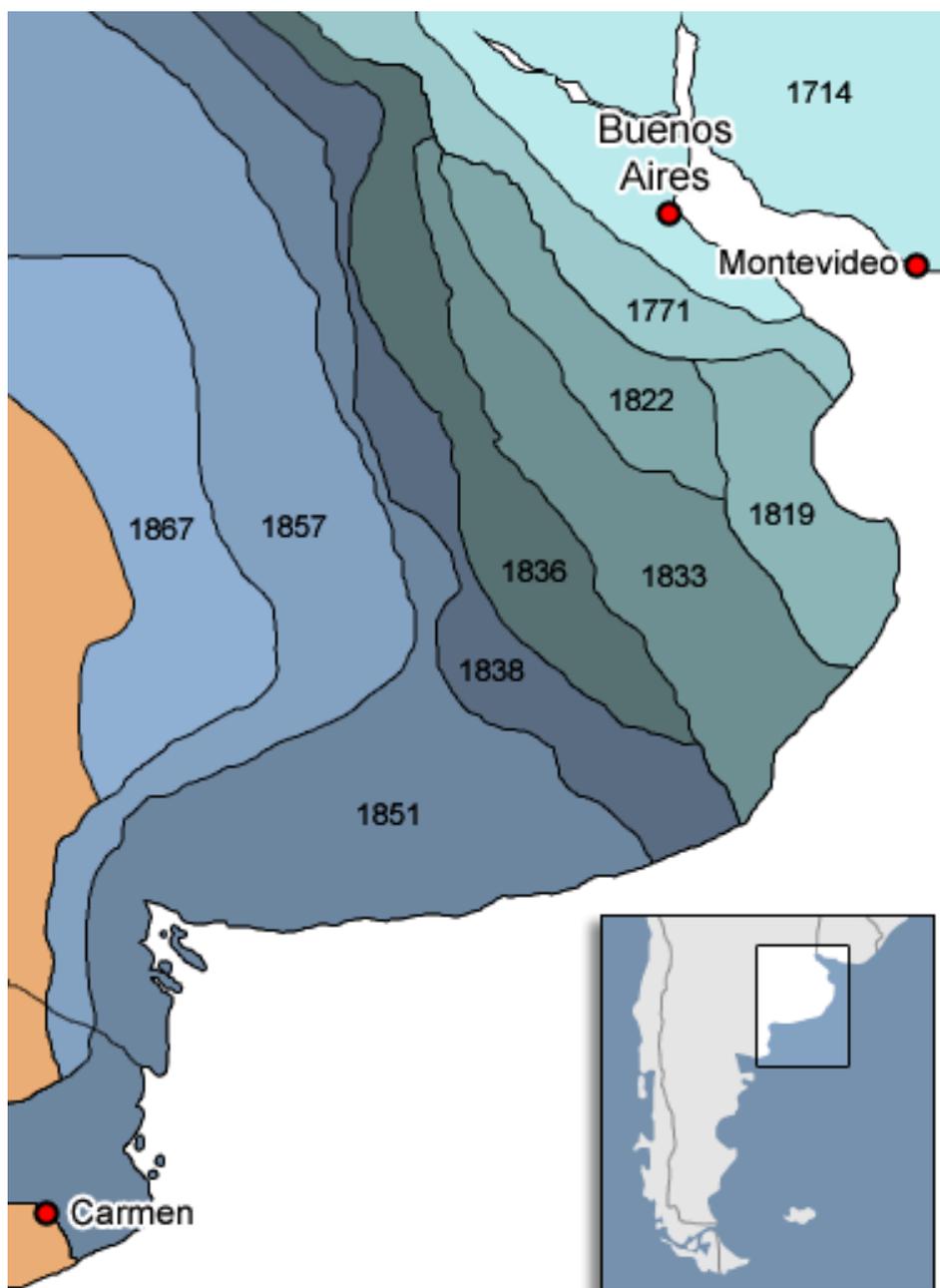
El mercado absolutamente libre funciona como una ideología, un mito y una influencia restrictiva, pero nunca como una realidad cotidiana. Una de las razones por las que un mercado totalmente libre no es una realidad cotidiana, si es que alguna vez fuera a existir, es que volvería imposible la acumulación incesante de capital. Esto puede parecer una paradoja, porque es cierto que el capitalismo no puede funcionar sin mercados, y también es cierto que los capitalistas dicen con regularidad que están a favor del libre mercado. Pero los capitalistas necesitan, de hecho, mercados no completamente libres sino mercados parcialmente libres. La razón es obvia (WALLERSTEIN, 2006, p.23).

O sistema-mundo e a economia-mundo de Wallerstein nos leva a refletir sobre um suposto universalismo como tendência inequívoca do Sistema Internacional. Neste sentido, teriam vital importância a conquista dos - cada vez maiores e mais profundos - espaços econômicos.

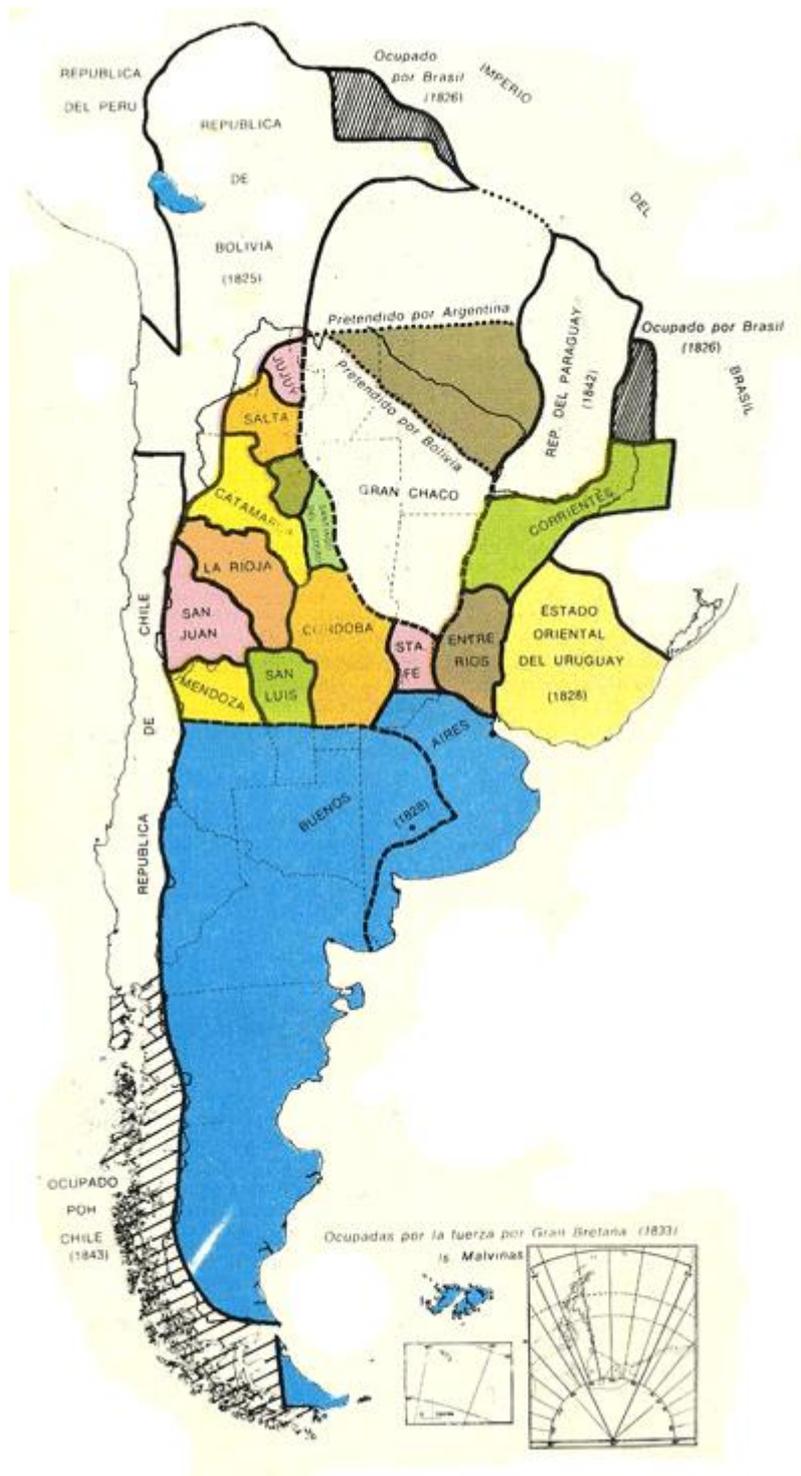
O conceito de território físico se aplica no nosso caso de estudo em: 1) o avanço paulatino de Buenos Aires sobre a fronteira com o índio; e 2) uma vez solucionada a questão nacional e unificada Buenos Aires e a Confederação depois de Cepeda e Pavón, o avanço sobre esse território físico se estende à Patagônia, e todo o país, incluindo as províncias do interior, sob o comando de Buenos Aires. Já o conceito de território econômico nos serve para refletir sobre como o modo de produção agropecuária sentou as bases para a acumulação capitalista de Buenos Aires, que, alavancada pela apropriação da principal aduana do país, conseguiu impor sua moeda às províncias (BAZZA, 2019),

e centralizar todas as operações econômicas financeiras do país na cidade de Buenos Aires.

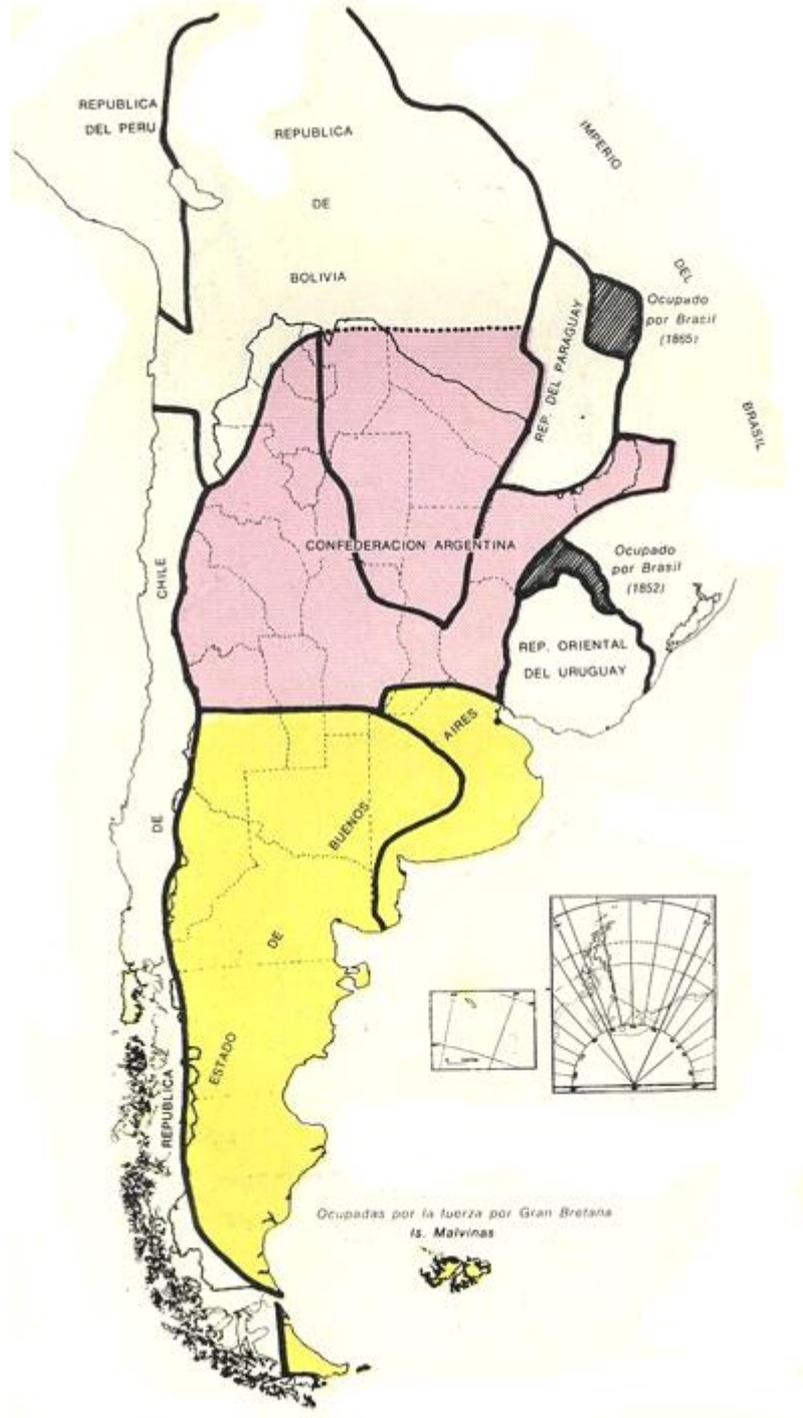
Nesse ponto, resulta interessante perceber como a expansão da fronteira física e econômica se dá em Buenos Aires, questão que está intimamente ligada ao que Ferns (1979) e Francis (2013) apontam: a importância do capital britânico como motor dessa expansão territorial, já que a América toda participa desse processo e o Estado se arma em função desses incentivos (CRESPO, 2016).



Avanço da fronteira de Buenos Aires entre 1714 e 1867. Fonte: *De Pruxo - Trabajo propio*, CC BY 2.5
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=2168942> IN Wikimedia Commons.



Mapa Argentina de 1825 a 1852. Fonte: Governo da Província de Buenos Aires.



Mapa Argentina de 1852 a 1861. Fonte: Governo da Província de Buenos Aires.



Mapa Argentina de 1878 a 1884. Fonte: Governo da Província de Buenos Aires.



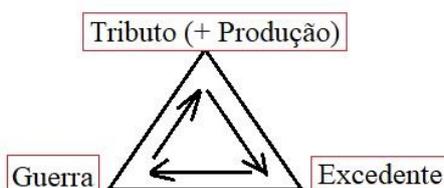
Mapa da Argentina de 1884 a 1943. Fonte: Governo da Província de Buenos Aires.

1.3 A GUERRA, AS MILÍCIAS E O EXÉRCITO NACIONAL

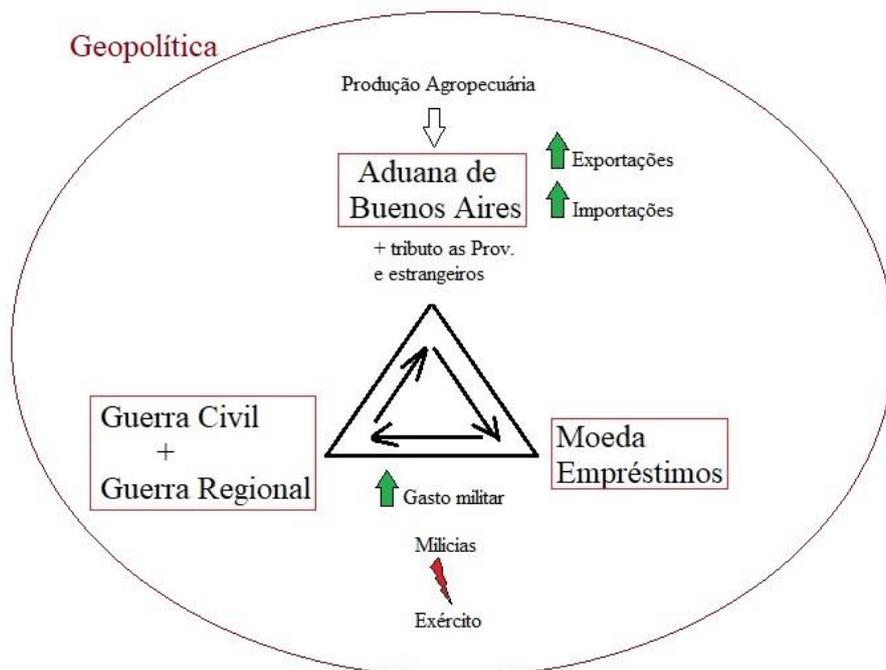
No último livro organizado pelo professor José Luís Fiori (2018), “Sobre a guerra”, catorze artigos discutem a guerra sob diferentes perspectivas, embora a partir de um entendimento comum, que é a contribuição do PEPI-IE-UFRJ na matéria. O ponto mais saliente, para nós, é aquele que justamente conversa com a nossa tese:

Através da história os poderes territoriais financiaram suas guerras através da conquista, da pilhagem e de várias formas de tributação punitiva, imposta pelos vencedores aos povos derrotados. Mas foi só a partir do século XV e XVI, que os estados europeus conseguiram resolver o problema do financiamento de longo prazo de suas guerras, através de um sistema de tributação regular, sustentado por um modo de produção e acumulação de excedente e de riqueza cada vez mais autônomo. Uma solução absolutamente original, cujo segredo foi fazer da própria guerra um mecanismo regular de acumulação de riqueza e, simultaneamente, fazer da acumulação da riqueza um instrumento regular de conquista e acumulação de poder (FIORI *in* FIORI 2018, p.77).

Esse mecanismo triangular ao qual se refere Fiori (2018) se aplica no nosso caso de estudo, com a diferença de que o monopólio da Aduana (tributo + produção) é o fator primordial que dá a Buenos Aires a capacidade de gerar renda (vinda da produção agropecuária), aumentar consideravelmente o excedente, impor a tributação e a sua moeda às demais províncias, assim como gozar de uma relação privilegiada com o Reino Unido. As rendas da Aduana (o excedente) servem a Buenos Aires para o aumento nos gastos militares (guerra), a princípio em caráter defensivo (pela fronteira com o índio) e, depois, em caráter ofensivo. Isto gera investimento e organização das milícias, que foi a base do Exército. Assim, quando os conflitos com as províncias finalmente se desencadearam, Buenos Aires dispôs de suficientes ferramentas para vencer.



Triângulo explicativo de Fiori. Fonte: Elaboração própria.



Triângulo aplicado ao caso do estudo. Fonte: Elaboração própria.

Nos “Seminários livres Sobre a Guerra” de 2016 e 2017, Fiori (2016, 2017) já usava a mesma classificação que expôs no texto de 2018, onde dividiu os argumentos das guerras como sendo: 1) guerra justa; 2) guerra santa; 3) guerra pela civilização; 4) guerra pela hegemonia; e 5) guerra pelo progresso. Os pontos 3 e 5 são os argumentos mais evocados pela Geração dos 80, liberal e europeísta. Ainda, Martins (2017) define a guerra como o elemento estruturante e dinâmico que alavanca a acumulação de capital e o capitalismo. Exatamente como acontece no nosso marco.

Roberts (1956) e Parker (1976, 1996) desenvolvem a ideia de “revolução militar” que teria tido lugar entre os séculos XVI e XVII na Europa, embora outros autores coloquem o século XIII como o começo da mesma (CRESPO, 2016). Foi justamente a revolução militar - que precedeu a industrial - que permitiu que a Europa se destacasse em relação aos demais continentes. As causas foram: 1) a tecnologia aplicada à navegação; 2) a melhora na logística dos Exércitos; e 3) o volume dos Exércitos. Desta maneira, a revolução militar aumentou a escala da Guerra, pois a partir de então os Estados precisaram controlar grandes quantidades de recursos e, para se inserir nessa concorrência, precisavam de maiores quantidades de capital. Isto levou à necessidade de uma maior acumulação de terras, portanto, foram dadas as condições para a concentração dos Estados em unidades cada vez maiores.

Tilly (1996) assegura que o Estado moderno foi produto da Guerra. Os Estados fazem as guerras e as guerras fazem os Estados. Algo similar reflete Oszlak (2015) sobre o caso argentino.

Hay un sino trágico en este proceso formativo. La guerra hizo al Estado y el Estado hizo a la guerra. La unión nacional se construyó sobre la desunión y el enfrentamiento de pueblos y banderas políticas. La unidad nacional fue siempre el precio de la derrota de unos y la consagración de privilegios de otros. Y el Estado nacional, símbolo institucional de esa unidad, representó el medio de rutinizar la dominación impuesta por las armas (OSZLAK, 2015, p. 275).

O Estado fiscal militar se desenvolveu na Europa alavancado por um novo fator: a colonização das Américas, que gerou uma rede de tributos até então desconhecidos. Somado à escravidão, ao sequestro em massa de africanos, tal fator marcou o início do capitalismo. Barraclough (1964) foi além e afirmou que o ingresso das Américas nas economias da Europa foi o que determinou, em última instância, a Revolução Industrial.

A descoberta do Novo Mundo alterou completamente a situação. Aumentou as antigas regiões habitadas – o “mundo fechado” da Metrópole – com toda a zona de “fronteira”, as regiões habitáveis inexploradas reveladas pelas explorações dos séculos XV, XVI e XVII – “três novos continentes, uma grande parte de um quarto, e milhares de ilhas e oceanos até então mal conhecidos”. As cifras tornam mais claro o que isso representava. A população da “Metrópole” em 1500, cerca de 100 milhões, se amontoava numa superfície de 750.000 milhas quadradas, dando uma densidade média de 26,7 pessoas por milha quadrada. Mas agora, “aos 100 milhões de pessoas na Metrópole tornaram-se repentinamente disponíveis” –além da riqueza exportável, ouro e prata, madeira e peles- “perto de 20 milhões de milhas quadradas de terra fabulosamente rica e praticamente despovoada, uma superfície mais de cinco vezes maior que toda Europa”. O resultado é que “a densidade demográfica reduziu-se a menos de cinco pessoas por milha quadrada e cada indivíduo podia ter a média de 148 acres, ao invés de 24”. Além disso, no entanto – e muito mais imediatamente importante-, houve o impacto sobre a Metrópole, causado pela riqueza do Novo Mundo. Foi o tesouro americano, e só ele, “o que inverteu a longa queda dos preços e os mandou para cima a ponto de constituir uma revolução”. Foram os “lucros inesperados” da fronteira – aquelas mercadorias que caíam nas mãos dos exploradores e aventureiros quase sem trabalho- que possibilitaram a acumulação de capital que tornou possível a Revolução Industrial (BARRACLOUGH, 1964, p.176).

Crespo (2016) salienta que outros fatores foram também decisivos na formação do Estado fiscal militar, também instaurado nas Américas: 1) a revolução agrícola, com a introdução da batata e do milho, aumentando exponencialmente a produtividade não só na Europa, como também na Ásia; 2) o aumento na prática da tributação; 3) o aumento paulatino da população urbana e, portanto, o aumento do consumo e da diversificação do seu padrão; e, finalmente, 4) o aumento da presença do Estado na sociedade, o que criou

uma série de instituições que regem a moeda, a segurança, a defesa e a ideia de nação, dando origem ao Estado-nação moderno.

Por isso, para fazer a Guerra, os Estado precisam ter 1) capacidade de tributação, que depende de uma alta produtividade - e não só da redução dos custos de transação -, pois sem essa condição é difícil comandar os recursos que exige o esforço de guerra. A colonização e o mercantilismo também podem ser outras ferramentas para encontrar novos espaços de tributação; e 2) um sistema financeiro que lhe permita aceder a empréstimos e, portanto, gerar uma dívida pública. Bom exemplo dessa premissa é a Inglaterra, que, entre 1688 e 1790, gastava 80% do seu orçamento total do Estado para a guerra. O caso de Buenos Aires não é menos impressionante. Segundo Garavaglia (2003), os gastos militares do orçamento total de Buenos Aires (sem a dívida) em 1824 eram de 53%; em 1841, de 81%; em 1854, de 57%; e, em 1861, de 53%. Gelman e Santilli (2014) apontam que *“se puede afirmar, con pocas dudas, que los salarios militares expresan un porcentaje altísimo de los salarios estatales de Buenos Aires y estos, a su vez, un porcentaje elevado del total de asalariados de la sociedad”*. (GELMAN; SANTILLI, 2014, p.87), ou seja, a classe militar, na metade do século XIX, em Buenos Aires, era expressiva e se retroalimentava das finanças que cresciam com o aumento da arrecadação da Aduana.

Álvarez também analisa o crescimento no gasto militar de Buenos Aires entre 1825 e 1865, a dificuldade de diminuir o orçamento que crescia na medida em que cresciam os conflitos, mas também na medida em que se formava justamente essa classe militar à qual se referem Gelman e Santilli (2014).

Hacia 1825, insumía más de un millón de pesos fuertes sobre los 2.292.452 del gasto total. Para 1834, conceptuó Angelis que el desarreglo de la hacienda pública era obra exclusiva de los gastos “ilegales, excesivos y ruinosos” de presupuesto de guerra; explicando, de paso, que todo el producto de la contribución directa de 1833 apenas alcanzaba para costear un regimiento. El ejército teórico debía formarse por entonces de 4.500 soldados y 260 oficiales, en números redondos; el ejército real, inferior a 2.400 soldados, contaba más de 700 oficiales. En lugar de 2 generales, 13; 41 coroneles en vez de 7; y 92 tenientes coroneles, en reemplazo de los 17 autorizados. No bastando los sueldos, hubo que repartir tierras públicas entre los jefes y oficiales adictos, y la lucha por el ascenso llegó a ser inseparable de la guerra civil. A principios de 1865, en plena reorganización interna, quedaban aún 30 generales rentados para un ejército de 8.000 hombres; y ese año, la guerra del Paraguay volvió a hacer imposible la reducción del personal, superior (ALVAREZ, 1912, p.45).

Contudo, é interessante assinalar que a criação do exército obedece primeiro ao estímulo externo: as invasões britânicas a Buenos Aires, em 1806 e 1807 (BRIZUELA,

2018), ou seja, “*el cuerpo de Patricios, y demás milicias criollas, construídas con motivos de las invasiones inglesas sobrevivió a sus funciones específicas (...). El Ejército Argentino es anterior al nacimiento de nuestra patria a la vida independiente*” (HOROWICZ, 2016, p.17). Essas milícias/exército começaram a se profissionalizar em razão das ameaças que representavam os *malones*⁶, seguidas pela guerra civil. Nesse momento, se estabeleceram as condições para a formação de um Exército nacional bem melhor dotado de recursos, que, definitivamente, alcança o seu ápice quando volta da Guerra do Paraguai (1864-1870). Foi, então, que as presidências liberais resolveram o problema da fronteira usando a guerra como solução.

Todavia, discordamos de Horowicz (2016) em um ponto, quando o autor sinaliza que o “exército argentino” é anterior ao Estado nacional. O exército é sim anterior ao Estado Nacional, mas não se trata do exército argentino. Isso por que a defesa da cidade de Buenos Aires foi levada adiante pelos Patricios⁷, os vizinhos da cidade, assim como pela população em geral. Todos portenhos. Esse fato é relevante na medida em que o senso de pertencimento estava atrelado à província e não existia um sentimento nacional, muito menos argentino. É verdade que a definição de “Argentina” era usada desde, aproximadamente, 1650, como sinônimo da região do Rio da Prata, que incluía Buenos Aires, o litoral, o Uruguai, parte do Paraguai e do Brasil. Mas de nenhuma forma era sinônimo do que hoje consideramos Argentina. Portanto, quem defende a cidade de Buenos Aires são os portenhos e não os argentinos. Dizer de outra forma, comporta um anacronismo. Assim acontece com todas as forças milicianas de cada província. Elas

⁶ Ataque inesperado de índios, que incluíam saqueios de grandes quantidades de gado, sequestro de mulheres (as *cautivas*), crianças e outros prisioneiros para serem trocados depois com os diferentes governos. As *malones* foram uma preocupação muito grande para os fazendeiros, em termos econômicos e para a população que vivia aterrorizada perante a ideia. A política de Rosas de ter “índios amigos” controlou a prática através dos *regalos*, que eram provisões de gado, alimentos e bebidas que enviava como uma espécie de pacto/ suborno para evitar os ataques. Com a queda de Rosas, em 1852, se reinicia a prática, que leva as presidências liberais, primeiro a negociação e depois ao genocídio dos povos indígenas. O último *malón* aconteceu no 17 de março de 1919 e ficou conhecido como o “massacre do Fortín Yunká”, no norte da província de Formosa. Finalmente, recomendamos assistir ao filme “El último malón” (1917), que narra a história do *malón* de 1904 na província de Santa Fé. “*Es una película silente y la trama se centra en la relación de los pueblos originarios con la sociedad blanca/criolla. Fue rodada en Santa Fe durante 1917, utilizando algunos de los escenarios y de las personas que participaron de la rebelión de los pueblos originarios*” (RODRIGUEZ, 2011, p.163).

⁷ A *Legión de Patricios Voluntarios Urbanos de Buenos Aires*, ou em português: a Legião de Patrícios Voluntários Urbanos de Buenos Aires foi formada em 15 de setembro de 1806, logo após o chamado de Santiago de Liniers a todos os homens para a defesa da cidade da primeira invasão inglesa. Os Patrícios ainda existem e suas funções atuais são mais voltadas ao papel de cerimônia de escolta do Chefe de governo da cidade de Buenos Aires [prefeito] e ao recebimento de presidentes ou personalidades do exterior quando visitam a Argentina. Também fazem custódia no *Cabildo* de Buenos Aires e, eventualmente, participam de missões de paz e treinos de combate.

respondem a um grão caudilho, que é também o governador, havendo várias hierarquias de mando antes dele, que se organizam também geopoliticamente: por *pago* (distrito), município, cidades e província.

A formação das milícias contribuiu para a execução dos conflitos armados, mas reiteramos que a guerra só pode ter lugar quando recebe financiamento – no caso de Buenos Aires, vindo dos fazendeiros bonaerenses que conformavam, ao mesmo tempo, a burguesia comercial e o poder político e que cresceram desde o final do século XVIII, se estabelecendo definitivamente no século XIX. De fato, foi através dessa elite agropecuária e de seus ativos que a força destruidora da guerra – ou melhor, a “destruição transformadora” à qual se refere Fiori (1999, 2017) em relação ao papel da guerra – tem lugar.

Assim como Horowicz (201), Chumbita (2014) também concorda que entre as consequências mais palpáveis das invasões britânicas está a da criação das milícias *criollas*, que tiveram importância destacada para sustentar o movimento independentista, iniciado em 1810. Entretanto, Chumbita (2014) relativiza a centralidade da revolução em Buenos Aires, pois considera que a região inteira vive um momento de revoltas.

Para algunos la Revolución empieza con el rechazo de las invasiones inglesas. Sin ninguna duda ahí aparece la fuerza autónoma de las milicias criollas que van a ser después los que sostienen el movimiento de Mayo de 1810. No podemos olvidarnos que en 1804 los negros esclavos habían hecho la insurrección y la independencia de Haití; y que en 1809, un 25 de mayo, pero no en Buenos Aires sino en Chuquisaca, se inició la revolución en lo que era en ese entonces el Virreinato del Río de la Plata, ya que el Alto Perú era la parte más poblada y el riñón económico del Virreinato (CHUMBITA, 2014, p.1).

Contudo, as milícias - e, depois, exército nacional -, só cresceram como cresceram em Buenos Aires, que comanda o processo de organização nacional, seja por coerção ou por influência política, econômica e sociológica. Tudo isso se deve, novamente, à força econômica do monopólio da Aduana.

O serviço militar obrigatório, começado em Rosas, foi, em grande medida, uma iniciativa transformadora. Uma “revolução militar” à portenha, já que servia a vários propósitos: 1) o recrutamento de forças; 2) a ação disciplinadora de gaúchos, bandoleiros, e qualquer outro fora da lei; 3) a construção e manutenção do poder; e 4) uma nova engrenagem no tipo de capitalismo agroexportador serviente ao poder econômico e financeiro do Reino Unido. Álvarez (1912) considera curiosa “a repugnância ao serviço militar em homens que voluntariamente corriam para combater pelo seu caudilho”

(ÁLVAREZ, 1912, p.46). Isso se explica na construção da liderança do caudilho, oriunda da lealdade por parte de seus milicianos, questão que o serviço militar obrigatório nacional não sabia reproduzir. Essa questão ficou muito evidente durante a Guerra do Paraguai, quando o número de deserções se tornou um problema.

A guerra, então, financiada pela Aduana, foi a força transformadora que deu a forma atual ao país que hoje chamamos Argentina. Mas, a formação do moderno Estado nacional não seria nada fácil.

CAPÍTULO II: O PROBLEMA DA FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL ARGENTINO E A GUERRA COMO SOLUÇÃO

2.1 A LUTA PELA ADUANA DE BUENOS AIRES ENTRE FEDERALISTAS E UNITÁRIOS

A prominência de Buenos Aires em relação às províncias do interior se revelou irrefreável bastante cedo. A Aduana rendeu os elementos necessários para esse destaque e a guerra foi a solução final para resolver antigas controvérsias e a organização nacional. Foi graças à apropriação do principal porto que Buenos Aires atingiu a acumulação primitiva de capital, que lhe deu os principais elementos para se impor ao resto das províncias, por meio da coerção. Essa apropriação começou ainda durante o Império Espanhol. Cabe lembrar que o território que hoje chamamos de Argentina pertenceu, desde 1542 e até 1776, ao Vice-Reino do Peru, uma das quatro⁸ unidades político-administrativas do Império Espanhol na América, e acabou separada desse Vice-Reino pela pressão competitiva que o porto de Buenos Aires gerava. O contrabando (e a tentativa de controlá-lo), a percepção de um novo porto para escoar as mercadorias da América para a Europa, assim como a situação de instabilidade no Velho Continente foram as principais razões dos espanhóis para que, em 1776, fundassem o último Vice-Reino da monarquia dos Bourbon. Nascia assim o Vice-Reino das Províncias Unidas do Rio da Prata, que teve seus dias finais com a independência, em 1816.

El puerto de Buenos Aires y su apertura al libre comercio toma un auge inusitado cuando – en 1776 – su majestad Carlos III de Bourbon crea el Virreinato del Río de la Plata y dicta el Reglamento de Libre Comercio de España e Indias. Entre otras, las normas impositivas favorecerían a la producción de materias primas en los territorios americanos y, lo más importante, declaraban puertos libres a Maldonado, Montevideo y Buenos Aires y se establecía la Aduana en esta última (MONTROYA, 2012, p.7).

Desde então, Buenos Aires construiu a sua hegemonia em relação às demais províncias e “*asumió directamente el manejo de los negocios públicos, recurriendo a*

⁸ Vice-reino da Nova Espanha: compreendia os territórios que hoje seriam a costa oeste dos Estados Unidos, México e América Central. Existiu de 1535 a 1821 e a capital administrativa era a Cidade de México.

Vice-Reino de Nova Granada: compreendia os territórios que hoje seriam a Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador. Existiu de 1717 até 1819 e a capital administrativa era Santa Fé de Bogotá.

Vice-Reino do Peru: compreendia a maior parte da América do Sul, com a exceção do Brasil. Existiu de 1542 – 1824 e a capital era *Ciudad de los Reyes*, hoje Lima.

Vice-Reino do Rio da Prata: compreendia a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Existiu desde 1776 até 1816 e tinha como capital Buenos Aires.

violencias y fraudes” (ALVAREZ, 2017, p.30), apresentando-se, claramente, desde o século XIX, como o centro econômico, político e cultural da Argentina. Nem mesmo todos os anos de guerras civis, ou as tentativas de mudar de capital, nem todas as pressões por parte das diferentes lideranças, conseguiram mudar o curso dessa centralidade, tal como aponta Oszlak (2015).

Buenos Aires aspiró desde el mismo momento de la Revolución de Mayo a constituir un Estado unificado bajo su hegemonía. Si otros intentos separatistas no prosperaron se debió, especialmente, a la enorme diferencia de fuerzas entre la provincia porteña y cualquier otra coalición de provincias o proyectos de Estado alternativos. La Confederación Argentina, constituida luego de la caída de Rosas sin la adhesión de Buenos Aires, no fue una excepción e ilustra el caso límite: la coalición de *todas* las provincias no consiguió imponerse a Buenos Aires (OSZLAK, 2015, p.262).

A Revolução de Maio de 1810 e, mais tarde, a Declaração da Independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 1816, significaram um desafio para os dirigentes da nova nação que pensavam o modelo de país. Se a questão republicana era bastante clara para o Congresso de Tucumán, havia também ideias monárquicas. Segundo Bartolomé Mitre [1857], alguns dos libertadores, entre eles San Martín e Manuel Belgrano, tinham concepções mais próximas das monárquicas do que das republicanas para resolver o problema de organização nacional. Belgrano, por exemplo, pensou em algum momento em reivindicar um império platino cujo imperador seria algum descendente dos Incas. Já San Martín acreditava que a monarquia seria apenas um meio para se desvencilhar com maior facilidade dos grilhões espanhóis. Nenhuma dessas ideias foi levada a sério pelo Congresso de Tucumán.

Logo declarada a independência, surgiram duas propostas antagônicas para revolver a organização do país. Foram fundados assim os Partidos Unitário e o Federal, cuja luta pelo poder levou ao que a historiografia argentina normalmente chama de Primeira e Segunda Guerra Civil Argentina, que aconteceram em 1826-1827 e 1828-1831, respectivamente. Desses conflitos saiu vencedor o Partido Federal, com as lideranças de Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires; Javier Lopez, no Litoral; e Facundo Quiroga da província de La Rioja, representando as províncias do Interior.

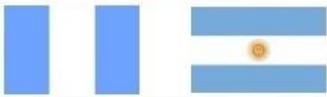
Dentre as principais diferenças entre unitários e federalistas, a que mais nos interessa aqui é a questão concernente à aduana e a livre navegação dos rios internos, que possibilitam o comércio exterior. Para não nos deter muito nesse assunto, segue um quadro explicativo comparando os principais pontos de desencontro:

	Unitários	Federalistas
Existência	1816-1862	1818-1868
Essência	Centralizar o país em Buenos Aires	Respeitar as autonomias provinciais e delegar algumas funções ao Estado Central
Problema	Aduana de Buenos Aires, livre navegação dos rios interiores para nacionais e estrangeiros	Aduana Nacional, livre navegação de rios interiores só para nacionais
Ideologia	Liberalismo, Centralismo, Livre comércio	Conservadurismo, Federalismo, proteccionismo às produções nacionais
Defensores	Burguesia comercial, britânicos, intelectuais, militares	Oligarquia pecuária, caudilhos, setores populares, intelectuais
Inspirados em	Inglaterra e França	Estados dos Sul dos EUA

Fonte: Elaboração própria.

A luta de poder entre unitários e federalistas mostra não só ideias contrapostas para o problema da organização nacional, mas também como surgem as construções das lideranças na nascente Argentina, como esses governantes se relacionam entre eles. Cabe lembrar que a existência da organização político-econômica provincial é anterior à formação do Estado nacional, o que implica no fato de que os governadores-caudilhos representavam - até os anos 1840, quando Rosas começa a se autoproclamar líder supremo da Confederação -, em última instância, a máxima autoridade.

Se bem os grupos se condensam em volta de alguns líderes e concepções bem específicas, é claro que há – especialmente nas primeiras décadas – idas e voltas, ajustes e mal-entendidos entre quem é quem nesse novo cenário, começando pelo próprio Juan Manuel de Rosas, que inicia sua carreira política como unitário, tanto pela sua filiação, como pela classe à qual pertence, mas que encontra, já na crise da década dos anos 1820, um lugar entre os federalistas, que soube muito bem aproveitar. O mesmo aconteceu, por exemplo, com Gregorio Lamadrid, que, embora tenha se radicalizado ao lado dos unitários, esteve entre as filas federalistas. Isso não deveria nos surpreender, pois os tempos que aqui estudamos são rápidos e furiosos e a adaptação requereu, mais do que a defesa de ideias, observar a conveniência de abraçá-las.

	Líderes Unitários	Líderes Federalistas
		
	Bernardino Rivadavia (Bs As)	Manuel Dorrego (Bs As)
	Juan Manuel de Rosas (Bs As)	Juan Manuel de Rosas (Bs As)
	Juan Lavalle (Bs As)	Estanislao López (Santa Fe)
	Florencio Varela (Bs As)	Justo José de Urquiza (Entre Ríos)
	José María Paz (Córdoba)	José Artigas (Montevideo)
	<i>Generación del 37</i>	Juan Felipe Ibarra (Santiago del Estero)
	Esteban Echeverría (Bs As)	Juan Bautista Bustos (Córdoba)
	Juan Bautista Alberdi (Tucumán)	Facundo Quiroga (La Rioja)
	Carlos de Alvear (Misiones Orientales)	Tomás Brizuela (La Rioja)
	Martín Rodríguez (Buenos Aires)	Francisco Ramírez (Entre Ríos)
	Salvador María del Carril (San Juan)	Ricardo López Jordán (Entre Ríos)
	Julián Segundo de Agüero (Montevideo)	Severo Chumbita (La Rioja)
	Gregorio Lamadrid (Tucumán)	Gregorio Lamadrid (Tucumán)
1º Guerra entre Unitários e Federalistas (1826-1827)		
2º Guerra entre Unitários e Federalistas (1828-1831)		
1852		
	Bartolomé Mitre (Bs As)	
	Fautino Sarmiento (San Juan)	
	Julio Argentino Roca (Tucumán)	
1880		
	<i>Generación del 80</i>	

Fonte: Elaboração própria.

Um fator comum em ambos os grupos é justamente a radicalização das ideias e o desejo de extinguir o adversário, por meio da perseguição. É comum, quando se evoca essa época, pensar no terror imposto pela ditadura rosista e, com isso, atribuir a ele e a seus aliados, esse *modus operandi*. Mas o certo é que foram os unitários que inauguraram as práticas de perseguição.

Siempre había existido un elemento terrorista en el bando unitario, y también ellos habían contribuido desde 1810 al aumento de la violencia organizada, culminando con el derrocamiento y fusilamiento del gobernador Dorrego en diciembre de 1828 y un año de mutuas represalias. Ese fue el verdadero comienzo del terrorismo (LYNCH, 1984, p.222).

Portanto, refletimos que o terrorismo de Estado em Rosas é uma reação aos excessos do unitarismo e que se institucionaliza nos anos seguintes, em um contexto de uma sociedade extremamente violenta em todas as suas esferas. Na mesma linha, podemos pensar a polarização da sociedade, que herda já nas primeiras décadas do século XIX essa “profunda greta”, buraco do qual as atuais gerações de argentinos costumam pensar que são os criadores.

Rosas definitivamente impõe um federalismo exacerbado, graças a sua capacidade de articulação política, mas também ao fato de Encarnación Ezcurra⁹ se ocupar da propaganda do regime, introduzindo, pela primeira vez na história argentina, esse elemento novo, que fez parte de todo o arcabouço político da nação daí por diante. Falaremos desses assuntos com mais detalhe no ponto 2.2.2, onde pensamos o papel das mulheres no nosso marco cronológico.

Mas se Rosas tem em claro que o país deve professar o federalismo e que as autonomias provinciais são essenciais nesse vínculo, também é notório que, para ele, a arrecadação da aduana de Buenos Aires é para Buenos Aires. Falava mais alto o seu interesse de classe do que uma pressuposta tendência a formar um país realmente federal. Ou, como diz Milcídes Peña: *“El gobierno de Rosas fue el más unitario y centralizado en Buenos Aires que conociera hasta entonces el país”* (PEÑA, 2012, p.132). O discurso de Rosas era ambíguo e ele próprio admite essa característica quando diz: *“Acreditam que sou federal; não senhor, não sou de partido algum”* (SEGRETI; FERREYRA; MOREIRA, 2000, p. 17).

A sua queda na Batalha de Caseros (1852), liderada pelo ex-amigo e governador-caudilho da província de Entre Ríos, Justo José de Urquiza, junto com tropas brasileiras e alguns grupos do convulsionado Uruguai, obedece à negação de Rosas (ou pelo menos à ambiguidade que terminava no mesmo ponto, que era embaraçar qualquer tentativa de assinar uma Constituição Nacional) em compartilhar a aduana, em federalizar a cidade de Buenos Aires e também em permitir a livre navegação dos rios internos. Esta última questão inflacionava as mercadorias nacionais, que, por sua vez, não podiam competir com as britânicas, beneficiadas pelos acordos que Rosas mantinha com esses importadores, já que *“El puerto no sólo recaudaba y no compartía, sino que podía disponer a su antojo la exención impositiva de productos importados, medida que perjudicaba directa y violentamente a las artesanías e industrias provinciales”*.

⁹ María de la Encarnación Ezcurra y Arguibel (1795-1838) se casou com Juan Manuel Rosas aos 18 anos, ele tinha 20. Permaneceram 25 anos casados, até a sua morte. Ela liderou a facção “Federal Apostólica” que era contra a facção governista “Federal Cismática”, que nega repetidamente dar a Rosas os poderes especiais (a somatória do Poder Público), questão que ele exigia como condição para aceitar o governo de Buenos Aires. Enquanto Rosas estava na sua “Campanha ao Deserto”, conseguindo mais terras ganadeiras; é Encarnación Ezcurra quem desestabiliza o governo Balcarce, elabora uma lista de quase 10.000 pessoas, discriminando amigos e inimigos, com base nas informações secretas vindas das mulheres dos soldados, das negras escravas e de outros empregados domésticos. Encarnación Ezcurra também lidera a Sociedade Popular Restauradora e a sua milícia armada, a Mazorca; prepara o terreno para a volta de marido e foi tão temida e amada quanto o próprio Rosas.

(O'Donnell, p. 15, 2008). Por outro lado, como Buenos Aires utilizava os recursos da aduana para seu progresso e considerando que metade dessa arrecadação estava destinada à manutenção do exército, resulta verdadeira e perturbadora a afirmação de Burgin (1960) quando diz que as províncias, no final, estavam “pagando” para ser aniquiladas.

Recapitulando, os interesses das províncias, representados agora pelo Litoral e os de Buenos Aires tinham chegado em um ponto máximo de discórdia. As causas, como dissemos, eram várias:

- 1) Negativa do rosismo de federalizar a Aduana;
- 2) Negativa de assinar uma Constituição Federal;
- 3) Aumento nas importações britânicas, que lesavam as economias provinciais;
- 4) Interesses geopolíticos do Brasil na queda do rosismo e inação da Inglaterra, que nos leva a pensar em também algum tipo de interesse por mudanças na estrutura de poder;
- 5) Aumento na violência e perseguição dos inimigos unitários.

Contudo, a principal razão da queda de Rosas foi o fato de que ele e seus fanáticos não souberam se adaptar aos novos tempos. A mentalidade do *restaurador da lei e da ordem* era colonial; os saladeiros que haviam sido o seu orgulho desde 1820 funcionavam, mas eram, na década de 1850, obsoletos; as suas ideias sobre a formação do estado nacional eram primitivas. Sendo assim, Rosas não soube entender que a federalização da aduana era menos dispendioso que permanecer na negativa. Portanto, a luta de Rosas por manter a aduana de Buenos Aires para Buenos Aires tinha pouca vida e a resolução veio, como outras vezes, por vias das armas.

Neste ponto, devemos ressaltar que “o grito de Urquiza” é no fundo um grito desesperado, causado pela obstrução aos interesses de crescimento econômico do litoral, que, assim como as outras províncias, passou a se sentir profundamente estorvado e exigiu uma solução. É verdade que o apoio a Urquiza por parte das províncias não foi unânime, nem total. Ao contrário, o medo e o terror imposto pelo rosismo garantia a Rosas algum apoio. Mas Urquiza conseguiu o suporte brasileiro - importante ator para abastecer soldados, maquinaria de guerra e a esquadra de navios - e o uruguaio, onde se exiliou a grande maioria dos unitários perseguidos pelo rosismo.

A queda de Rosas significou a mudança e também o caos. Urquiza, agora presidente da Confederação Argentina, nacionalizou a aduana no dia 28/08/1852, apenas

6 meses e 25 dias depois da Batalha de Caseros (03/02/1852). Como não podia ser de outra maneira, a resistência por parte da oligarquia portenha foi ampla, culminando na Revolução do 11 de setembro de 1852, que pode ser entendida como um “*golpe con características antinacionales, fruto exquisito de la unión del federalismo y el unitarismo porteño contra Urquiza*” (PEÑA, 2012, p. 197) e que teve como consequência a independência do Estado de Buenos Ayres, que também, sem perder tempo, assinou uma constituição unitária.

Entre otras lindezas, la constitución porteña reconocía la esclavitud, declarando la libertad de vientres y prohibiendo el tráfico de esclavos, pero no declarando la libertad de los existentes, en contraposición con la constitución apoyada por el déspota Urquiza que declaraba libres a todos los esclavos existentes en el país (PELLIZA, p. 104 apud PEÑA, 2012, p. 199).

As outras províncias, unidas por velhos pactos e novas promessas, seguiram Urquiza na Confederação Argentina. Mas, a existência das duas Argentinhas, que durou nove anos, representava um verdadeiro problema para os credores internacionais, como a Inglaterra e o Brasil; para a própria Confederação, que politicamente era desunida; e para as províncias, que beiravam o desastre econômico. A única que parecia confortável com a nova independência adquirida era Buenos Aires, que seguia arrecadando satisfatoriamente recursos advindos da aduana, aumentando as suas exportações e importações e, sobretudo, investindo nas suas milícias.

A guerra, novamente, proveu a solução. Na Batalha de Cepeda (1859), os federalistas reincorporaram Buenos Aires à Confederação, questão que foi assentada por meio do Pacto de San José de Flores, mas, na Batalha de Pavón (1861), venceram os unitários portenhos – com seus exércitos bem mais organizados do que os da Confederação -, que fagocitaram cada célula federal (com a exceção de Urquiza¹⁰) e Buenos Aires se impôs definitivamente. Nesse ponto, a literatura costuma discutir o papel de Urquiza em Pavón, sugerindo que se deixou ganhar por Mitre, já que se Buenos Aires tinha a maioria das vantagens estratégicas e de recursos militares, tinha a “*desventaja no despreciable de tener al frente de su ejército a Bartolomé Mitre, un general que demostraría ser uno de los más ineptos del país y sus alrededores*” (PEÑA, 2012, p. 211).

Como seja, um novo projeto, liderado justamente por Bartolomé Mitre, iniciou a etapa das presidências liberais. Buenos Aires liderou cada aspecto da vida econômica,

¹⁰ Justo José de Urquiza não foi combatido pelos vencedores de Pavón porque parecia não representar perigo. Mas, ele acabou sendo assassinado em 11 de abril de 1870, durante a insurreição de López Jordán e assassinado na sua casa, enquanto era governador. Mais sobre esse assunto na seção 2.5.2 e 2.6.

social, cultural e política da nova nação. A aduana foi finalmente nacionalizada por Mitre, em 1862 e a livre navegação dos rios foi aceita, assim como outras questões que unificaram o país sempre sob a oligarquia portenha. Mas, inventar essa nação não seria fácil, além de unificar o território, era necessário tratar de questões bem mais tangíveis, como o dinheiro e as dívidas.

2.1.1 Os rios, o gado e a moeda portenha

Como comentamos no capítulo I, os rios da Bacia do Prata são uma rota natural para o escoamento de mercadorias, tanto para o comércio nacional – interprovincial –, como internacional. Durante o Império Espanhol, as mercadorias eram transportadas por navios a vela, mas, desde a metade do século XIX, como efeito da Revolução Industrial, os navios a vapor começaram a circular também neste lado do Atlântico, possibilitando que o comércio atingisse uma nova escala e levanto o mundo à chamada “Grande Divergência” (MAZAT, 2016; BRIZUELA, 2017).

Mas o vapor não substituiu imediatamente a vela. Ambas as tecnologias conviveram por décadas antes da vela ser definitivamente obsoleta. Contudo, se os navios a vela dominaram os mares por séculos, o estrelato do vapor duraria apenas 70 anos, para dar lugar aos navios com motores, movidos a diesel e petróleo (MATEO, 2018), obedecendo à máxima de que as mudanças tecnológicas ocorrem cada vez em um lapso temporal menor do que o anterior. Portanto, a inserção da Argentina no Sistema Internacional foi possível especialmente pelo vapor, ou diretamente, como diz Crespo (2016), “A Argentina é filha do vapor”, o que mais tarde, somado às ferrovias, permitiu que a enorme produção agropecuária pudesse ser exportada, assim como serviu aos propósitos da oligarquia portenha de levar milhões de imigrantes europeus ao país. Os benefícios para a economia nacional foram claros, mas também trouxe desafios.

La reducción de las tarifas de flete y la expansión de la capacidad de los barcos y los servicios trajeron considerables beneficios a la economía urbana. Pero el crecimiento del tráfico también fue un factor en las olas de migración, y problemas de salud pública, congestión de embarcaciones, viviendas precarias, huelgas, y el conflicto sobre las estrategias para el desarrollo (KONVITZ, 1994, p.293 apud MATEO, 2018, p.187).

Com a mudança do uso da vela para o vapor, o porto de Buenos Aires ficou muito pequeno para as embarcações transnacionais e com isso foi necessário habilitar novos portos na província de Buenos Aires e reformar completamente Puerto Madero. As

duas opções foram praticadas. Novamente, o porto de Buenos Aires conseguiu permanecer absolutamente central, tanto para as exportações, como para as importações. Isso porque toda a logística portuária internacional já se centralizava no porto de Buenos Aires, e havia interesse expresso da oligarquia em que continuasse essa centralização. O encarregado da reforma concebida em 1899 foi o engenheiro civil estadunidense Elmer Lawrence Corthell, que comparou a Bacia do Rio da Prata com a do Mississippi, “destacando a navegabilidade dos rios sul-americanos” (MATEO, 2018, p. 190). Apenas 15 anos depois da reforma, Buenos Aires sobressaía amplamente entre os portos nacionais, com a presença de vapores, recebendo “610 embarcações com uma média de 740 TRB¹¹, seguido pelo porto de La Plata com 89 de TRB parecida e pelo complexo Bahia Blanca com 41” (MATEO, 2018, p. 192).

Outro fator importante para o incremento das exportações agropecuárias ainda no século XIX foi o salto tecnológico que representou a incorporação do frigorífico nos navios a vapor. Isto possibilitou exportar carne *in natura*, se desvencilhando do charque, que não era bem aceito na Europa (e com isso extinguindo os saladeiros) e das dificuldades de exportar gado vivo. Claro que a demanda nas exportações de carne requereu a especialização da atividade pecuária, com a melhoria da alimentação do gado bovino, as extensões de terra para a engorda e o investimento na melhoria das raças. O principal comprador era o Reino Unido, que precisava da carne especialmente nesse período, em função da Guerras dos Bôeres.

Assim, os rios forneciam a conexão com os mercados para alocar a produção, que aumentava na medida em que a tonelagem dos navios a vapor permitia. Por isso, se bem não há comércio exterior sem produto, o maior recurso desse comércio foram os rios navegáveis (e não o gado). Foram os rios os que permitiram a ascensão de Buenos Aires e da sua oligarquia e foi o controle do passo desses rios, a aduana, o que lhe valeu de instrumento para organizar a produção provincial e, depois, nacional.

É verdade que o tipo de solo do pampa tem a característica de ser muito apto para a proliferação do gado bovino. O mesmo foi introduzido na Bacia do Prata, no século XVI, pelos portugueses, no que hoje é o Paraguai e pelos espanhóis, nos territórios que hoje configuram o norte argentino, o Chile e o Peru.

¹¹ TRB: Tonelagem em registro bruto.

El ganado vacuno del Rio de la Plata tuvo su origen en las vacas y los toros que condujo Garay desde Asunción, 1573 y 1580, a las fundaciones de Santa Fé y Buenos Aires, y en las haciendas que en sucesivos arreos se trajeron desde Córdoba y Santiago del Estero para socorrer a Santa Fé en los primeros años de su existencia. Esos vacunos del Paraguay y del norte argentino reconocían, a su vez, distintas procedencias, pues mientras que los de Asunción, en parte, se derivaban de los animales llevados a esa ciudad desde la colonia portuguesa de San Vicente, entre los años 1555 y 1560, los de Santiago del Estero y Córdoba habían sido traídos desde Chile y Perú, más o menos por esos mismos años, por los conquistadores españoles. (MONTTOYA, 2012, p.11).

Esse gado selvagem, chamado de “*cimarrón*” era caçado por índios, gaúchos e “vizinhos”. Eram considerados vizinhos, os espanhóis ou *criollos*¹² que possuíam propriedades em determinado “*pago*” ou distrito. Como do *cimarrón* interessava extrair o couro e não havia como consumir toda a carne, nem havia métodos de conservação da mesma, o pampa era um grande espaço de cadáveres de gado selvagem apodrecendo ao ar livre. A caça do *cimarrón* o levou à sua extinção oficializada pelo *Cabildo* em 1723. Com isso, os vizinhos começaram a criar o gado por si mesmos, dando início às unidades produtivas como resposta a uma necessidade mercantil para abastecer o Alto Peru, além do próprio consumo (REILLY, 2017). Não obstante, essas estâncias criavam não só vacas, mas também ovelhas, porcos, cavalos e até mulas. Para termos uma ideia, entre 1750 e 1850 “*un establecimiento típico tiene 2.500 hectáreas y composición pecuaria de 790 vacunos, 490 ovinos, 300 equinos, 40 mulares y 12 bueyes*” (GARAVAGLIA, 1993 *apud* REILLY, 2017, p.159).

A cria de ovelha merece menção particular, pois ela se tornou tão importante que competiu diretamente com o gado bovino, superando-o em exportações, em 1870. Como descreve Frontons (2009), no início do século XIX, existiam umas duas milhões de cabeças ovinas no que hoje é Argentina, mas eram de baixa qualidade. Foram os imigrantes irlandeses e escoceses os encarregados de melhorar as raças e o modo de produção. Esse projeto foi impulsionado pelo presidente Bernardino Rivadavia e, em 1830, a lã argentina começou a ser exportada para a Europa, alcançando a “febre da lã” nos anos 1840. Além da lã, se extraía das ovelhas a gordura, utilizada para a fabricação de velas e sabões.

Entre los factores externos que alentaron la cría ovina en nuestro país se puede señalar el crecimiento de la clase obrera europea, el desplazamiento de población de las actividades agropecuarias a la industrial-urbana, y la

¹² *Criollos* eram os filhos de espanhóis nascidos em território platino. Não usaremos a palavra “crioulo”, porque o significado é diferente e não se ajusta à tradução literal de *criollo*.

acelerada mecanización de la industria textil que impulsaba la revolución industrial en Inglaterra (FRONTONS, 2009, p. 63).

Em 1845, com o alambrado, houve uma organização da propriedade privada, seguida pela concentração do gado, evitando, paulatinamente, o roubo e a dispersão e favorece a engorda. Uma vez assentadas essas condições, surge a indústria saladeira. A primeira estância da qual se tem registro foi inaugurada em 1787, chamava-se “La Colla”, pertencia a Dom Francisco de Medina e estava situada em Colônia de Sacramento, hoje o Uruguai. “La Colla” é considerado o primeiro saladeiro porque, embora existissem outras tentativas, ele foi o primeiro a estar formalmente organizado, exportando charque para Cuba e, em apenas uma década, transformou-se em um negócio muito rentável, superando, inclusive, a exportação de couro. Em 1810, o segundo saladeiro foi fundado, agora já na província de Buenos Aires, mais precisamente em Barragán, cujos donos eram os britânicos Robert Staples, John Mc Neile e o *criollo* Pedro Trajani. O terceiro foi “Las higuieritas”, em Quilmes, cujos donos são velhos conhecidos nesta tese: Luis Dorrego (não Manuel), Juan Nepomuceno Terrero e Juan Manuel de Rosas (Montoya, 2012). Podemos ver, então, como Rosas e seus sócios foram uns dos primeiros investidores nos saladeiros, negócio que os deixaram com um enorme capital, interessante para as suas pretensões políticas.

O negócio dos saladeiros ia tão bem que, em 1822, já existiam 20 em Buenos Aires. O sal era extraído na própria província, sem nenhuma legislação ou impedimento por parte das autoridades. Houve algumas dificuldades com o sal em diferentes ocasiões, que se traduziram em queixas da população (pela escassez do sal e da carne, seguida da inflação de ambos) ou atritos com alguns caciques, mas nada que abalasse realmente a ascensão do saladeiro. Já a guerra com o Brasil teve como uma das consequências o fechamento do porto da cidade entre 1826 e 1828 e a atividade saladeira se viu suspensa até 1829. Mas nesse ano foram retomadas as exportações de charque, sebo e couro, tendo um crescimento importante em relação aos anos anteriores a 1825. O charque era exportado especialmente para Cuba, ilhas do Caribe e Brasil, uma vez que era utilizado como alimento para os escravos. Houve uma tentativa de exportar charque para Inglaterra, mas os britânicos opinaram que o sabor era horrível, ao ponto de que nem os cachorros conseguiriam digerir esse produto. O sebo se utilizava para a fabricação de velas e sabões e, junto com o couro, eram as *commodities* que o Reino Unido comprava.

Já em 1830, os problemas em relação à sujidade e à contaminação da cidade se revelaram preocupantes, tanto que o governo portenho solicitou um estudo sobre a salubridade e higiene nos saladeiros. As crônicas da época, especialmente de viajantes franceses e britânicos, além de bastante explícitas, descreviam quão imundo e primitivo era todo esse processo. O famoso conto de Echeverría ([1838] 2011), “El matadero”, escrito em 1838 e publicado apenas em 1871, 20 anos depois da sua morte, é também outro exemplo da repulsa que causava o modo de produção do saladeiro. Claro que em “El matadero”, Echeverría usa a analogia do matadouro para se referir ao rosismo. A *Historieta*¹³ *El Matadero* de Enrique Breccia¹⁴ (1984), baseado no texto de Echeverría, retrata a violência do matadouro e da luta de classe entre os homens do campo federalistas e a burguesia unitária. Mas, se para Echeverría (que pertence à elite), o matadouro era a prova da selvageria de Rosas e dos seus, para Breccia (que é um cartunista popular), quem decide sobre a vida da elite (unitária) é o gaúcho, ou seja, o povo.

Mas, voltando aos saladeiros, apesar dos reclamos dos vizinhos, o lobby conseguiu prosperar e só viu as suas atividades afetadas pelos bloqueios de 1838 e 1839, e, mais tarde, de 1845 a 1848. Entre esses períodos, as exportações só aumentaram. A queda de Rosas, em 1852, também prejudicou as vendas, mas não por muito tempo. Nesses anos, especialmente entre 1857 e 1858, os produtores começaram a importar reprodutores bovinos das raças Durham (Shorthorn), Hereford e Polled Angus, que rapidamente foi substituindo o gado *criollo*. Já em 1861, pós Pavón, a indústria saladeira vivia, segundo Montoya (2012), o seu apogeu.

Mas a contaminação do Riachuelo, o surto de cólera, a febre amarela e outras doenças vinculadas, para além do fedor, fez com que a Legislatura determinasse o fim dos saladeiros através da lei de 06 de setembro de 1871, pelo menos na cidade de Buenos Aires, ou perto dela. A solução, então, foi trasladar as instalações a municípios mais distantes, ou fechar as portas. Mas o golpe definitivo foi a aparição do frigorífico, em 1877, que incorporado aos navios a vapor, conseguia transportar carne crua ou *in natura*,

¹³ História em quadrinhos.

¹⁴ A *historieta* abria a seção *La Argentina en pedazos* na revista *Fierro* (1984-1992 e 2006-2017), que reuniu destacados cartunistas. Na primeira fase, a revista se centrou em uma crítica à ditadura e a oligarquia portenha. Nesse marco, é que Breccia desenvolve a sua história baseada em *El matadero* de Echeverría. Veja-se a *historieta* completa, citada na bibliografia, disponível em: <https://www.slideshare.net/lucipighin/el-matadero-1737068?ref=https://www.pinterest.de/> Acesso em 5 de janeiro de 2020.

que, uma vez descongelada, tinha o mesmo sabor e aspecto que tinha o animal abatido há poucas horas. Com o frigorífico iniciava-se a *belle époque* da Argentina.



Porto de Buenos Aires, 1860. Litografia de Louis Lebreton. Fonte: Fundação Histarmar (2020)



Porto de Buenos Aires, 1865. Desenho em lápis de A. Durand desde o navio "La Turenne".

Fonte: Histarmar (2020)



Recorte de *Historieta El matadero* de Breccia (1984). Fonte: BRECCIA (1984)

Até agora dissemos que o poder de Buenos Aires sobre as províncias se baseou na geopolítica, ou seja, na forma dos rios e o controle do passo deles, por parte da oligarquia; e na produção econômica (gado) que forneceu o capital de investimento para as milícias e o exército portenho. Mas houve outro fator igualmente importante que se entrelaça aos anteriores para explicar a prominência de Buenos Aires. Trata-se da capacidade que teve a cidade de impor a sua moeda às demais províncias, vencendo a hegemonia do peso prata boliviano. Essa é uma hipótese de Bazza (2019), que consideramos imprescindível incluir neste trabalho. Ele diz: “*la moneda fue el principal aspecto que permitió la centralización del poder territorial en Buenos Aires durante su disputa con las fuerzas de la Confederación durante el período 1852-1862.*” (BAZZA, 2019, p. 3).

Sabe-se que, entre 1800 e 1852, há falta de unidade monetária no país (ALVAREZ, 2017). De fato, a moeda argentina foi unificada somente em 1881. Primeiro foi criada a Casa da Moeda da Nação (depois chamada de Casa de Moeda Argentina), em 29 de setembro de 1875m mediante a Lei N° 733. Podemos perceber como a Argentina estava atrasada nessa questão, principalmente se pensarmos que a Casa da Moeda do Brasil (CMB) já havia sido fundada em 8 de março de 1694, ainda no Brasil Colônia, para atender a fabricação de moedas com o ouro proveniente das minerações. Seis anos depois

de criada a Casa da Moeda da Nação (Argentina), em 1881, por meio da Lei Nº 1.130 de Unificação da Moeda, é que foi estabelecido um sistema bimetal com base no Peso Ouro ou Argentino. Antes disso – na verdade antes de Caseros -, várias moedas provinciais circulavam no país ancoradas ao peso prata da Bolívia, que era com quem as províncias do norte mantinham o maior caudal de negócios, especialmente na venda de têxteis, grãos, vinhos, mulas, etc. Assim, podemos observar como o eixo comercial das províncias do norte dependia mais de Lima-Potosí, do que de Buenos Aires, que baseava as suas operações na libra esterlina. Embora a literatura concorde que a imposição da moeda portenha às províncias se desenvolveu pós Caseros, já Rosas, desde 1840, aplica o mesmo mecanismo que descreve Bazza (2019). E de que se trata? A quantidade de moedas circulantes é uma manifestação de que todos os Estados provinciais emitiram moeda inconvertível. Nesse hábito, Buenos Aires foi a que mais emitiu entre todas. O próprio Rosas, que tinha criticado Rivadavia justamente por isso, não teve outra opção senão emitir uma moeda lastreada em ouro, fixado ao valor da moeda inglesa (Freitas, 2012).

Rosas estudiaba el efecto de las emisiones de papel moneda hechos en tiempos de Rivadavia, vinculando a ellas, la especulación, la suba de valores, la ilusión de riqueza general producida a causa de la facilidad de fabricar y obtener dinero y, por fin, el derrumbe. Creyó en su deber cortar la causa del mal, y cerró el Banco Nacional. Pero muy luego el bloqueo extranjero lo dejó sin recursos – como a Rivadavia – y no tuvo otro remedio de pagar a la administración y el ejército que emitir papel moneda (ALVAREZ, [1912] 2017, p. 75).

A diferença entre a emissão de Buenos Aires e a das províncias é que Buenos detinha o principal porto do país. Com isso, era a intermediária entre as províncias e o exterior, podendo, assim, compensar o saldo negativo através da tributação às províncias (além de tributar as importações em diferentes medidas, os britânicos por exemplo, tinham várias vantagens pelo Tratado de Comércio e Amizade de 1825), se assegurando, assim, da demanda constante da sua moeda, que era aceita pelas províncias para pagar esses tributos. Nesse sentido, podemos ver como Buenos Aires aplicou o princípio que explica Metri (2014), usado durante entre os séculos XI ao XV, quando se formaram as “ilhas monetárias cartais (...) com base na disseminação de instrumentos de tributação monetária em um padrão de valor específico, cuja proclamação era uma prerrogativa da autoridade central que detinha o domínio dos instrumentos de coerção e violência física” (METRI, 2014, p. 175).

Essa capacidade de tributação de Buenos Aires sobre as províncias é relevante porque:

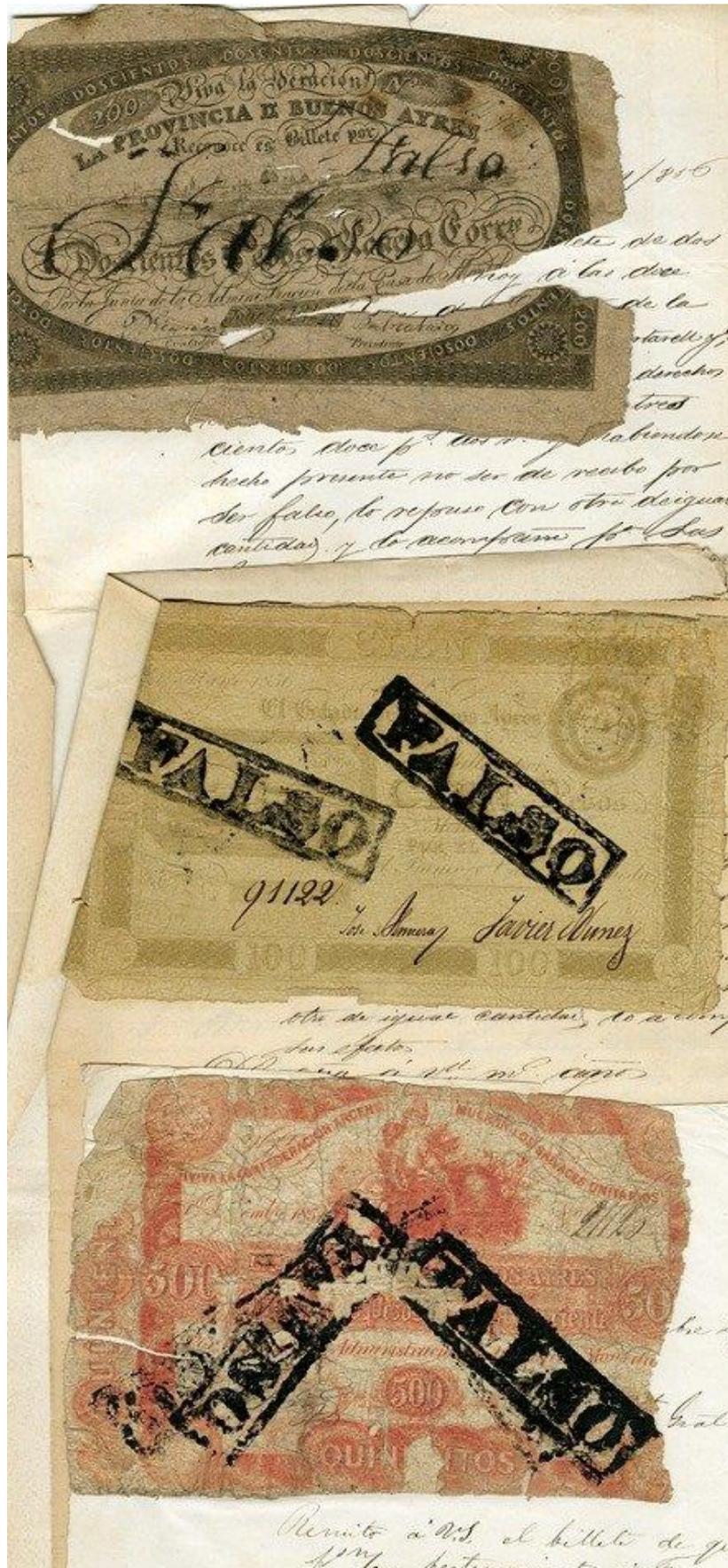
Esto confirió un poder económico clave a la provincia porteña para sortear los conflictos bélicos civiles y externos, como así también las diversas contingencias dadas por inclemencias climáticas o bloqueos al puerto. A su vez, permite una interpretación acerca de los intereses de Buenos Aires por la integración nacional de las demás regiones de la Confederación Argentina, pese a su histórica tendencia autonomista. (...) El puerto de Buenos Aires fue clave, no por el financiamiento que le confirió, sino por ubicar a esta provincia como intermediaria de las demás ante el resto del mundo (BAZZA, 2019, p. 15).

Contudo, se a moeda portenha foi imposta às províncias, em função do porto, a ela estava imposta a libra esterlina. Ou seja, a Inglaterra tinha verdadeira influência na economia como um todo e foi essencial na formação do espaço monetário argentino (FREITAS, 2012). Mas a criação de uma moeda nacional e, com isso, o caminho à soberania monetária, foi tudo, menos fácil. Vejamos o cenário:

No final da década de 1870 a Argentina convivia com três unidades de conta: a do governo federal (*pesos fuerte*), a da província de Buenos Aires (*pesos corrientes*) e a adotada em todas as demais províncias (*peso plata*, derivada das moedas de prata boliviana). O sistema monetário se tornava ainda mais complexo, quando se leva em conta que, circulavam as notas emitidas pelo Banco Nacional e o Banco da Província de Buenos Aires, as emissões dos bancos provinciais, além das moedas estrangeiras autorizadas a circular no território nacional e aceitas pelo governo federal (QUINTERO RAMOS, 1950, p. 77 *apud* FREITAS, 2012, p. 130).



Buenos Aires, 1841. Um *peso moneda corriente*. Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



Notas falsificadas da Confederação Argentina e do Estado de Buenos Ayres, 1856 – 1860. Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.

2.1.2 Empréstimos, negócios e bloqueios: as relações com a Inglaterra e a França

La América del Sud, emancipada de España, gira bajo el yugo de su deuda pública. San Martín y Bolívar, le dieron su independencia, los imitadores modernos de esos modelos la han puesto bajo el yugo de Londres. Esta dependencia no es menos pesada que la que estuvo de España. En los dos casos es ajeno el fruto de su trabajo y de su sueño. ¿Cómo salir de ella? ¿Cómo librarse de sus acreedores, sus soberanos modernos?

Juan Bautista Alberdi, 1895

As relações da nascente Argentina com as potências começam, como aponta Alberdi, baseadas na dívida pública, que cresce com as guerras, com o financiamento de projetos de infraestrutura e para pagar os juros das dívidas. Inglaterra é a grande credora do século XIX e início do XX e com ela também a Argentina terá o intercâmbio comercial mais intenso, tanto de importações como de exportações. Não terminam aí as relações com os britânicos. Especialmente no século XIX, vive-se uma anglofilia ressaltada pela oligarquia, que vê no modo de vida da campanha britânica um mundo possível para o pampa bonaerense. De fato, essa anglofilia é uma amostra das limitações do suposto nacionalismo dos federalistas.

Por outro lado, é verdade que a França representa, para os portenhos, o máximo da alta cultura, tanto que falar a língua francesa e conhecer os expositores do pensamento francês era sinônimo de sapiência e elegância. Embora houvesse universidades no país, duas no século XIX - a Universidad Nacional de Córdoba (UNC), fundada em 1613 (e que a elite portenha tentou levá-la para Buenos Aires) e a Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA), fundada de 1821 - a oligarquia, em geral, preferia estudar na Europa, na França ou na Inglaterra. Isso é bastante curioso, se pensarmos que ambas as universidades foram criadas para as elites. Na UNC, por exemplo, entre os papéis exigidos ao futuro estudante, estava o certificado de pureza do sangue, que devia provar que, embora fosse *criollo*, o candidato tinha ascendência “decente”. Talvez por essa preferência na formação dos filhos é que a oligarquia, especialmente aqueles com ideias mais liberais e unitárias, defendiam um projeto de país onde se estimulasse a imigração britânica e francesa. De fato, os imigrantes irlandeses e escoceses foram fundamentais no crescimento econômico do país por se dedicar à atividade ovina, como falamos na seção anterior. Os ingleses que migravam para Buenos Aires buscavam fazer fortuna rápida, vendendo artigos baratos, mas de melhor qualidade que a nacional, no crédito (alguns podiam ser pagos em anos se a *pulpería* tivesse “bom nome”) e com baixa taxa de juros. Os preços eram também mais baratos do que de os outros competidores estrangeiros e

essa atividade comercial lhes dava o capital inicial para virar fazendeiros. Assim como escoceses e irlandeses, os ingleses que compraram estâncias se dedicaram à criação de ovelhas. Além dessa possibilidade real de progresso, os ingleses eram os únicos que estavam protegidos pelo Estado através do Tratado de Comércio e Amizade, de 1825. Por meio dele, eram respeitadas as suas propriedades, não eram convocados aos exércitos e podiam ter suas próprias igrejas e escolas. Essa preferência (durante o rosismo) trouxe reclamações por parte dos nacionais que sentiam ter menos direitos que os ingleses. Os franceses também reclamaram e essa foi uma das causas do bloqueio ao porto de Buenos Aires. Além disso, os ingleses, comerciantes e políticos, tinham grande influência no cenário nacional, tanto que Peña (2012) assegura que alguns tinham mais poder do que os próprios governadores. Havia também outros pontos perigosos nas relações argentino-britânicas: as Malvinas e os bloqueios (LYNCH, 1984).

Contudo, na primeira onda migratória da Argentina, entre 1860 e 1890, a grande maioria dos migrantes não é britânica, como a oligarquia almejava, e sim italiana, espanhol e francesa, nessa ordem. Há também judeus, poloneses, alemães, e outras nacionalidades, que - muito longe do que a elite desejava - eram, na sua amplíssima maioria, cidadãos pobres que fugiam da fome e da guerra. Os números totais são impressionantes; “entre 1840 e 1940 emigraram da Europa 60 milhões de pessoas e apenas 12 milhões voltaram” (FERNANDEZ, 1999, p. 41). Ainda, segundo Alvarez [1912] (2017), a porcentagem de imigrantes na província de Buenos Aires, entre 1869 e 1895, era de uma média de 52,5%, ou seja, mais da metade da população bonaerense era estrangeira no longo de 25 anos¹⁵.

¹⁵ Atualmente a Argentina continua a ser o país que mais tem população estrangeira na América do Sul, com 4,9% de estrangeiros (Cámara Argentina de Comercio y Servicios, 2018). No Brasil, segundo a Polícia Federal, há atualmente 750.000 estrangeiros, que representam 0,4% da população. Mesmo considerando aqueles estrangeiros sem documentação para estar no Brasil (não incluídos nas estatísticas da PF), ainda assim o número de estrangeiros é baixo se comparado com a Argentina.

PROPORCIONALIDAD DE LOS EXTRANJEROS POR CADA 100 HABITANTES

Años	Buenos Aires	Santa Fe	Rosario	Córdoba
1858	–	6,4	22,4	–
1869	51,8	11,2	25,3	1,8
1887	52,7	27,3	41,2	–
1895	53	–	–	11,3

Fonte: ALVAREZ, 2017, p. 84

A nível nacional, em 1869, 12% da população era estrangeira; em 1895, 25%; e em 1914, se atinge o maior número até agora, com 29,9% da população imigrante. (Cámara Argentina de Comercio y Servicios, 2018).

Nesse marco, da convivência de muitas nacionalidades, é que surgiram os times de futebol (esporte introduzido pelos britânicos) que rivalizavam entre si¹⁶, rivalizavam o lugar de origem e os bairros que estavam em plena transformação. Também é interessante destacar que o tango, assim como o *lunfardo*, é uma mistura da herança dos afroargentinos com essa imigração europeia de classes sociais baixas, compostas por trabalhadores marginalizados.

Voltando à relação da Argentina com a Inglaterra e a França: ambas potências estavam em plena competição e o território platino foi outro dos cenários onde mediram as suas forças em diferentes aspectos: 1) no campo comercial e financeiro e 2) no uso da força por meio dos bloqueios ao porto, que, no caso da Inglaterra, começou bem cedo com as Invasões Britânicas a Buenos Aires, em 1806 e 1807 (BRIZUELA, 2018). No ponto 1), é bom salientar que todas as lideranças, federalista ou unitária, concordavam que era necessário o capital estrangeiro, de preferência britânico.

(...) cuando Mitre, en 1861, dedica su oratoria entusiasta a cantar las glorias del capital británico, no hace sino dar voz a una convicción que comparte con sus enemigos políticos. Aún menor controversia comenzará a despertar la apelación ilimitada al crédito extranjero (DONGHI, 1992, p. 113).

¹⁶ Por exemplo, o time Club Atlético Boca Junios foi criado em 1905, por seis amigos italianos, genoveses, que pegaram o nome do bairro no qual moravam (assim como a maioria dos genoveses que chegavam a Argentina), *Barrio de la Boca*. Mas o River Plate (Rio da Prata em inglês) também nasceu no mesmo bairro, *en la Boca*, em 1901 pela fusão de dois times: Santa Rosa e Las Rosales. Os fundadores do River eram de ascendência britânica (nascidos na Argentina) e, assim, o Boca e o River ficaram rivais logo no primeiro jogo, em 1908, quando os *xeneixes* venceram os *millonarios*. Outra rivalidade clássica é a do Club Atlético Huracán (do qual a autora desta tese é simpatizante), fundado em 1903, e o San Lorenzo de Almagro (time pelo qual torce o Papa Francisco), fundado em 1908. Assim como os clubes de futebol, as *sociedades de fomento*, foram veículos importantes para que os estrangeiros se adaptassem.

A forma como aconteceram os empréstimos, de maneira geral, é muito criticada pela literatura argentina, principalmente pelas altas taxas de juros, por serem especulativos, por não terem sido aplicados à infraestrutura ou aos fins pelos quais foram solicitados e, ainda mais importante, por significarem a dependência econômica e política do país do capital estrangeiro, afetando a soberania nacional¹⁷. O empréstimo dos Baring Brother, de 1824, inaugurou a relação tormentosa com a Inglaterra. A ideia de Bernardino Rivadavia era usar esse 1.000.000 de libras para obras de melhorias no porto de Buenos Aires, para a instalação de água encanada para a cidade e para a fundação de mais três cidades na província. Mas, 570.000 libras recebidas, pouco mais da metade do que foi emprestado, tiveram que ser utilizadas para gastos militares, pois, em 1825, foi desencadeada a guerra com o Império do Brasil.

La casa británica tomó el empréstito al 70% de su valor nominal y dedujo por anticipado 120.000 libras en concepto de intereses y 10.000 libras en concepto de amortización por dos años. En definitiva, el gobierno de Buenos Aires recibió 570.000 libras, apenas un poco más de la mitad de la deuda contraída. Por otra parte, en lugar de remitir el oro correspondiente, la Baring envió la mayor parte del importe en letras de cambio contra comerciantes británicos radicados en Buenos Aires para que éstos abonaran las sumas indicadas al gobierno provincial. (RAPOPORT, 2014, p.4)

O empréstimo da Baring Brother só foi cancelado em 1904 e a Argentina pagou 8 vezes mais do que emprestado. O pagamento foi instável ao longo desses 80 anos. Por exemplo, em 1838 Rosas ofereceu as ilhas Malvinas como parte do pagamento, mas a proposta não foi aceita, visto e considerando que os britânicos já haviam tomado posse delas em 1833, que, diga-se de passagem, também foi de interesse da França, em 1764, quando se assentaram na Ilha Soledad, com 150 colonos (BRIZUELA, 2017).

Contudo, Delaney (2015) assegura que, contrariamente ao que a literatura costuma defender, não foram os britânicos quem fraudaram a Argentina e sim o Estado Argentino que fraudou os Baring Brothers. Seu argumento é A) que as altas taxas de juros aplicadas tinham como base que a Argentina era ainda um protoestado, portanto, representava um empréstimo de alto risco; B) que 77% do empréstimo foi feito em letras de câmbio e apenas 33% em ouro, uma prática comum da época, que visava a carregar menos peso nos navios e a se proteger contra piratas. Nesse ponto, Crespo (2020) assegura que o que circulava eram as letras de câmbio, ou seja, as libras esterlinas, que refletiam o poder britânico; C) que se comparado com como os recursos do Estado argentino foram multiplicando-se ao longo dos anos, pode-se perceber que, na verdade, não foi

¹⁷ O caso do fundos abutres mostra a atualidade da problemática.

dispendioso para a Argentina pagar o empréstimo. Se as finanças de Buenos Aires estavam constantemente em déficit, isso devia-se a gastos de outra natureza, como militares e de infraestrutura.

En conclusión, sí hubo una estafa en la operación del empréstito. Ésta fue realizada por la Argentina hacia los bonistas ingleses, quienes debieron esperar hasta 1904, es decir, ochenta años, para ver liquidadas las acciones. El Estado se hizo de esos fondos en un contexto de fuerte crisis fiscal, con una guerra externa en ciernes, para estabilizar en la medida de lo posible el naciente Estado en conformación. En consecuencia, al menos en este aspecto, la banca Baring, salió perdiendo, ya que debió esperar a que dicho Estado se fortaleciera financieramente para poder recibir un dinero que, medio siglo después, a pesar de los intereses, ya no valía lo mismo. La “gran estafa” existió, y fue en beneficio de la burguesía argentina, inaugurando así la contratación de deuda externa como mecanismo de compensación para paliar los límites de la acumulación de capital en la región (DELANEY, p. s/nº, 2015).

Ford (1969) também relativiza a questão e afirma que, embora sempre tenha se dado ênfase à corrupção e desonestidade dos governantes, quando se trata do empréstimo Baring, também é verdade que havia um fator estrutural.

(...) la crisis del Baring de 1890 fue precipitada por la reducción de los fondos extranjeros, antes de que el valor de las exportaciones se hubiese expandido suficientemente como para poder cubrir los servicios de la deuda y mantener un nivel de importaciones políticamente tolerable (FORD, 1969, p. 135).

Mas foi Mitre quem produziu, entre 1862 e 1875, a primeira grande onda de empréstimos quase exclusivamente britânicos. Esse caudal de dinheiro serviu para obras de comunicação e infraestrutura, como a construção de caminhos, pontes, transporte de correio; para o qual se encomendou uma série de estudos topográficos, que, por sua vez, criava uma classe de jovens profissionais engenheiros e inspetores. Contudo, o impacto das ferrovias foi desigual e beneficiou mais o pampa úmido (Buenos Aires) do que o resto das províncias, consolidando a classe portenha de grandes proprietários de terras (Oszlak, 2015).

Além dos gastos em infraestrutura, os empréstimos foram usados como parte do esforço bélico. Tanto que “a entrada de capital estrangeiro foi também resultado das demandas exigidas pelo exército brasileiro em campanha contra o Paraguai” (FREITAS, 2012, p.126). Recontando, temos todas essas guerras que precisaram de financiamento:

- 1- A guerra com o Império do Brasil (1825-1828), financiada pelo Reino Unido;
- 2- A guerra contra Rosas, financiada pelo Brasil;
- 3- Cepeda e Pavón, financiada pelo Reino Unido;

- 4- As rebeliões pós Pavón das *montoneras*, financiadas pelo Reino Unido;
- 5- A Guerra do Paraguai, financiada pelo Reino Unido.

Em relação aos franceses, eles se destacaram também como comerciantes, viajantes e *peones*, especialmente até Pavón. A partir das presidências liberais, há um aumento na imigração francesa, o que quase igualou o número de franceses ao número de espanhóis. Nessa época, a promessa que significava a Argentina fazia com que muitos deles fossem tentar obter terras. Mas, embora alguns tenham alcançado sucesso, a grande maioria sofreu as consequências do monopólio inglês e, a partir de 1890, começam a voltar à França. Só para termos uma ideia, em 1850, calcula-se que havia na cidade de Buenos Aires entre 75.000 e 100.000 franceses; em 1895, 3.000; e, em 1904, o número aumentou para 5.000. Quanto aos investimentos de origem francesa, eles apareceram só em 1890 e auxiliaram as obras de infraestrutura, especialmente as ferrovias. O maior investimento francês na América Latina se deu entre 1910 e 1913, quando 70% do capital privado francês foi colocado na América Latina, sendo 26,6% destinado para a malha ferroviária de toda a região (FERNÁNDEZ, 1999). Portanto, embora expressivo, escapa ao marco cronológico desse trabalho.

Finalmente, vamos nos referir aos bloqueios francês e anglo-francês ao porto de Buenos Aires. O bloqueio francês durou dois anos e sete meses, de 28 março de 1838 a 29 outubro de 1840. Entre os motivos estavam as más relações do rosismo com os franceses. Rosa os acusava de unitários, obrigava-os a participar do serviço militar e os perseguia e acusava de serem espiões, enfim, o fato – que já mencionamos - de que os ingleses tinham direitos preferenciais e os franceses não. Mas o estopim foi que os franceses eram aliados dos unitários em Montevideu e buscaram uma negociação pacífica com Rosas para o próximo governo uruguaio. Como Rosas se negou (ele apoiava abertamente a Manuel Oribe), uma frota francesa bloqueou o porto da cidade de Buenos Aires, ocupou a ilha Martín García e uniu-se definitivamente a Rivera, aos exiliados argentinos, dos quais 150 estavam em uma lista que tinha iniciado Encarnación Ezcurra, em 1833, e a 800 argentinos proscritos pelo regime rosista. Ramos Mejía (1907) assegurou que “*de los 30.000 habitantes de Montevideo, sólo 10.000 eran nacionales, los restantes 20.000 eran argentinos, franceses y españoles*” (RAMOS MEJÍA, 1907, p. 142)

O bloqueio realmente prejudicou o governo Rosas, especialmente no tocante à arrecadação aduaneira que, tendo reduzido, diminuiu o orçamento da província de Buenos

Aires, obrigando-a a entrar em modo protecionista (descontando a Lei de Aduana de 1835, da qual falaremos na seção 2.2.1). Essa foi uma faísca para que a guerra civil reaparecesse, na mão de Lavalle, mas a questão não prosperou. Outra consequência foi a deflação do preço da carne, que perturbou a oligarquia portenha. O bloqueio foi, por fim, suspenso em 29 de outubro de 1840, com a assinatura do Tratado Mackau-Arana, as frotas francesas se retiraram, devolveram a ilha Martín García removendo as suas tropas, mas nada se definiu sobre Montevideú.

Pouco tempo depois dos ânimos se acalmarem, Rosas limitou a navegação do rio Paraná e bloqueou o porto de Montevideú, para, finalmente, ajudar Manuel Oribe a invadir o Uruguai.

O bloqueio de Buenos Aires a Montevideú foi bem mais grave e duradouro do que os sofridos por Buenos Aires por parte do Reino Unido e da França. Durou 9 anos, desde 16 de fevereiro de 1843 até 08 de outubro de 1851 e significou um problema para a Inglaterra, que ficou cada vez mais enrolada em um problema geopolítico do qual saiu embaraçosamente. O bloqueio de Buenos Aires a Montevideú se deu no marco de lutas de poder entre os caudilhos *blancos* e *colorados*, federalistas os primeiros, unitários os segundos. Rosas entendeu que o assunto era do interesse argentino, e pretendia, assim, atrair o Uruguai à esfera de influência argentina. Esse é um assunto delicado, pois se Rosas reconheceu a independência uruguaia (diferentemente do Paraguai), não existiu possibilidade na sua estratégia política de deixar que os uruguaios escolhessem para si autoridades unitárias, o que de fato estava acontecendo. Assim sendo, Montevideú, bloqueada, pediu ajuda a Inglaterra e a França. A Inglaterra tinha motivos para intervir, pois ela mesma tinha capitais investidos no Uruguai, somado ao fato de perceber (erroneamente, segundo Lynch, 1984) que Montevideú poderia crescer e superar Buenos Aires no comércio e se mostrar como um país bem mais flexível do que a problemática Argentina. Nesse momento, o *Foreign Office* também acreditava que uma aliança com a França no Rio da Prata poderia ser benéfica. Feita a negociação, enviaram uma carta a Rosas solicitando que removesse a frota portenha e exigindo que os argentinos ficassem no limite geográfico da Confederação. Rosas ignorou a nota e redobrou a aposta, “prevenindo” os britânicos que, se o Reino Unido entrasse no conflito, o Estado (argentino) não poderia assegurar a vida e a propriedade dos britânicos em solo nacional.

Então, Inglaterra decidiu mudar de estratégia e mudou também de representante, que passou a ser William Gore Ouseley, quem, no final, atrapalhou mais do que resolveu.

O objetivo, então, era específico: liberar Montevidéu e abrir a navegação dos rios interiores argentinos. O bloqueio anglo-francês a todos os portos do Rio da Prata, menos ao de Montevidéu, começou em 2 de agosto de 1845 e terminou em 31 de agosto de 1850, embora a Inglaterra se tenha retirado unilateralmente em março de 1848 e em 24 de novembro de 1849 tenha sido assinado o Tratado Southern-Paraná. Já com a França o tratado só foi assinado em 31/08/1850.

No 20 de novembro de 1845 (três meses depois de iniciado o bloqueio) aconteceu a Batalha de Vuelta de Obligado¹⁸, pela qual os ingleses se adentraram pelo rio Paraná. Uma vez dentro do território argentino, os britânicos perceberam o crescente clima hostil. O livre comércio não era bem-vindo pela população em Entre Rios, Corrientes e no Paraguai, que viam os britânicos como invasores. Isto evidencia que, embora Rosas não tivesse poder para frear os britânicos, a população não respondia positivamente a intervenção e à livre navegação. Algo parecido aconteceu quando Urquiza invadiu Buenos Aires com seu Exército Grande, composto por brasileiros e uruguaios. Trataremos dessa questão no ponto 2.3.2. Mas queremos pontuar que há um histórico de reação dos argentinos perante intervenções estrangeiras.

Se o *Foreign Office* estava confuso, imaginemos os uruguaios, que rapidamente perceberam que o bloqueio anglo-francês não lhes trouxe bem-estar nem proteção. Pelo contrário, viram a sua soberania pisoteada quando Ouseley e seus comparsas exigiam dinheiro, nem que fosse produto do saque e davam ordens ao governo uruguaio como se eles fossem os verdadeiros mandatários. Para piorar o cenário, o bloqueio logo provou ser tão ineficaz quanto a expedição, já que prejudicava mais o comércio britânico do que os portenhos. Era um bloqueio contra si mesmos.

MacCann expresó el punto de vista del comercio británico: “Un bloqueo contra la Argentina es absurdo porque son los extranjeros los que se arruinan; sus propios ciudadanos no sufren, ya que existen muy pocas casas mercantiles nativas en toda la República”. Su economía primitiva hacía que a la Argentina invulnerable a la presión exterior. Siempre podía reducirse a una economía de subsistencia y resistir esperando que reviviera su contenido comercio mientras acumulaba sus recursos ganaderos. Entre las diversas presentaciones recibidas por Foreign Office contra el bloqueo había una carta de San Martín, quien proporcionaba una especie de referencia en favor de Rosas explicando que un bloqueo no produciría en la Argentina el mismo efecto que en Europa, ya que la masa del pueblo no tenía las necesidades de

¹⁸ Desde 1974 se celebra essa batalha como o dia da Soberania Jurídica. Embora, os argentinos perderam a luta, e os ingleses finalmente entraram nos rios interiores, esse dia se transformou em um marco do patriotismo argentino, primeiro pela bravura dos soldados e depois porque se transformou no inconsciente coletivo em um episódio tão dramático e heroico quanto souberam ser as invasões britânicas de 1806 e 1807.

consumo de los europeos y, frente a una intervención militar, podría retirarse con su ganado a una zona reducida al desierto (LYNCH, 1984, p. 268).

Desse modo, a população teve um papel importante na hora de exercer ou não pressão. Mas, como eram as pessoas que moravam na Argentina na metade do século XIX? Quais transformações sociais estavam acontecendo? Que forças se enfrentavam porta dentro? Como essas forças geravam identidades intimamente atreladas ao modelo de produção e ao porto, ou seja, à geopolítica. Vejamos essas questões na seguinte seção.

2.2 PANORAMA SOCIAL:

2.2.1 O campo e a cidade, o gaúcho e o portenho

Na última parte de “Sangue e Dívida”, Centeno (2014) enfatiza a importância da construção das identidades, do nacionalismo, do patriotismo e da invenção de figuras heroicas na mitologia fundacional do Estado. No caso argentino, essa tarefa foi levada especialmente pela elite portenha, capitaneada pela Geração do 37 e depois pela Geração dos 80. Destarte, pensar o lugar de homens e mulheres do campo e da cidade, assim como o lugar de outros coletivos, como os negros, os índios e os estrangeiros, ajudar-nos-á a esboçar que tipo de sociedade era essa de meados do século XIX e como ela se transformou quando a formação do moderno Estado nacional argentino começou a acontecer.

Nesse sentido, a associação entre as vastas terras do pampa argentino e sujeito gaúcho é quase imediata. Pensa-se em alguém com as vestimentas típicas - bombachas, poncho, laço na cabeça, cabelo emaranhado -, fazendo uso do seu facão, faca ou *boleadora*¹⁹, no lombo do cavalo, recorrendo a planura infinita, armando precários acampamentos, onde assaria a carne caçada, beberia *mate*²⁰, às vezes em companhia de outros gaúchos. De vez em quando, permutaria penas, peles ou couros por alguma *pulpería*²¹, por alguma garrafa de alguma bebida alcoólica. Eventualmente, conheceria

¹⁹ A *boleadora* é um instrumento composto de duas ou três bolas de pedras forradas de couro, unidas por uma corda de couro também; que é jogada nas patas ou no pescoço de animais para caçá-los. Essa técnica foi desenvolvida pelas populações originárias do pampa e imitada pelos gaúchos, que a incorporaram a outras habilidades de defesa e caça, como o uso de facas e lanças.

²⁰ O *mate* tem a sua origem nas populações nativas guaranis que usavam as folhas como chá e bebida, objeto de culto e moeda de troca com outros povos. Nessa tese, usaremos o termo *mate* para nos referir ao mate argentino, pois ele é diferente do consumido nos outros países da Bacia do Rio Prata, especialmente do Brasil, onde se chama chimarrão. As diferenças são no tipo de erva-mate, cuia, bombilhas, entre outras.

²¹ Tipo de comércio onde se vendia todo tipo de artefato, especialmente comestíveis, roupas, armas, e se recebiam os viajantes de carreta. Funcionavam como lugar de encontros, como um bar/taberna/restaurante.

uma mulher, com quem conviveria alguns anos, teria filhos, mas que não seriam razão suficiente para acalmar seu espírito inquieto, obrigando-o a voltar à vida nômade e livre. Mas a liberdade, bem mais precioso para o gaúcho, é cara. Quase sempre terá problemas com a lei, com algum ex-patrão e terá que fugir, mudar de nome, viver na clandestinidade, às vezes melancólico nas suas *payadas*²², quase sempre convivendo com a miséria. Mas, livre. Livre e rebelde. Ergo, a fundação do mito sobre o gaúcho argentino, que se estende à invenção do mito fundacional do país, de terras prósperas: *el granero del mundo*, de liberdade e rebeldia, irmandade e luta. Ideias que também se inserem na premissa de que todas as nações precisam da “tradição inventada” de Hobsbawm (1997).

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN, 1997, p.9).

Como exemplo prático dessa colocação podemos pensar no hábito do *mate* – herança dos gaúchos -, já que, através dessa prática, existe a exaltação de valores que contribuem para a construção da nacionalidade argentina. É famoso o poema do jornalista Lalo Mir, que consideramos interessante reproduzir inteiramente.

El mate no es una bebida. Bueno, sí. Es un líquido y entra por la boca. Pero no es una bebida. En este país nadie toma mate porque tenga sed. Es más bien una costumbre, como rascarse.

El mate es exactamente lo contrario que la televisión, te hace conversar si estas con alguien y te hace pensar cuando estas solo.

Cuando llega alguien a tu casa la primera frase es “Hola” y la segunda “¿Unos mates?”.

Esto pasa en todas las casa. En la de los ricos y en la de los pobres.

Pasa entre mujeres charlatanas y chismosas y pasa entre hombres serios o inmaduros.

Pasa entre los viejos de un geriátrico y entre los adolescentes mientras.

Es lo único que comparten los padres y los hijos sin discutir ni echarse en cara.

Estavam localizadas nas estradas que uniam a cidade com os povos de fronteira. Serviam também como lugar para atividades do governo, como por exemplo, quando os comandantes ou chefes de batalhão pagavam os salários aos soldados, que se reuniam ali esperando o pagamento. Também funcionavam como casas de câmbio e permuta. Eram lugares especialmente masculinos, mas podia haver mulheres que se dedicassem à limpeza do lugar, sejam elas parte da família do *pulpero*, ou não, e também eventualmente podia haver prostitutas.

²² Cantos improvisados ao som de um violão retratando a vida no campo, valores ou injustiças, podendo ser solitários ou em duo. O duo era mais bem uma competição entre dois *payadores*, que não era raro que terminasse em briga física. Costumavam ter lugar especialmente nas *pulperías*, pois eram eventos que convocavam público, mas também podiam acontecer em outros ambientes, como no fim de um *asado* (churrasco) em momentos de descanso.

Peronistas y radicales ceban mate sin preguntar. En verano y en invierno.

En lo único en lo que nos parecemos las víctimas y los verdugos; los buenos y los malos.

Cuando tenés un hijo, le empezás a dar mate cuando te pide. Se lo das tibiecito, con mucha azúcar, y se sienten grandes. Sentís un orgullo enorme cuando tu hijo, tu sangre empieza a chupar mate. Se te sale el corazón del cuerpo. Después ellos, con los años, elegirán si tomarlo amargo, dulce, muy caliente, tereré, con cáscara de naranja, con yuyos, con un chorrito de limón.

Cuando conoces a alguien por primera vez, te tomas unos mates. La gente pregunta, cuando no hay confianza: “¿Dulce o amargo?”. El otro responde: “Como tomes vos”.

Los teclados de Argentina tienen las letras llenas de yerba.

La yerba es lo único que hay siempre, en todas las casas. Siempre. Con inflación, con hambre, con militares, con democracia, con cualquiera de nuestras pestes y maldiciones eternas. Y si un día no hay yerba, un vecino tiene y te da. La yerba no se le niega a nadie.

Este es el único país del mundo en donde la decisión de dejar de ser un chico y empezar a ser un hombre ocurre un día particular. Nada de pantalones largos, circuncisión, universidad o vivir lejos de los padres. Acá empezamos a ser grandes el día que tenemos la necesidad de tomar por primera vez unos mates solos. No es casualidad. No es porque sí. El día que un chico pone la pava al fuego y toma su primer mate sin que haya nadie en casa, en ese momento, es que ha descubierto que tiene alma.

El sencillo mate es nada más y nada menos que una demostración de valores.

Es la solidaridad de bancar esos mates lavados porque la charla es buena. Es querible la compañía.

Es el respeto por los tiempos para hablar y escuchar, vos hablas mientras el otro toma y es la sinceridad para decir: “Basta, ¡cambia la yerba, che!”

Es el compañerismo hecho momento.

Es la sensibilidad al agua hirviendo.

Es el cariño para preguntar, estúpidamente, “¿está caliente, no?”.

Es la modestia de quien ceba el mejor mate.

Es la generosidad de dar hasta el final.

Es la hospitalidad de una invitación.

Es la justicia de uno por uno.

Es la obligación de decir “gracias”, al menos una vez al día.

Es la actitud ética, franca y leal de encontrarse sin mayores pretensiones que compartir (MIR, 2015).

Se o mate, como significante e significado, é herança do gaúcho, também o seria a questão da amizade/irmandade, tão célebre na construção dessa identidade *gauchística* como salienta José Hernandez [1879] em seu poema número 4.695, talvez o mais famoso dos dois livros do Martín Fierro.

Los hermanos sean unidos

*porque esa es la ley primera;
 tengan unión verdadera
 en cualquier tiempo que sea,
 porque si entre ellos pelean
 los devoran los de afuera*
 (HERNÁNDEZ, p. 263, 1999).

E aqui precisamos fazer uma ressalva. Temos noção de que é árduo o esforço de pensar o gaúcho sem cair na romantização da literatura que, no século XX, o exaltou. Da mesma maneira, fica difícil se afastar das descrições dos liberais do século XIX que o combateram e viram nele o selvagem que ameaçava a civilização. Mas é certo que, se Sarmiento, Alsina, Alberdi e a *Generación del '80*, em geral, sentiram rechaço perante à ideia da relevância do gaúcho na construção da identidade inventada da nação argentina, o mito só teve lugar uma vez que esse gaúcho foi extinguido, ou pelo menos “domesticado” e incorporado definitivamente à estrutura de produção capitalista, justamente cumprindo a expectativa da oligarquia portenha, já que “*su propósito era liquidar al gaucho privándolo del libre usufructo de la carne y obligándolo por la fuerza a proletarizarse, empleándose en estancias o saladeros*” (PEÑA, 2012, p. 126). Isso porque todo homem que não fosse proprietário era considerado criado, todo criado devia comprovar emprego por meio de um documento, a *papeleta*, e quem não o tivesse era catalogado de *vago*²³.

Creció con el tiempo el rigor contra los gauchos que persistían en sus hábitos anteriores, hasta llegar el decreto de 1815: todo hombre de campo que no acreditara ante el juez de paz local tener propiedad, sería repuntado sirviente y quedaba obligado a llevar papeleta de su patrón, visada cada tres meses, so pena de conceptuársele “vago”. Importaba “vagancia” también los sirvientes transitar el territorio sin permiso del mismo juez. Los así declarados vagos sufrían cinco años de conchavo obligatorio la primera vez y diez la segunda, en caso de no resultar aptos para la fatiga del ejército (ALVAREZ, 2017, p.52).

Fica claro que o gaúcho representou, durante todo o século XIX, um grande problema 1) à propriedade privada e 2) ao modo de produção. No primeiro ponto, é corriqueiro o roubo de gado, cavalos, ovelhas e qualquer outro animal, não só por parte dos gaúchos, mas por parte também de índios organizadas em *malones*, o que acabou por se converter em uma estratégia de sobrevivência e de barganha política (PASSETTI, 2012). Por outro lado, era comum que, na medida em que avançavam a conquista ao

²³ Preguiçoso, andarilho, desempregado. O sentido atual da palavra pode mudar dependendo do contexto e da província.

“deserto” e o latifúndio, gaúchos e suas famílias invadissem as grandes extensões de terra, ou mesmo, já morassem nesses locais quando os novos donos chegavam. Como parte do conflito, negociavam usar x parcela da terra, pagar algum tributo ou horas de trabalho. Era muito difícil evitar novos assentamentos e controlar a imensidão das propriedades, questão que vai ser resolvida, em grande medida, pelo governo Rosas. Nesse sentido, podemos afirmar que “o restaurador das leis” colocou ordem na cidade e apaziguou especialmente o campo, o que lhe deu margem de ascensão política. No segundo ponto, o modo de produção do pampa argentino, que visava ao aumento das exportações dos produtos pecuários, precisava de mão de obra, então escassa era cara. Essa pouca mão de obra pela qual os fazendeiros competiam entre si, encontrava no Estado um competidor mais poderoso. O momento de guerras civis e regionais exigia que o Estado recrutasse – primeiro em nome das milícias e logo de maneira mais oficial, em nome do exército – qualquer homem entre 18 a 40 anos (o intervalo da idade vai mudando no decorrer do século XIX, mas era aproximadamente homens entre essas idades) para que servisse no exército. Esta situação de disputa pelo trabalhador rural terminou por favorecer o poder de negociação da população do campo, até certo ponto.

Contudo, a relutância do gaúcho de estar sob as ordens de algum patrão de estância se entende, não pelo o ponto de vista *sarmientino* - para quem o gaúcho era preguiçoso -, e sim porque, na escala hierárquica da fazenda, ele se encontra dentre os mais desfavorecidos, apenas na frente do escravo negro. Mas é claro que existiram gaúchos dedicados à produção dos saladeiros e das fazendas, que conquistaram diferentes graus de poder e autonomia. Igualmente aconteceu com alguns poucos escravos que, pelo seu desempenho, acabaram cumprindo funções de chefes e podiam, inclusive, estar hierarquicamente acima de homens livres.

Segundo Sombras e Santos Vega, outro ponto interessante que retrata o Martín Fierro, mas que podemos observar em outros relatos, como o de Juan Moreira, é o fato dos gaúchos terem vivido nessa mistura de resignação e rebelião constante. Alguns se adaptaram e se tornaram “bons”, outros não; mas independentemente do destino, todos sofrem injustiça. O gaúcho era um injustiçado, um marginal que vivia em condições precárias, vítima da estrutura social e do Estado. E que, justamente por isso, se rebela não só contra esse Estado opressor, senão vitimando outros. E aqui aparece a violência, que, diga-se de passagem, não era da sua potestade, apenas se traduzia nele, como nos outros estratos sociais, pois essa era uma sociedade intrinsecamente violenta.

Fierro se lamenta como Job o como Edipo, dos célebre malditos inocentes, pero a diferencia de ellos reacciona con una violencia tan absurda como su propio destino: mata gratuitamente a un negro, alguien más humillado todavía que un gaucho en la sociedad platense. Hay algo aquí de profundamente perturbador en el personaje: algo como un sacrificio humano ritual, donde el sinsentido de la vida parece compensarse con el asesinato de un inocente. ¿O es una repugnante venganza racista, una desesperada afirmación de un blanco inferiorizado que precisa confirmar que existen otros más despreciables que él?

El gaucho de Hernández no es fácilmente santificable. De todas formas, Hernández dejó esta imagen compleja del último gaucho, alejándose en una imposible fuga hacia otros condenados inocentes: los indígenas (CORTAZZO GONZÁLEZ, 2019, p. 32).

Se há um certo consenso na literatura de que o Martín Fierro romantizou as desventura do gaúcho, também é verdade que “(...) *nadie [puede] leer el Martín Fierro sin sentirse en medio de un oscuro temblor personal, pues [al leerlo] no se hace otra cosa que actualizar la irresuelta tragedia de un país sin justicia*”. (GONZÁLEZ, 1999, p.154). Ou seja, Hernández conseguiu – como todo bom clássico – falar para outros séculos e para outras fronteiras.

Leopoldo Lugones também merece citação pelo tipo de contribuição que fez, sobressaindo com “*La guerra gaúcha*” (Lugones [1905] 2010), porém há outros textos, menos explorados, que merecem menção. Por exemplo, no conto “*Águeda*”, Lugones narra a paixão de um gaúcho que sequestra a mulher que deseja. Neste caso, vemos o drama da *cautiva*²⁴, também presente em Echeverría [1837] (2003), que trataremos com mais detalhe quando dissertarmos sobre o índio. Lugones coloca o gaúcho como sequestrador e justifica o cativo da mulher no amor repentino do qual o gaúcho é a primeira vítima. Estaria Lugones fazendo o mesmo que Hernandez ao descrever como o gaúcho que é vítima do Estado, acaba vitimando outro? Mas o giro em Lugones é bem mais leve e sentimental. “*A nosotros, en nuestra perra vida de criminales, las penas y los amores nos entran así de golpe, como puñaladas*” (LUGONES, 1997, p.225), exclama o gaúcho à moça sequestrada, que - claro – termina se apaixonando também por ele e que quando o juiz de paz, a figura de autoridade representante do Estado, chega e ameaça atirar nele, a mulher sai em sua defesa e grita pedindo clemência: “*He resuelto ser su mujer. ¿No lo ven cómo está, vencido, herido, acabado, viejo y solo? Todo lo ha perdido por mí: su cuerpo y su alma. No le quedo más que yo. Por mí se perdió. ¡Por quererme a mí como nadie ha querido nunca!*” (LUGONES, 1997, p. 238). No conto, ambos são

²⁴ Ver Mansilla [1870] (2003).

mortos e Lugones termina o relato com o recurso do mágico e do eterno. Uma açucena cresce onde o sequestrador e a sequestrada morreram.

Essa não foi a única contribuição de Lugones na exaltação do gaúcho. Cortazzo González (2014) assegura que o processo de “nacionalização do gaúcho” terminou com a obra de Lugones [1916] (2009) chamada “*El Payador*”, obra cimentada sobre a sua “extinção” à qual nos referimos previamente.

Lugones afirmó que “El gaucho fue el héroe y el civilizador de la pampa” y un factor decisivo en la formación de la nacionalidad. Por otro lado declara al Martín Fierro, el poema épico de la Argentina y su personaje comparable a los caballeros andantes, al Cid y a Hércules, entre otros. (p. 33). [Pero ésta] es sólo una afirmación que puede hacerse sobre el cadáver del gaucho, al que, en realidad, en una clara concepción racista, Lugones consideraba una raza despreciable: “Su desaparición es un bien para el país, porque contenía un elemento inferior en su parte de sangre indígena” (LUGONES, 1992, p.51 APUD CORTAZZO GONZÁLEZ, 2014, p.33).

A trilogia de filmes do diretor Leopoldo Torre Nilsson, “*Martín Fierro*” (1968), “*El santo de la espada*” (1970) e “*Güemes, la tierra en armas*” (1971) recolheu todas essas impressões e empreendeu uma tentativa de mostrar as dificuldades dos homens e das mulheres do campo. O primeiro filme está baseado nos versos de Hernández; o segundo conta a história de San Martín, o libertador dos Andes; e o terceiro narra a história do caudilho/governador federalista, Martín Miguel de Güemes, quem contou com a força dos gaúchos no seu exército contra os realistas espanhóis e, portanto, salienta a atuação deles na luta pela independência, tentando dissociar o gaúcho do bandido ou do homem fora da lei. Outra produção cinematográfica interessante para esse tópico é “*Los hijos de Fierro*” (1978), obra que recria o drama do gaúcho, agora sob a perspectiva peronista e a sua militância. O drama acontece a partir da queda de Juan Domingo Perón, em 1955, até o seu regresso à Argentina. Nesse sentido, “Pino” SOLANAS (1978) explora os dois dramas argentinos e encontra o paralelismo. Afinal, a resistência do oprimido traspassa séculos.

Essa opressão era bem explícita em Sarmiento. A modo de exemplo, Sarmiento escreveu a Mitre em 1861: “*No trate de economizar sangre de gauchos, es lo único que tienen de humano. Éste es un abono que es preciso para hacer útil al País*” (GALEANO, 2010, p. 243). E ainda: *Sarmiento entendía que los principios humanitarios del constitucionalismo liberal no eran aplicables, en un pueblo de gauchos, a “las clases bajas ignorantes organizadas en bandas armadas”* (CHUMBITA, 2011, p.238). É que, segundo Sarmiento (1999), havia uma luta épica entre a “civilização e a barbárie”, notória

no seu Facundo [1845]. A civilização era a cidade, o campo era a barbárie. E as *montoneras* eram a prova da incivilidade desses últimos. A aparição das *montoneras*, milícias de gaúchos organizadas para a defesa do interior e de sua produção, em claro combate aos privilégios aduaneiros de Buenos Aires, revela o auge do conflito entre a associação de muitos gaúchos liderados por um caudilho e a cidade. E se as *montoneras* não propunham nenhuma nova ordem de produção, contestavam a oligarquia portenha e eram indiscutivelmente democráticas -no sentido de representação da maioria do país -, contra a apropriação dos rios e da principal aduana, que, favorecida pelos acordos feitos com a Inglaterra, acelerava a acumulação capitalista de Buenos Aires às custas do resto do país (PEÑA, 2012).

Es pura novelaría la afirmación de que las masas populares participaban en la montonera “con sus reivindicaciones propias, tierra y pan” (Puiggrós, Los caudillos de la revolución de Mayo, p. 126). Si hubiera agregado “paz”, los propósitos de las montoneras hubieran sido los mismos que las consignas bolcheviques de 1917 y el novelón histórico hubiera sido más bonito y conmovedor, pero no por ello más verídico. Las masas montoneras querían, desde luego, pan. Y precisamente engrosaban las montoneras porque las antiguas modalidades de producción estaban destruidas y no podían ya ganarse su pan como tradicionalmente lo hacían. Pero “tierra” no buscaban ni les interesaba. A los trabajadores del litoral ofrecerles una parcela hubiera sido insultarlos. A los trabajadores del interior no era tierra lo que les hacía falta, sino protección aduanera para sus industrias regionales. Las montoneras no aportaban consigo un nuevo orden de producción. Se oponían a la oligarquía porteña, pero no podían contraponer ningún régimen de producción diferente a aquel en que se fundaba el poderío de la oligarquía porteña. Las montoneras no eran progresivas en el sentido hegeliano de la palabra, es decir, no significaba el tránsito a otro sistema social (PEÑA, 2012, p. 125).

Verdade. As *montoneras* não propunham nenhuma nova ordem político-econômica. Apenas eram uma resposta encarniçada à apropriação que Buenos Aires fez do principal porto de país, daquele do qual o país depende. Mas a proposta da cidade, dos liberais, também não foi conciliadora, pelo contrário, o território continuou assim dividido entre aqueles que ocupavam o campo e aqueles que ocupavam a cidade. As identidades diferiam. O conceito de territorialidade pode nos auxiliar nesse quesito.

De acordo com Little (2002), a territorialidade é o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Ou seja, o sujeito se apropria, territorializa o espaço. Assim, o sujeito se sente pertencente àquele território, envolvendo não só as relações no e com o ambiente, mas também os significados que seus habitantes atribuem a este lugar (COLIN; PELICIONI, p. 1248, 2018).

Essa apropriação do território gera identidades e para os liberais do século XIX, o sujeito do campo e o sujeito da cidade eram duas figuras dicotômicas, associadas não só a diferentes valores morais, mas também a diferenças ideológicas-políticas

irreconciliáveis. O gaúcho era vinculado ao rosismo e, com isso, ao conservadorismo, ao cumprimento - pelo menos discursivamente - das regras vinculadas à Igreja católica, ao respeito e devoção do caudilho. É que *el caudillo era el sindicato del gaucho* (O'Donnell, 2008). Na verdade, um “sindicato” bastante coercitivo com a sua classe, mas que, bem ou mal, representava essa camada social e gerava os laços de amizade/irmandade aos quais já nos referimos. Porém, quem ganhou a batalha foi a cidade e, entre todas, Buenos Aires foi “(...) *la ciudad [que] fue el instrumento de la impostación de la cultura hispánica y católica, y los campos fueron las áreas de los vencidos*” (LUNA, 1978, p.52). Buenos Aires conseguiu aumentar, exponencialmente, seu capital inicial através da aduana e da relação com a Inglaterra. Os gaúchos pereceram, se misturaram e se diluíram.

Los descendientes de los indios, los mestizos y los gauchos fueron los perdedores de la guerra federal y, aunque nunca pudieron ser exterminados en su totalidad, fueron relegados y excluidos de manera deliberada (...). Las montoneras, expresión de los pueblos levantados en armas, habían sido una amenaza intolerable para la elite, un fantasma que debía ser excomulgado, y la pedagogía oficial se encargó de esa tarea. La incorporación de millones de inmigrantes de Europa, cuyos hijos se instruyeron en la ideología de la escuela sarmientina, tendía a cortar la transmisión de la memoria de las experiencias históricas anteriores en gran parte de los nuevos estratos populares (CHUMBITA, 2011, p.344).

Inv. 214.330 D. 11.068



1307

Um gaucho

Gaúcho com seu cachorro. Buenos Aires, 1890.

Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



Trabalhadores rurais. Baradero, província de Buenos Aires, 1883.

Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



Chefes *montoneros*, 1867. Sentado de casaco branco, Felipe Varela, a seu lado, Estanislao Medina. De pé à direita, Severo Chumbita, pentavô da autora dessa tese. Fonte: CHUMBITA, 2011.

Se a propriedade privada, o modo de produção e a imposição ideológica/cultural domesticaram o gaúcho e o campo, é pertinente se perguntar que tipo de sociedade imaginavam os liberais iluministas da cidade de Buenos Aires e quais as suas preocupações para organizar o país. É adequado aquele velho confronto entre o campo e a cidade? Os problemas de ambos eram assim tão distintos? Assim como Peña (2012),

Fradkin e Gelman (2019) insistem que o enfrentamento passava mais pela luta de classes do que pela suposta dicotomia entre campo e cidade. Garavaglia concorda e vai além, assegurando que a elite portenha enxergava os setores populares e a própria servidão como “inimigos internos” (GARAVAGLIA, 2015, p.386), que deviam ser subjugados e controlados.

Nesse sentido, quem estaria interessada no progresso que a cidade representa era a elite latifundiária, que dependia da pacificação dos campos, de sua produção, e da retenção para si do domínio da aduana. A aduana é o que lhe provê a relação especial cultivada com a principal potência mundial, a Inglaterra, por meio do Tratado de Paz e Amizade de 1825; o que determina o aumento da alocação dos produtos derivados do campo, majoritariamente os de origem pecuária; e que garante o ingresso de mercadorias manufaturadas inglesas, que atija o conflito com o interior.

Os expoentes dos valores da elite portenha eram os intelectuais, primeiro da *Generación del 37* e depois da *Generación del 80*. A grandes rasgos, eram a favor da abertura do comércio internacional e contra o protecionismo que submetia a população à má qualidade dos produtos nacionais. Os liberais, inspirados pelos britânicos no campo econômico, político e cultural, abominavam a relação do Estado com a Igreja e buscavam a ilustração da população através: 1) da educação promovida pelo Estado, 2) do incentivo à imigração europeia branca para povoar o país e resolver a questão da escassez de mão de obra; 3) do aprofundamento do modelo agroexportador; 4) da resolução das fronteiras; e 5) do avanço das ferrovias, que permitiriam aprimorar o escoamento da produção e conectar os principais pontos do país.

Juan Bautista Alberdi foi, sem dúvidas, um dos liberais mais destacados dessa elite portenha. Entre outras propostas, é dele a redação do preâmbulo da Constituição de 1853, que tem como base o preâmbulo de EUA e que revela de maneira bastante manifesta as preocupações e os desafios que enfrentara a Confederação Argentina, que contava com a assinatura de todas as províncias com exceção de Buenos Aires.

Nos los representantes del pueblo de la Confederación Argentina, reunidos en Congreso General Constituyente por voluntad y elección de las provincias que la componen, en cumplimiento de pactos preexistentes, con el objeto de constituir la unión nacional, afianzar la justicia, consolidar la paz interior, proveer a la defensa común, promover el bienestar general, y asegurar los beneficios de la libertad, para nosotros, para nuestra posteridad, y para todos

los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino: invocando la protección de Dios, fuente de toda razón y justicia: ordenamos, decretamos y establecemos esta Constitución para la Confederación Argentina (RAVIGNANI, 1937, p.793).

É interessante observar no preâmbulo: 1) o reconhecimento das províncias como unidades político-econômicas prévias ao Estado nacional e, com isso, ser necessário “cumprir com os pactos preexistentes” entre elas; 2) a conformação da união nacional, ou seja, a declaração de que, a partir desse momento, se criava uma nação única, embora com o problema do Estado de Buenos Ayres; 3) a chamada à imigração “para todos os homens do mundo que queiram habitar no solo argentino”; e 4) a invocação de Deus, questão com a qual o federalismo concordava e que Alberdi deve ter aceitado.

Embora Alberdi tivesse ideias mais ligadas ao unitarismo, ele mesmo apoiava a ideia de uma nação federal, prova disso, além do preâmbulo, é o seu famoso “*Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*” (ALBERDI [1853], 2017). Isto nos mostra que as divisões não eram tão rígidas como o rosismo queria fazer ver e que o federalismo que apoiava Alberdi, assim como outros liberais da oligarquia portenha, tem mais a ver com a necessidade de construir “uma república possível”, uma espécie de resignação perante a realidade, forçando-a um pouco ao desenlace desejado. Por exemplo, o fato de Alberdi já falar em “República Argentina” mostra essa intenção, pois é sabido que não havia ainda um sentimento de pertença nem à república, nem a isso chamado Argentina. As identidades estavam ancoradas à província. As pessoas eram primeiro *salteñas, tucumanas, cordobesas, porteñas* e assim por diante. A solução encontrada pelo alberdismo foi ser um pouco federalista com algumas reservas de unitarismo e assim evitar novas guerras civis. Essa pitada de unitarismo era a ideia da Intervenção Provincial, por meio da qual, em caso de conflito, o Estado nacional colocaria um interventor por um prazo determinado, até a província se acalmar e então ter devolvida sua autonomia provincial.

Outra questão importante é a dos direitos, deveres e obrigações dos cidadãos, inspirada na Revolução Francesa, mas com toques *criollos*. Alberdi defendia os direitos civis, especialmente de culto, para todos (nesse quesito é liberal) e também defende a ideia de levar imigrantes anglo-saxões para povoar os vastos territórios argentinos. Mas, no que se refere aos direitos políticos, Alberdi – fiel a sua classe – defendia o voto qualificado. Ou seja, só aqueles com recursos econômicos e educados poderiam votar.

Cabe lembrar que na Argentina havia o voto universal masculino desde 1826, o que quer dizer que a proposta alberdiana era a de retirar um direito já conquistado e substituí-lo por outro mais restrito. O seu argumento era que o voto qualificado era a única forma de evitar novas guerras civis e que só em duas ou talvez três décadas seria possível retomar o voto universal. A verdade é que ele não confiava na democracia, tanto que entre as suas propostas, além do voto qualificado, estava a da eleição indireta. “*Alberdi decía que mediatizar el voto es acolchar los impulsos, eventualmente distorcionados, de la masa*” (CAMARERO, 2007). Dentre as duas propostas, a Confederação aceitou a forma indireta, mas nunca aceitou o voto qualificado, que continuou sendo universal masculino até 1947²⁵. A oligarquia governou usando a fraude e a compra aberta de votos, que não eram secretos, práticas vistas como normais, ainda não regulamentadas na Constituição.

Sarmiento, embora pertencesse à Geração dos 80 e estivesse dentro do mesmo grupo de pensadores que Alberdi, não concordava com muitas das questões que o alberdismo defendia. Por isso, tiveram diversos bate-bocas por meio dos jornais, as guerras das plumas, como ficaram conhecidas as divergências. Nesse sentido, Sarmiento também criou um plano sobre os caminhos que a Argentina devia seguir, que “*rivaliza em precisión y coherencia con la alberdiana, a la que supera em riqueza de perspectivas y contenidos*” (DONGHI, 1992, p. 44). As medidas mais relevantes do programa sarmientino eram: 1) criar uma vasta massa de consumidores; 2) solucionar a alta concentração de terras na Argentina e no Chile, drama não só das classes pobres, mas do país em si, bem refletido no Facundo; e 3) pensar questão da educação pública, que é para Sarmiento um instrumento de conservação social:

(...) *no porque ella [a educação pública] pudiese disuadir al pobre de cualquier ambición de mejorar su lote, sino porque debía, por el contrario, ser capaz – a la vez que de sugerirle esa ambición – de indicarle los modos de satisfacerlas em el marco social existentes* (DONGHI, 1992, p. 47).

Além da oligarquia portenha, a cidade de Buenos Aires se assentava também na classe burocrática, na classe militar, nos artesãos e na classe baixa, composta pelo serviço doméstico livre ou escravo. A burocracia era responsável pela aduana e pelo tesouro da cidade e, se durante a etapa rosista esteve altamente concentrada na figura do governador,

²⁵ A lei 13.010, também conhecida como a Lei Evita, foi sancionada na Argentina em 09 de setembro de 1947, apenas um ano e três meses depois do ascensão de Juan Domingo Perón à sua primeira presidência. Nessa lei, se introduziu a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, sendo estabelecido o verdadeiro sufrágio universal.

depois de Pavón, se termina de especializar e profissionalizar. A classe militar era, na etapa rosista, na sua grande maioria, composta pelas milícias. Com a queda de Rosas em 1852, a Confederação arma um exército com caráter nacional e o Estado de Buenos Ayres continua alimentado a sua própria milícia, até Cepeda. O interessante de toda essa etapa é o altíssimo orçamento que Buenos Aires destinou para seus gastos militares chegando, segundo Garavaglia (2015), a atingir 50% do mesmo entre 1841 e 1861, tendo como principal gasto os salários do setor. Essa situação não mudou quando Buenos Aires foi reincorporada à Confederação, o que revela de cara a grande inequidade entre a cidade mais rica do país e qualquer outra província. Cabe observar que estamos comparando o orçamento de uma prefeitura ao orçamento de um Estado.

En 1861, el presupuesto de la “municipalidad” de Buenos Aires es casi dos veces mayor que el presupuesto de la tercera provincia más rica de la Confederación, la provincia de Córdoba, en esa misma fecha, el presupuesto de la policía de Buenos Aires es superior a la suma de los presupuestos de las provincias del noroeste y el gasto previsto en el rubro carros de “limpieza” (es decir, recolección de basura) de la municipalidad porteña duplica generosamente el presupuesto de la provincia de Jujuy. Estos datos nos dan ya una idea somera del peso económico de la ciudad porteña en el cuadro de la Argentina de la segunda mitad del siglo. Un papel económico que es en realidad mayor, bastante mayor, que el de su peso demográfico y que está relacionado con el control de los generosos recursos de la aduana (GARAVAGLIA, 2015, p. 351).

A classe de operários da cidade de Buenos Aires era composta por artesãos, pequenos comerciantes e homens com “ofício”. Se destacavam o rubro de chapéus, os sapateiros, os alfaiates, o leiteiro, o vendedor de água (o aguateiro), as vendedoras de comidas, etc. Se eram produtores de algum manufaturado tendiam a ser federalistas, alinhados aos reclamos do interior e pediam proteção para as suas manufaturas, que nunca poderiam competir com os preços e qualidade das britânicas. A lei de proteção aduaneira de Rosas, de 1835, obedecia mais a acalmar os ânimos dessa classe do que escutar os reclamos das províncias do interior, segundo Fradkin e Gelman (2019). Mas essa iniciativa durou pouco e, se bem houve algum alívio dessa classe, foi apenas isso. Já no final do século XIX, quando a imigração europeia começou a mostrar seus efeitos, um deles foi a formação de sindicatos, liderados por anarquistas²⁶, que lutavam por melhorias

²⁶ A greve de padeiros de 1888, encabeçada pela *Sociedad de Resistencia Cosmopolita de Obreros Panaderos*, o sindicato organizado pelo anarquista Errico Ferrer, levou à criação das famosas “*facturas*” argentinas, que são umas massas doces cujos nomes eram uma crítica ao Estado e à Igreja. A seguir, citamos algumas das *facturas* mais comuns:

1. *Bolas de fraile* ou *suspiro de monja*. Crítica à Igreja.
2. *Sacramentos*. Crítica à Igreja.
3. *Bombas* (de crema o Dulce de leche). Sátira ao Exército.
4. *Cañoncitos*. Sátira ao Exército.

nas condições do trabalhador, especialmente pela melhoria de salários, entre outras importantes reivindicações. A genial Rosa Luxemburgo (1917) já advertia que: “*el proletariado italiano que, expulsado de su país por la miseria provocada por el capitalismo, emigra hacia Argentina o Canadá, encuentra allí un nuevo yugo del capital importado de los Estados Unidos o de Inglaterra*”. (LUXEMBURGO, 1917, p. 26)

É bom lembrar que no rosismo havia diferentes associações de ofícios, mas, só no final 1880, os sindicatos tomam proporções que preocuparam a elite portenha. O paradoxo é que a grande onda imigratória, tão desejada pela oligarquia portenha, ameaçou o seu projeto de país. Foi a partir de então que a imagem do gaúcho começou a ser exaltada, justamente para gerar uma identidade nacional e frear o imigrante.

Finalmente, nessa comparação entre o campo e a cidade, queremos apontar alguns dos problemas da cidade, que se agravaram com a onda imigratória, como a questão da insalubridade, o aumento da prostituição e o auge de doenças relacionadas à superlotação que, entre outros gravíssimos problemas de infraestrutura da cidade de Buenos Aires, geram a crise de cólera, em 1867-68, e o surto de febre amarela, em 1871²⁷, além de outras doenças como febre tifoide, sarampo e rubéola, questões que reconfiguraram a arquitetura portenha. A oligarquia fugiu para o norte da cidade deixando suas casas e construiu do zero outras residências, então separadas das doenças pelo riacho Santa Fé, hoje, a avenida Santa Fé. Os palácios e palacetes de San Telmo, abandonados, acabaram sendo ocupados pelas populações mais pobres, a maioria de imigrantes, e se converteram nos famosos *conventillos*, ou seja, cortiços. Só de janeiro a abril de 1871 houve 13.614 mortos por febre amarela (FIQUEPRON, 2017 e 2018). As mortes totais pela cólera e a febre amarela foram tantas que foi preciso criar um novo cemitério, o da Chacarita.

5. *Vigilantes*. Sátira à Polícia.

6. *Libritos*. A favor da educação.

Nesse ponto, recomendamos o trabalho de SARMIENTO, Érica (2013), que compara a luta dos padeiros anarquistas ibéricos em Buenos Aires e no Rio de Janeiro.

²⁷ Entre 1867 e 1871 existiram e atuaram ativamente as Comissões de Higiene e Salubridade, que foi o período onde a febre amarela e o cólera foram endêmicos por dois motivos: 1) pela expansão da quarta pandemia mundial de cólera e 2) pela guerra do Paraguai. (Fiquepron, 2017)



Buenos Aires, 1895. No fundo a alfaiataria Schwaez & Marolda (atual Avenida de Mayo e Peru). Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



Buenos Aires, 1890. Senhor Torres passeando nos parques de Palermo com a sua família.
Fonte: Arquivo Geral da Nação de República Argentina



Buenos Aires, 1890. Vendedor de jornais. Na sua mão o La Nación, criado por Bartolomé Mitre. Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.

2.2.2 As mulheres, os negros e os índios

Y así fue en toda América, de norte a sur. Todas nuestras naciones nacieron mentidas. La independencia renegó de quienes, peleando por ella, se habían jugado la vida; y las mujeres, los pobres, los indios y los negros no fueron invitados a la fiesta (GALEANO, 2008, p. 186).

Dos três coletivos desta parte: mulheres, negros e índios, os dois últimos já foram extensamente estudados, se comparados com o papel das mulheres na formação do Estado nacional argentino. Isso é pelo menos curioso, já que elas ocuparam lugares importantíssimos na conformação do mesmo, desde o plano político, como poderia ser o caso de Encarnación Ezcurra, La Perichona, Mariquita Sánchez de Thompson, ao plano doméstico, não só como esposas, irmãs ou tias, mas também como criadas livres ou escravas, mães negras escravas, mulheres comerciantes, ou meras *chinas*²⁸. Contudo, é só no início do século XXI, graças à nova onda dos vários feminismos, que, na Argentina, inicia-se uma etapa de revisionismo histórico, por meio do qual coletivos parcialmente desconsiderados começam a ganhar notoriedade.

No puede decirse que la historia ignorara a las mujeres, sino que apenas justipreció su participación más allá de los círculos domésticos y de la esfera de la intimidad. (...) prevalecieron los signos de una identidad femenina bien conocida hasta nuestros días: se atribuía a las mujeres debilidad física, intelectual y moral, así como exceso de sentimentalismo (BARRANCOS, 2012, p. 7).

Além da obra de Barrancos (2012), a de Gil Lozano; Ini; Pita (2000) também já é um clássico para entender o lugar da mulher na sociedade argentina e a construção da sua liberdade e emancipação. Contudo, Anzorena (2008) assegura que “*la falta de visibilidad de las mujeres en los procesos históricos tiene que ver con el lugar de subordinación que han ocupado históricamente en las relaciones sociales, basado en la división sexual del trabajo*” (ANZORENA, 2008, p. 2) e salienta que, apesar disso, as mulheres do século XIX e de inícios do século XX participaram ativamente na formação do Estado Nacional argentino, especialmente por meio da função educadora, pois o projeto *sarmientino* as colocava como professoras alfabetizadoras, associando as tendências maternas, supostamente a elas inerentes. Rosa Luxemburgo, sempre clara e concreta, diz sem

²⁸ A *china* é o feminino do gaúcho.

rodeios, em 1917: “*la historia de las mujeres es simplemente la historia de la esclavitud de la mujer, en todas las formas de producción y a pesar de todas las formas de producción*” (LUXEMBURGO, 1917, p.62).

As mulheres do século XIX da Argentina são - como o resto da população - herdeiras da ordem colonial conservadora católica. Não tinham direitos civis, que só foram conquistados no início do século XX, em diferentes etapas, chegando ao voto feminino bastante tardiamente, apenas em 1947, por meio da Lei Evita. Até então, as mulheres dependiam dos pais, esposos, irmãos, filhos, ou algum parente homem para qualquer questão. Mas, a sociedade portenha era um pouco mais flexível do que as elites das províncias do interior, como costuma ser com as metrópoles, até para a ascensão social das mulheres. Talvez por isso é que personagens como Encarnación Ezcurra tem espaço nesse ambiente assustadoramente patriarcal. A vida de María de la Encarnación Ezcurra y Arguibel (Buenos Aires, 25/03/ 1795 -20/10/1838) e a sua vocação política é uma prova dessa tolerância dos seus pares que se converteu em temor. Claro que esse temor que inspirava estava assentado em Rosas, mas há evidências de que ela mesma tomava decisões e operava politicamente sozinha, especialmente na época em que Rosas se destina à Campanha ao Deserto de 1833, ao ponto de conseguir destituir Balcarce. Também sabe-se do seu caráter enérgico e ainda mais relevante é o fato dela ter arquitetado toda uma rede de colaboradores, composta por espões domésticos, ao ponto de que a oligarquia tinha medo da própria servidão. Igualmente importante foi a atuação de Encarnación na Mazorca e no aparelho de propaganda do regime, até então uma novidade, que serviu ao doutrinação da população e à criação de um sentimento de pertença, que foi muito bem explorado pelo rosismo. Nesse sentido, o aparato repressivo do rosismo se voltava a todas as classes sociais, mas especialmente à oligarquia, que era vigiada de perto pelas redes estabelecidas pela esposa de Rosas.

El papel de Encarnación Ezcurra liderando el bando apostólico no deja de ser llamativo. En una sociedad profundamente patriarcal como lo era la de la época, la mujeres sólo podían tener un rol subordinado a sus padres y maridos, carecían de derechos políticos y su posible actividad pública, en el caso de las mujeres de elite, se limitaba en general a la participación en actividades de caridad o en la organización de tertulias, como la que animaba Mariquita Sánchez (FRADKIN; GELMAN, 2019, p. 245).

Claro que Encarnación é uma exceção. Mesmo as mulheres da elite tinham seus papéis muito bem definidos e se delimitavam aos cuidados domésticos e dos filhos e filhas. Com relação ao estudo, as mulheres da elite só começaram a estudar na universidade, especialmente nas carreiras da saúde como Medicina, Odontologia,

Farmácia e Obstetrícia, em 1880 (PALERMO, 2005). As mulheres de classe média se desempenharam nas carreiras docentes, especialmente na educação primária e, depois, secundária, sobretudo depois das mudanças feitas pela presidência de Sarmiento.

Como acontece atualmente, a situação da mulher piorava quanto mais baixa estivesse na escala social, já que, quanto mais pobre, mais tarefas, obrigações e vulnerabilidade. Além da casa e da família, elas trabalhavam no campo, de par a par com os homens. Ademais, sendo uma sociedade muito violenta, as mulheres – assim como os outros grupos vulneráveis - eram alvo fácil para toda uma série de violências, isso é, podiam ser trocadas, vendidas, violentadas, roubadas, pelas próprias famílias ou por outros grupos. Por exemplo, “*muchas de las hijas de las familias más pobres eran usadas para proporcionar comodidad a los gauchos, y en raros casos conservaban su virginidad más allá de los 8 años*” (LYNCH, 1984, p.108). Da mesma forma, a grande maioria das mulheres que são mães (quase todas) são solteiras, já que o índice de abandono dos lares por parte dos homens era altíssimo. “*El casamiento es un acuerdo casi desconocido entre las clases más bajas (...) de 50 mujeres, aproximadamente, una sola está casada*” (LYNCH, 1984, p. 108). Isso se deve a uma questão estrutural dessa sociedade, seja porque os gaúchos eram obrigados a prestar serviço militar ou porque eram mão de obra que migrava constantemente de estância em estância. O fato da maioria das mulheres pobres ser solteira evidencia duas questões: 1) a vulnerabilidade das mulheres nessa sociedade, onde não é raro passarem a depender dos filhos homens quando estes ainda são adolescentes; e 2) que o cosmo mundo do gaúcho se viu debilitado por eles não fazerem parte ativa das famílias e, com isso, as tradições e os costumes foram rapidamente dissipados pelas ondas migratórias.

Assim como havia diferença entre os homens do campo e da cidade, havia também entre as mulheres do campo e da cidade. As tarefas das *chinas* eram vinculadas às mesmas dos gaúchos, só que acentuadas nos afazeres domésticos. Mas, também como eles, elas cuidavam dos animais, participavam ativamente de todas as cerimônias sociais, eram habilidosas com as facas e também tinham o cavalo como sua extensão. O ilustrador e pintor argentino Florencio Molina Campos (1891-1959), famoso pelos seus retratos *costumbristas*²⁹ e conhecido pelas obras *gauchescas* publicadas em uma série de calendários de Alpargatas na década de 1930, contribuiu nesse resgate do lugar das

²⁹ Gênero artístico que reproduz os costumes e hábitos de um povo.

mulheres do campo no imaginário social argentino, dando a elas um lugar de fortaleza que até então não haviam tido.

As populações pobres da cidade e das províncias do interior viviam em tal situação de miséria, que chamava a atenção dos viajantes. Normalmente, os homens que tinham sapatos, tinham apenas um par, geralmente ganhado em alguma aposta ou como botim de guerra. A grande maioria de homens e mulheres andava descalço, ou usava uma espécie de couro, ou de tela envolta nos pés. As roupas das *chinas* eram compostas por uma saia e uma blusa única. Os artefatos das casas eram escassíssimos. E como diz Alvarez (2017) essa situação não se modificou com a alça nas exportações.

Los censos han recopilado también algunas observaciones a propósito de cómo vivía aquella parte de la población a quien no reportó gran lucro la suba de precios de los frutos y de las tierras. En 1869 las cuatro quintas partes de los edificios de la República eran ranchos de paja, barro y madera; toda la provincia de Santiago del Estero no exhibía más que 237 casas de azotea y teja; y la provincia de San Luis, 120 sobre 53.000 habitantes. Los autores del censo marcaron con signos de admiración esta espantosa pobreza. El rancho argentino, sin pisos de madera o material, sin chimenea, sin cocina, sin tabiques divisorios, en muchos casos era casi la guarida del hombre prehistórico. Veintiséis años después, con un enorme aumento del comercio, la exportación y la riqueza, más de 1.500.000 personas continuaban viviendo en ranchos (ALVAREZ, 2017, p. 80).

As mulheres de classe baixa da cidade se dedicavam também especialmente às tarefas domésticas. Havia as mulheres livres e as escravas. As livres eram lavadeiras, lavavam as roupas no rio e ganhavam um salário paupérrimo, muitas vezes pago em comida e/ou teto, também havia cozinheiras, passadoras de ferro, costureiras e faxineiras de modo geral. Havia mulheres que se dedicavam ao comércio, assumindo as *pulperías* em caso de ausência do pai ou esposo e também aquelas que se dedicavam à prostituição, tendo seus próprios corpos comercializados.

Em relação às empregadas domésticas da cidade, queremos pontuar as seguintes questões: 1) que algumas chegaram a ter lugares relevantes nas famílias às quais pertenciam. No caso do mesmíssimo Rosas, a empregada de Encarnación, Eugenia Castro, se converteu na amante de Rosas, depois da morte da esposa, e teve com ele pelo menos quatro filhos não reconhecidos³⁰. Embora Eugenia não tivesse o gênio, nem a capacidade política de Encarnación, foi importante na vida de Rosas e pode ter sido confidente dos problemas políticos dele; 2) um número expressivo de mulheres que

³⁰ Rosas fazia questão de afirmar que seus únicos filhos eram Manuelita e Juan, filhos dele e sua “*estimada amiga y esposa*” Encarnación Ezcurra. Além dos 4 filhos com Eugenia, é muito provável que ele tivesse outros filhos ilegítimos.

trabalhavam nos serviços doméstico, desde a metade do século XIX até fins do século, era proveniente das tribos de índios expulsas dos seus territórios, entre elas muitas crianças, que, desde pequenas, eram colocadas a trabalhar nas casas das famílias da oligarquia; e 3) que as afroargentinas escravas, além de se dedicarem às tarefas domésticas, também trabalhavam como amas de leite. Guzmán (2018) analisa a relação de trabalho e maternidade dessas mulheres e mostra a sua relevância “*porque estas mujeres establecen relaciones transversales y cruces entre los diversos mundos raciales y sociales, y sobre todo instituyen un parentesco de leche en un sistema racial jerarquizado*” (GUZMÁN, 2018, p. 452).

Outro trabalho das afro-argentinas na cidade era as das *achuradoras*. “El matadero [de Echeverría], evocou a imagem das achuradoras negras, mulheres africanas e afro-argentinas que trabalharam nos matadouros vasculhando intestinos e outros órgãos, como símbolo da brutalidade e da violência da ditadura de Rosas” (ANDREWS *in* De la Fuente; ANDREWS, 2018, p.99). Ainda mais aterradora era a situação das escravas que, além de todas as suas tarefas, serviam sexualmente aos amos e a seus pares escravos homens. Loango (2010) nota como a sociedade é contraditória nesse aspecto, por um lado a mulher negra é objeto de desejo e por outro de desprezo (LOANGO, 2010, p. 51).

Los primeros negros esclavizados que llegaron al Río de la Plata eran varones y para contener la relación de negros con indias y satisfacer las demandas de sexualidad de los varones se consideró necesaria la incorporación de mujeres negras. Estas mujeres “como cualquier otro objeto, eran tasadas, vendidas, rematadas, hipotecadas, embargadas, alquiladas, donadas, heredadas” (Golberg, 2000:68). El lugar de las mujeres implicaba una doble responsabilidad pues no sólo asumían tareas productivas, sino que también tenían que satisfacer las necesidades sexuales de los esclavos y sus amos. Eran comúnmente sometidas a constantes abusos y castigos además de ser vistas como un objeto sexual, tanto así que cuando eran violadas o abusadas se les atribuía la responsabilidad por su supuesta tendencia natural a la obscenidad (Golberg, 2000 apud LOANGO, 2010, p. 48).

O magnífico trabalho arqueológico de Schávelzon (2003) mostra que, no início do século XIX, quase 35% da população de Buenos Aires era negra. A província de Tucumán, por exemplo, tinha 64% da sua população afro; Santiago del Estero, 54%; Catamarca, 52%; Córdoba, 44% (SCHÁVELZON, 2003, p. 16). Em 2005, o censo piloto sobre afrodescendência argentina estipulou que apenas 3% da população de Buenos Aires e Santa fé sabe que tem antepassados negros. Por outra parte, um estudo de Ciência Genética da UBA estimou que apenas 5% da população portenha e 10% da população bonaerense tem marcadores genéticos africanos. Isto nos revela a dimensão do branqueamento dos argentinos (CLARÍN, 2006; CONICET, 2018).

Comparado aos do Brasil, os escravos argentinos tinham certa autonomia. Havia escravos rurais – já comentamos que alguns se destacaram e tiveram posições hierárquicas mais altas do que os homens livres - e muitos eram artesãos, ou se dedicavam a trabalhos domésticos. Além disso, “*en Buenos Aires estaba generalizada la esclavitud estipendiaria*” (PERRI, 2006, p.324), ou seja, o aluguel de escravos. Para os homens escravos, o exército era um caminho para a liberdade. Em virtude das baixas pelas guerras e pelas doenças da década de 1870, somadas à intensa imigração europeia, os afroargentinos “foram fagocitados, criando-se o mito de que na Argentina jamais houve negros” (PERRI, 2006, p. 329).

Os escravos, assim como outros grupos dos setores populares, foram acolhidos pelo rosismo, que viu neles uma ferramenta de controle da oligarquia. Por sua vez, os negros e negras associados nas diferentes nações esperavam que o rosismo os livrasse da escravidão, ou que pelo menos lhes desse alguma margem de barganha para os seus interesses. Fradkin e Gelman (2019) asseguram que justamente a dependência dos afroargentinos do rosismo foi o que colaborou para sua extinção, porque, depois de Caseros, Rosas e tudo que a ele estava associado foram proscritos. Tal fato, somado ao desprezo que a elite portenha sentia pelas classes populares, fossem gaúchos, negros ou índios, contribuiu para que todos esses grupos fossem combatidos e, finalmente, diluídos.

A maioria dos escravos que foi à guerra, o fez de boa vontade, porque imaginava que, prestando esse serviço, acederia à liberdade. Nesse período de ausência dos homens nas chefias das nações negras, as mulheres se tornavam as presidentas das nações e se encarregavam de conseguir permissões para as suas celebrações, e de outras tarefas administrativas e políticas que antes estavam em mãos dos homens. Isso também é interessante na hora de examinar o papel das afroargentinas de meados do século XIX. Assim, se aliam ao rosismo, ao ponto de o próprio Rosas – que era chamado pelos negros de “*Nuestro padre Rosas*” (DI MEGLIO, p.72, 2008) - assistir a algumas das cerimônias no início do governo. Depois da morte de Encarnación, a filha dele, Manuelita Rosas, se converteu em uma espécie de primeira dama e substituiu o pai nesses compromissos. A elite portenha se escandalizava quando Manuelita além de assistir aos carnavais dos negros, também dançava com eles.

Ante la significativa disminución de la población masculina producto del reclutamiento para prestar sus servicios en las guerras, las mujeres presidieron muchas de las naciones. Estas asociaciones comunitarias además de organizar fiestas y procesiones ayudaban económicamente para que los

esclavos pudieran comprar su libertad. La participación en la dirección de las naciones les permitió ganar espacios de decisión en su propio grupo étnico, así como desempeñar un rol protagónico en asuntos políticos, asumiendo el liderazgo y la iniciativa en variados momentos. Las mujeres negras también aparecen representadas como aliadas del gobernador Rosas y como fuertes guerreras que abrazaron la causa federal (LOANGO, 2010, p. 51).

Finalmente, queremos destacar a importância dos negros e negras no sistema econômico argentino. Eles não só não estavam excluídos de nenhuma atividade, senão que *“si cada trabajador esclavo del Buenos Aires de 1800 hubiese desaparecido repentinamente, la actividad económica se hubiese detenido en una cuestión de horas”* (ANDREWS, 1989:31 *apud* LOANGO, 2010, p. 48).

Em relação a sua emancipação, o caminho foi árduo. Na Argentina, Rosas restituiu a escravidão em 1831. Ele mesmo tinha, nessa época, 33 escravos. Mas, em 1839, assinou um tratado abolicionista do tráfico de escravos por pressão do Reino Unido. A Constituição Federalista de 1853 abolia também a escravidão, não assim a Constituição Unitária portenha (parece-nos que a oligarquia esquece as premissas liberais na hora de fazer os números). Mas, é somente em 1861 que realmente se concretiza a abolição de tão monstruosa prática em todo o território nacional argentino.

Os índios são o último grupo dessa seção. A fronteira com o índio atravessou várias etapas. É justamente Rosas quem inicia as chamadas “campanhas ao deserto” em busca de novas terras para a produção pecuária. Há consenso de que a estratégia de Rosas foi bastante exitosa nesse aspecto, não só porque conseguiu realmente aumentar a quantidade de terra do Estado (e dele mesmo), mas também porque o fez mediante “o negócio pacífico” (FRADKIN; GELMAN, 2019). Essa tática buscou alianças nos diferentes cacicados e separou também as tribos amigas das não amigas e das inimigas. A maior preocupação desse período foram os *malones*, que acabaram se transformando em uma moeda de troca para os caciques. Justamente essa ameaça constante foi o que permitiu a ascensão de alguns cacicados, destacando-se entre eles os das Salinas Grandes (hoje, província de La Pampa) cujo líder era o famoso e temido, Calfulcurá. Mas houve outros caciques importantes, que não negociaram com o rosismo, como os ranqueles e os pampas e que, portanto, foram combatidos e expulsos das suas terras, especialmente interessantes para os *criollos* por se tratarem das melhores terras da província de Buenos Aires.

Passetti (2012), por um lado, desmitifica essa imagem de passividade que se tem – em geral - das populações originárias e mostra como caciques do porte de Calfulcurá e

Paghuituz Guor (também chamado Mariano Rosas) negociavam de igual a igual com os mandatários argentinos “supondo a manutenção das suas autonomias territoriais e culturais” (PASSETTI, 2012, p. 290). Por outro lado, Pasetti (2012) analisa o genocídio calculado e executado pelo Estado argentino.

Nas diversas campanhas ao longo dos diferentes governos, chegando a Roca em 1880, o “problema” com o índio sempre foi visto da mesma maneira. Apenas a conjuntura de guerras civis ou da Guerra do Paraguai era o que diminuía o impacto bélico dos governantes argentinos contra as populações originárias. Assim, a maioria dos índios de lança eram mortos, uma pequena porcentagem deles era aprisionada para ser trocada pelos brancos ou pelas *cautivas*, enquanto as mulheres e as crianças índias eram destinadas como mão de obra escrava doméstica, como já apontamos.

De igual destino dos negros e das negras, os índios também foram absorvidos e diluídos das suas culturas e modo de vida, pelo que Loango (2010) chama de “biopoder”.

El Estado argentino empleó una estrategia biopolítica que buscaba, mediante la exclusión violenta de los afroargentinos e indígenas, favorecer un tipo de población que se ajustara al modelo de nación deseado. En consecuencia, el biopoder fue empleado para “hacer vivir” el ideal de nación fundada en la hegemonía de la sociedad blanca, europea como elemento deseable para alcanzar la modernidad y el progreso nacional al que se contraponía la comunidad afroargentina, vista precisamente como una población indeseada, dado el alto nivel de prejuicio racial presente en la nación (LOANGO, 2010, p. 60).



Encarnación Ezcurra y Juan Manuel de Rosas. Quadro com poema. Fonte: Wikimedia Commons.



Quadro "*La chinita*" de Molina Campos. Fonte: Alpargatas.



Buenos Aires, 1890. Lavadeiras. Fonte: Arquivo Geral da Nação Argentina.



Buenos Aires, 1875. Mãe negra. Fonte: Arquivo Geral da Nação Argentina.



Buenos Aires, 1901. Militar negro. Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



La Pampa, 1890. Mapuches bebendo *mate*. Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.

2.3 DOS PACTOS À GUERRA CIVIL COMO SOLUÇÃO

Os pactos que mantiveram as províncias relativamente unidas logo da reorganização, que significou a independência do Império Espanhol, eram de caráter personalista, já que a instituição representada na governação se misturava com a do caudilho. Cada caudilho/governador tinha interesses particulares para a sua província e seus negócios (normalmente também se misturavam ambas questões), fato pelo qual era esperável que os conflitos se acirrassem rapidamente em um já prolífico ambiente de caos. A solução se dará, como defendemos na nossa hipótese, por meio da guerra. Nesse sentido, por uma série de causas que tratamos de comentar nesta seção, a província de Buenos Aires será a líder do processo da organização nacional, já que a sua riqueza irá

lhe permitir alimentar a suas milícias primeiro, seu exército depois, além contribuir para uma visão bastante coesa na oligarquia portenha sobre o tipo de país que a Argentina “deveria” ser.

2.3.1 Viva a Santa Federação! (e morte aos imundos unitários)

Falar sobre Juan Manuel de Rosas³¹ representa ainda, depois de quase dois séculos do seu tempo, se submeter à polêmica. Isso porque a quebra da ordem colonial deixou a nascente Argentina do século XIX confusamente dividida entre unitários e federalistas, unitários radicais, unitários com tons federalistas, federalistas bonaerenses³², federalistas litorâneos e federalistas do interior, além de uns e outros que iam e vinham nas suas convicções, à medida em que os eventos iam mudando. Embora a atual literatura sobre o rosismo seja bem mais relativista do que as anteriores, cronologicamente falando, ainda falar de Rosas suscita acaloradas discussões entre os argentinos.

Em linhas gerais, existem três tendências de posicionamento em relação ao rosismo. A primeira escola, que chamaremos da “escola dos opositores”, herdou os pensamentos de Alberdi, Sarmiento, Alsina, Mitre, entre outros, todos contemporâneos e declarados inimigos de Rosas. A *Generación del 37* [1837], se no início se reunia livremente e até contava nas suas discussões com rosistas do primeiro dia, logo foram percebendo suas discrepâncias e já nos anos 1840 começaram a ser perseguidos e a buscar o exílio, sendo como destinos mais comuns o Uruguai e o Chile, assim como países da Europa, especialmente a Inglaterra e a França. Dessa geração de pensadores se alimenta a *Generación del 80* [1880], que declaravam abraçar o liberalismo comercial; a abertura do porto de Buenos Aires para o comércio preferencial com a Inglaterra, com baixas taxas de importação para o ingresso das manufaturas britânicas; e as atividades agroexportadoras como sendo o motor do país, principalmente a atividade derivada da pecuária. Até aqui, nada diferente do que o próprio Rosas fez durante as duas décadas do

³¹ Juan Manuel de Rosas foi batizado com o nome de Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rozas y López de Osornio. Contudo, desde os primeiros anos da adolescência suprimiu o López de Osornio, que era sobrenome da mãe e muito aristocrático. Também substituiu o Rozas, do pai, que soava muito espanhol, pelo Rosas, que era bem mais popular nas Províncias Unidas do Rio da Prata (até houve mais tarde um cacique ranquel chamado Mariano Rosas). A mudança de sobrenome aconteceu porque a mãe de Juan Manuel, Dona Agustina López de Osornio, uma mulher de caráter forte, castigou o filho que não quis obedecê-la, trancando o menino nu em um quarto escuro. “*Juan Manuel consiguió huir sin llevarse nada, ni siquiera el apellido.*” (O’DONNELL, p. 183, 2017).

³² Bonaerense: gentílico da Província de Buenos Aires.

seu governo. Caberia perguntar, então, por que rosismo – que no aspecto econômico era tão unitário como a própria Geração de 37 e de 80 e que provavelmente defendeu os privilégios de Buenos Aires sobre as demais províncias – não foi mais tolerado pela classe que mais se beneficiava da “ordem” por ele imposta?

Em primeiro lugar está a questão da liberdade. Liberdade civil, liberdade de culto, liberdade de expressão das ideias e assim por diante. Provavelmente, se perguntado, o próprio Rosas diria, analogamente como respondia ao clamor por uma Constituição, que o país não estava pronto para tais luxos. Responderia, podemos pensar, que primeiro era preciso a organização de cada província, a melhoria econômica de cada estado provincial; para, logo, quem sabe, com o decorrer do tempo, pensar em novos acordos e com eles, novos direitos. Para o pensamento rosista, a prioridade era manter a ordem tão dificilmente alçada logo das guerras civis dos anos 1820 e que, por uma série de causas, possibilitaram a assunção da figura de Rosas em 1829, no poder público de Buenos Aires e, paulatinamente, no país.

Também é bastante óbvio que Rosas representava, já nos últimos anos de seu governo, um empecilho para os planos da burguesia comercial e da própria oligarquia pecuária, da qual ele mesmo faz parte. O modelo rosista havia chegado ao desgaste e os inimigos eram muitos e cada vez mais poderosos.

Somado a esse crescente esgotamento do modelo rosista, é consenso na literatura que a sua constante negação em assinatura uma Constituição - e, com isso, resolver a questão mais relevante de todo o período: a nacionalização (ou não) da Aduana, da qual Buenos Aires se beneficiava unilateralmente e na qual baseava sua acumulação primitiva de capital - uniu as províncias do interior, que reclamavam da apropriação dos recursos nacionais há muito tempo, com as províncias do litoral, que começaram a rivalizar abertamente com Buenos Aires. Justamente nas mãos do litoral, sob liderança do ex-amigo de Rosas, Justo José de Urquiza, com apoio do Uruguai e do Brasil e, ainda mais curioso, dos próprios pecuaristas bonaerenses (FRADKIN; GELMAN, 2019), Rosas conheceu seu fim na política e foi vencido na Batalha de Caseros (1852). Ou seja, traído por todas as frentes, Rosas viu desmoronar aquela ordem que lhe valeu do título, lá em 1829, de “Ilustre Restaurador das Leis”.

Mas não é só isso, Rosas representava a violência encarnada na *Mazorca*³³, representava o atraso econômico e político, embora o próprio Alberdi reconhecesse que (...) *bajo la tiranía de Rosas no dejó de progresar la riqueza, la población, la edificación.* (Alberdi, Escritos Póstumos, v. III, p.352 *apud* PEÑA, 2012, p. 151). Ainda pior, Rosas representava o atraso personificado nas classes populares, das quais conservava um impressionante apoio, o que, para os liberais, era sinônimo de tudo que é errado para se pensar e projetar uma sociedade civilizada. Vejamos alguns pensamentos do ilustre Sarmiento, um dos mais importantes representantes da Geração dos 80.

Las razas fuertes exterminan a las débiles, los pueblos civilizados suplantán en la posesión de la tierra a los salvajes. No debieran nuestros escritores insistir sobre la crueldad de los españoles para con los salvajes de América, ahora como entonces, nuestros enemigos de raza, de color, de tendencias, de civilización. Quisiéramos apartar de toda cuestión social americana a los salvajes, por quienes sentimos, sin poderlo remediar, una invencible repugnancia... no son más que unos indios asquerosos, a quienes habríamos hecho colgar y mandaríamos colgar ahora, si reapareciesen en una guerra. (Sarmiento, 2001). OBRAS COMPLETAS <https://citas.in/autores/domingo-faustino-sarmiento/?o=new>

Nesse sentido, o ódio que Sarmiento expressava por Rosas e pelo rosismo estava associado também à popularidade que Rosas ostentava nas classes populares: na *peonada*³⁴, nos gaúchos, nos índios e nos negros. Essa liderança, assim como a liderança da sua própria classe, a oligarquia, foi construída ao longo das décadas, como bem mostram Fradkin e Gelman (2019) e, embora ele representasse uma autoridade absolutamente paternalista e demagógica, está bem documentado o apoio que Rosas obteve das classes populares:

Los mejores testimonios de la época, proveniente de los más talentosos enemigos de Rosas coinciden señalar que el bajo pueblo lo respaldaba. “Y debo decirlo en obsequio de la verdad – proclamaba Sarmiento -, nunca hubo gobierno más popular, más deseado, ni más bien sostenido por la opinión. (Sarmiento, Facundo, 251). “Rosas – afirma Sarmiento en 1875 – era un republicano que ponía en juego todos los artificios del sistema popular representativo. Era la expresión de la voluntad del pueblo, y en verdad que las actas de elecciones así lo demuestran. No todo era terror, no todo era superchería. Grandes y poderosos ejércitos lo sirvieron años y años impagos. Entusiasmo, verdadero entusiasmo era el de millares que lo proclamaban

³³ A *Mazorca* era o braço armado, a milícia da Sociedade Popular Restauradora, comandada por Encarnación Ezcurra, até a sua morte em 1838. Depois disso a *Mazorca* foi comandada por Josefa Ezcurra, irmã de Encarnación. “*La mujer y la cuñada de Rosas, se convirtieron por este medio en figuras muy populares*” (DI MEGLIO, p.72, 2008). A *Mazorca* era conhecida pelas terríveis torturas, decapitações e perseguições a qualquer pessoa que se suspeitasse não fosse federalista. Não ter grandes bigodes ou a “barba federal”, podia ser motivo de morte. Entre as explicações para o nome *Mazorca* está a de que seria referência a uma espiga de milho, já que cada federalista seria um grão do milho e, a união (o milho) faz a força; a outra – e na verdade a mais provável – é que uma das torturas preferidas era introduzir uma espiga de milho no ânus do inimigo unitário. (O’DONNELL, 2010).

³⁴ Grupo de peões, camponeses, trabalhadores rurais.

Héroe del Desierto y Grande Americano Rosas era popular. (Sarmiento, Obras Completas, v. XXXV, 325). Y Alberdi, cuando aún vivía en Buenos Aires, escribió que “Rosas no es un déspota que duerme sobre bayonetas mercenarias. Es un representante que descansa sobre la buena fe, sobre el corazón del pueblo. Y por el pueblo no entendemos aquí la clase pensadora, la clase propietaria únicamente, sino también la universalidad, la mayoría, la multitud, la plebe” (Alberdi, Estudio Preliminar al estudio del Derecho, 72) (PEÑA, 2012, p. 155).

A “escola dos opositores”, embora reconheça alguns dos progressos que o país alcançou nas mãos rosistas, foca mais no autoritarismo e na violência da ditadura, tanto que *Apenas muerto, sus enemigos –dueños del Estado- proclamaron triunfalmente ‘ni el polvo de tus huesos, la América tendrá’* (PEÑA, 2012, p.145). E, de fato, o corpo de Rosas demorou 137 anos para voltar ao seu país.

A segunda visão, que chamaremos de “escola rosista”, aparece na segunda metade do século XX e a partir de um olhar revisionista alça a imagem de Rosas como líder nacional e popular, protecionista, corajoso, nacionalista e muito inteligente, que soube organizar o país, o iniciou no ciclo capitalista e semeou as bases para a inserção da Argentina no Sistema Internacional. Todos os micro e macro indicadores do qual se orgulham os liberais, que colocaram a Argentina do início do século XX como uma suposta potência, com um IDH elevadíssimo para a região, com ferrovias, transportes, saúde e educação pública e gratuita, seriam, para a escola rosista, herança daquele período até então tão criticado.

Que Rosas fosse popular, ninguém em sã consciência pode negar, mas é no mínimo forçado afirmar que Rosas era nacionalista. Em primeiro lugar, a ideia de ser “argentino” era secundária ao sentimento de pertencimento à província. Quando Rosas defendia a pátria, ele se referia a Buenos Aires. O mesmo acontece quando Urquiza defendia os interesses de Entre Ríos; Facundo Quiroga os de La Rioja; e Bustos os de Córdoba, só para exemplificar alguns outros caudilhos/governadores. Depois da identidade atrelada à província é que aparece alguma identidade a algo chamado Argentina, que mais se entende como uma convivência necessária, um marco para cumprir os pactos há muito tempo negociados, que promoveram, em alguma medida, a paz. O ser argentino, com toda a simbologia que isso representa, foi justamente uma tarefa dos liberais vencedores de Pavón, de maneira que é anacrônico imputar essa característica a Rosas. Em relação a ser ou não um líder nacional, também temos as nossas dúvidas. Evidentemente, era um líder e soube muito bem se impor às outras províncias, com uma política que tinha por trás uma constante ameaça militar (às vezes bastante explícita), dissimulada em um discurso

de suposta união federal. Mas, é também evidente que nunca Rosas teve intenção de repartir os frutos da Aduana como as províncias, nem pretensão de que Buenos Aires abandonasse seus privilégios. Portanto, Rosas não poderia ser entendido como líder nacional, no sentido de querer o melhor para a nação. Ele queria o melhor para Buenos Aires. E só. Também é certo que ele defendia uma ideia abstrata, nunca muito clara, sobre a “Pátria Americana” e isso serve de argumento para a escola rosista advogar pelo suposto sentimento de união que Rosas teria tido em relação ao continente, ou subcontinente, isso não fica claro. Mas essa ideia obedece a uma herança do marco colonial, que Rosas admirava, especialmente porque dava ordem às relações sócio-econômico-políticas. De fato, já nos seus anos de exílio em Southampton, ele fica ainda mais conservador e saudosos dos “bons tempos coloniais”.

Peña (2012) é um autor que consideramos imprescindível para entender a formação do Estado argentino e que dedica grande parte da sua obra à análise de Rosas. Mas, além de ser em geral bastante duro com Rosas e seu tempo (talvez pela sua formação marxistas trotskista), assegura que a pouca instrução formal de Rosas foi um fator negativo na sua liderança. É verdade que Rosas teve instrução formal até os 8 anos de idade, mas isso era comum inclusive para a elite portenha, ainda mais quando já se sabia que o primogênito se encarregaria dos negócios familiares, o segundo filho iria para o exército e o terceiro seguiria carreira religiosa. Havia alguma flexibilidade nesses destinos, mas, em geral, se cumpriam à risca porque determinavam a importância da família na sociedade. Assim sendo, que Rosas estudara até os 8 anos, devia bastar para ler e escrever e ter algumas noções de matemática. Sendo assim, atuou bastante cedo nas filas militares e nas tarefas que demandavam força e controle físico. Por exemplo, Rosas participou da defesa de Buenos Aires nas invasões inglesas, quando tinha apenas 13 anos (BRIZUELA, 2018, p.51); organizou e lutou na frente das várias campanhas ao deserto; organizou as milícias; era hábil domando potros, matando gado, usando facões e *boleadoras*; e bem realizava todas as atividades do campo, que lhe valeram do respeito e admiração dos gaúchos, sendo ele mesmo considerado um deles, diferentemente da maioria da oligarquia portenha que morava na cidade e raras vezes visitava as propriedades no campo³⁵. Falava, além de um

³⁵ Os Anchorena, por exemplo, primos de Rosas, era uma família de longa tradição comercial no Vice-Reino do Rio da Prata que com a independência foram somando às suas arcas, os negócios pecuários até se converterem em uma das famílias mais ricas do país (senão a mais). Os Anchorena faziam gala de nunca ter visitado nenhuma vez os milhões de hectares de terra que possuíam e asseguravam que para isso tinham mordomos, para não ter que pisar jamais aquelas paragens. Tomás Anchorena era também conhecido por

espanhol culto quando precisava, a língua dos pampas, fundamental para os pactos com os índios; e um inglês modesto, que lhe serviu a seus propósitos. Ou seja, o que lhe faltou em educação formal tinha de sobra em outras esferas e todas essas habilidades eram fundamentais para a construção da sua liderança política.

A sua própria falta de estudo foi um dos motivos pelos quais não tinha nenhum interesse em fomentá-lo no país. De fato, interveio para entorpecer a educação, especialmente a universitária, que considerava ninho dos unitários. Em seus governos a Universidade de Buenos Aires (UBA), por exemplo, quase deixou de existir, chegando a ter apenas três professores, que não recebiam salários há anos. Entre as medidas mais polêmicas estava a do Decreto de 27 de janeiro de 1836, chamado de “*Requisitos que se prescriben para recibir el grado de Doctor*”, assim chamados os médicos e advogados, onde exigia que o estudante se declarasse submisso e obediente a seus superiores na universidade e fosse notoriamente adepto à causa federal; aquele que atentasse a essa fidelidade teria o título retirado.

Rosas não fomentava a educação porque considerava que a Igreja era mais apropriada para o ensinamento dos valores morais que interessavam à Federação. Aqui é interessante ressaltar que foi Rosas quem começou com a separação do Estado e a Igreja. Ele foi um fervoroso católico, sim, mas também usou a Igreja para seus fins. Muitos padres que não cumpriam com os mandos federalistas foram disciplinados tanto com medidas econômicas, quanto com agressões físicas, até a morte.

A terceira escola é a atual, que também se apresenta como revisionista, mas sem o fervor da segunda. Mostra-se mais compreensiva de Rosas e de sua época, assim como moderada e se pergunta sobre a fascinação que ainda Rosas representa passados aproximadamente dois séculos do seu tempo. Entre as possíveis respostas para esse fascínio que ele ainda produz, além do culto da personalidade (é essa uma característica social dos argentinos? O do culto à personalidade?), está a suposta contradição de ser o líder pelas milícias e das classes populares, sendo ele parte da oligarquia portenha, tudo isso, em uma sociedade extremamente violenta, onde a guerra é a solução aos conflitos.

Mas essa fascinação também se relaciona às mudanças que o rosismo incorporou na organização nacional sendo:

xenóforo. Expressava abertamente odiar os britânicos especialmente, os chamava de hereges, liberais e ladrões. Por sua vez, os britânicos também o detestavam. (Lynch, 1984)

- 1) A apropriação, o loteamento e a organização da terra e, com isso, a defesa da propriedade privada³⁶ e a entrada definitiva no capitalismo;
- 2) As campanhas da “conquista do deserto”, o que se traduziu na expansão de Buenos Aires e no genocídio e na incorporação, forçada ou por pactos, de povos nativos à lógica capitalista;
- 3) A organização da produção saladeira e, com isso, a exportação de couro e sebo para a Inglaterra e a exportação de carne seca ou charque, em especial para o Brasil, Cuba e algumas outras ilhas caribenhas, já que o charque era consumido por escravos. Houve uma tentativa de vender charque para a Inglaterra, mas Montoya (2012) assegura que os britânicos ficaram espantados com o sabor e a dureza da carne;
- 4) A organização das milícias e do Exército, que daria a Buenos Aires a primazia sobre as demais províncias:

(...) el rosismo terminó siendo la única solución que se demostró eficaz por un largo periodo. Era el fruto de un liderazgo construido en torno al servicio de las milicias y accedió al poder gracias al decisivo apoyo que ellas le brindaron para ir convirtiéndose en la cabeza de un Estado provincial, el más poderoso de la época, sustentado en el mayor ejército regular existente (FRADKIN; GELMAN, 2019, p.441).

- 5) A propaganda política, por meio de todo um aparelho de novos costumes impostos, como o *cintillo punzó* e o lema *Viva la Federación y muerte a los inmundos unitarios*, além da caça dos opositores por meio da Mazorca, que traria “estabilidade política”;
- 6) As relações de preferência comercial com a Inglaterra.

A etapa rosista começa com a guerra com o Brasil, pelo Uruguai, a Guerra da Cisplatina (1825-1829) e o golpe unitário de Juan Lavalle (1847-1851) a Manuel Dorrego (1827-1828), que é fuzilado, mostrando a ferocidade da guerra civil. É assim que aparece a figura de Rosas, em 1829. Ele era, até então, um dos maiores proprietários de terras do país, com estâncias e saladeiros, entrando na política porque as suas propriedades começaram a ser ameaçadas. O ingresso de Rosas na política mostra que ele não tinha muitas convicções. Primeiro se apresentou como unitário, mas se inimistou com o grupo

³⁶ São famosas as “Instruções para os Mordomos das Estâncias”, onde Rosas dita as regras para manter a ordem e a produção nas mesmas. Contudo, como apontam Fradkin e Gelman (2019) elas devem ser entendidas mais como a vontade de Rosas, o que ele desejava, do que o que realmente se passava nas estâncias. Era uma tentativa de mostrar um caminho para a ordem, e não uma descrição dos costumes da época. Para mais, veja-se: ROSAS, 1942.

quando empreendem a Guerra Cisplatina e, em 1827, se aproximou dos federalistas e, como um recém-chegado à causa, se converteu em um fanático. Contudo, se bem discursivamente era um fanático federal, na prática era um ótimo unitário. Ele mesmo confessou a sua ambiguidade, na famosa entrevista com um enviado do Uruguai. “*Creen que soy federal, no señor, no soy de partido alguno*” (SEGRETI, FERREYRA, MOREIRA, 2000, p. 17).

Contudo, com o discurso federal ultra inflamado, Rosas transformou os problemas de Buenos Aires nos problemas do país e os opositores foram catalogados como imundos unitários, traidores da pátria, que deveriam ser combatidos e eliminados. Diferente aconteceu com quem se mostrava fiel à causa federal, que era premiado com bens materiais e até com porções de terra. Essa unificação à causa federal não foi nada fácil se temos em conta, como nos lembra Oszlak (2015), que as causas das divergências tinham por trás diferentes interesses econômicos e regionais entre as províncias, assim como diferentes idiomas (da população autóctone) e também a falta de homogeneidade étnica, contrariamente à crença mais comum que se tem sobre a Argentina.

O assassinato de Dorrego foi, para Rosas, um golpe de sorte, da mesma forma como foi seis anos depois o assassinato de Facundo Quiroga (1788-1835). Assim, Rosas foi escolhido governador em 1829. Lembrando que embora o cargo de presidente existisse na Constituição de 1826, promulgada pelo Congresso Geral de 1824, ela foi anulada em 1828, resultando em que as máximas autoridades do Estado eram os governadores das províncias, unidas através de pactos. Mas diferente das demais, Buenos Aires era a província que detinha a responsabilidade das Relações Exteriores, a qual Rosas exige também o uso da somatória do Poder Público ou faculdades extraordinárias, que, na prática, colocava nas suas mãos o poder Judicial e o Legislativo.

En Rosas, la combinación de unitarismo y federalismo llega a la perfección, revelando que, en lo relativo a oprimir a las provincias, unitarismo y federalismo eran sólo tácticas de la oligarquía porteña, coincidente en el objetivo final. “El puerto único y la enseña única” (Franco, El Gral Paz y los caudillos). En esto Rosas era profundamente unitario. La suma del poder público con que gobernaba al país provenía de la suma del tesoro argentino, concentrado en la Aduana (PEÑA, 2012, p.160).

A questão das faculdades extraordinárias, assim como o debate sobre se foi ou não o rosismo um regime ditatorial, perpassam todos os debates e as escolas que nomeamos. Sobre as faculdades extraordinárias, o próprio Rosas as considera fundamental para ordenar o país e se negou várias vezes a assumir o poder sem elas. Na falta de melhor

opção, terminavam sendo-lhe concedidas novamente e com elas é que a caça aos unitários terminou sendo de tanto sucesso, com a maioria no exílio, além dos assassinados. De fato, essa é uma das explicações de Fradkin e Gelman (2019) para elucidar a permanência de Rosas no poder por duas décadas, pois já desde os anos 1840 não tinha oposição aberta.

Em relação a se foi ou não um ditador, é preciso considerar que no primeiro mandato foi escolhido e aclamado e no segundo ele fez questão de manter a prática republicana com votos e chamadas constantes de plebiscitos, nas normas da época, que incluíam o voto não secreto e a prática comum de clientelismo e extorsão.

O certo é que Rosas deveu a sua permanência no poder às milícias – tinha até uma força própria chamada “*Los colorados del Monte*” -, que, com o decorrer dos anos, foram se institucionalizando, uniformizando e formando o Exército de Buenos Aires. Mas, longe da idealização do líder sendo seguido por seus soldados, é bom esclarecer que o exército de Rosas não estava composto de voluntários e também não era um exército “popular”, como explica Lynch (1984). “*Era una multitud incoerente y apolítica de conscriptos reclutados más o menos de mala gana*” (LYNCH, 1984, p. 183). Ou seja, os gaúchos formavam o grupo mais vulnerado nesse sentido, porque como eram bons candidatos para o exército, pelo manejo das armas e dos cavalos, eram sequestrados e obrigados a cumprir o serviço. Podemos ver que Peña (2012) e Lynch (1984) concordam que as opções do gaúcho eram: servir ao exército, à estância, ou a morte/desterro.

Esta obrigatoriedade gerou um aumento nas deserções e a forma que o rosismo encontrou de manter os exércitos unidos foi através da promessa da recompensa. Essa questão institucionalizou o roubo por parte de soldados comuns, ou seja, segundo o autor, houve um aumento e permissão da pilhagem, com a consequente distribuição do gado roubado e até distribuição de terras.

El soldado que mató al General Lavalle en Jujuy, José Bracho, recibió una asignación de 300 pesos mensuales, un certificado de 3 leguas cuadradas de tierra, 600 cabezas de ganado vacuno y 1.000 ovejas. Pero pocos soldados rasos podían aspirar a semejantes premios. Teóricamente, ellos también participaban en los premios de tierras, pero en la práctica, les resultaba difícil, sino imposible (LYNCH, 1984, p. 185).

Nos dois períodos em que governou a província de Buenos Aires (1829-1832 e 1835-1852) o país se debateu entre guerras civis e, como já dissemos, com o pedido *in crescendo* das províncias do interior da promulgação de uma constituição federal que

incluísse a nacionalização do porto de Buenos Aires. Rosas sempre se negou e, quando esteve perto de aceitar, conseguia evadir a questão por mais alguns anos. Ele argumentava que o país não estava pronto para uma constituição federal, que as províncias deviam primeiro acalmar seus territórios, melhorar a economia e depois discutir uma possível questão nacional. Buenos Aires, além de reter para si os volumosos tributos aduaneiros, ao importar as manufaturas britânicas, também comprimiu ainda mais a economia das províncias do interior, que produziam alguns tipos rústicos de tecidos, como os ponchos; além de açúcar; tabaco; vinhos; alguns cereais como milho; etc.; e que não podiam nunca competir com os preços das telas de algodão britânico e menos ainda com as demais manufaturas.

E como o Brasil via o aumento das tensões no Prata? A visão da monarquia brasileira sobre Rosas está muito bem comentada por Rezende (2017) em uma bela dissertação, na qual descreve como as percepções foram mudando no parlamento e na imprensa brasileira, indo da neutralidade, passando pela admiração por Rosas pela sua praticidade nos negócios e por ser supostamente americanista, até oscilar entre o discurso de não-intervenção e o pedido desesperado pela ação militar para detê-lo em seus planos. Por exemplo, o senador Manoel de Assis Mascarenhas pediu muito apaixonadamente a intervenção imediata porque “Na guerra contra Rosas e Oribe [uruguaio e aliado de Rosas] está em jogo a própria humanidade” (CERVO, 1981, p.61 *apud* REZENDE, 2017, p. 31).

Se isso era verdade ou não, não saberemos. O que é certo é que as pressões estavam chegando a um ponto definitivo e José Justo de Urquiza (1801-1870) em seu famoso pronunciamento de 1851³⁷ colocou as bases para o que foi em breve Caseros; embora “*Nadie en el mundo federal daba mucho crédito a Urquiza (...). El propio Rosas no creía que Urquiza representara una amenaza importante.*” (SEGRETI, FERREYRA, MOREIRA, 2000, p. 44). E foi justamente Urquiza, o menos pensado, quem se encarregou de liderar o fim político de Rosas.

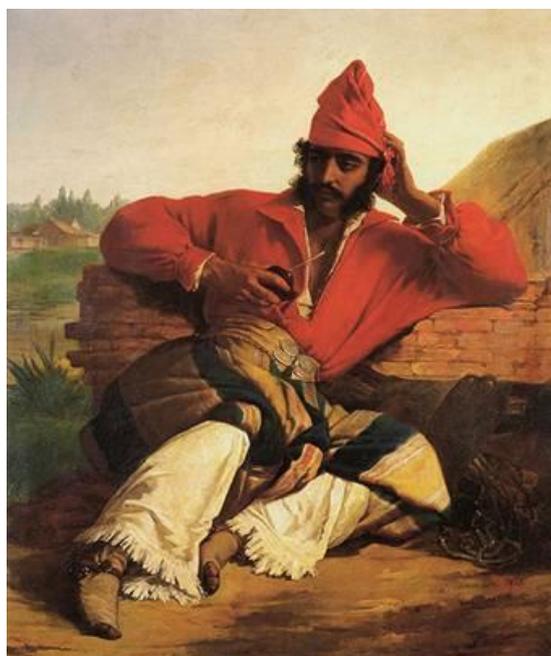
³⁷ Veja-se El "pronunciamento" de Urquiza contra Rosas. Historia General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Disponível: <http://www.argentina-rree.com/4/4-050.htm>



Pôster de Juan Manuel de Rosas vendido na atualidade. Fonte: Mercado Libre Argentina.



Retrato "*Expedición en los desiertos del Sud contra los indios salvajes, en el año de 1833, ejecutada con el mayor acierto y sabiduría por su digno jefe el gran Rosas*". Conservado en el Museo Saavedra, 1833.
Autor: **Calixto Tagliabúe** (1797-1850). Fuente: Wikimedia Commons.



Soldado de Rosas, 1842. Pintura de Auguste Raymond Quinsac de Monvoisin. Fuente: Museo Metropolitano de la Ciudad de Buenos Aires (MALBA)

2.3.2 A nova (des)ordem após a Batalha do Monte Caseros (1852)

“La geografía, la historia, los pactos, vinculan a Buenos Aires al resto de la Nación. Ni ella puede existir sin sus hermanas, ni sus hermanas sin ella” (Urquiza *apud* PUIGGRÓS, 2006, p.175).

Justo José de Urquiza y García era o caudilho/governador da província de Entre Rios, pertencente ao litoral que, como Buenos Aires, tinha excelentes terras, ideais para a atividade pecuária. Era filho de um migrante basco, comerciante, nasceu em 18 de outubro de 1801 e completou a educação primária na estância, como era o costume da época. Aos 16 anos foi enviado para Buenos Aires junto com seus irmãos para estudar no prestigioso Real Colégio de San Carlos, mas os estudos durariam pouco, já que o Colégio fechou as suas portas e o jovem Urquiza voltou para Entre Rios, onde se dedicou ao comércio. Prosperou rapidamente e foi adquirindo mais propriedades, até se transformar em um dos oligarcas mais ricos da província. Diferente de Rosas, Urquiza tinha recebido educação, tinha uma carreira militar brilhante e tinha ideias liberais e progressistas em vários aspectos. Acreditava na ciência e era muito curioso por novos artefatos que otimizassem processos de produção. Também considerava interessante que as mulheres estudassem, tanto que, em 1850, criou a primeira escola de mulheres de Paraná.

Urquiza começou sua carreira política bem cedo e, em 1826, já era deputado por Concepción del Uruguay, mas renunciou poucos meses depois, pelas tensões derivadas da crise dos anos 1820. Rapidamente, Urquiza se destacou como estrategista militar, o que o levou a ser o governador da província.

Justo José de Urquiza comenzó a distinguirse nítidamente en los campos de batalla por su coraje y templanza, entre los suyos primero y después, ante sus adversarios. Dos frentes bélicos mantenía la provincia: Corrientes y las costas de la Banda Oriental [Uruguai]. En ambos, el triunfo de las armas consolidaron el prestigio del estratega, razones por las que los nuevos congresales entrerrianos en 1841, ante la necesidad de elegir un nuevo gobernador lo propusieron para desempeñar el cargo (BARRETO CONSTANTÍN, 2013, p. 14).

Em 1846, foi reeleito governador e, como no governo anterior, tomou várias medidas durante o mandato, mas se dedicou mais às questões militares que podiam prejudicar seriamente os negócios da província e os próprios, que prosperavam por seguir a lógica dos “portos abertos”, embora se declarasse protecionista. A resolução do conflito com Corrientes, por vias das armas, seguido pelo Tratado de Alcaraz (1846) e depois novamente pelas armas é, sem dúvidas, uma das suas maiores conquistas, tanto como

militar, quanto como político. Até porque, como esboça Herrero (2019), Urquiza não discordava taxativamente das inquietações *correntinas* e o próprio Tratado apresentava tons conciliatórios e até amistosos, que evidenciam a proximidade das partes na queixa contra o monopólio aduaneiro de Buenos Aires. Mas Urquiza deve ter considerado que o rompimento com Rosas ainda não era a melhor opção, motivo pelo qual decidiu continuar a defender o sistema rosista. Já em 1846, Rosas devia sentir que Urquiza podia rivalizar com ele, mas pensando no peso que tinha Buenos Aires em todos os aspectos - militares, econômicos e políticos - deve ter dispensado uma possível ameaça por parte de Urquiza e preferiu seguir cultivando a “amizade” por meio da causa federal.

Apesar da subestimação de Rosas sobre Urquiza e sem entrar em detalhes sobre as conquistas militares e políticas deste, podemos afirmar que o governador *enterreriano* era um homem muito mais preparado do que Rosas, tanto pela educação formal recebida, quanto na área militar e tática e que se bem era um federalista como todos os demais caudilhos, tinha interesses em assuntos que normalmente eram atribuídos aos liberais. Portanto, se tratava de um personagem complexo, digno de dar fim ao rosismo.

Outra verdade é que os sintomas de descontentamento de Urquiza vinham sendo claros e explícitos e que, desde o Pronunciamento (01/05/1851), até a Batalha de Caseros (03/02/1851) passaram-se nove meses. Ou seja, não foi por falta de aviso que Rosas caiu.

O pronunciamento marca assim um momento chave nas tensões entre o litoral e Buenos Aires. A mensagem era também bastante clara: dado que Rosas não se encontrava nas suas capacidades mentais e físicas para governar o país, Entre Rios voltava a ter o comando das Relações Exteriores que tinham sido “dadas” a Buenos Aires no Pacto Federal de 1831 e, portanto, desenhava-se das ataduras aduaneiras que Buenos Aires teimava em lhe impor. Mas além do rompimento, Urquiza deixou escapar uma queixa, dizendo a Rosas em bom *criollo*: você se diz federal, mas não atende a nenhuma das prerrogativas do federalismo, não nacionaliza a Aduana, não permite a Livre Navegação dos rios interiores, atrapalha as chamadas a uma Constituição Federal... você é um obstáculo ao federalismo e dever ser removido, por isso lhe tiramos as funções que lhe demos e avisamos a você que iremos derrocá-lo.

El Gobernador y Capitán General de la provincia de Entre Ríos.

Considerando:

Primero: Que la actual situación física en que se halla el excelentísimo señor gobernador y capitán general de Buenos Aires, brigadier don Juan Manuel de Rosas, no le permite por más tiempo continuar al frente de los negocios

públicos dirigiendo las relaciones exteriores y los asuntos generales de paz y guerra de la Confederación Argentina;

Segundo: Que con repetidas instancias ha pedido a la Honorable Legislatura de aquella provincia se le exonere del mando supremo de ella, comunicando a los Gobiernos Confederados su invariable resolución de llevar a cabo la formal renuncia de los altos poderes delegados en su persona por todas y cada una de las provincias que integran la república;

Tercero: Que reiterar al general Rosas las anteriores insinuaciones, para que permanezca en el lugar que ocupa, es faltar a la consideración debida a su salud y cooperar también a la ruina total de los intereses nacionales, que él mismo confiesa no poder atender con la actividad que ellos demandan;

Cuarto: Que es tener una triste idea de la ilustrada, heroica y célebre Confederación Argentina, el suponerla incapaz, sin el general Rosas a su cabeza, de sostener sus principios orgánicos, crear y fomentar instituciones tutelares, mejorando su actualidad, y aproximando el porvenir glorioso reservado en premio a las bien acreditadas virtudes de sus hijos.

En vista de estas y otras no menos graves consideraciones, y en uso de las facultades ordinarias y extraordinarias con que ha sido investido por la Honorable Sala de Representantes de la provincia declara solemnemente a la faz de la república, de la América y del mundo:

Que es la voluntad del pueblo entrerriano reasumir el ejercicio de las facultades inherentes a su territorial soberanía delegadas en la persona del excelentísimo señor gobernador y capitán general de Buenos Aires, para el cultivo de las relaciones exteriores y dirección de los negocios generales de paz y guerra de la Confederación Argentina, en virtud del tratado cuadrilátero de las provincias litorales, fecha 4 de enero de 1831.

Que una vez manifestada así la libre voluntad de la provincia de Entre Ríos, queda ésta en actitud de entenderse directamente con los demás gobiernos del mundo, hasta tanto que congregada la Asamblea Nacional de las demás provincias hermanas, sea definitivamente constituida la república.

Comuníquese a quienes corresponda, publíquese en todos los periódicos de la provincia e insértese en el Registro Oficial.

Firma: Justo J. de Urquiza – Juan Francisco Seguí (secretario) (REBOLLO PAZ, 1951, p.30).

Mas, para ter sucesso na empreitada, Urquiza precisava do apoio de outras forças militares, já que, por mais experiência e genialidade militar que o *entrerriano* tivesse, não conseguiria derrotar sozinho as forças portenhas, que, desde os anos 1820, vinham se organizando em milícias e exércitos regulares. Todavia, Urquiza não conseguiu o apoio de nenhuma outra província. Por medo ou desconfiança, havia por parte das províncias um sentimento claro de que vencer Rosas não seria fácil e, se derrotadas, sofreriam as consequências da insurreição. De fato, os caudilhos se apressaram a escandalizar-se logo do Pronunciamento e juraram rapidamente lealdade a Rosas, ódio a Urquiza e aos brasileiros, que já tinham concordado com Urquiza em formar o Exército Grande, junto com os uruguaios.

Mas aqui é que está uma das questões mais interessantes desse período. Rosas só caiu porque forças nacionais apoiaram Urquiza. Quem, se as províncias do interior dizem repudiar a ação de Urquiza? A própria classe oligárquica portenha, que, mesmo

tendo aumentado o seu patrimônio enormemente e se beneficiado como nunca do rosismo, passou a entender que Rosas era um impedimento para os novos tempos. Assim decidiu que, como era contraproducente o enfrentamento aberto, o melhor era conspirar.

Cuando el federalismo litoraleño puso fin a la alianza con Rosas, contaba con la pasividad del interior mediterráneo y el apoyo activo de los unitarios y segmentos del federalismo porteño, que si bien no se habían enfrentado abiertamente a Rosas participaron de la conspiración iniciada en su contra. A esta reunión de fuerzas contribuyeron el Brasil y el Uruguay mientras que Inglaterra permaneció neutral, sin quitar su apoyo formal a Rosas hasta el último momento. Las potencias extranjeras, sin embargo, no prestaron apoyo efectivo a la alianza liderada por el litoral, más allá de Caseros (OSZLAK, 2015, p.71).

Assim, Urquiza liderou a batalha e derrubou o “Restaurador das Leis” com seu *Ejército Grande Aliado de Sud-América* composto por 24.000 homens, entre eles 3.500 brasileiros e 1.500 uruguaios. A maioria dos soldados de Urquiza eram gaúchos indisciplinados, sendo os brasileiros os únicos que pertenciam realmente a um exército profissional do lado urquicista (PUIGGRÓS, 2006).

Do lado rosista estava o poderoso exército de Buenos Aires, as milícias e o próprio Rosas tinha pedido à população que saísse às armas, o que sugere que as deserções iam em aumento. Como fosse, na medida em que as tropas do Exército Grande se aproximavam DE Buenos Aires, eram recebidas pela população, que se bem não as enfrentava, as hostilizava. Isso mostrava como a fama de Rosas era grande entre as classes baixas.

La situación sorprendía incluso a los oficiales de Urquiza, quienes a horas de la batalla final no sólo seguían convencidos de la popularidad de Rosas sino que creían que su prestigio era aún mayor que diez años antes. Pero la resistencia masiva y generalizada de las clases populares, tan temidas y esperadas, no se produjo (FRADKIN; GELMAN, 2019, p. 355).

Poderíamos afirmar que, assim como a oligarquia portenha (a própria classe de Rosas), as classes baixas, nas quais ele era provadamente popular, também o traíram? Não saberíamos responder essa pergunta, mas a verdade é que o pedido de Rosas não foi atendido. Os populares, além de apreensivos, estavam cansados da guerra, dos conflitos e, como acontece sempre que um modelo político-econômico se esgota, o povo costuma assistir às mudanças tentando se preservar.

A Batalha teve seu desfecho no Palomar do Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852. Urquiza e seu Exército Grande encontraram o exército rosista, que não resistiu por muito. O confronto durou 6 horas, se enfrentaram uns 50 mil homens e houve poucas baixas em relação ao número total de soldados. Puiggrós (2006) calcula uns poucos centos

de mortes. Rosas fugiu antes de ser alcançado. Com apenas um ferimento na mão, chegou à sua residência em Palermo, onde escreveu a sua renúncia, terminou de juntar seus papéis e baús que levou consigo³⁸. Foi à casa do ministro britânico, Robert Gore, no centro da cidade³⁹, onde combinou com ele os preparativos para o exílio. O próprio Gore também não perdeu o tempo e, nessas mesmas horas, se comunicava com Urquiza para lhe dar o apoio necessário, fazendo-o saber que o Reino Unido continuaria – fiel à prática que o caracteriza - as relações com o novo governo.

Voltando a Rosas, ele não teve muita pressa na hora da fuga. Teve tempo para receber o seu sobrinho, Lucio Mansilla, conversar com ele sobre seus planos e até dormir uma soneca. Uma vez pronto, se encontrou com os seus dois filhos, Manuelita e Juan, com quem também estava Máximo Terrero, filho do ex-sócio de Rosas, que durante o exílio deles se casaria com Manuelita. Todos embarcaram⁴⁰, finalmente, no *HSM Conflict* e se dirigiram ao Reino Unido.

Rosas viveria ainda 25 anos exiliado em Southampton, muito longe da opulência da sua vida em Buenos Aires, tentando recuperar seus bens confiscados e recebendo nenhuma ou pouca ajuda da sua família. É interessante pensar que um dia antes de Caseros, todos eram rosistas, um dia depois, todos eram antirosistas.

O maior ressentimento do restaurador foi contra os Anchorena, mas recebeu algum dinheiro de amigos, especialmente de Josefa Gomez que foi “*una leal intermediaria en muchas comisiones y pedidos del general Rosas en Buenos Aires. Le envió regularmente diarios e impresos de Buenos Aires y Montevideo, noticias de familiares y amigos, gestionó algunos pedidos en nombre de su amigo.* (REGUERA, 2016, p. 368). Urquiza, responsável pelo seu fim, ajudou Rosas por duas vias: 1) intercedeu para que o país lhe devolvesse seus bens, enquanto ele era o presidente provisório da Confederação. Durante esse breve período, antes de que Buenos Aires

³⁸ Uma das atividades que mais tempo demandavam a Rosas era a correspondência e as questões administrativas da governação, que estavam absolutamente centralizadas na sua pessoa, tendo poucos colaboradores.

³⁹ Lembrando que a residência de Palermo – hoje um bairro muito central da cidade de Buenos Aires – era nesses anos uma região considerada muito afastada do centro da cidade.

⁴⁰ Ao morrer Encarnación Ezcurra, Rosas passou a namorar a antiga empregada dela, Eugenia Castro, com quem teve pelo menos quatro filhos, que nunca reconheceu. Para ele, seus filhos eram apenas os que teve com a sua esposa. Na hora de ir embora para Inglaterra, Rosas convidou Eugenia, mas ela recusou porque não quis deixar os filhos sozinhos na Argentina. Eles trocam algumas cartas durante o exílio de Rosas, onde ela reclama de não ter mais dinheiro e passar necessidades, ao que ele responde que ela decidiu ficar e que ele não pode fazer nada por ela.

rebelar-se e se declarar-se independente, os contadores de Rosas lograram vender uma propriedade, que lhe serviu para sobreviver por um tempo; 2) enviou ele mesmo uma remessa de libras para Rosas, mas se Urquiza tinha se comprometido a ajudá-lo por mais tempo, não conseguiu cumprir a promessa.

Contudo, Rosas estava longe de viver na miséria, como descreve em uma das cartas a Josefa Gomez:

No fumo, no tomo rapé, vino ní lícor algúno, no asísto a comídas, no hago visítas, ni las recíbo, no paséo, ni asisto a teatros, ni a diversiones de clase algúna. Mi rópa es la de un hombre común. Mis mános y mi cara son bien que mádas y bién acredítan cuál y como es mi trabajo diario incesante, para en algo ayudarme. Mi comída es un pedazo de carne asáda, y mi mate, Náda mas (Carta de J.M. de Rosas a J. Gómez, Southampton, 07/08/1864, in Raed, 1974, p. 50 apud REGUERA, 2016, p.368)

O certo é que ele alugava uma propriedade que no início era de 200 hectares e depois terminou sendo de 60.

Así, como explicó en una carta, disponía inicialmente de unos modestos 18 caballos, 3 bueyes, 60 vacas lecheras, 20 vaquillonas, 34 cerdos, 12 carros y un gran tambo. Y entre los cultivos había cosechado trigo, cebada, pasto, paja, centeno; también cría de gallinas, y poco más. Si se recuerda que en sus estancias porteñas había llegado a tener más de 100.000 vacunos, decenas de miles de ovinos y yeguarizos e importantes cultivos, se puede imaginar lo modesto que esto podía ser para Rosas (FRADKIN; GELMAN, 2019, 377).

No entanto, a queda de Rosas não resolveu o problema da organização nacional. Pelo contrário, Caseros provocou uma nova desordem.

Por meio do Protocolo de Palermo (06/04/1852), Urquiza, ou seja, Entre Rios e não Buenos Aires, passou a exercer as Relações Exteriores até novo aviso. Logo com o Acordo de San Nicolás (31/05/1852), assinado por todas as províncias exceto Buenos Aires, Urquiza foi reconhecido com poderes nacionais e o título de “Diretor Provisório da Confederação Argentina”. Como Buenos Aires não acatou o Acordo, Urquiza fechou a Legislatura e assumiu o governo provisório de Buenos Aires, sendo seus opositores deportados.

Se chega a um breve acordo com Buenos Aires com a intervenção do Reino Unido, da França, do Brasil e dos Estados Unidos. Nesses dias, Urquiza voltou para Entre Rios, federalizou provisoriamente a cidade de Paraná e assumiu a presidência da Confederação. Mas o acordo durou pouco e a província de Buenos Aires se autodeclarou o Estado de Buenos Ayres, sancionou a sua Constituição (Unitária) e se desligou da Confederação Argentina.

Ou seja, pontuando, as consequências de Caseros foram:

- 1) Uma onda de saques na cidade de Buenos Aires acometida pelas próprias tropas de Rosas. Os vizinhos e os buques estrangeiros enfrentam os saqueadores que foram imediatamente fuzilados. Estima-se que até 300 deles foram assassinados. As propriedades de Rosas não foram saqueadas.
- 2) O vácuo deixado por Rosas permitiu a reorganização do Partido Unitário, que chamou a Constituição (unitária) e definiu sua estrutura (liberal).
- 3) Urquiza nacionalizou a Aduana no dia 28 de agosto de 1852, menos de seis meses depois de Caseros. Contudo, a medida ficou sem efeito, em função da;
- 4) “Revolução” de 11 de setembro, que se resultou na separação de Buenos Aires do resto do país, conformando-se o Estado de Buenos Ayres.

Isso significa que Buenos Aires, além da independência política, logrou se desvencilhar do peso que significavam as demais províncias e a Aduana foi finalmente só portenha, levando a Confederação à beira do abismo. Aqui os interesses do Brasil e da Inglaterra – somados aos da própria Confederação – iriam se manifestar. Havia interesses e as premissas da EPI irão provar isto.



Daguerreotipo de Justo José de Urquiza. Fonte: Wikimedia Commons.



Bilhete de 5 australes, com a imagem de Urquiza na frente e da República no verso. O Austral foi a moeda argentina entre 1985 e 1991. Fonte: Todocolección.net

2.3.3 A superação de Rosas: As Batalhas de Cepeda (1859) e Pavón (1861)

Aparentemente, Sarmiento teve razão quando disse que Urquiza não soube ser o herdeiro de Rosas. O caos deixado por Caseros se resolveria, mais uma vez, por via das armas, em duas Batalhas que iriam contornar a forma final do que hoje conhecemos como a República Argentina. Duas batalhas que se deram pelo mesmo motivo: a rebeldia de Buenos Aires em ser dona única da Aduana. Dois acontecimentos foram os que precipitaram Cepeda: 1) a prisão e assassinato do caudilho de San Juan, Nazario Benavídez (1805-1858), que era um unitário liberal próximo às ideias de Buenos Aires; e 2) a lei de Urquiza de 6 de maio de 1859, que autorizava incorporar Buenos Aires à

Confederação, nem que fosse à força. O assassinato de Benavídez obrigou Urquiza a intervir na província de San Juan, mas isso não acalmou nem os *sanjuaninos*, nem os portenhos, nem o resto das províncias. As províncias do interior exigiam a Urquiza a incorporação de Buenos Aires, porque a situação econômica e financeira da Confederação era gravíssima, enquanto Buenos Aires continuava confortável recebendo todos os recursos da Aduana. A resposta de Buenos Aires se agudizou e passou a restringir o trânsito de qualquer mercadoria do interior pelo território bonaerense. Assim, a lei nacional de 06/05/1859 foi tomada pelos portenhos como uma declaração de guerra. Como resposta, Mitre invadiu Santa Fé, enquanto a Marinha portenha bloqueou o porto de Paraná. O Reino Unido, os Estados Unidos, o Brasil e o Paraguai tentaram em várias oportunidades interceder e evitar mais uma guerra. Mas Mitre se mostrou inexorável e só aceitaria negociar se Urquiza renunciasse, questão que para o próprio estava fora de cogitação. A batalha de Cepeda se definiu em dois dias e Mitre saiu derrotado, como saiu de quase todas (senão todas) as batalhas que comandou. *Todos los factores militares favorecían a Buenos Aires, excepto la desventaja no despreciable de tener al frente de su ejército a Bartolomé Mitre, un general que demostraría ser uno de los más ineptos del país y de sus alrededores* (PEÑA, 2012, p. 211). D'Amico (1952) relativizou a incompetência de Mitre e assegurou que, se nunca ganhou indiscutivelmente nenhuma batalha, as suas retiradas eram rápidas, “heroicas” e que, no fim das contas, salvaram muitas vidas.

O Acordo de San José de Flores ou Pacto de União (11/11/1859), mediado pelo paraguaio Francisco Solano Lopez, quem em 5 anos seria combatido pela Tríplice Aliança, estabeleceu que Buenos Aires voltaria a ser parte de Confederação, residência do Governo Federal e capital da Confederação e foi aprovada uma Constituição que ainda dava muitos privilégios a Buenos Aires, como o de continuar a receber sozinha as rendas da Aduana por outros seis anos; a isenção tributária *ad eternum* do Banco da Província de Buenos Aires; além do alto controle e centralização do país. Essa situação de injustiça (afinal, se a Confederação tinha saído vitoriosa em Cepeda, por que parecia que quem tinha ganhado era Buenos Aires?) somaram-se às revoltas que ainda aconteciam em San Juan e que ameaçavam se espalhar. Buenos Aires, por uma série de manobras, se aproximou de governadores unitários do interior, conspirou entre Urquiza e Derqui e, por sua vez, chamou as eleições portenhas usando como base a lei portenha e não a lei nacional. Este fato é considerado como uma afronta pela Confederação, agora em mãos

de Santiago Derqui (1809-1867), que anulou as eleições portenhas e convocou novas eleições, agora com a lei nacional. Buenos Aires se negou e deu-se por quebrado o Pacto de União.

BATALHA DE CEPEDA (1859)			Vitória
Forças militares	Confederação	Buenos Aires	Confederação sobre Buenos Aires
	10.000 soldados a cavalo	4.000 soldados a cavalo	
	3.000 - 3.500 soldados de infantaria	4.000 soldados de infantaria	
	1.000 artilheiros e auxiliares	300 artilheiros	
	32 peças de artilharia	26 peças de artilharia	
Total de força	14.000 a 15.000	9.000	
Baixas	300 mortes	100 mortes	
		2.000 prisioneiros 20 canhões apreendidos	
BATALHA DE PAVÓN (1861)			Vitória
Forças militares	Confederação	Buenos Aires	Buenos Aires sobre a Confederação
	11.000 soldados a cavalo	6.000 soldados a cavalo	
	5.000 soldados de infantaria	9.000 soldados de infantaria	
	2.000 artilheiros	1.000 artilheiros	
	42 canhões	35 canhões	
Total de força	16.000 a 18.000	15.000 a 16.000	
Baixas	1300 mortos e feridos	220 mortos + 500 feridos	
	1.800 prisioneiros		
	37 canhões apreendidos		
	3.000 espingardas		
	5.000 cavalos apreendidos		



REPÚBLICA ARGENTINA



Fonte: Elaboração própria com dados de Wikimedia Commons.

Mais uma vez foi Urquiza quem liderou o exército da Confederação e mais uma vez se enfrentou Bartolomé Mitre. O resultado da batalha de Pavón (17/09/1861) até hoje gera debate e polêmicas. Se bem, ao que tudo indica, Buenos Aires ganhou, há muitas dúvidas em relação a essa vitória, embora no desenlace final a província rebelde tenha se imposto perante toda a Confederação. Supostamente, os confederados de Urquiza iam ganhando a batalha, quando ele empreendeu a retirada, dando a vitória a Mitre. Entre as possíveis explicações, Peña (2012) afirma que, na verdade, os interesses econômicos de

Urquiza não eram muito diferentes dos de Buenos Aires e que ele se deixou corromper por interesses mesquinhos. Assim também pensa Alberdi, que dentro dos liberais era um dos mais urquicistas.

Se puede decir que hay dos Urquizas: el que ha hecho Dios, que es el entrerriano, y el que ha hecho a medias su propia avaricia y la avaricia de sus cómplices en Buenos Aires: este es el Urquiza porteño, el Urquiza hechizo, extraoficial, fruto de la política grande Mitre, que ha consistido en lograr que el Falso Urquiza mate al Urquiza natural, que el Urquiza porteño mate al Urquiza entrerriano, con lo cual mueren los dos en beneficio de Buenos Aires y en daño de las provincias. (ALBERDI, Escritos Póstumos. Vol. V, p. 268 - 269 apud PEÑA, 2012, p.214)

Sendo vencedor, Mitre iniciou o período das presidências liberais, perseguindo e decapitando inimigos, seguindo as premissas da oligarquia portenha e unificando por bem ou por mal o país.



Estancia “Los naranjos”, onde aconteceu a Batalha de Pavón, na província de Santa Fé. Fonte: Governo de Santa Fé.

Diante desses conflitos, embora com tendência isolacionista, o Império do Brasil não conseguiu ficar isento da dinâmica. Talvez um dos momentos de maior incerteza para o Brasil tenha sido a existência das duas Argentinhas: a Confederação Argentina, composta pelas províncias do interior e o Estado de Buenos Ayres. O problema para o Brasil, além de ser geopolítico, era também prático. A dívida auferida pela Confederação por parte do

financiamento do Barão de Mauá corria o risco de não ser paga, caso não se contasse com os recursos do porto de Buenos Aires, a única província que realmente produzia e exportava em grande volume. Ou seja, era de grande interesse do Brasil que a Argentina permanecesse uma só.

El barón de Mauá impulsó una política monetaria sustentada en la lucha contra la moneda boliviana circulante y el establecimiento de una convertibilidad, un patrón, al que se ajusten todas las monedas que circulaban en la Argentina, con el fin de actuar sobre el papel moneda corriente, sostén principal del Estado sesionado por Buenos Aires (SÁNCHEZ, 2015, p. 338).

Ou seja, contrariando a máxima de *Divide et Impera*, aparentemente, o império brasileiro estava mais preocupado em resgatar a dívida, do que em dividir e conquistar territórios da nascente Argentina. Sobre essa dívida e os interesses do Brasil no Prata, nos referiremos com mais detalhe na primeira parte do capítulo III. Apenas vamos salientiar que uma das possíveis razões para que o Brasil preferisse o pagamento da dívida a uma atitude mais ofensiva de possessão no Prata pode estar na percepção do tamanho dos conflitos e guerras civis entre as províncias e Buenos Aires, questão que não muda depois de superado Rosas trás Cepeda e Pavón. Isso porque “para o Brasil, a Argentina era sinônimo de desordem, justamente por ter adotado o regime republicano” (PEREIRA, 2007, p.102) e as constantes guerras civis eram prova dessa instabilidade institucional. Também Moniz Bandeira (1998) concorda com essa visão de caos que se tinha no Império sobre a Argentina e o “perigo de anarquia revolucionária” (BANDEIRA, 1998) que ela representava e que poderia “contaminar” o Brasil.

O Reino Unido também tinha sérias preocupações em relação às guerras civis argentinas. Primeiro, a brevidade da mudança da capital do país de Buenos Aires a Paraná, feita por Urquiza, mostrou que a mudança foi absolutamente ineficiente e que a comunidade comercial e financeira, em grande parte composta por britânicos, não estava disposta a mudar de cidade, muito menos a uma que se mostrava hostil para seus interesses. Sendo assim, era de grande interesse que as tensões se normalizassem e se voltasse ao centro econômico e político que tinha sido Buenos Aires desde sempre. Nesse sentido, as intervenções e tentativas de dialogo dos britânicos sempre se voltaram para esse fim. Segundo, questões mais práticas, como o empréstimo dos Irmãos Baring, também reforçavam que era importante que a Confederação tivesse Buenos Aires como uma das suas províncias, pois a dívida era com a Confederação e não com Buenos Aires.

Contudo, se depois de Pavón ficou claro que Buenos Aires iria comandar o país e se beneficiar desse comando, as rebeliões nas províncias do interior continuaram e pode ser dito que, só depois de Roca (1880), foram finalmente apaziguadas. Ou seja, as presidências de Mitre e Sarmiento ainda teriam que combater as *montoneras*, assim como a fronteira com o índio, além das guerras no Uruguai e a Guerra do Paraguai. Entre todos esses acontecimentos, ainda ocorreu o assassinato de Urquiza, ao que queremos dedicar apenas algumas linhas.

Podemos dizer que o fim de Urquiza começou em Pavón. A sua até então não entendida derrota levou a pensar: (a) que esse era o desfecho que esperava e por isso se deixou vencer; (b) que foi subornado; ou, conforme especulam algumas teorias conspirativas, (c) que, sendo maçom assim como Mitre, devia perder a batalha porque este estaria em um grau mais elevado dos maçons, o que seria uma lei entre essa seita. Como seja, esse quadro sobre o caráter de Urquiza se agravou quando ele se negou a prestar apoio às *montoneras* de Felipe Varela e Chacho Peñaloza, que ainda lutavam contra Buenos Aires. Como se fosse pouco, o apoio de Urquiza à Guerra do Paraguai e a Sarmiento, considerado o principal responsável pela morte do Chacho, terminou por lhe render bons inimigos.

En Pavón, Urquiza termina, prácticamente, su vida militar e inicia el eclipse de su carrera política. (...) Su sacrificio al retirarse del campo de batalla no obstante el triunfo de su caballería, no logra pacificar los espíritus ni conciliar los viejos enconos entre unitarios y federales, porteños y provincianos, que el resultado de la acción, lejos de apaciguar, ha exacerbado. Personalmente, no ha quedado bien ni con unos ni con otros: los primeros seguirán desconfiándole y denostándole y los segundos, especialmente los entrerrianos, que se sienten defraudados y heridos en su amor propio, perderán su fe en el viejo conductor y le acusarán de haberles traicionado, para facilitar los planes políticos de Mitre. (...) Lo cierto es que el episodio de Pavón cambia fundamentalmente el panorama político del país. La Confederación se desploma... (...) Sus cartas a Mitre, de enero de 1862, se juzgan humillantes y le enajenan las simpatías de la juventud pensante de Entre Ríos, que es numerosa y milita en las filas del partido federal que, desengañado de Urquiza, ha encontrado un nuevo líder en el general López Jordán, el bizarro jefe de la caballería entrerriana que batió a la de Mitre en los campos de Pavón. Urquiza ha dejado de ser para sus comprovincianos el caudillo indiscutido y amado. Se le obedece y se le acata, pero ya no se le quiere. Sus más adictos lugartenientes y ano se muestran tan sumisos y algunos hasta se

permiten pequeñas rebeldías... (...) Numerosas publicaciones de la época y tradiciones lugareñas, demuestran cuanto había declinado el ascendiente de Urquiza entre los entrerrianos, a raíz de su conducta en Pavón (GRAS, 1948 apud PIGNA, 2020).

La idea del asesinato de Urquiza flotaba en la atmósfera, como una obsesión latente, alimentada por el rencor de sus adversarios. La incitación de Sarmiento en su famosa carta a Mitre: “No deje cicatrizar la herida de Pavón. Urquiza debe desaparecer de la escena, cueste lo que cueste. Southampton o la horca” gravitaba, como consigna siniestra, sobre la vida del prócer, a quien llegaban continuamente prevenciones más o menos fundadas de sus amigos (GRAS, 1948 apud PIGNA, 2020).

Assim, em 11 de abril de 1870, Urquiza foi assassinado por um grupo de sicários contratados por Lopez Jordán.

El 11 de abril de 1870 el gobernador Urquiza fue asesinado en su Palacio de San José. Ricardo López Jordán, sobrino del famoso Pancho Ramírez, después de acompañar a Urquiza durante años, había decidido finalmente encabezar la revuelta. Contaba con gran ascendiente popular, e inmediatamente del atentado, la Legislatura de Paraná lo designó gobernador (CHUMBITA, 2009, p. 152).

O jordanismo de Entre Ríos ainda daria dores de cabeça a Buenos Aires, “embora com movimentos torpes, erros e improvisações” (SALDUNA, 2005, p. 405), mas o urquicismo terminava com o dia da sua morte.

2.3.4 A Argentina se assume: Um país unitário com discurso federal

Pavón não trouxe a calma imediatamente. Segundo Freitas (2012), “entre 1862 e 1868 houve 107 revoluções, que produziram 90 combates, onde mais de 4.000 pessoas morreram” (FREITAS, 2012, p.116). Mas os levantamentos nas províncias do interior comandadas pelas *montoneras* contra Buenos Aires eram uma luta já perdida. Buenos Aires provou que a sua força, a sua capacidade de se impor às províncias estava assentada nos recurso que por décadas tinha recebido da aduana e investido em suas milícias e no seu exército que se profissionalizava no decorrer dos anos, enquanto as forças militares da Confederação sofriam com falta de verba para as questões mais básicas, como uniforme, sapatos e armas, sem falar no treinamento, disciplina e no cumprimento do pagamento dos salários, etc. Também os interesses das províncias do interior eram diversos e às vezes contraditórios entre elas mesmas, esse espaço de discordância permitiu que Buenos Aires pudesse atrair a sua esfera algumas delas, provocando ainda mais

fracionamento. Pela sua parte, embora houvesse várias classes sociais em Buenos Aires, a que de fato decidia - a oligarquia portenha -, era bastante coesa não só nos seus interesses, mas especialmente na ideia de país que tinha. Contudo, como vimos, a luta não foi fácil e se Buenos Aires realmente foi vitoriosa em Pavón – apesar das controvérsias - o que realmente mostrou essa batalha foi a ineficiência da Confederação, a sua incapacidade de ser coerente e unida. Então, “*con este episodio [Pavón] culminaba un largo proceso de fracasos y frustraciones, sin que la Confederación hubiera conseguido proponer o imponer una solución alternativa viable*” (OSZLAK, 2015, p.85).

Nesses anos ainda pesava sobre Buenos Aires a questão da fronteira com o índio. Os pactos que o governo a mantinha, em nome de Rosas e depois de Urquiza, com os “índios amigos”, foram tratados com cuidado, especialmente durante a Guerra do Paraguai, quando o mitrismo entendia que não podia combater essas frentes simultaneamente. O que sim houve foi a definitiva entrada do capitalismo nos costumes indígenas, já que Mitre começou a inserir a moeda portenha como parte do tratado. Ou seja, houve uma pequena, mas considerável mudança “como não entregar o gado em espécie (...), preferindo o pagamento em dinheiro por serviços prestados, pautando as relações pelos princípios liberais e modernizando a sociedade indígena” (PASSETTI, 2012, p. 115). Essa modernização tinha como objetivos: 1) aumentar a circulação da moeda portenha em detrimento das moedas das províncias do interior atreladas ao peso boliviano, costume que já Rosas aplicava nos seus governos, mas apenas com as províncias do interior e 2) capitalizar os *regalos*.

Uma vez resolvida a Guerra do Paraguai e tendo em vista suas consequências para o exército nacional, que voltou realmente modernizado e profissionalizado, a busca pela solução final da questão dos índios se mostrou urgente. Foi Roca o final encarregado desse tema, mas é interessante saber o que pensava Mitre a respeito.

[Mitre] *subraya que simpatizar con los alzados es equivalente a desear el triunfo de Calfulcurá sobre los defensores de la civilización y el cristianismo. “Hispanoamérica es hija de la Europa conquistadora, y no tiene afinidad alguna con las víctimas de esa conquista, aunque ello no le impida condenar el hecho colonial, a partir de los principios compartidos ya por las mentes más esclarecidas de los países colonizadores”* (DONGHI, 1992, p.118).

De Sarmiento, que ocupou a presidência de 1868 a 1874, já falamos com bastante clareza no ponto 2.4.1 em relação a seu parecer sobre os índios e os gaúchos. Mas, observemos as palavras de Roberto Carri (2015), quando aponta a atualidade do pensamento sarmientino nas Ciências Sociais na Argentina:

Volviendo a Sarmiento, la diferencia más grande con los sociólogos actuales [1970] no es de concepción sino de actitud. Sarmiento combatió ferozmente a los gauchos, rebeldes o no, en nombre de la civilización, fue el profeta frustrado del nuevo orden. Pero en Sarmiento, el odio –esta es la primera diferencia: los sociólogos burocráticos no odian- que sentía por las masas rurales, iba acompañado por un sentimiento de admiración que surge continuamente en Facundo. Y esta es la segunda diferencia: los burocráticos tampoco admiran a nadie, su admiración y respeto no es por personas, sino por una entidad impersonal: la ciencia y la tecnología. En Sarmiento, el análisis del gaucho “malo” forma parte de “su” lucha política. (...)

Sarmiento, salvando las diferencias de temperamento que lo hacían vivir apasionadamente sus luchas es el precursor de los patrones de los sociólogos, sean estos organismos estatales o fundaciones (CARRI, 2015, TOMO I, p.334).

Sem dúvida, o impacto das presidências liberais continua vigente. Só para fechar a questão dos índios, apenas queremos pontuar que tanto Mitre como Sarmiento concordavam sobre a sua importância 1) pela necessidade que o Estado tem das terras, tanto para a oligarquia, quanto como recurso disponível para o projeto imigratório; 2) para não ter outros entes competidores com o Estado, já que os cacicados, embora a maioria se reconhecesse argentinos – talvez como estratégia -, também abogavam ter a própria nação e isso representava um risco; e 3) para contornar os interesses chilenos na patagônia argentina. Mas, uma vez que o Estado se viu livre da Guerra do Paraguai, recomeçaram as campanhas ao deserto para pôr, finalmente, conclusão ao assunto.

No tocante às relações com a Inglaterra, elas continuaram sendo, depois de Pavón, a principal fonte de Investimento Estrangeiro Direto (IED), sobretudo em obras de infraestrutura, como a malha de ferrovias, melhorias no porto e na cidade - com a construção de serviços básicos - e também no âmbito do desenvolvimento do modelo agroexportador com, por exemplo, investimentos em maquinarias agrícolas e de melhora do gado, incluso com a chegada do frigorífico, que levou a Argentina a ser o principal exportador de carne do mundo por décadas.

En general, la inversión directa extranjera provenía de empresas que explotaban uno o varios negocios, a veces entrelazados, como las compañías ferroviarias británicas. Éstas estaban ligadas a industrias proveedoras de bienes de capital e insumos y tenían numerosos accionistas. Con sede en Londres, manejaban desde allí sus intereses. (...) En el caso de los ferrocarriles, para fomentar la inversión extranjera, el Estado garantizaba beneficios mínimos del 7% del capital invertido, concesiones de tierras adyacentes a las vías e introducción de materiales libres de derecho. Más tarde, les dio las ventajas de la Ley Mitre, de 1907, que eximía a las empresas del pago de impuestos nacionales, provinciales y municipales a cambio de un pago único del 3% sobre las utilidades netas (RAPOPORT, 2010, p.24).

Donghi (1992) assegura que existiam poucas ou nenhuma dúvida sobre a necessidade do IED, desde Mitre a Sarmiento e até seus inimigos concordavam que era

imprescindível conseguir esse tipo de financiamento, embora o autor reconheça que sobravam queixas sobre o uso pouco responsável que as presidências liberais faziam dele, especialmente no relativo ao crédito e à dívida pública.

Além de como usar o IED, havia preocupação de colocar a população no território, obedecendo à máxima alberdiana de “*gobernar es poblar*”. Só para se ter uma ideia, no primeiro Censo Nacional, em 1869, havia na Argentina 1.737.026 habitantes, com uma densidade populacional de 0,62 km² (RAPOPORT, 2010). Essa densidade melhorou aos fins do século XIX, chegando a 1,4 habitantes por km² (SEOANE, 2004), mas ainda os 2,7 milhões de km² de terra continuaram, em grande medida, sem habitantes. Contudo, “*entre 1857 y 1930 ingresaron al país 6.296.340 inmigrantes y salieron 2.898.689, por lo que 3.397.651 inmigrantes decidieron permanecer en la Argentina*” (RAPOPORT, 2010, p.28).

As mudanças se viram não só nessa nova população que chegava do outro lado do Atlântico e no aumento do IED, mas também em uma expansão capitalista como nunca tinha vivido a Argentina. Outros elementos, como o da educação primária obrigatória e gratuita, também contribuíram para esse crescimento.

Entre 1880 e 1910, a população praticamente triplicou, o saldo migratório foi de quase 2,5 milhões de pessoas, a rede ferroviária passou de 2.500 a 28.000 km, e o comércio exterior cresceu mais de 7 vezes, assim como as exportações, de 104 para 768 milhões foi para o crescimento registrado no comércio de 52 para 389 milhões o aumento registrado nas exportações (PARADISO, 2005, p. 37).

Em resumo, as presidências liberais começaram uma série de mudanças que favoreceram a unificação do território, das moedas e das finanças, do comércio e da população. Houve também um progressivo branqueamento desta através do estímulo à imigração europeia (e da negação do negro e do índio), imposição de símbolos pátrios, obrigatoriedade da educação primária e depois secundária, investimento em ferrovias, telégrafos e outras infraestruturas de comunicação, além de unificação e obrigatoriedade de participação civil nas forças armadas etc. Mas havia (e há) desigualdade na distribuição desse progresso. Novamente, Buenos Aires reteve para si a melhor fatia do desenvolvimento, apesar de que Mitre finalmente nacionalizou a Aduana. Isso obedece à forma estrutural do federalismo fiscal da Argentina. E, embora na atualidade exista o sistema de co-participação das províncias, ainda hoje “*varios observadores locales sostienen que, más allá de la estructura federal formal de sus instituciones políticas, Argentina funciona de hecho como un sistema unitario*” (SUÁREZ CAO, 2011, p. 306).

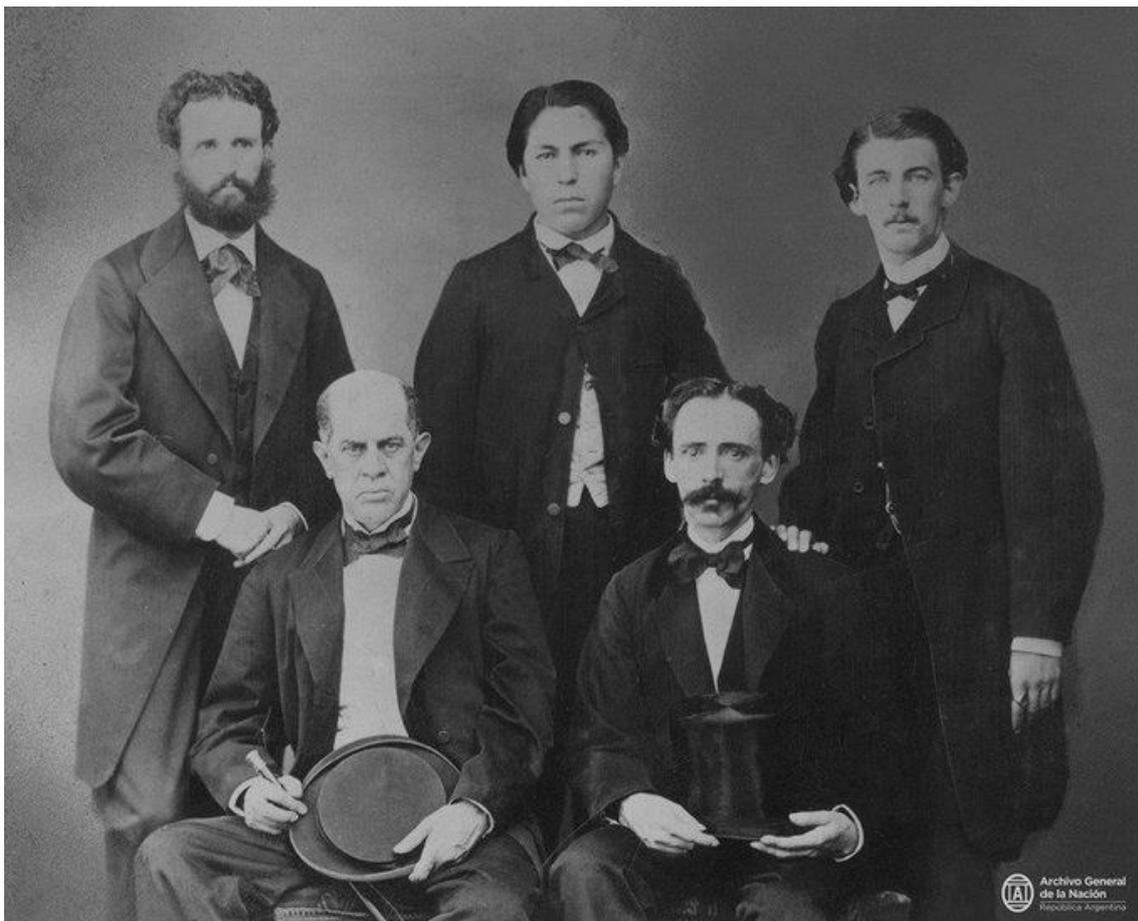
Isso acontece pois tudo passa por Buenos Aires: a maior arrecadação aduaneiras, a produção, a quantidade de população, a centralização e as decisões políticas, a cultura, a infraestrutura e tudo que possamos imaginar. Uma boa definição para o tipo de federalismo que a Argentina tem é a de “federalismo plural-centralizado” (GIBSON; FALLETI, 2004 *apud* SUÁREZ CAO, 2011, p. 307).

Contudo - e sem ânimos de romantizar os progressos conquistados pelas presidências liberais, até porque existe já uma literatura, entre eles Ladeuix e Schiaffino (2018), que discorda desses índices e o que eles significam, no ponto de se perguntar se a Argentina foi realmente alguma vez rica - devemos ter em mente que, assim como Rosas organizou a campanha e a cidade por meio da força, Mitre, Marcos Paz e Sarmiento também se valeram da guerra para pôr solução final ao problema da organização nacional. Os maiores beneficiários dessa nova ordem foram a oligarquia, o capital financeiro internacional e o partido liberal.

Bartolomé Mitre, prócer del liberalismo de la oligarquía porteña, ascendió a la presidencia de la República Argentina degollando a todos sus opositores del Interior del país. Así, la República Argentina quedó pacificada a entera satisfacción de los Anchorena, de Baring Brothers, sus socios menores y los pretorianos de Mitre y su partido liberal (PEÑA, 2012, p.218).

“Existem seis potencias na Europa: Inglaterra, França, Prússia, Austria, Rússia e os irmãos Baring. Além dos Baring, um outro conjunto de bancos dominava a cena. Eram os Rothschild” (CALDEIRA, 1995, p. 359).

Como vimos, a questão nacional foi resolvida pelas armas. O mesmo ocorrerá com as regionais, abrindo o período de guerras mais violentas e transformadoras da América do Sul.



Delegação argentina em Washington, 1865. Sentados: Sarmiento y Juan Lavalle (hijo). De pé de esquerda à direita: Halbach, Salcedo, “Bartolito” Mitre (filho de Bartolomé Mitre). Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



Imigrantes chegando à Argentina a fins do século XIX. Fonte: Arquivo Geral da Nação da República Argentina.



Província de Buenos Aires, 1890. Policial da fronteira com o índio, no campo. Fonte: Arquivo da Nação da República Argentina.

CAPÍTULO III: A ECONOMIA POLÍTICA PLATINA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

3.1 OS INTERESSES DO BRASIL NO PRATA

3.1.1 Os herdeiros de Portugal e da Espanha

A conquista de novos territórios fora da Europa, ou seja, de espaços africanos, asiáticos e americanos, por parte dos Estados europeus gerou uma revolução no Sistema Internacional, que, somada à formação dos Estados nacionais – a partir do século XVI –, envolveu uma série de aspectos, entre os mais evidentes, o alargamento do poder da Europa sobre o resto do globo e a constante competição entre essas unidades não só por esses novos espaços, mas também pelas rotas que permitiam a expansão do comércio e, em última instância, do poder de tais unidades. Nesse contexto, inserem-se as práticas do Império português e espanhol, dos quais o Brasil, por um lado, e os países hispanofalantes da América, por outro, são herdeiros. Tais países herdaram também os conflitos, as rivalidades e as desconfianças.

Na competição entre europeus pelos novos espaços, os portugueses se destacaram na aventura naval, que adquiriu notória importância com a conquista de Ceuta, em 1415, sendo que pouco depois, em 1434, os portugueses conseguiram navegar pelo litoral africano, avançando além do Cabo Bojador. Em 1441, a caravela apresentou inovações palpáveis, o que permitiu que se desse início ao sequestro massivo de africanos destinados ao regime escravocrata, fator relevante para a acumulação acelerada de capital português e para sua expansão transoceânica. Braudel (1984), por exemplo, elaborou duas explicações para este caso, a primeira – chamada pelo autor da tradicional – enfatiza o sentido de aventura ancorado na figura de “Henrique, o navegador”, filho de João I de Portugal, que teria dado ao país, logo após ter recuperado o seu território dos mouros, a necessidade de abrir rotas como parte de uma estratégia defensiva. A questão da caravela, que apontamos acima, o conhecimento sobre o clima e os ventos teriam, nessa hipótese, um papel fundamental. A segunda explicação se relaciona com a conformação do Estado e o avanço da carga tributária e o poder estatal sobre a economia em geral, o que permitiu a Portugal poder financiar e promover viagens oceânicas, somado à urgência de buscar novas rotas, já que a pressão competitiva dos vizinhos empurrava Portugal para fora

(METRI, 2016). As rotas descobertas na África, o monopólio do tráfico de escravos⁴¹, assim como as plantações de açúcar terminaram de dar a Portugal um *status* que lhe permitiu competir com a Espanha e vice-versa.

Céspedes del Castillo (1983) explica que, em 1475, os portugueses descobriram a “Volta da Mina”, uma rota de volta à península ibérica desde o Golfo da Guiné, que fazia quase inevitável o encontro com a América, em curto ou médio prazo. Mas, como todos sabemos, foi o genovês Cristóvão Colombo quem chegou ao continente em 1492. Embora tenha feito quatro viagens de ida e volta, entre 1492 e 1504, sempre esteve convencido de que havia chegado ao Oriente e, por isso, o nome do continente foi uma homenagem a Américo Vespúcio⁴², por ser ele o primeiro a perceber e declarar que se tratava de novas terras.

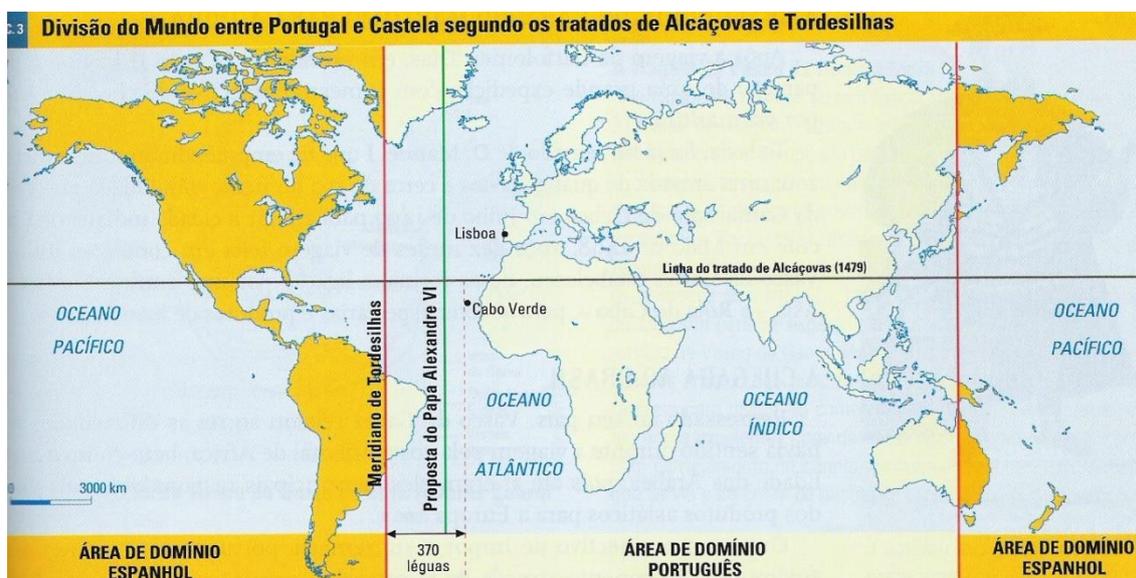
Contudo, as geoestratégias de Portugal e da Espanha foram diferentes. Em princípio, o interesse de Portugal estava na costa africana e no Oriente, já que era ali onde se assentava a prática extrativista e os fortes, que obrigavam essa região ao comércio monopólico com Portugal. A aventura para América era para a coroa portuguesa menos interessante e muito arriscada. Por isso, o desembarco para o Brasil foi relativamente tarde e respondeu mais a uma necessidade defensiva da Espanha, França, Províncias Unidas Dos Países Baixos e outros Estados, que mostravam cada vez mais interesse nas novas terras. Diferente foi a posição da Espanha no Novo Mundo, que se revelou rapidamente essencial para a sua projeção europeia e no mundo em geral. Em 1513, a coroa castelhana assumiu a custosa e nada prometedora tarefa de tentar achar uma passagem interoceânica para o Oriente. As “Índias” - como era chamada a América na Espanha - foram declaradas de interesse público e nacional e incorporadas formalmente ao Império Espanhol, criando-se, em 1524, o Conselho das Índias. A partir disso, a criação de unidades que representavam a autoridade dos reis de Castela começou a ter lugar na configuração econômica e política do Novo Mundo espanhol. Referimo-nos aos Vice-Reinos. Esta divisão orgânica foi fundamental para o surgimento dos Estados nacionais na América hispânica no século XVIII e XIX. Talvez nessa primeira divisão de Vice-Reinos apareça uma das principais diferenças em relação ao Brasil, que, embora dividido

⁴¹ Em 1538 chegaram os primeiros escravos ao Brasil, cujas origens eram: “sudaneses (originários da Nigéria, Daomé e Costa do Ouro), bantos (de Angola, Congo e Moçambique), e malês (sudaneses islamizados)” (GARCIA, 2000, p.18).

⁴² Dado curioso: Molina (1995) revela após uma fascinante pesquisa, que o verdadeiro nome do navegante teria sido Alberico e não Américo, como passou à imortalidade. Ou seja, o nosso continente deveria se chamar Albérica e não América.

em capitanias, sempre permaneceu como uma unidade estatal única e unitária. Isso também se refletiu no protagonismo que o Brasil teve para o Império, ao ponto da Coroa e da Corte, com mais de 10.000 nobres, se trasladarem para cá em 1808, para fugir de Napoleão.

Mas, voltando à rivalidade luso-espanhola, foi preciso estabelecer limites entre as novas terras e chegar a um entendimento comum entre ambos. Neste sentido, destacam-se os Tratados de Alcáçovas-Toledo (1479) e o Tratado de Tordesilhas (1494). O primeiro estabelecia o reconhecimento espanhol sobre as terras conquistadas por Portugal na costa africana e o segundo estabelecia uma linha que dividia a América entre o que seria considerado propriedade espanhola e o que seria propriedade portuguesa. Essa demarcação feita pelos dois tratados dividia o mundo em um claro corte horizontal e outro vertical, entre o que seria o domínio espanhol e o português.



Fonte: Wikimedia Commons.

Braudel (1984) salienta que o Tratado de Alcáçovas dava a Portugal o monopólio de escravos. Como sabemos, antes dos africanos, os índios nativos foram escravizados, ou seja, “a mão de obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada” (FURTADO, 2007, p. 77), mas foi só com a sistematização do regime escravocrata que a *plantation* se desenvolveu no Brasil e a rentabilidade se tornou evidente. Da mesma forma, parece claro que o negócio do açúcar envolvia vários países e regiões do mundo, como sugerem as premissas da EPI, portanto, “a produção açucareira era um negócio global: o mercado consumidor estava na Europa; a principal fonte de mão

de obra, na África; parte dos insumos na Europa, outra em vários pontos da América do Sul” (CALDEIRAS, 1999, p. 77).

Por sua vez, o Império Espanhol chegou a América e iniciou bastante prontamente as atividades extrativistas minerais, destacando-se as de ouro e prata do Alto Peru e outras atividades comerciais ligadas à mineração, como agricultura, produção de tecidos, etc., para as populações que viviam da atividade mineira. Essa mesma condição se repetiu nas terras europeias da Espanha, questão esta última que mostra como a Espanha estava ficando para trás das outras potências do mundo, especialmente do Reino Unido em matéria de tecidos. Por exemplo, só para termos uma ideia, dos 16.000 teares de seda e lã que havia em Sevilha durante o reinado de Carlos V do Império Sacro-Romano ou Carlos I (Casa da Áustria, que governou de 1516 a 1556), só ficaram 400 na época de Felipe II (RAMOS, 2006). Portanto, a administração borbônica só herdou todo um processo que se iniciou séculos antes. Sarmiento, nas suas viagens pela Europa, nota a diferença entre a Espanha e seus vizinhos, ao dizer que “*he estado en Europa y en España*” (RAMOS, 2006, p.18) remarcando que a segunda ficou por fora do avanço e do progresso que para ele significava esse continente.

A rivalidade luso-espanhola também encontrou lugar na América, porque os portugueses procuravam uma passagem para o Potosí, para conseguir extrair o ouro à espanhola, ou melhor ainda, achar um *El Dorado* próprio. Interessava-lhes também o acesso ao couro e ao gado. Consequentemente, houve uma competição entre os Impérios pelo melhor acesso às riquezas da América, que incluía os franceses, holandeses, britânicos e outros exploradores.

A união entre os impérios espanhóis e português entre 1580 e 1640 só desfavoreceu a Portugal, que perdeu as vantagens marítimas para a Inglaterra, pelos avanços tecnológicos que esta última empreendeu.

Quando passou a ser governado pela Coroa Espanhola em 1580, Portugal ainda era o mais avançado centro de navegação do planeta; seus navios mantinham domínios no Brasil, na costa africana, na Índia, em Macau e no Japão. O país só viria a recuperar a independência política em 1640 e estabilizar-se como nação soberana em 1661, ao assinar um tratado de paz com a Holanda. No intervalo perdeu o domínio da tecnologia naval para a Inglaterra (sobretudo devido à invenção do cronômetro e ao cálculo da longitude) e a maior parte das suas possessões africanas e asiáticas (CALDEIRAS, 2017, p.95).

Outro fator que incidiu na rivalidade luso-espanhola foram as permanentes invasões dos bandeirantes no Prata, que baixavam desde o atual Rio Grande do Sul para

o Paraguai e o Uruguai, “essas expedições, empreendidas por verdadeiros exércitos, que muitas vezes mobilizavam mais de 2.000 homens, recrudesceram com o correr dos anos (...) e sucediam-se numa vertigem assustadora” (BANDEIRA, 1998, p. 23).

O Paraguai, cuja jurisdição se estendia sobre os atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, antiga província de Itatim, sofreu todas as consequências da ação predatória dos bandeirantes. Por onde trilharam, os luso-brasileiros, os mamelucos “não deixavam mais que ruínas, algumas delas somente identificadas 100 anos depois”. E dos 300 mil nativos capturados nas Missões, para escravizar, não mais de 20 mil chegaram a São Paulo, porquanto os demais pereceram no curso de 300 a 400 léguas que precisavam caminhar acorrentados, coleira nos pescoço, transportando madeiras e outras cargas silvestres (BANDEIRA, 1998, p.23).

Contudo, os bandeirantes contaram com o apoio ou silêncio de Assunção e de Buenos Aires, inclusive de alguns espanhóis (*encomendeiros*), que se associavam a eles para capturar os índios. Isso porque as Missões jesuítas incomodavam a Coroa Espanhola (de igual maneira que incomodavam a Rosas, quem os expulsou definitivamente das Províncias Unidas do Rio da Prata) porque: 1) se apropriavam da mão de obra indígena; e 2) davam algum grau de liberdade aos índios, algo intolerável para essa sociedade. Mas a ação dos bandeirantes se tornaram mais ousadas aos finais de 1642 e desceram ainda mais, passando desde Misiones até o litoral: Santa Fé, Corrientes, Entre Ríos, chegando a Buenos Aires, com o claro objetivo de conquistá-la. “O plano consistia em despachar de Rio de Janeiro uma força naval, transportando cerca de 500 a 600 homens, para atacar Buenos Aires pelo estuário do Prata, enquanto os bandeirantes cruzariam o Paraguai e a invadiriam por terra” (BANDEIRAS, 1998, p. 30). O plano não deu certo e voltaram a planejar tomar Buenos Aires em 1651. O segundo projeto também não vingou pelas dificuldades que Portugal enfrentava na Angola, que demandavam a sua atenção imediata.

Os espanhóis estavam cientes de que Portugal pretendia tomar Buenos Aires, ainda mais pelas relações que tinham com a Inglaterra, que, segundo Bandeira (1998), fizeram dele um “vassalo” britânico. Portanto, os temores da Espanha eram sobre o interesse britânico e português no Prata, nessa ordem. O cálculo espanhol não era desatinado. Contudo, nem portugueses, nem brasileiros foram chamados à aventura e as invasões britânicas a Buenos Aires ocorreriam apenas em 1806 e 1807.

A chegada de D. João VI modificou as relações entre os impérios na América do Sul, ao aumentar a desconfiança entre o Brasil e os Estados que começaram seus processos de independência. Mudou também o patamar que ocupava o Brasil para

Portugal, assim como aprofundou a desigualdade estrutural entre as diferentes classes sociais, questão que perpassa a realidade do país até os dias atuais. O primeiríssimo contato do príncipe regente e a corte com a *terra brasilis* dava conta disso.

Embora satisfeita com o desembarco, a família real não pode deixar de notar que, além de despojada, a cidade do Rio exalava “os odores mais pútridos”. A população, apesar de extasiada com a visão de tanto fausto, também não foi capaz de ignorar a feiura gritante de D. João VI e D. Carlota, nem os gritos alucinados de D. Maria I e as cabeças raspadas das cortesãs (por causa de uma epidemia de piolho ocorrida a bordo). Em poucos anos, o Brasil e a realeza iriam se acostumar com os próprios defeitos – embora só a nação de fato se modificasse (BUENO, 2002, p.134).

Uma das primeiras medidas de D. João VI foi a abertura dos portos para a Inglaterra e a criação do Banco do Brasil, no mesmo ano da sua chegada, que foi liquidado em 1829. Só voltou a ser aberto em 1853, quanto se destacou a figura de Irineu Evangelista de Souza, como veremos no ponto 3.1.3. Crespo e Alves de Messias (2014) salientam que:

O príncipe regente D. João VI logo após chegar às praias brasileiras, escoltado pela marinha da Inglaterra em 1808, decreta a criação de um banco para suprir os gastos do governo e para que houvesse capital de giro no sistema. A abertura dos portos aos comércios e as expedições militares para o sul, na banda oriental, faziam necessário o aumento dos saldos em dinheiro (CRESPO, ALVES DE MESSIAS, 2014, p. 4).

No entanto, como D. João VI decidiu ficar no Brasil, a solução foi unir a Coroa no nome de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, dando ao Brasil um *status* diferente ao que tiveram os Vice-Reinos espanhóis no Império Espanhol, que, depois da independência, entram em guerras civis que fraccionam o território em Estados menores.

La pertenencia del rey portugués en Brasil fue fundamental para que la Corona pudiese controlar la principal fuente de recursos, que eran los altos impuestos que se recaudaban en su colonia. Por otra parte, dado que el monarca lusitano pretendía quedarse en Brasil, debió ser alterada su condición de colonia, sobre todo, para facilitar las relaciones diplomáticas con las demás naciones. De modo que la prolongada presencia de la monarquía portuguesa en Brasil tuvo para este dominio una apreciable ventaja: en 1815 se unió a la corona metropolitana, bajo el nombre de Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves, dejando de ser una colonia, aunque sin obtener su independencia (RAPOPORT; MADRID, 2011, p.26).

Mas se o atraso espanhol em relação ao Reino Unido era evidente, também era o português. Isso porque a relação do império português com o império britânico resultou no empobrecimento do primeiro. O comercio português entrou em uma crise profunda, o que desencadeou a Revolução Constitucionalista de Porto, também afetando o Brasil.

Sendo assim, o Brasil herdou os problemas de Portugal, assim como os nascentes países do Prata também herdaram a decadência espanhola. Nesse sentido, e não poderia ser de outra maneira, herdaram também a rivalidade.

3.1.2 O Império do Brasil e a República Argentina

As relações do Brasil Império com a nascente Argentina estavam contornadas pelas relações que ambos os países tinham com a Inglaterra. Já expomos que as relações da oligarquia portenha com o Reino Unido perpassaram não só as questões econômicas e financeiras, mas também as culturais. Foram intensos os intercâmbios, mas nem por isso eliminaram-se os conflitos nem as tensões. Contudo, as relações anglo-argentinas eram diferentes das anglo-brasileiras, porque não havia intenções dos governantes argentinos em competir em nenhuma esfera com a Inglaterra. Pelo contrário, a ideia era se beneficiar de um tratamento preferencial, motivo pelo qual desde Rosas até as presidências liberais, houve sempre a prerrogativa de estabelecer relações prioritárias com o Reino Unido. De fato, à diferença da política nacional, historicamente a política externa argentina se baseou em evitar conflitos armados. Guillermo Rawson⁴³ (1821-1890), que era contra as alianças políticas entre diferentes países – uma posição comum da época, inspirada em George Washington, que defendia a ideia de não misturar a economia e a política internacional, pois as alianças políticas podiam atrapalhar novos negócios com outros Estados - advertia sobre uma possível guerra da Argentina contra o Chile por diferenças territoriais e, nessas advertências:

Rawson subscrevia a tese dos desmembramentos territoriais como uma constante da história da Argentina. ‘Se mantemos relações amistosas com a Inglaterra, que nos usurpa as Malvinas se vivemos em paz com a Bolívia, que nos arrebatou Tarija; se não nos inquietamos com os avanços do Brasil sobre os limites de 1877 nas Missões, se consagramos a independência do Paraguai, porque nos obstinamos em fazer um *casus belli* da ocupação ilegítima pelo Chile de alguns rochedos do Estreito, depois de os chilenos terem povoado e habilitado para a navegação universal essa corrente oceânica, enquanto nós nem pensávamos nela e nem teríamos pensado até hoje, se o Chile não se

⁴³ Guillermo Colesbery Rawson Rojo era filho de um médico estadunidense que se instalou na província de San Juan e de María Justina Rojo Frías, filha de uma famosa família de unitários dessa província. Era o segundo filho [o primeiro foi o pintor Benjamín Franklin Rawson (1819 - 1871), também teve outro irmão por parte de pai]. Guillermo nasceu em 1821 e viveu em San Juan até os seus estudos fundamentais. Logo, seguindo uma prática muito comum na aristocracia, se mudou para Buenos Aires, onde cursou os estudos do ensino médio e posteriormente medicina. Era considerado um membro da Geração do 37 [1837], junto com Echeverría, José Marmol, Alberdi, Mitre, Sarmiento, etc. Se tornou um grande “Higienista”, além de um ativo político. Foi ministro do Interior (Casa Civil) do governo Mitre, entre 1862-1868. É conhecido por ter impulsado a Cruz Vermelha na Argentina, em 1880, e além de inúmeras ruas, hospitais e outras instituições em todo o país, uma cidade na província de Chubut leva o seu nome. Morreu em Paris em 1890.

houvesse incumbido de mostrar-nos a sua importância?’ (PARADISO, 2005, p.33).

A perda do território argentino como um constante é também uma percepção da população argentina. Em um estudo de 1985, Escudé (1986) assegura que 73,6% dos consultados acreditavam que o país perdeu territórios mais do que ganhou e apenas 6,4% acreditavam que a Argentina tinha ganho mais do que perdido. Contudo, justamente Escudé (1986) defende que mesmo sem entrar em guerra aberta, a tendência da política externa argentina costuma ser desafiadora, questão que repercute negativamente na posição do país no Sistema Internacional.

Contudo, se apesar da usurpação das Malvinas em 1833, as relações com a Inglaterra eram satisfatórias, pelo contrário, as relações com os Estados Unidos quase sempre foram péssimas⁴⁴. Pela sua parte, o Brasil construiu melhores relações com o futuro *hegemon*, embora Furtado (2007) insista nas diferenças entre os dois, especialmente no século XIX.

As diferenças sociais [entre o Brasil e os EUA] eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo de grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. Nada é mais ilustrativo do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas ideias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores estadunidenses, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulo diretos às indústrias, e não apenas medidas passivas de caráter protecionista-, Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: “Deixa fazer, deixa passar, deixa vender” (FURTADO, 2007, p.153).

Todavia, se em geral as relações da Argentina com a Inglaterra eram boas, no caso do Império do Brasil elas oscilavam bem mais. Em primeiro lugar pelo Tratado de

⁴⁴ Aliás, elas começam inclusive com o pé esquerdo justamente na causa Malvinas (BRIZUELA, 2012). Vejamos, por exemplo o que pensava o cônsul estadunidense, Francis Baylies, em uma carta ao secretário Livingston com a insígnia de “private & confidential”:

Señor, es una verdad y una tristeza que la gente de estas regiones no tenga idea de ese sentimiento que nosotros llamamos amor al país- la tarea de gobierno es un trabajo y sus cargos son considerados como una clase de empleo para enriquecerse- una suerte de licencia para recibir sobornos. No hay ni consistencia, ni estabilidad, o libertad en esa República Argentina. Las revoluciones de esta gente son insurgencias. Su saber son la chicanería y el engaño (chicanery and trick)- su patriotismo una jactancia, su libertad una farsa- una tribu de Indios bien organizada tiene mejores nociones de ley nacional, derechos populares y política interna. (MANNING, 1925 apud BRIZUELA, 2012)

Rapoport e Madrid (2011) destacam também que já desde início a Argentina se posicionou contra os Estados Unidos, não só porque competiam no mercado, mas por que a Argentina não aceitava a liderança desse país, ao ponto de ser o único Estado que não participa da Conferência Interamericana de 1889-1890 organizada pelos EUA. Mas embora interessante, esse tema foge ao escopo da tese.

Comércio de 1810, que dava privilégios aduaneiros a Inglaterra na casa dos 15%, enquanto Portugal tinha 16% para os seus produtos no Reino Unido e os outros países (que não faziam parte do Acordo) deviam pagar impostos a Portugal de aproximadamente 24% (BANDEIRA, 1998). O Tratado pesava para Portugal e depois pesou para o Brasil. Portanto, chegada a hora do vencimento, em 1842, Pedro II se negou a renová-lo, acabando com os privilégios do Reino Unido na questão comercial. Isso gerou tensões que se acumularam às pressões britânicas, especialmente porque o Brasil não aderiu à causa abolicionista, que supostamente era uma pauta em 1822. Uma das primeiras medidas britânicas foi aumentar o imposto sobre o açúcar das fazendas que faziam uso de mão de obra escrava. Isto impactou na economia brasileira de maneira moderada, sobretudo porque a indústria do café começava a ter relevância desde a década de 1840, ao ponto de ser a primeira exportação brasileira para os Estados Unidos, substituindo o açúcar.

O Brasil reagiu ao Reino Unido e também aumentou a taxaço de manufaturas britânicas, como têxteis e bebidas. Assim, as tensões se escalonam até que o Reino Unido apresou navios mercantis com bandeira brasileira. Isso levou Dom Pedro II a preparar os Exércitos, que por pouco não tiveram que enfrentar a maior potência do mundo. Contudo, a racionalidade dos britânicos prezava por cautela, já que a Guerra de Secessão nos Estados Unidos gerava uma crise no abastecimento mundial do algodão e justamente o Brasil era então um importante exportador de algodão. Bandeira (1998) ressalta que, entre 1860 e 1861, as exportações brasileiras de algodão rondavam 3,8% e dois anos depois, entre 1863 e 1864, elas aumentam para 24,4%, representando um acréscimo de 500% das divisas para o Brasil. Portanto, o Reino Unido não podia subestimar a participação brasileira nessa área. O pior momento das relações anglo-brasileiras se deram na chamada Questão Cristhie⁴⁵, que levou ao rompimento das relações, por determinação do Brasil, em 1863, ao e reestabelecimento das mesmas em 1865, por ambas as partes. Porém, em relação ao algodão, Luxemburgo (1917) destaca os efeitos da EPI na crise, que levaram à ruína econômica dos estados do sul dos EUA, à interrupção da produção algodoeira nesse país e, em 1863, à “fome do algodão”.

Al agotarse la fuente de EE.UU., la industria inglesa busca procurarse su materia prima por otro lado y dirige su mirada a las Indias Orientales. Se crean allí febrilmente plantaciones de algodón y la agricultura, que proporciona desde hace milenios la alimentación cotidiana de la población y

⁴⁵ Entre as causas estruturais estão a da pressão britânica pelo fim da escravidão, a guerra de secessão estadunidense e o próprio cenário interno do Brasil. Para mais, ver YOUSSEF, 2019.

constituye su base vital, tiene que ceder amplias superficies a los provechosos proyectos de los especuladores. Con este desplazamiento del cultivo de arroz se produce a los pocos años una extraordinaria carístia y una hambruna y en 1866, más de un millón de seres humanos mueren de hambre en un solo distrito, Orissa, al norte de Bengala (LUXEMBURGO, 1917, p.24).

Assim sendo, estes conflitos do Império do Brasil com o Império britânico mostram: 1) que os interesses do Reino Unido e do Brasil não sempre concordavam; e, mais importante ainda, 2) que o Brasil, que tinha herdado a estrutura burocrática, comercial e fiscal da Coroa portuguesa, tinha interesses próprios, alavancados em uma “vontade das suas classes dominantes” (BANDEIRA, 1998, p. 88). Inseridas em uma geopolítica competitiva, tais classes esperavam prosperar seguindo as premissas imperialistas, que consideravam relevante a anexação de novos territórios, que, em última instância, movimentava a máquina do capitalismo. Portanto, “o que efetivamente interessava ao Império do Brasil não era atrelar-se à Grã-Bretanha, na política do Rio da Prata, mas utilizá-la para o robustecimento da sua própria hegemonia” (BANDEIRA, 1998, p.94). Como vemos, isso era muito diferente do que acontecia com Rosas, Urquiza, Mitre ou Sarmiento.

No tocante às relações entre si, tanto para o Brasil como para a Argentina a relação com o outro sempre representou uma virtual ameaça aos próprios interesses e por isso a atenção aos movimentos desse vizinho era maior do que dos demais. Contudo, a rivalidade conviveu com tentativas de diálogo e cooperação, no que Saraiva (2012) chama de busca pela manutenção de pelo menos, “relações cordiais”, inclusive nos períodos de maior tensão.

Nesse período [século XIX], a rivalidade e a cordialidade foram dois lados de uma mesma moeda, que alteraram no tempo de acordo com questões tanto conjunturais vinculadas à política e a economia interna dos países, quanto estruturais, ligadas à inserção de ambos os países nos cenários tanto regional quanto internacional (SARAIVA, 2012, p.21).

O momento de maior hostilidade foi, sem dúvida, em relação ao Uruguai, que se definiu na Guerra do qual resultou independente e que contou com a interseção britânica. A partir daí, e agora com um Estado tampão, o Brasil e a Argentina fizeram o possível para não se enfrentar militarmente novamente, já que os custos do aparelho de guerra eram enormes e as consequências incertas para ambos os países. Entretanto, é inegável que as diferenças nos processos de independência afastavam o Brasil e a Argentina, mais do que aproximavam. Enquanto a nascente Argentina vivia nos anos 1820 a sua crise e guerra civil, fruto do caos que deixou a quebra da ordem colonial espanhola, o Brasil também se contorcia entre as pressões de Portugal para que D. João VI voltasse a Lisboa.

Los portugueses, a su vez, exigieron que Don Juan regresase a Portugal y que la sede de la monarquía fuese trasladada nuevamente hacia el país europeo. El monarca retrasó cuanto pudo la partida, pero finalmente regresó a Lisboa en abril de 1821 acompañado por su numerosa corte y los funcionarios públicos. Llevó también una elevada suma de dinero retirada del Banco de Brasil, dejando a éste prácticamente sin fondos. Y dejó también a su hijo, el príncipe Pedro, como regente, aconsejándole que si Brasil llegara a separarse de Portugal, él mismo se quedase con el trono americano (RAPOPORT; MADRID, 2011, p.28).

As pressões da corte portuguesa não cessaram e, mais tarde, exigiram que D. Pedro I também retornasse. Ele se negou, apoiado pelas classes escravocratas, o que significou *a priori* a independência do Brasil, já que D. Pedro I não obedecia a Lisboa. A única opção foi, então, proclamar a independência em 07 de setembro de 1822, mas continuando com o Império. Isso é, não houve guerras civis porque houve uma transferência de poder dentro da mesma classe, que é a imperial, muito diferente do que aconteceu na América hispânica, que vivia um processo de fragmentação, alavancado pela pressão competitiva entre as diferentes unidades que antes compunham os Vice-Reinos do Império Espanhol. Ademais, essa transferência de poder entre pai e filho portugueses no Brasil foi financiada e apoiada pela classe oligárquica e escravocrata brasileira, que não tinha nenhum interesse em mudanças estruturais.

Embora o Brasil tenha se desvinculado do jugo português de forma bem menos turbulenta do que os países da América espanhola, a passagem do período colonial para o regime monárquico foi feita de uma maneira relativamente pacífica não só porque o país colocou no trono um rei português, mas, acima de tudo, porque a nova ordem tratou de manter intocados os privilégios das elites – inclusive, e principalmente, a escravidão. Assim sendo, além de permanecer como a única monarquia do continente, o Brasil tornou-se também o único país independente da América do Sul cuja economia se baseava no trabalho escravo (BUENO, 2002, p.176).

Os interesses dessa classe explicam como o Brasil saiu da escravatura, pressionado pela Inglaterra e toda a conjuntura mundial, só em 1888, e como manejou a questão largando os antigos escravos a sua sorte, sem nenhum tipo de ressarcimento ou mesmo acolhimento por parte do Estado, aprofundando as distâncias entre as classes.

Com a morte de D. João VI, Pedro I foi pressionado para voltar a Lisboa. Ele renunciou a favor da sua filha D. Maria II, que foi deposta pelo seu tio e, na luta para que a sua filha recuperasse o trono, Pedro I provocou a falência do Banco do Brasil e recorreu a empréstimos britânicos. A solução foi voltar a Lisboa e deixar a Pedro II no Brasil sob a Regência. Uma vez no poder, Pedro II afiançou um país absolutamente unitário que esmagou qualquer iniciativa separatista, o que lhe conferiu a estabilidade que os outros países do Prata não tinham. Finalmente, foram os militares que deram fim ao Império,

convidando D. Pedro II e a sua família a deixar o país, o que fizeram prontamente, voltando para Portugal. Assim, em 1889 nasce a Primeira República Brasileira, que já nasceu “velha”.

Por essa estabilidade das instituições brasileiras é que a visão que o Brasil tinha da Argentina, somada à rivalidade herdada e ao conflito uruguaio de 1825-1828, era de uma falta de sintonia gritante, especialmente antes da República Velha, sobretudo porque os ideais dos liberais argentinos entravam em choque com os ideais monárquicos brasileiros. Inclusive a imagem de Dom Pedro I e II eram negativas, daquele por ser, supostamente, um bárbaro e deste por, supostamente, ser imaturo.

(...) é preciso considerar que Buenos Aires difundiu a imagem de Dom Pedro I como um tirano, que fomentava uma guerra injusta, atacando barbaramente os países vizinhos. Do mesmo modo, seus opositores questionavam, em todas as oportunidades, a legitimidade da figura do monarca, tendo em vista que Dom Pedro I nunca deixaria de ser um português, portanto, um europeu (PEREIRA, 2007, p.105).

Mitre, por exemplo, que se desdobrava em elogios para Dom Pedro II quando viajava em comitiva para o Rio de Janeiro para tratar das negociações da Guerra do Paraguai, expôs entre os seus, ao retornar a Buenos Aires, o seu verdadeiro parecer sobre o monarca, de quem diz que não era um pouco mais do que uma criança, acostumado a fazer e desfazer, sem capacidade de diálogo e que não podia ser contrariado, inclusive na Ciência, onde crê ter sempre a razão, e do mundo, do qual desconhece tudo (PEÑA, 2012).

A esses desentendimentos somava-se a percepção de uma suposta solidariedade entre a região por seu passado conjunto no Vice-Reino do Rio da Prata (1776-1816) e que poderia incorrer na anexação dos territórios que outrora foram um só, que em Rosas era bastante claro, por exemplo, ao não reconhecer a independência do Paraguai. Já em Mitre e Sarmiento, esses temores passam a ser infundados. Contudo, a percepção do Império é que “não há um só homem argentino que não confesse que a suprema ambição do seu país é a reconstituição do antigo vice-reinado de Buenos Aires, pela conquista do Paraguai e do Uruguai. Eis aí a fraternidade Americana”. (PRADO, 1971, p. 5-6 *apud* HAGE, 2013, p.102). Somada a essa suposta fraternidade platina, aparece a percepção geopolítica que o Brasil tinha da tendência expansiva de Buenos Aires.

O esquema de transporte argentino contribui para fazer que Paraguai e Bolívia se tornem clientes fluviais de Buenos Aires, tendo de pagar a esse centro tributo progressivo. Isto porque, em virtude de sua “mediterraneidade”, unidades políticas amputadas por guerras, não podem se furta do único fluxo

conveniente para a influência argentina. Com efeito, esse aspecto geopolítico confere à Argentina papel preeminente na balança de poder regional sul-americana. Não havia dúvidas, reconhecido pelo próprio Travassos, que o Estado argentino havia adiantado sua construção de poder nacional bem antes dos demais vizinhos. A saber, boa rede ferroviária, estradas de rodagem, expressiva Armada, economia de alta produção de riquezas, avanço considerável na educação, etc (HAGE, 2013, p.106).

As percepções da Argentina - e dos demais países republicanos - sobre o Brasil eram de que este, pelo fato de ser imperial, era inexoravelmente expansionista. Uma coisa dependia da outra. Portanto, se o Brasil desconfiava da Argentina pelo seu caos e suas tendências de recompor o Vice-Reino do Rio da Prata, a Argentina desconfiava do Brasil por ser imperial, pelo tamanho e pela estabilidade institucional, que lhe permitia ter um exército bem melhor organizado que o próprio.

Contudo, pelo menos do lado argentino, havia duas posições em relação ao Brasil. Havia os partidários da confrontação, entre eles Carlos Pellegrini e Juan Bautista Alberdi, este último fundamentava o caráter anti-humano do regime escravocrata brasileiro, era absolutamente contrário as ações conjuntas na Guerra do Paraguai, mas sobretudo argumentava que o Brasil precisava dos recursos do Prata para a sua própria sobrevivência, conseqüentemente, isso significava um conflito sem resolução para a Argentina. Vozes menos alarmistas estavam representadas em Mitre, cuja capacidade diplomática serviu ao país para evitar uma nova escalonada militar depois da vitória no Paraguai em 1870.

Bartolomé Mitre talvez tenha sido o expoente mais veemente da tese da convergência de interesses. Em um editorial do diário *La Nación*, em que criticava o belicismo de alguns dos seus contemporâneos, dizia: “Daí esses planos sem pé nem cabeça de lançar-nos em aventuras guerreiras ou em alianças contingentes ou intervenções continentais para conjurar perigos imaginários ou reais que uma má política internacional criou e que uma política improvisada poderia agravar... Eis aí a justificativa mais completa da aliança natural (com o Brasil) que temos assinalado na história e caracterizado em seus fatos, e que a despeito de serem hoje subsistentes, poderia permitir-nos assumir um papel respeitável no cenário sul-americano (PARADISO, 2005, p.53).

Por essas posturas tão diferentes, foi difícil estabelecer os pontos do Acordo de 1870, mas a missão diplomática de Mitre se impôs a Alberdi e Cia e se preservou a paz.

3.1.3 O capital brasileiro no Prata

As ambições de Juan Manuel de Rosas, o descontentamento de Justo José de Urquiza e a guerra constante no Uruguai, que já levava uma década, propiciaram a intervenção direta do Brasil no Prata. A mesma se deu de forma financeira e política,

apoiando as províncias argentinas que eram a favor da livre navegação com empréstimos que renderiam, além dos interesses, a livre navegação. O resultado foi que, depois da queda de Rosas, a Confederação estava amarrada ao Brasil por obrigações creditícias e o Uruguai se transformou em um “mero protetorado” brasileiro (CRESPO, ALVES DE MESSIAS, 2014). Assim sendo, ao conseguir manter a independência do Uruguai e do Paraguai, o Brasil impediu as ambições geopolíticas de Buenos Aires.

Para tirar Rosas do poder, Urquiza precisava do apoio externo, já que as províncias não mostravam interesse de dar assistência a seus planos. Entre os motivos, o principal era o temor de represálias da província mais forte, mas também os próprios pactos que elas tinham com Rosas. Portanto, a única saída de Urquiza era chamar os unitários expatriados no Uruguai e os uruguaios interessados na queda do governador de Buenos Aires e pedir auxílio ao Brasil⁴⁶.

Além da ajuda militar, Urquiza contraiu um empréstimo com o Império do Brasil de 400.000 *atacaques* e colocou as arrecadações e as propriedades públicas das províncias de Entre Rios e Corrientes como caução, mas no Acordo se estipulou que quem sucedesse Rosas tomaria a dívida e pagaria a mesma com 6% de juros anual e, se isso não ocorresse, ou seja, se Urquiza saísse derrotado, quem pagaria o empréstimo, então, seriam as províncias de Entre Rios e Corrientes. Por outro lado, a escassez de recursos fazia com que Urquiza buscasse alguma forma de equilibrar as contas da Confederação que estavam em vermelho, enquanto Buenos Aires prosperava. Só para termos uma ideia, entre 1855 e 1856, a Confederação arrecadou \$1.775.000 e gastou \$2.280.000. Obviamente, as contas precisavam de uma solução. Uma das alternativas foi a criação de um banco, que lhe permitisse emitir moeda. Não deu certo. Assim, recorreu primeiro a Buschental, depois à sociedade Trouvé e a Chaudel & Cia, mas nenhum teve interesse, quando então Urquiza estabeleceu contato com o Barão de Mauá. Vendo o progresso no Uruguai, Urquiza chamou Mauá para que ele colocasse uma sede do seu banco em Rosário, mas com juros tabelados pelo caudilho. Mauá sabia que não iria a prosperar, mas, segundo Caldeiras (2017), não queria se desentender com Urquiza, portanto inaugurou uma agência. O resultado foi que os juros tabelados de Urquiza fizeram com que o capital da província escoasse para Buenos Aires, que tinha juros mais interessantes. O caudilho terminou tirando os juros, fecharam a agência e Mauá abriu uma em Buenos Aires.

⁴⁶ Desse assunto dissertamos amplamente no capítulo anterior, nas seções 2.3.2 e 2.3.3.

Como a situação financeira da Confederação era ainda caótica, Urquiza solicitou um empréstimo ao catalão Esteban Ram e Rubens de 250.000 pesos de prata boliviana e ao Brasil pediu mais 300.000 *patacones*, que se somam aos 400.000 anteriores, pelo qual Paranhos obteve várias vantagens: 1) a navegação dos rios (inclusive para buques de guerra com bandeira brasileira); e 2) terras das Missões (se calcula umas 400.500 léguas de terra, ou 933.561.214 hectares). Quando Mitre negociou no Rio de Janeiro o acordo da Guerra do Paraguai, o Brasil colocou entre as suas exigências a cobrança da dívida auferida à Confederação e, por outro lado, Mitre, ao aceitar esses termos, tentou amarrar Urquiza à política de Buenos Aires, já que aceitando a dívida que ele tinha contraído, liberava Entre Rios e Corrientes da hipoteca (PETROCELLI & PETROCELLI, 2008).

Como dissemos, um braço importante do capital brasileiro investido no Prata foi Irineu Evangelista de Souza, que seria o futuro Barão de Mauá, um bem-sucedido comerciante e banqueiro, “um aristocrata de bom coração, porém de duvidosa habilidade para custodiar eficazmente o dinheiro público – o que se espera de um banqueiro” (MINADEO, 2002, p.24). Contudo, comandar a criação do novo Banco do Brasil foi um sucesso, no sentido de baratear o custo das transações, pelo menos pelo tempo que o dirigiu. Com o capital girado pôde financiar seus projetos de infraestrutura.

O Banco do Brasil passou a emitir títulos comerciais para muitas operações, fazendo diminuir os prazos de giro e custo do dinheiro (...). Esse não foi o único emprego dos capitais reunidos no banco, Irineu Evangelista da Sousa foi também capaz de empregar parte deles para o financiamento de obras de infraestrutura que ele mesmo fazia e gerenciava: a construção da primeira ferrovia brasileira (aproveitando os trilhos e equipamentos produzidos em sua fundição), a iluminação a gás no Rio de Janeiro (com encanamento produzido por ele) e uma companhia de navegação a vapor no Amazonas (com navios saídos do seu estaleiro). Não era milagre. Os capitais que agora viabilizavam esses projetos existiam antes da fundação do banco. O que não havia era uma lei que permitisse o emprego de tais capitais em empresas sob a proteção formal do governo. Quando ela veio, houve confiança suficiente para trazer o dinheiro à luz, aplicá-lo em negócios transparentes e legais. Já o capital destinado a empréstimos era aplicado com as garantias proporcionadas pelos novos títulos de crédito, de modo que não era preciso ganhar tanto em cada giro, valia a pena emprestar muitas vezes com poucos ganhos em vez de, como antes, cobrar muito e girar pouco (CALDEIRAS, 2017, p. 260).

Quando o Império estatizou o banco, ele perdeu a essência de financiar pequenos e medianos agricultores e comerciantes e centralizou as operações, beneficiando a classe dominante. Ou seja, aqueles que tinham influência no governo eram os que se beneficiavam com os empréstimos, coincidentemente, eram os antigos traficantes de escravos que então haviam se transformado nos “comissários do café”, que foi como eles

conseguiram continuar no topo da cadeia de hierarquia. Os juros subiram e o financiamento agrícola para pequenos produtores e comerciantes desapareceu.

Embora muito difundida a hipótese de que o Barão de Mauá representava o progresso brasileiro, por ter investido em projetos como seu estaleiro de Ponta Areia, ou em projetos de infraestrutura como as ferrovias ou de serviços públicos no Rio de Janeiro, Minadeo (2002) desromantiza figura de Mauá, assegurando que as principais premissas sobre as suas contribuições são exageradas, especialmente em 1) o aspecto meritocrático dos seus projetos, que atribui todas as conquistas a sua pessoa. Isso porque primeiro, ele teve outros sócios e, ainda mais importante, contou com o apoio do Estado brasileiro. Ainda, ele só conseguiu essas conquistas porque não tinha competidores e porque dependia dos contatos que a sua posição aristocrática lhe fornecia; 2) considerar que Mauá foi pioneiro da industrialização, já que, se teve intenções de avançar nessa área, seus projetos não prosperavam, nem mesmo a premissa de que ele foi responsável pelas ferrovias no Brasil é verdade, segundo o autor, já que inclusive nesse projeto também tudo que fez não resultou como esperava, tendo, de fato, só prosperado como fazendeiro e ainda assim no Uruguai; 3) culpar o governo e os sócios pelos seus fracassos, quando foi o governo quem mais lhe confiou a representação e, quanto aos sócios, foi o próprio Mauá quem os despachou e não de outra forma (MINADEO, 2002). Portanto, se bem Mauá é uma figura importante do período, ele tem mais importância como negociador dos interesses brasileiros no Uruguai do que como grande ente transformador no Brasil. Também fracassou no Uruguai, em 1875: “Os diversos bancos de Mauá chegaram a ter agências em Londres, Manchester, Paris, New York, além de várias cidades do Brasil, Uruguai e Argentina. No entanto, em 1875, devido à crise de seus negócios no Uruguai, o Banco Mauá se torna insolvente” (MINADEO, 2002, p.23).

Mauá contava com algum talento para a atividade bancária – mais especificamente para um banco de investimentos. Mas, seus bancos faliram pelos seguintes fatores:

- A excessiva dispersão das atividades de Mauá – que não se concentrou na gestão eficiente de um banco.
- A quebra de diversos negócios – inclusive envolvendo sócios que perderam capitais investidos.
- O aumento inaceitável do seu grau de risco ao aceitar montar um banco em um país em guerra, sem a participação de seus sócios.
- Enquanto banqueiro, cometeu erros notáveis, destacando-se os casos abaixo apontados do curtume e das ferrovias São Paulo Railway e Recife-São Francisco.

- Os pontos acima terminaram por arranhar sua reputação. A atividade de banqueiro vive do crédito – algo que é extremamente delicado, pois um pequeno descompasso pode minar a liquidez de um banco (MINADEO, 2002, p.24).

No Uruguai, Mauá fez o que qualquer especulador faz; “Mauá financiava guerras, levantava capital para empréstimo, bancava a compra de grandes territórios e para realizar os negócios, colocava e tirava governantes do poder, fazia espionagem, substituía diplomatas em acordos secretos e subornavam políticos” (CALDEIRAS, 2017, p. 359). Mas a missão foi encarregada a ele pelo Império, para poder equilibrar uma batalha que estava sendo vencida por Rosas. “Brasil se comprometeria em emprestar dinheiro ao governo uruguaio, estipulado em 18 mil pesos fortes, para auxiliar este país em sua luta interna, liderada por Oribe contra Rosas, ficando como credor o bancário Irineu Evangelista de Souza” (MATOS, 2008, p.11).

As relações com o Império mudaram justamente porque Mauá decidiu empreender sozinho e fundar o seu banco, supostamente legitimado pelo governo brasileiro.

No Prata, o barão de Mauá era uma espécie de sócio do governo brasileiro. Tinha entrado na região como financiador de uma guerra, que por sua vez estabeleceu um equilíbrio de forças entre os três países que dominavam a Bacia. Fez isso com o apoio explícito do imperador do Brasil e até o início da década de 1860 nunca teve motivos para queixas. O governo brasileiro protege fielmente seus interesses, que eram os interesses nacionais naquele país. Porém, quando decidiu mudar a natureza de suas operações e, fundar um banco, fez isso por sua própria conta, sem consultas maiores ao governo – esperando que seu trabalho fosse reconhecido como uma continuidade do que vinha fazendo (CALDEIRAS, 2017, p.400).

Parte do auxílio que Montevideú recebia era um empréstimo do governo brasileiro, que arbitrara previamente os juros; Mauá deveria limitar-se à entrega dos recursos. Porém, ele também investiu recursos pessoais, em coisas como bondes, iluminação a gás, e na atividade pastoril. Enfim, Irineu aproveitou a oportunidade do pedido governamental para tirar o máximo proveito. Começa por transformar seu escritório de representação em Montevideú numa mistura de empresa comercial e casa bancária (MINADEO, 2002, p.22)

O Banco de Mauá & Cia, fundado em 1857, foi na verdade uma busca por uma solução à dívida impagável que o Uruguai tinha contraído com o Império do Brasil e com Mauá, já que este último, aproveitando a oportunidade, investiu também do próprio bolso. Mas essa solução, que o Barão considerou que agradaria o imperador, não foi nem consultada, nem aprovada pelo governo. Portanto, nesse momento começaram os desentendimentos, que se aprofundaram quando os negócios começaram a ir mal. Assim sendo, Irineu refinanciou a dívida e o banco começou a girar capital já em 1858. Isso porque quem possuía ouro ou prata se sentia mais seguro depositando os metais no banco,

pelo qual recebiam uma moeda expelida. Em pouco tempo, o aumento do capital fez com que Mauá pudesse baixar os juros dos empréstimos. Nisso se baseava o sucesso, que durou até ter concorrência.



Cinco pesos uruguaios do Banco de Mauá & Cia, 1876. Fonte: Wikimedia Commons.

Contudo, os riscos eram muito altos e o banco fechou as suas portas em 1875.

Mauá abriu um banco por sua própria conta, e, quando vieram os problemas, passou a solicitar que seu trabalho fosse reconhecido como uma continuidade do que vinha fazendo – o que não era mais o caso. Mauá começou servindo a um chamado do Imperador, mas, ao sair dos limites contratados, seus riscos se multiplicaram, ele ficou exposto em um país sem o mínimo de tranquilidade política para empreendimentos como bancos ou serviços públicos. Nessa altura, o Imperador nada poderia nem deveria fazer por ele. Mesmo assim, o governo o ajudou: em duas ocasiões o visconde do Rio Branco salvou seu banco, intervindo eficazmente junto ao governo uruguaio, em 1865 (Ganns, 1942:52). O final da aventura uruguaia era previsível, e Mauá foi o único responsável pelo desastre. E o motivo da queda foi o ter-se excedido – um risco tão calculado que seus sócios o haviam deixado (MINADEO, 2002, p.23).

A dívida que o Uruguai contraiu entre 1851 e 1868 com o Brasil foi o eixo de algumas disputas depois da quebra do Banco Mauá & Cia, que foi finalmente liquidada em 1918, com um Tratado que previa a construção de uma ponte internacional unido os dois países sobre o rio Jaguarão. A mesma foi entregue em 30 de dezembro de 1930, com o nome de Ponte Internacional Barão de Mauá (MATOS, 2008).

3.2 A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DO URUGUAI

3.2.1 Entre vários gigantes

A importância geopolítica do que viria a ser o Uruguai se revelou com bastante prontidão, ainda nas várias tentativas de posse da Colônia de Sacramento por parte de Portugal e Espanha, embora ela tenha sido fundada pelos portugueses em 1680, mais precisamente pelo governador da Capitania Real do Rio de Janeiro, Manuel Lobo. A luta pelo domínio não se reduziu só a Espanha, a Portugal e à elite comercial de Buenos Aires. A Inglaterra e a França logo também tiveram interesse na posse da Colônia de Sacramento, o que demonstrava como era de atrativo para os Estados apropriar-se do ponto que lhes daria acesso aos rios internos da Bacia do Rio da Prata, onde o comércio crescia a um volume interessante.

Ao contrário do que aconteceu na Amazônia, cuja penetração praticamente se efetuou sem resistência – salvo, em algum momento, a dos franceses – a presença portuguesa no Prata sofreu, desde o início, forte e violenta reação do governo de Buenos Aires, que mobilizou 250 soldados e 3.000 índios das Missões jesuíticas, para assaltar a Colônia de Sacramento, quase reduzida a escombros, poucos meses depois de sua fundação. Uma guerra, que se prolongaria por mais de um século, começou, então, a refletir, conflitos entre outras potências, como a Inglaterra e a França, interessadas também na região. E os portugueses, ao se empenharem, política e militarmente, para defender a posição conquistada, não mais tiveram condições de evoluir sobre Buenos Aires e os territórios do Rio da Prata (BANDEIRA, 1998, p. 34).

O ponto era estratégico porque fornecia uma entrada e uma base platina ao Império Português e porque se esperava que fornecesse acesso às minas de Potosí. Na medida em que ficou claro que isso não aconteceria, a fundação da Colônia de Sacramento substituiu o interesse pelos metais preciosos, pelo que Puiggrós (2006) chama do “triângulo” comercial, integrado pelo couro - vindo do gado *cimarrón* -, a erva-mate e a prata. O autor, ainda descreve como o território foi passando de portugueses a espanhóis e de espanhóis a portugueses, em uma disputa de poderes de mais de um século.

España reconoció la propiedad portuguesa de la Colonia de Sacramento por el Tratado de Alfonsa (1701), se apoderó de ella en 1705, la devolvió a Portugal por el Tratado de Utrecht (1713), la recobró por el Tratado de Madrid (1750), la volvió a perder por el Tratado Pardo (1761), la tomó por asalto en 1762 (Expedición de Cevallos), la defendió en 1763 de una flota anglo-portuguesa que trató de reconquistarla y la entregó nuevamente a Portugal ese mismo año por el Tratado de Paris (PUIGGRÓS, 2006, p.43).

Em 1778 os portugueses cederam aos espanhóis as ilhas de Fernando Pó e Ano Bom (atual Guiné Equatorial), em troca de territórios no sul do Brasil. Os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento em 1680 numa tentativa de chegar ao rio da Prata, no atual Uruguai, mas perderam a mesma em 1778, quando recuperaram a região de Santa Catarina e Rio Grande do Sul na referida troca de ilhas africanas (VASCONCELOS, 2016, p.46).

Por sua parte, Abreu (2009) destaca que nos planos portugueses estava a questão de enviar população permanente para o novo povoado, mas como essa estratégia não funcionou, “restava estabelecer-se na marinha, estender-se pelo interior até chegar às águas platinas, em outros termos, povoar o rio de S. Pedro, mais tarde chamado Rio Grande do Sul” (ABREU, 2009, 161). À pressão competitiva entre os impérios adicionaram-se os interesses da oligarquia comercial de Buenos Aires, que desde cedo buscava melhor se inserir na dinâmica geopolítica da Bacia do Rio da Prata.

Foi a partir de 1716, com a segunda fundação da Colônia do Sacramento, que o complexo portuário consolidou-se e assumiu seu pleno funcionamento (Jumar, 2000, f. 86). Ao longo do período, diferentes conjunturas definiram os papéis e a atuação das elites de Buenos Aires, Colônia e Montevideú. A presença inglesa também era um fator importante no ritmo das relações entre Buenos Aires e Sacramento. Jumar (2000) salienta a evolução das relações entre os portos do complexo portuário, chamando a atenção para os momentos de acirramento bélico, como foi o caso da "tentativa de asfixia" da Colônia do Sacramento por parte da elite portenha, em 1735. Tratava-se da exteriorização dos interesses em conflito, da tentativa de alcance de um "ponto de equilíbrio" dentro das atividades de cada cidade no complexo portuário (PRADO, 2003, p. 82).

Outro ponto para se ter em conta é que, assim como acontecia com a fronteira de Buenos Aires, na Banda Oriental também existiam tribos de índios há tempos assentadas na região, que defendiam seus territórios e que foram se incorporando às pressões do capitalismo, ou foram extinguidas. Prado (2003) chama essa realidade de “fronteira múltipla”, onde conviviam e negociavam espanhóis, lusitanos, *criollos*, índios das mais diferentes etnias (muitas vezes inimigas entre si) e outros europeus.

Uma característica fundamental para o entendimento da própria formação desse complexo portuário, bem como do processo histórico dos atuais territórios do Uruguai, Argentina e Brasil (o estado do Rio Grande do Sul especialmente), é de que se tratava de uma região de fronteira múltipla. Castelhanos e portugueses conviviam com distintos grupos autóctones, bem como com os missionários jesuítas, que constituíam outro foco de interesses. Assim, a região platina da primeira metade do século XVIII era ao mesmo tempo um limite, uma separação. Mas era também o ponto de contato, interação e trocas recíprocas entre portugueses, espanhóis, jesuítas, índios tape, minuano, charrua, entre outros. Enfim tratava-se de um espaço fronteiriço aberto, uma região que nesse momento incorporava-se ao mundo ocidental inserida em sociedades de antigo regime, como era o caso dos impérios ibéricos da primeira metade do século XVIII (PRADO, 2003, p.83).



Populações originárias do Uruguai, sul do Brasil e litoral argentino. Fonte: Wikimedia Commons.

A revolução de 1810, que iniciou o processo de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata do Império Espanhol, levou à guerra civil e a levantamentos na maioria das províncias que antes compunham o Vice-Reino do Rio da Prata, entre elas, a província da Banda Oriental, futuro Uruguai. Nesse sentido, *“la cuenca del Uruguay se convirtió en un espacio privilegiado de las disputas entre poderes supralocales y, por tanto, temprano escenario de conflagraciones armadas”* (GARCIADIEGO, 2016,

p.250). O conflito começou quando o caudilho José Gervasio Artigas se recusou a aceitar Buenos Aires como província que iria a comandar o processo de organização nacional e, além de negar adesão à elite portenha, iniciou medidas que contrariavam os interesses de Buenos Aires, como tentar uma Reforma Agrária e abolir a escravidão (CRESPO, ALVES DE MESSIAS, 2014).

Argumentando preocupação pela segurança do Império Português e obedecendo à lógica expansionista, D. João VI ocupou o território da Banda Oriental e, desde 1816, o império português tomou posse, “sem enfrentar oposição do governo de Buenos Aires” (DORATIOTO, 2014, p.18) e venceu Artigas em 1820, que se refugiou no Paraguai. Em 1821, a antiga Banda Oriental passou ser incorporada à Coroa portuguesa sob o nome de Província Cisplatina. Contudo, em 1823, Buenos Aires exigiu – agora a Pedro I - que os portugueses se retirassem da província, pois a mesma iria ser incorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata. O argumento era que aquele território pertencia ao velho Vice-Reino do Rio da Prata e, portanto, formava parte do novo país⁴⁷ e não do Império português.

Em 1825, um grupo de revolucionários, liderados por Juan Antonio Lavalleja, vindos de Buenos Aires, desembarcou na Cisplatina, iniciando a luta pela independência do Brasil e logo solicitou a incorporação do território oriental às Províncias Unidas. O Congresso argentino aceitou o pedido e, como consequência, Pedro I declarou a guerra a Buenos Aires (DORATIOTO, 2014, p.19).

Ainda segundo Doratioto (2014), a guerra pela Banda Oriental era apoiada pela população portenha e o contrário acontecia no Brasil, onde D. Pedro I mostrava prolongar um conflito que não se resolvia. Se as Províncias Unidas do Rio da Prata são superiores no exército em terra - especialmente na Batalha de Passo do Rosário ou Ituzaingó, que poderia ter definido o conflito a favor da nascente Argentina - o Império era superior navalmente, pelo qual o resultado da guerra não foi decisivo. Justamente pela situação da guerra da Banda Oriental foi que as Províncias Unidas foram obrigadas a decretar uma Lei que criou a Presidência, algo até então inexistente, pois cada distrito sob o Vice-Reino do Rio da Prata se legislava através dos Cabildos, algo assim como as prefeituras que representavam o poder espanhol.

Com a criação da entidade presidencial, assumiu o cargo o unitário Bernardino Rivadavia, famoso pelo empréstimo da Baring Brother que comentamos no capítulo

⁴⁷ O mesmo argumento é usado por Mariano Moreno quando o Reino Unido usurpa as Malvinas em 1833.

anterior, na seção 2.1.2, e ficou famoso também – segundo a historiografia argentina – por realizar uma péssima negociação com D. Pedro I e perder definitivamente, sob a intervenção do Reino Unido, a Banda Oriental, que se tornou independente em 1828 com o nome de Uruguai⁴⁸. Isso lhe custou a presidência e deu início às lutas encarniçadas entre unitários e federais, das quais também já falamos no capítulo anterior e que abriram o caminho para o regime rosista.

Tanto Bandeira (1998) como Doratioto (2014) concordam que a Guerra da Cisplatina ou da Banda Oriental obedeceu aos interesses coloniais pela apropriação do gado e não tanto aos interesses dos novos países. Contudo, se a literatura concorda que a ocupação da Banda Oriental por parte de D. João VI obedeceu a uma necessidade expansionista típica da dinâmica do imperialismo, Pereira (2007) lembra que, além disso, a medida obedeceu mais a uma necessidade geopolítica, já que “com a independência do Brasil e o eixo brasileiro na Guerra pela sua emancipação ao Norte, Portugal perdeu um importante porto comercial. Assim, garantir o controle no porto de Montevidéu seria de suma importância para apaziguar perdas que sofrera ao Norte do país” (PEREIRA, 2007, p. 198).

A guerra da Cisplatina foi, sobretudo, uma luta pela reafirmação da soberania do Estado em construção e da legitimidade do jovem imperador que comandava o Império nascente. A luta pela posse da dita província perpassava por um momento de transição política do novo Estado, que migrava da condição de colônia para Império soberano (PEREIRA, 2007, p. 199).

Crespo e Alves de Messias (2014) apontam, entre as consequências mais palpáveis, que o Uruguai ficou arrasado e dividido inexoravelmente entre *Blancos* e *Colorados*.

3.2.2 *Blancos* e *Colorados*: A Guerra Grande, outro cenário da guerra contra Buenos Aires

É comum certa confusão ao tentar classificar quem eram os *Blancos* e quem eram os *Colorados*, especialmente na literatura brasileira. Parte da literatura tenta catalogar prontamente qual dos dois bandos seria o unitário e qual seria o federalista; parte confunde as cores, como se os *Colorados*, por serem vermelhos, cor do federalismo

⁴⁸ Segundo o Portal do Governo do Uruguai, o nome Uruguai é uma palavra de origem guarani, que significa “rio de caracol”, ou “rio de pássaros pintados”, por um tipo de pássaro que costuma habitar essa região.

de Rosas, imediatamente fossem partidários dele; e, ainda, parte se esquece que, assim como ocorre com todos os partidos políticos, entre eles também misturavam-se figuras e interesses e nunca eram tão coesos quanto impermeáveis, sobretudo porque a guerra civil entre as duas facções durou mais de uma década e, nesse período, interviram, além da elite de Buenos Aires, os caudilhos/governadores das províncias do interior da Argentina, assim como a França e a Inglaterra.

Grosso modo, podemos dizer que a confusão talvez comece pelo fato de ambos os partidos se identificarem como liberais. Os *Blancos* (que usavam bandanas brancas nas cabeças para se diferenciar dos opositores na Batalha da Carpinteria [19 de setembro de 1836]) eram liberais conservadores, tradicionalistas, que surgiram como uma resposta ao estatismo e intervencionismo de Buenos Aires. Os *Colorados* (que usavam bandanas e ponchos vermelhos) também reagiram à tentativa da elite portenha de dominar o Uruguai, mas eram liberais modernos, estavam a favor do livre comércio e da livre navegação dos rios para os navios europeus, queriam fazer negócios com todo mundo, portanto, se identificavam com os unitários argentinos, dos quais a grande maioria se exiliou justamente no Uruguai, durante o regime rosista. Os *Colorados* também desejavam que novas instituições financeiras fossem criadas, como um moderno Banco Central, que emitisse moeda e que lhes fornecesse a mínima estrutura para conseguir empréstimos e gerasse dívida pública para investir no país. São conhecidos como os primeiros liberais do Uruguai. Como sabemos, os *Blancos* e *Colorados* eram, junto a *Frente Amplio*, os partidos tradicionais do país e inclusive “foram os principais responsáveis pela construção do Estado moderno e promoveram um modelo de desenvolvimento bem próximo ao Welfare State” (DECRESCI, 2015, p.15).

O bipartidarismo uruguaio surgiu do enfrentamento entre José Fructuoso Rivera y Toscana (1784-1854), do Partido Colorado, e Manuel Ceferino Oribe y Viana (1792-1857), do Partido Blanco, também conhecido como Nacional. Enquanto Rivera era apoiado pelos unitários argentinos, Oribe era aliado e amigo de Rosas e compartilhava as ideias do federalismo bonaerense. Ou seja, historicamente os *Colorados* se identificam mais com o setor urbano de Montevideú, os imigrantes e os europeus; e os *Blancos* com a oligarquia uruguaia proprietária de grandes fazendas e o povo rural em geral.



Manuel Oribe (1792-1857) e Fructoso Rivera (1784-1854). Fonte: Wikimedia Commons.

A inimizade entre Oribe e Rivera começou quando ambos serviam a Artigas na luta contra a invasão luso-brasileira que resultou na Guerra da Cisplatina. Nessa época, em 1817, Artigas nomeou Rivera para ser o Comandante, decisão que Oribe não aceitou, se revelou e abandonou a luta junto com seus soldados e foi se refugiar em Buenos Aires (BAUZÁ, 1929). Uma vez assentado o processo de independência do Uruguai, em 1828, as lutas por quem comandava o país recrudesceram. Desde 1830 até 1851, Rivera e Oribe ocuparam a cadeira presidencial, derrocando-se com golpes e a ajuda das províncias argentinas, de Buenos Aires, da França e da Inglaterra.

É interessante observar a alternância entre ambos:

Nome	Partido	Período	Eleições
Fructoso Rivera	Colorado	06/11/1830 a 24/10/1834	1830 - Primeiro presidente constitucional
Carlos Anaya	Colorado	24/10/1834 a 01/03/1835	Não houve. Assume porque Rivera renuncia
Manuel Oribe	Blanco o Nacional	01/03/1835 a 24/10/1838	1835 - Segundo presidente constitucional
Gabriel Antonio Pereira	Colorado	24/10/1838 a 01/03/1839	Não houve. Assume porque Oribe renuncia
Fructoso Rivera	Colorado	01/03/1839 a 01/03/1843	1839. Terceiro presidente constitucional
Manuel Oribe	Blanco o Nacional	16/02/1843 a 08/10/1851	Não houve. Golpe tras Guerra Grande

Governos uruguaios entre 1830 a 1851. Fonte: Elaboração própria.

A Guerra Grande (21/03/1839 a 08/10/1851) foi a luta entre *Blancos* e *Colorados*, justamente entre Oribe e Rivera, pelo domínio do país. Mas, mais do que isso, tratou-se de outro cenário da problemática platina onde se misturaram os interesses da elite agropecuária de Buenos Aires, os das províncias do litoral argentino, os da França e os da Inglaterra. O estopim foi quando, em 1838, Rivera derrocou Oribe com a ajuda da França. Oribe se refugiou em Buenos Aires e, com a ajuda de Rosas, planejou a tomada do poder. Até então, Rivera governava com “os cinco irmãos”, que são - na verdade - os esposos das suas irmãs. Contudo, Rivera se identificava mais com o campo do que com as tarefas burocráticas do governo. A essa questão se somavam alguns desentendimentos entre os “cinco irmãos”, que fizeram com que Rivera empreendesse uma viagem ao interior do Uruguai para lutar com os índios Charrua e ganhar esses territórios. Foi nesse cenário que se desencadeou a guerra civil.

Entre as causas internas, a literatura costuma apontar: 1) uma investigação que Oribe realizava sobre a administração de Rivera, que evidenciou a corrupção do mesmo por um lado e, por outro, que gerava problemas com os chefes rio-grandenses e, portanto, com o Império do Brasil; 2) os desentendimentos entre Oribe e Rivera no quesito militar, quando Oribe avançou pela fronteira com o Brasil, devido à Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e não chamou Rivera para a empreitada (MACHADO, 1973). Entre as causas externas, se destacam: 1) a resistência ao regime rosista por parte de Rivera e dos unitários argentinos e o apoio rosista a Oribe; 2) a intervenção francesa no cenário uruguaio, por causa do bloqueio francês ao porto de Buenos Aires. A França propôs a Oribe que este lhe permitisse o uso do porto de Montevideú, proposta que ele declinou. Portanto, a França se aproximou de Rivera, a quem terminou apoiando; 3) as relações

com a Inglaterra, que propõe a Oribe um Acordo de Amizade, comércio e navegação, com o intuito de ter acesso à livre navegação dos rios internos e atrair o Uruguai a sua esfera. O Reino Unido oferecia a Oribe 3.000.000 de pesos, que teriam sido mais do que suficientes para vencer Rivera e, em troca, esperava que o acordo fosse “perpétuo”, além de exigir altos juros, que fariam do Uruguai um vassalo britânico. Oribe se negou a negociar nesses termos e, como represália, a Inglaterra apoiou Rivera (WILSON, 1976).

Embora Oribe governasse de fato, Rivera continuou lutando no interior, agrupando soldados como podia, mas era evidente que depois de 8 anos do governo de Oribe, os recursos se tornariam escassos. As tropas de Rivera estavam muito malvestidas e estavam a pouco de perder a batalha. Porém, quando Urquiza rompeu com Rosas, por meio do Pronunciamento de 1851, a situação do Uruguai deu um giro. Urquiza se aliou aos riveristas, junto com o Império do Brasil, para formar o seu Exército Grande e derrocar a Rosas. Mas, antes de empreender para Buenos Aires, era necessário resolver a guerra civil uruguaia, que já levava 12 anos. Assim, em 19/07/1851, Urquiza invadiu o Uruguai. Oribe contava com um total de 9.000 homens, dos quais retirou 3.000 para enfrentar o argentino. Mas Urquiza esperava as tropas brasileiras para se juntar às próprias e só os reforços brasileiros eram de 13.000 homens. Oribe, ao perceber que não tinha como sair vitorioso, decidiu enviar um negociador e não lutar. Peña (2012) assegura, como outros historiadores que essa atitude, de não apresentar batalha, foi o que definiu a traição de Oribe a Rosas ao facilitar a entrada de Urquiza. Contudo, Serra (1964) afirma que:

Se dice que cuando conoció la resolución de Rosas, Oribe dijo a Ramos: “Si usted muestra o entrega esta nota a los jefes, me suicido, porque no puedo yo aceptar el papel de traidor que el General Rosas me atribuye”. No lo fue, sin duda alguna, ni Rosas lo acusó de que lo fuera; pero tampoco podía confiar este en quien notoriamente había perdido autoridad en el mando de su ejército y demostraba incapacidad para afrontar la situación creada por la invasión de Urquiza (SIERRA, 1964, p.568).

O certo é que Oribe não tinha muitas opções, pois a vitória do Exército Grande sobre ele era um fato, tendo – pelo menos – evitado a morte segura de milhares de soldados. Como resultado das negociações, o Tratado da Tríplice Aliança foi assinado entre o Império do Brasil, a província de Entre Rios (Urquiza) e o governo da Defesa (Uruguai), que colocou fim à Guerra Grande, e cujo lema era “nem vencedores, nem vencidos”. No Tratado foi estabelecido que:

- 1- Uruguai se comprometeria a chamar a eleições imediatamente;

- 2- O novo governo deveria reconhecer as dívidas e compromissos assinados durante o governo Oribe;
- 3- A intervenção estrangeira, tanto da Inglaterra como da França, seriam entendidas como benéficas, pois procuraram a paz e não haveria retaliações;
- 4- Oribe ficaria em liberdade.

Todavia, como adiantaram Crespo e Alves de Messias (2014) as consequências da intervenção estrangeira para o Uruguai foram péssimas, especialmente pela intervenção brasileira. Em primeiro lugar, o Uruguai ficou pacificado, mas com dívidas enormes com o Brasil, com a França e a Inglaterra, que comprometeram sua economia, sua soberania e a população. O Uruguai assinou assim os famosos cinco Tratados com o Brasil, sendo eles: 1) Tratado da Aliança; 2) Tratado de Extradicação; 3) Tratado de Prestação de Serviços; 4) Tratado de Comércio e Navegação; 5) Tratado dos Limites. Neles, o Uruguai reconhecia os serviços prestados pelo Brasil, ao qual se aliava e dava o poder de intervir em caso de novos conflitos civis; comprometia-se a extraditar os escravos fugidos ao Brasil; reconhecia a soberania brasileira nas Missões orientais, que de fato, o Império já ocupava; concedia ao Brasil a livre navegação do Rio Uruguai e seus afluentes; acedia um empréstimo do Brasil de 138.000 *patacones*, que se somavam a uma dívida de guerra – pelo investimento brasileiro na Guerra Grande - de 300.000 *patacones*; isentava de impostos ao charque e ao gado vivo do Brasil – o que destruiu os saladeiros uruguaios em benefício da economia brasileira; se comprometia em pagar dívida contraída com o Brasil com 6% de juros anuais, sob hipoteca das rentas públicas do país.

Através destes tratados, o Império do Brasil alcançara seus objetivos econômicos e políticos naquele país (...). Conquanto, todos os tratados fossem altamente lesivos aos interesses e à soberania do Uruguai, o do Comércio e Navegação constituía o de maior transcendência, pois consolidava o acoplamento de sua economia às necessidades do processo de acumulação de capital no Império do Brasil (BANDEIRAS, 1998, p.96).

Uma vez resolvida a Guerra Grande, o próximo passo era derrocar Rosas. Mas inclusive depois de Caseros, as preocupações da Argentina não cessaram. Mitre, por exemplo, estava preocupado com o Uruguai, que representava uma saída de mercadorias do Paraguai e inclusive das províncias do litoral, que ameaçavam sair da Confederação e se unir ao Uruguai, formando um só Estado, como já tinha sido cogitado anteriormente, somado ao fato de que a presença de brasileiros era avassaladora no Uruguai, a saber: “na virada da década de 1860, os brasileiros constituíam um quinto da população do Uruguai e tinham um quarto das terras do país, sendo praticamente os donos das fazendas numa

vasta região que ia desde a fronteira do Rio Grande do Sul até o Rio Negro” (CALDEIRAS, 1995, p.405).

A situação de desconfiança e rivalidade entre a Argentina e o Brasil só mudaria *ipso facto* por um evento que mudou também a própria geopolítica da América do Sul e cujas consequências perduram ainda no século XXI.

3.3 A GUERRA DO PARAGUAI: A PIOR DAS GUERRAS

3.3.1 A tese da autarquia versus a dinâmica regional

A Guerra do Paraguai provocou um desastre para a economia, a política, a soberania e para o povo paraguaio, que perdeu a metade da população, 90% da masculina, dentre os quais incontáveis crianças (CRESPO, ALVES DE MESSIAS, 2014). Para o Brasil, embora vitorioso no conflito junto com a Argentina e o Uruguai, as consequências tampouco foram boas, em especial porque terminou pesadamente endividado com a Inglaterra. Essa má administração do Tesouro somava-se às várias crises financeiras que o Império acumulava. A guerra gerou um exército profissionalizado (embora, da região, o brasileiro fosse o melhor organizado pré-Corumbá, apesar do descaso do Império com o orçamento militar, como aponta Ferrer [2005]) e uma classe que se inclinava pela República e que estava cansada da administração imperial. Ou seja, podemos inferir que entre as consequências da Guerra do Paraguai para o Brasil está a do declínio do Império como regime no país.

O Brasil saíra vitorioso, mas muito abatido. No terreno econômico os resultados da vitória serão nulos; nada se podia lucrar da derrota de um vizinho que embora militarmente forte e bem aparelhado, era economicamente débil e ficou reduzido pela guerra à última extremidade. O Paraguai não poderá pagar nem sequer uma parcela sequer da dívida de guerra, que ficará em suspenso até época recente em que é graciosamente cancelada. O único resultado positivo da vitória brasileira –além da ocupação de uma pequena área fronteiriça sem maior interesse –, será assegurar o franqueamento definitivo da livre navegação dos rios Paraguai e Paraná, de grande importância no Brasil para as comunicações com a província de Mato Grosso. Mas isso mesmo não terá grande significação econômica imediata. (...). Mas se não produziu resultados positivos de expansão econômica apreciável, a guerra do Paraguai, inversamente, comprometeu seriamente as finanças do Brasil. As grandes despesas com que arcou contam entre os principais fatores de desequilíbrios da vida financeira do país então verificado, e de tão funestas repercussões durante um longo período posterior (PRADO JUNIOR, 1945, p. 194).

Nesse ponto é pertinente trazer as contribuições de Centeno (2014), que, assim como Oszlak (2015), também adota a premissa de Tilly (1996) de que a guerra faz o

Estado e o Estado faz a guerra, isso porque só um Estado pode encarar o desafio organizacional de levá-la adiante. A hipótese de Centeno (2014) de “Sangue e dívida” parece interessante especialmente para o nosso objeto de estudo, ainda mais no caso da Guerra do Paraguai, que foi de longe o maior e mais custoso conflito bélico na Bacia de Rio da Prata.

Em princípio, o autor compara as guerras da Europa com as da América Latina e se pergunta, seguindo o modelo Tilly, por que se os Estados europeus são fortes e os latino-americanos, fracos. A grandes rasgos, aponta diferenças entre o fenômeno em ambos continentes: 1) as guerras europeias tendem a ser totais (no sentido destrutivo e porque acontecem entre grandes unidades político-econômicas), enquanto as latino-americanas são limitadas (tanto pelos recursos, como por serem especialmente entre regiões como cidades ou províncias); 2) ao serem totais, os Estados europeus focam na extração de recursos, por isso “sangue e ferro” e ao serem limitadas na América Latina, produzem crises fiscais, portanto “sangue e dívida”; 3) ausência de centralização dos Estados na América Latina, enquanto na Europa ela é fortíssima; e 4) o Estado europeu assegura a proteção do seu cidadão que se alista no exército e fomenta o nacionalismo e o patriotismo; enquanto na América Latina por as guerras se darem entre cidades ou províncias, as identidades estão atreladas a pequenas regiões, assim como o sentimento de pertença, portanto criar um exército “nacional” se constitui em um ato forçado.

O autor dedica a última parte do livro à questão da construção da identidade nacional⁴⁹, pois ela outorga maior legitimidade ao Estado.

Las amenazas externas generan necesidades militares que incluyen recursos fiscales y de personas. Los primeros son satisfechos mediante una capacidad administrativa ya existentes que, a su vez, crece y facilita la extracción fiscal. La recién aumentada capacidad organizacional y los nuevos fondos fomentan y apoyan a la autoridad centralizada. Las necesidades de personal conllevan el reclutamiento y reivindicaciones ciudadanas a cambio del otorgamiento al Estado de dicho poder. Mientras tanto, la amenaza externa origina la unidad de élite y un sentimiento más amplio de identidad colectiva. Este último, junto a los hechos heroicos del conflicto real, ayuda a desarrollar un espíritu nacionalista oficial que, a su vez, ayuda a consolidar la unidad de la élite. Ambos coadyuvan a la legitimidad de la autoridad centralizada. La combinación de autoridades institucionalizada, las reivindicaciones ciudadanas y el nacionalismo son componentes esenciales de una nación-Estado moderna (CENTENO, 2014, p. 352).

Assim, o argumento final de Centeno (2014) é que a guerra não foi o fator decisivo para a construção dos Estados-nação da América Latina, como foi no caso

⁴⁹ Esse foi um exercício que nós também esboçamos no capítulo anterior, na seção 2.2

européu. Para a conformação do moderno Estado nacional na nossa região, teriam sido necessárias outras iniciativas, que, apesar de todos os esforços, resultaram em Estados fracos.

Se bem as contribuições de Centeno (2014) não podem ser ignoradas, no caso da formação do Estado nacional argentino elas podem ser matizadas. Primeiro porque, como mostramos no decorrer deste trabalho, as guerras foram em última instância a solução para a organização nacional, se alastraram por toda a região, foram muitas e muito violentas e, mais importante, definiram as vias do novo Estado. Também é problemática a premissa da falta de centralização para o caso da nascente Argentina, pois justamente o conflito se originou na prematura centralização do país em Buenos Aires, que, antes de ser independente do Império Espanhol, já se destacava das províncias do interior pela capacidade militar, comercial e de tributação derivada da apropriação da principal aduana do país. Outro ponto que nos parece ruidoso é no que tange à construção do patriotismo e da nacionalidade, pois, como defendemos, precisamente a construção da identidade “argentina” foi forçada pela elite de Buenos Aires, que detinha os recursos econômicos, comerciais e finalmente sociológicos. Toda a simbologia do ser argentino, desde os usos e costumes dos gaúchos, até os símbolos pátrios e a exaltação dos heróis (tema que Centeno também toca) foi imposta por Buenos Aires.

Nesse sentido, Buenos Aires saiu fortalecida da Guerra do Paraguai, tanto política, econômica, como militarmente. Política porque Buenos Aires finalmente venceu qualquer resistência das províncias do interior e, com a experiência e as novidades tecnológicas em armamento e tática militar, os soldados que voltaram do Paraguai, conquistaram o resto da Patagônia argentina que ainda estava sob domínio de alguns cacicados, sendo esta região incorporada aos territórios da nova nação.

Contudo, a Guerra do Paraguai também provocou problemas financeiros na Argentina, como bem lembra Garavaglia (2016).

(...) el desmesurado gasto ocasionado por la guerra del Paraguay y por sus consecuencias internas (Interior, Litoral) fue el punto de inflexión de esa nueva dinámica negativa del crédito público (...), las dificultades que enfrentó De La Riestra en su misión [fue] en un marco financiero muy duro y que ya puede ser caracterizado como “global”. Finalmente, no es inútil señalar que el mayor costo económico del conflicto recae sobre el consumo de los sectores populares rurales y urbanos, más allá del precio de sangre que muchos de ellos pagarían en el frente paraguayo (GARAVAGLIA, 2016, p. 31).

Para o Uruguai, as consequências ficaram mais diluídas do que para os demais países envolvidos no conflito, embora as causas da Guerra do Paraguai tenham se originado justamente no Uruguai. Nesse ponto, é inevitável assinalar que o que chamamos de Uruguai também só se conformou mesmo como Estado nacional depois da Guerra do Paraguai. Antes disso, embora a sua independência de 1828, tratava-se de um país liderado por facções opositoras, que entraram em um estado permanente de guerra, levando o país a ser um Estado falido, onde as instituições políticas e econômicas tinham muita dificuldade de prosperar. Este último é mais um motivo pelo qual o Reino Unido e a França não conseguiram que Montevideú superasse Buenos Aires em matéria exportadora e importadora, pois justamente a organização financeira e comercial de Buenos Aires era muito superior à de Montevideú, a ponto dos bloqueios francês e anglo-francês se revelarem mais prejudiciais para estas potências do que para o porto de Buenos Aires.

Se por um lado Uruguai começou realmente a ordenar as suas instituições depois da Guerra do Paraguai, ele não deixou de sofrer as influências vindas dos outros países do Prata, como aconteceu durante todo o período aqui estudado. Isso reforça a nossa hipótese central de que a região platina apresenta um tipo de coesão que está intimamente vinculada à geografia e que pelas formas dos rios e dos portos é que se desenvolveram as relações comerciais que moldaram posteriormente as relações entre esses países.

Em relação às causas da Guerra do Paraguai são conhecidas duas hipóteses quase dicotômicas. A primeira argumenta que o Paraguai estava conseguindo a autarquia, que era um país rico e autossuficiente, com um modelo parecido a um socialismo, cujos progressos teriam incomodado principalmente a Inglaterra, mas também ao Brasil e a nascente Argentina, que disputavam a prominência na região e viam nesses supostos avanços, uma ameaça encarnada em Solano Lopez. Contudo, como lembra Mota Menezes (2013), autores revisionistas desde a década dos 1960, mas especialmente de 1970, são os que reivindicam essa postura, dando especial ênfase ao lugar da Inglaterra no desencadear do conflito. Entre eles se destacam o argentino León Pomer, o brasileiro Julio Chiavenatto e o uruguaio Eduardo Galeano.

Coincidia, portanto, a nova tese sobre a guerra com o que estava acontecendo na América Latina do momento e a sua relação com o mundo (...) Os fatos sugerem que houve associação entre o expansionismo inglês do século anterior e o dos EUA na América Latina do período da Guerra Fria (MOTA MENEZES, 2013, p. 148).

Da mesma forma, Roberto Payró (2007) relativiza o interesse britânico em conflitos armados, que travariam o comércio no Rio da Prata, até porque o Reino Unido tinha pouco motivos para se queixar no Rio da Prata. Como vimos no capítulo anterior, justamente os britânicos eram os mais favorecidos pelo governo Rosas (ao ponto de terem mais direitos que os próprios nacionais) e também pelas presidências liberais.

Gran Bretaña no tuvo grandes motivos de insatisfacción en sus relaciones ni con las Provincias Unidas ni con la Confederación Argentina. Reconoció la independencia del país y consiguió sin mayor esfuerzo la firma de un tratado ventajoso en 1825. La comunidad británica residente allí prosperó mucho gracias al comercio de importación-exportación y la comercialización interna, el tráfico naviero, la venta de manufacturas, el abastecimiento de los ejércitos, las actividades ganaderas, los saladeros y su considerable papel en el mercado financiero local. Woodbine Parish y Ponsonby fueron muy escuchados por las autoridades y consiguieron éxitos considerables, como el tratado a que acabo de referirme, la aprobación de la muy objetada independencia del Uruguay contra el deseo nacionalista de conservar todo lo heredado de España y una no muy estruendosa aunque reiterada protesta cuando la flota británica se apoderó de las Malvinas después del vano intento de Estados Unidos de recuperar para sus barcos balleneros la libertad de acción en aguas de ese archipiélago (PAYRÓ, 2007, p. 398).

Essa relativização não quer dizer que a Inglaterra não se beneficiasse dos conflitos platinos, mas a Guerra do Paraguai mais se deveu a uma dinâmica regional, do que aos planos orquestrados da potência. Isso porque Solano Lopez, assim como Buenos Aires e Rio de Janeiro, também tinha interesses no Uruguai e vendo que os *Colorados* se afixavam em Montevideú, com o acordo entre o Brasil Império e a Argentina de Mitre, julgou necessário intervir e apoiar os *Blancos*, de quem era partidário e com quem contava para a aventura, somada às províncias do interior da nascente Argentina que eram contrárias a Mitre e a Buenos Aires, das quais supunha apoio. Assim, Solano Lopez acreditou que poderia vencer o exército e a marinha brasileira e nunca suspeitou que as províncias do interior, que historicamente tinham sido aliadas do Paraguai, fossem se unir ao Brasil. Outro erro de previsão foi ao fato de foguear também as relações com a Argentina, antes de invadir a cidade de Corrientes. Tanto que “o Brasil se viu surpreendido pela invasão paraguaia, ao ponto de seis meses depois de ser atacado, não conseguir tomar a ofensiva” (DORATIOTO, 2012) e a Argentina se viu encurralada e obrigada a declarar a guerra, inserida em uma justificação *mitrista-sarmientista* de que além de defensiva, era “*una guerra realizada en nombre de la civilización contra el bárbaro gobierno de López*” (CORBO, 2015, p. 957).

O Tratado da Tríplice Aliança é, portanto, uma resposta às ofensivas de Solano Lopez, quem além de ter uma alta estima da sua pessoa e habilidades como Comandante

das tropas paraguaias, tinha também a convicção de que venceria o Brasil, com a ajuda de apenas dos *Blancos* uruguaios e do federalismo argentino, este último que não soube atrair. Bandeira (1998) também se surpreende com a autoestima de Lopez e explica que talvez isso se explique por ter ele desfrutado dos privilégios de ser filho da máxima autoridade do país, questão que lhe fornecia uma percepção enaltecida das suas capacidades e do seu país. Contudo, a falta de instrução formal, tanto acadêmica como militar era alarmante e, segundo o General argentino José Maria Paz, “Lopez não possuía qualquer espécie de conhecimento militar, nenhuma ideia de guerra, nem do modo de fazê-la” (BANDEIRA, 1998, p. 121).

Outra possível explicação para a decisão de Solano Lopez é que ele esperava o apoio argentino, pelo menos das províncias que estavam contra a hegemonia portenha, por ter servido justamente à causa argentina. Lembrando que depois de Caseros, os ânimos entre Buenos Aires e as províncias não se acalmaram. Vendo a situação, Carlos Antonio Lopez (pai de Solano Lopez) ofereceu ao ministro de Relações Exteriores, Luis J. de la Peña, quatro vapores e seus armamentos, para que fossem usados pelas tropas argentinas para apaziguar os levantamentos. No mesmo momento, as negociações dos Estados Unidos, cujo representante era Mr. Yancey, não deram resultados, igual as tentativas de mediação da Inglaterra e da França. Ainda, Carlos Lopez enviou o seu filho, o brigadeiro Francisco Solano Lopez que foi nomeado pela República do Paraguai como mediador oficial do conflito. Na época, o Paraguai era o mediador e garantiu o cumprimento do Pacto de San José de Flores, ratificado pelo presidente do Paraguai, Carlos Antonio Lopez. Ou seja, tendo servido à Argentina, Solano Lopez pode ter pensado que o mínimo que os argentinos deviam fazer era acatar seu pedido quando solicitou a Mitre passagem pelo território argentino. Sem dúvida, errou no cálculo, pois Mitre era um dos conspiradores contra os *Blancos*.

La guerra estalla en marzo de 1865 como resultado directo del abordaje paraguayo a unos buques estacionados en Corrientes. Paraguay había solicitado pasar por esa provincia para atacar a Brasil –país con el que se hallaba en guerra a causa del ataque brasileño al gobierno blanco de Montevideo, entre otras razones – y el presidente Bartolomé Mitre deniega este pedido – después de haber ocultado sus maniobras contra el gobierno blanco en ocasión de la invasión de Flores (GARAVAGLIA, 2016, p.9).

Mas os erros nas táticas e nos cálculos não era só patrimônio de Solano Lopez. Como sabemos, a Tríplice Aliança pretendia uma guerra rápida e expeditiva. Mas ela foi longa, cansativa e muito custosa. A falta de salubridade, que era comum a todas as cidades dos países envolvidos, fez estragos nos acampamentos lotados de soldados que morriam

sem que os médicos (bem escassos e pouco eficientes) pudessem fazer muito. Até porque os próprios médicos caíam doentes ou inventavam métodos peculiares para tentar resolver o problema. Por exemplo, Assunção (2012) conta que:

Os médicos, encarregados de combater as pragas, não eram, nem de longe os melhores. Embora faça a devida ressalva, dizendo que a maioria era composta de bons e dedicados cirurgiões, Cerqueira relata a história de um que tinha um insólito, por dizer o mínimo, método de tratar seus pacientes. Esse médico, que servia no hospital da campanha em Corrientes, conta o autor, todos os dias chegava à porta da enfermaria, pedia ao enfermeiro notícias dos pacientes e receitava para os do lado direito purgantes e para os do esquerdo vomitórios. No dia seguinte, fazia a inversão: os do lado direito tomavam o vomitivo e os do esquerdo, purgantes (ASSUNÇÃO, 2012, p. 55).

As doenças mais comuns eram varíola sarampo, diarreia, mas também tifo, disenteria e doenças de transmissão sexual. Ainda que não haja acordo unânime na literatura sobre a quantidade de soldados mortos, os diferentes números apresentados são assustadores:

Ao chegar a Mercedes, na Argentina, 600 dos 3.000 homens de Venancio Flores estavam doentes. Osório, por sua vez, perdera desde que partira do acampamento próximo a Montevideu, nada menos que 5.000 soldados, entre os quais se contam os mortos nos hospitais militares e os doentes enviados para as capitais argentina e uruguaia. Francisco Doratioto revela que por conta das precárias condições de higiene e habitabilidade nesse acampamento morriam diariamente entre 60 e 100 soldados, devido, principalmente, a sarampo, tifo e disenteria (ASSUNÇÃO, 2012, p. 57).

Nesse sentido, podemos ver que a Tríplice Aliança não estava pronta para uma guerra dessa magnitude, como também não estava Solano Lopez.

3.3.2 A máquina da guerra que define a geopolítica da Bacia do Rio da Prata

Garavaglia (2016) também lembra de Charles Tilly quando este autor assinala que uma das causas dos altos custos da guerra é que elas chegam quando menos são esperadas. A Guerra do Paraguai obedeceu à risca essa premissa. Não só porque as ações de Solano Lopez surpreenderam, mas também porque o conflito se estendeu muito mais do previsto, deixando claro que *“El sangriento desastre de Curupaytí no sólo revela a la nación que la guerra ha de ser mucho más larga, dura y cruenta de lo esperado, inspira*

entre los oficiales dudas sobre una conducción militar que impone sacrificios aparentemente tan inútiles” (DONGHI, 1992, p. 78).

O esforço de guerra do lado argentino, embora não tenha reunido a mesma quantidade de homens que o Brasil, foi imenso se considerarmos a reestruturação militar que precisaram encarar a presidências liberais para enfrentar o desafio.

(...) en menos de un año se pudo poner en pie a un ejército de 24.582 hombres para luchar contra Paraguay, según se desprende de los detalles de la Memoria de Guerra de 1865; a esa cantidad se le suman unos 7,271 individuos provenientes de las distintas fronteras. El total resulta impresionante: las fuerzas de guerra del país ascienden casi a 32.000 hombres. Fue un enorme esfuerzo si recordamos que antes de la guerra, en 1865, había entre 7.500 y 8.000 combatientes “reales” en los diferentes cuerpos nacionales” (GARAVAGLIA, 2016, p. 10).

Por sua parte, Ferrer (2005) analisa a situação do Exército brasileiro e aponta as péssimas condições dos soldados, dos quais “raros eram os que estavam calçados”.

Podemos constatar que essa lei orçamentária não satisfazia as mínimas necessidades do Exército, o qual estava se formando para a guerra, pois a referida lei autorizava o uso de verbas equivalentes às do ano de 1862, quando havia apenas 14.000 praças, enquanto em 1865 esse número havia crescido em 10.000 praças, portanto os novos soldados não receberiam seu soldo mensal. Conforme esse contexto, o fardamento também não era suficiente: enquanto o Exército contava 24.000 homens, foram adquiridas, em 1865, apenas 4.000 fardas. Assim, “o Arsenal de Guerra estava desprovido de armamento, de cavalaria, de fardamento, com exceção de lanças, que havia 2.000.”¹⁰

Ao verificarmos a situação da falta de recursos no Exército, podemos compreender as péssimas condições em que se encontravam os soldados convocados à guerra, pois o terreno de campanha era de difícil acesso e inóspito, dificultando a realização das marchas militares (FERRER, 2005, p. 124).

Como apontamos mais acima, as consequências da guerra foram mais negativas do que positivas, mas ela definiu o equilíbrio de poder entre esses quatro países da Bacia do Rio da Prata. A resolução pós-guerra começou com o protetorado que estabeleceu o Império no Paraguai, mais como uma questão defensiva aos interesses argentinos sobre o Chaco do que peculiarmente a preocupação pelo povo paraguaio. No Paraguai, o Brasil, além de controlar o governo, manteve ali o exército de ocupação.

Brasil se convierte de la noche a la mañana en el protectorado de Asunción, ante las pretensiones de Argentina de definir sus fronteras con el vencido. Su inquietud ante el posible avance de nuestras líneas en el Chacho hasta Bahía Negra, estampada en el tratado de la Triple Alianza, llegará hasta instigar a Bolivia a presentar sus propias pretensiones en el Chaco Boreal (ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 30).

Quando chegou a hora de negociar os termos do Tratado da Tríplice Aliança, a diplomacia argentina cometeu uma série de equívocos. O primeiro erro do lado argentino

foi quando Manuel Quintana (1835-1906), representante da Argentina, se inimistou com o representante do Brasil, João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe (1815-1889). Quintana se enfureceu com as intrigas deste último e deixou a capital paraguaia. Aproveitando o espaço, o Brasil firmou a paz por separado e um tratado de limites que beneficiou mais ao Brasil (ETCHEPAREBORDA, 1978). Buenos Aires, então, resolveu mandar Mitre como plenipotenciário ao Rio de Janeiro, uma tarefa nada fácil para o ex-presidente. Logo o Império tentou incluir algumas potências no conflito para que a Ilha Martin Garcia fosse desarmada, mas não conseguiu. No Paraguai, o presidente Jovellanos mandou o seu representante, Jaime Sosa, para tentar tratar com a Argentina (e não mais com o Brasil) a fim de se livrar da ocupação brasileira, mas os argentinos demoraram em enviar os textos e o Império descobriu o plano e rejeitou Sosa como intermediário, alegando que era um traidor.

Apenas em 1876 se conseguiu a assinatura do Tratado, o governo imperial ordenou a desocupação do Paraguai e desocupou também a ilha argentina de Cerrito. Mas reinou um clima agressivo estimulado pela imprensa de ambos os lados:

En el Rio de la Plata los pendones de guerra parecen justificados, existe una opinión pública, ávida de superar el complejo de culpa, como es la alianza con el adversario secular portugués formalizada en contra de un país hermano en la sangre y en la tradición (ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 53).

(...) en Brasil existía en la década del 1870 un real deseo de enfrentamiento y predominio, alentado por todos los órganos de expresión. Tanto en A reforma, vocero liberal, como por el Jornal do Comercio, conservador y hasta por el A República, órgano de los republicanos (ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 61).

Uma guerra entre a Argentina e o Brasil só não aconteceu 1) porque Sarmiento modernizou o exército argentino e empreendeu uma política armamentista; 2) porque o Brasil especulava sobre uma possível guerra entre mitristas e alsinistas; 3) pela mudança de atitude dos setores políticos dominantes na presidência de Nicolás Avellaneda.

Contudo, a política externa de Sarmiento oscilava entre duas posturas em relação aos resultados da Guerra do Paraguai. Por um lado, Mariano Adrián Varela Cané (1834-1902) – filho do unitário Florencio Varela -, que foi ministro das Relações Exteriores nos primeiros anos da presidência Sarmiento, entre 12 de outubro de 1868 e 17 de agosto de 1870; defendia a ideia de que “a vitória não dá direito”, desprezava a aliança com o Império do Brasil e tinha simpatia pelo Paraguai. Por outro lado, Carlos Tejedor (1817-1903), também ministro das Relações Exteriores de Sarmiento, depois de Mariano Varela, de 17 de agosto de 1870 a 12 de outubro de 1874, defendia justamente o contrário: era

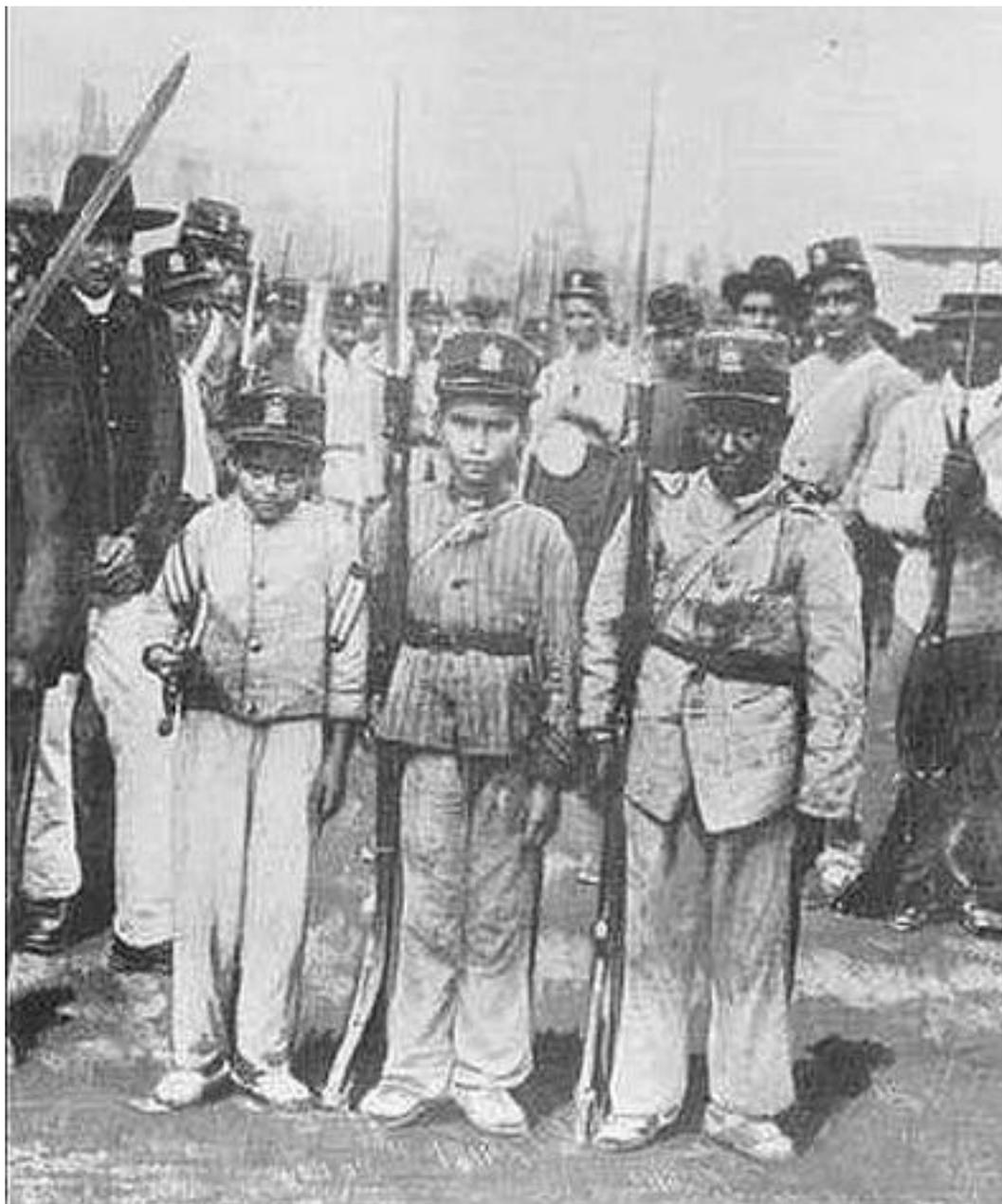
ademais exaltado, belicoso, patriota, expôs as suas máximas exigências com o Brasil e pretendia que o Império o apoiasse, usando uma linguagem dura e agressiva (ETCHEPAREBORDA, 1978). “*Estas contradicciones, confusiones, omisiones producidas en el gobierno Sarmiento, colocan a Brasil en el Rio de la Plata y América del Sur en una posición de influencia predominante*” (ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 57). Essa afirmação é interessante porque contraria grande parte da literatura, que assegura que depois da Guerra do Paraguai o Brasil perdeu definitivamente seu poder de influência no Prata.

Terminada a guerra, a política do governo imperial, sob controle do Partido Conservador, foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente, e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança. O presidente Sarmiento, por sua vez, desconfiando das intenções expansionistas por parte do Império sobre o Paraguai, não defendeu que os limites deste com seu país e com o Brasil fossem resultado da aplicação pura e simples dos termos desse Tratado. Ao contrário, o governo argentino surgiu com a política de que a vitória militar não concedia aos vencedores direitos sobre o vencido quanto à definição das fronteiras. A diplomacia imperial fez uso desse argumento e aproveitou-se da ocupação militar brasileira do país vencido para tutelar seus governantes, de modo, a impedir que todo o Chaco se tornasse argentino (DORATIOTO, 2012, p.481).

As relações com as potências durante esse período passaram por várias etapas. Em princípio, as tentativas de mediação da Inglaterra e da França não tiveram resultados. Já a relação do Brasil com os Estados Unidos ficou tensa ao ponto de este último cogitar intervir na Guerra do Paraguai, a favor de Solano Lopez.

Não o fizeram, mas durante a Guerra de Secessão os atritos entre os governos foram tão fortes que por muito pouco não foram rompidas as relações diplomáticas. Para que a situação não evoluísse para a hostilidade completa, os estadunidenses lembraram também que a esquadra do Império – país que tinha uma imensa costa a proteger – era muito poderosa, a tal ponto que chegava a rivalizar com a sua e com a da Inglaterra, então a principal potência naval do planeta (ASSUNÇÃO, 2012, p.85).

Se a Guerra do Paraguai deixou alguma lição aos países envolvidos, talvez seja que é imprescindível a preparação de um aparelho defensivo (ou ofensivo) antes de empreender um conflito desse porte. As consequências da Guerra para o país derrotado são visíveis até hoje, na dificuldade que tem o Paraguai para se desenvolver, se comparado com seus vizinhos, mas também no equilíbrio de poder atingido na região platina. Ainda mais, “a guerra da Triple Infâmia” (PEÑA, 2012, p.225) deixou marcas profundas, ao ponto de a partir dali se evitar qualquer conflito armado entre os países que compõem a Bacia do Rio da Prata.



Crianças paraguaias indo lutar na Guerra do Paraguai. Fonte: Arquivo Geral da Nação Argentina.

CONCLUSÃO

A nossa proposta foi a de reinterpretar um momento chave na formação do Estado nacional argentino (1857-1870) levando em consideração as relações comerciais, políticas e sociais com o Reino Unido e com a França e também com as outras unidades econômico-políticas que estavam se formando, que hoje conhecemos como o Brasil, o Uruguai e o Paraguai.

A nossa hipótese central coloca especial importância no caráter estratégico e de *choke point* no conjunto de rios que conformam a Bacia do Rio do Prata e no acidente geográfico do qual resulta viável o porto de Buenos Aires. Foi justamente a apropriação militar, comercial e financeira desse acidente geográfico que permitiu à elite portenha pleitear com as províncias o poder de comandar o processo de organização do Estado nacional.

No caso argentino, a produção e conseqüente exportação de produtos derivados do gado (couro, charque e depois carne *in natura*) costuma estar na literatura como o principal fator de inserção internacional, somada à importação de produtos britânicos. Embora essencial, tentamos mostrar ao longo dessa tese que ainda mais relevante é a conformação dos rios, pois eles forneceram rotas naturais que proporcionaram o *modus operandi* do comércio e, portanto, da forma como se inseriram essas novas elites no Sistema Internacional e na pressão competitiva que se deu entre elas na região.

Além disso, o nosso esforço destaca que o que hoje conhecemos como Argentina poderia muito facilmente ter sido outra coisa, outro país, outras relações, outras fronteiras. O mesmo se aplica aos demais países. Talvez só o Brasil apresentava uma estrutura mais rígida, se comparado com os demais países da Bacia. O fato de resultar no que resultou se deveu mais à apropriação das condições geográficas, do que ao comércio resultante da mesma.

Repassando, este trabalho se dividiu em três capítulos. No primeiro tratamos da questão teórica, trazendo elementos da geopolítica, do comércio e das finanças, inseridos nos conceitos de território físico e território econômico e da guerra como ente regulador das relações entre os Estados e também da formação dos mesmos. Nas três seções que compõem o primeiro capítulo, tivemos a intenção de trazer esses conceitos, mas já atrelados ao caso de estudo.

O segundo capítulo foi o mais extenso, talvez por considerarmos o mais central no trabalho. Nele, tentamos pôr à prova a nossa hipótese central: *de que o maior recurso da Bacia do Prata foram os rios navegáveis (e não o gado) por serem rotas naturais que viabilizam o comércio (decorrente do gado). A partir dali, a apropriação da Aduana de Buenos Aires proporcionou o poderio de Buenos Aires em relação às províncias. Esse poder se refletiu nas relações com o Brasil, o Uruguai e o Paraguai.* Consideramos que ela de fato se cumpre. Buenos Aires conseguiu através da apropriação da Aduana, as ferramentas coercitivas para se impor às províncias do Interior (apesar das idas e voltas na balança de poder) e além disso, houve extrapolação desses conflitos com o Brasil, com o Uruguai e com o Paraguai.

Finalmente, no terceiro capítulo tratamos da questão regional, isso é, da relação da nascente Argentina com o Brasil, o Uruguai e o Paraguai. Não tivemos a pretensão de pormenorizar cada guerra e conflito, mas sim de inseri-los dentro da lógica que propomos no capítulo anterior. Por isso, na primeira parte que tratamos sobre o Brasil, vimos como as relações herdadas do Império Espanhol e do Português contornam também as que viriam acontecer entre a República Argentina e o Império do Brasil. Também refletimos sobre o capital brasileiro no Prata, especialmente para mostrar o comportamento das elites e dos governos do Brasil na região. Na parte destinada ao Uruguai, tratamos dos antecedentes geopolíticos desse país, da sua importância geoestratégica e demos especial atenção à guerra civil que evidenciou o Estado falido e como a luta entre as diferentes facções que queriam controlar Montevideú encontraram apoios em outras elites dos países vizinhos. Seguidamente, demos passo à última seção, que trata da Guerra do Paraguai. Nesse ponto pensamos sobre as interpretações do conflito e como ele determinou em grande medida o equilíbrio de poder da Bacia do Rio da Prata, sendo essa guerra o momento de maior tensão regional, que se desencadeou justamente na guerra civil uruguaia, onde *Blancos*, *Colorados*, unitários e federalistas argentinos, assim como fazendeiros e banqueiros brasileiros estavam envolvidos.

Como conclusões podemos dizer que:

- 1) Foi necessário que se estruturasse um Estado em função da Aduana de Buenos Aires, que é o ponto de injeção básica desde a perspectiva econômica que devém do comércio derivado dos produtos do gado. Ou seja, era preciso de instituições que dessem segurança ao capital britânico, questão que era também do interesse da elite portenha.

- 2) Esse Estado se conforma na disputa pelo controle dos rios e das aduanas. Por isso as províncias do litoral podem competir com Buenos Aires e derrocar Rosas, com a ajuda do Brasil e do Uruguai. Simultaneamente, as províncias do interior também se posicionam contra as tentativas de imposição de Buenos Aires. De todas estas tensões, a guerra se apresenta como a solução final.
- 3) A queda de Rosas na batalha do Palomar de Caseros, em 1852, nos permite refletir sobre o modelo rosista em relação ao modelo das presidências liberais, as guerras civis e às relações com o Brasil, o Uruguai e o Paraguai.
- 4) A construção das identidades se revela como um fator a ter em conta na hora de pensar a nascente Argentina. A identidade portenha, mesmo com as suas diferentes classes, é bem mais coesa do que as das províncias, que falham em criar um sentimento “argentino”, tarefa que será levada adiante pela elite portenha.
- 5) O final da guerra do Paraguai, em abril de 1870, enquadra o final de todos os conflitos armados na Bacia do Rio da Prata, a estabilização das relações com o Brasil e a formação do moderno estado nacional argentino, assim como o lugar do Uruguai, como estado tampão e do Paraguai, como Estado menor.
- 6) As guerras que acontecem estão intimamente atreladas à forma da Bacia do Rio da Prata, enquanto região que tem uma unidade em si mesma, comparável ao trabalho que Braudel desenvolve sobre o Mediterrâneo.
- 7) O Estado armado no Argentina é um Estado que até hoje apresenta continuidades no sentido de ser sumamente dependente das correntes internacionais e das exportações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Formação dos limites. pp. 158-172. Disponível em <http://books.scielo.org/id/kp484/pdf/abreu-9788579820717-10.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

ALBERDI, Juan Bautista [1853]. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina / Juan Bautista Alberdi; incluye prólogo de Matías Farías. – Buenos Aires: Biblioteca del Congreso de la Nación, 2017. Disponível: <https://bcn.gob.ar/uploads/BasesAlberdi.pdf> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

ALVAREZ, Juan. [1912] *Las guerras civiles argentinas*. Colección Socialismo y Libertad, Libro 86. El Sudamericano, 2017. Disponível: <https://elsudamericano.files.wordpress.com/2017/01/86-c3a1lvarez-guerras-civiles-colecccic3b3n.pdf>

ANDREWS, George Reid. Desigualdade, raça e gênero. IN DE LA FUENTE, Alejandro; ANDREWS, George Reid (ORG.). *Estudios afro-latino-americanos: una introducción - 1a ed.* - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

ANZORENA, Claudia. La participación de las mujeres en el proceso de formación del Estado Nacional en Argentina de finales del siglo XIX. Reflexiones desde una perspectiva de género. *Revista Iberoamericana de Educación*. Nº 45/2 – 10 de febrero de 2008. Disponível em <https://rieoei.org/RIE/article/view/2142> Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

ARPINI, Adriana; LACOSTE, Pablo. Estanislao Zeballos, la política exterior argentina, la ideología racista de la elite ilustrada rioplatense y la reforma universitaria de 1918. *Revista Universum*. Nº 17. Universidad de Talca, Chile: 2002.

ARRIGHI, Giovanni. [1994]. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ASSUNÇÃO, Moacir. *Nem heróis nem vilões: Curepas, caboclos, cambás, macaquitos e outras revelações da sangrenta Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro e a Formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. Rio de Janeiro / Brasília: Revan / Edunb, 1998. 256p.

BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata. Da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BARRACLOUGH, Geoffrey. *Europa. Uma revisão histórica*. Tradução Affonso Blacheyre. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BARRANCOS, Dora. *Mujeres en la sociedad argentina. Una historia de cinco siglos*. 2da edición. Sudamericana, Buenos Aires, 2012.

BARRETO CONSTANTÍN, Ana Maria. *Urquiza, estadista y empresário*. Buenos Aires: Dunken, 2013.

BARROS Claudia. La antropogeografía en Buenos Aires. *Terra Brasilis* [Online], 3 2001, posto online no dia 05 novembro 2012. Disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/326#quotation> Acesso em de fevereiro de 2020.

BAUZÁ, Francisco. *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*, Volumes 1 y 2. Tercera Edición. Montevideo: Editora El Demócrata, 1929.

BAZZA, Alcides. Guerra, moneda y formación estatal. Buenos Aires y La Confederación Argentina (1852-1862). Ponencia Simposio 38 en VI Congreso Latino-Americano de Historia Económica (CLADHE VI). Santiago de Chile, 23 y 25 de julio de 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Civilization and capitalism 15th-18th century*. Vol III: The perspective of the world. London: Collins, 1984.

BRIZUELA, Laura Emilse. Las Islas Malvinas antes de la Guerra. *Pauta Global. Un blog de Relaciones Internacionales*. 1 de abril de 2012. Disponível em: <https://pautaglobal.wordpress.com/2012/04/01/las-islas-malvinas-antes-de-la-guerra/> Acesso em 19 de fevereiro de 2020.

BRIZUELA, Laura Emilse. Recursos naturales sudamericanos: litio y Amazonia. Entrevista a Bernardo Salgado Rodrigues. 20/10/2017. *Pauta Global. Um blog sobre Relaciones Internacionales*. Disponível em <https://pautaglobal.wordpress.com/2017/10/20/recursos-naturales-sudamericanos-litio-y-amazonia-entrevista-a-bernardo-salgado-rodrigues/> Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

BRIZUELA, Laura Emilse. Repensando as invasões britânicas a Buenos Aires sob perspectiva da Economia Política Internacional. Rio de Janeiro, *OIKOS*. V. 17, p. 42-54, 2018. Disponível em

<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/499/285> Acesso em 12 de janeiro de 2020

BRIZUELA, Laura. Dossiê Malvinas: As Ilhas Malvinas antes da Guerra. *REVISTA DIÁLOGOS INTERNACIONAIS*, Rio de Janeiro, 08 nov. 2017. Disponível em <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2017/11/dossie-malvinas-as-ilhas-malvinas-antes.html> Acesso em 29 de janeiro de 2020.

BRIZUELA, Laura. La Gran Divergencia. *Pauta Global*. 25 de julho de 2017. Disponível em <https://pautaglobal.wordpress.com/2017/07/25/la-gran-divergencia/> Acesso em 30 de janeiro de 2020.

BRUCKMANN, Mónica. Recursos naturales, biodiversidad y medio ambiente en UNASUR: Una visión estratégica. Ponencia presentada a la Conferencia de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) sobre Recursos Naturales y Desarrollo Integral de la Región. Caracas, 27 al 30 de mayo de 2013.

BUENO, Eduardo. *Brasil: Uma história. A incrível saga de um país*. São Paulo: Ática, 2002.

BUKHARIN, Nikolai [1984]. *A Economia Mundial e o Imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

BURGIN, Miron. *Aspectos económicos del federalismo argentino*. Buenos Aires: Hachette, 1960.

CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá, empresário do Império*. São Paulo: Cia de Letras, 1995.

CALDEIRAS, Jorge. *História da riqueza no Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

CAMARA ARGENTINA DE COMERCIO Y SERVICIOS. Informe sobre migraciones. Unidad de Estudio y Proyectos Especiales. Buenos Aires, maio de 2018. Disponível: https://www.cac.com.ar/data/documentos/11_Informe%20sobre%20Migraciones.pdf Acesso: 28 de janeiro de 2020

CAMARERO, Hernán. Aulas de Evolución de la Sociedad Argentina. Licenciatura en Periodismo. Buenos Aires. Universidad de Palermo, 2007

CENTENO, Miguel Ángel. *Sangre y Deuda: ciudades, Estado y construcción de nación en América Latina*. Traducido por Carlos Alberto Patiño Villa. Instituto de Estudios Urbanos. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2014.

CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo. *América Hispánica 1492-1898: Ambos mundos*. Barcelona: Editorial Labor, 1983. Versión Amazon/Kindle.

CHUMBITA, Hugo. *Jinetes rebeldes: historia del bandolerismo social en la Argentina*. Libros de IndoAmerica. Buenos Aires: Colihue, 2009.

CHUMBITA, Hugo. Proyecto independentista (1800-1850). Ponencia *Foro Latinoamericano por la Identidad y la Integración*. Buenos Aires, 2014.

CHUMBITA, Hugo; ROBLEDO, Víctor H. *La causa perdida del Comandante Severo Chumbita: Rebelión de las montoneras federales 1862-1868*. Rosario: Fundación A. Ross, 2011.

COLIN, Elaine Cristina da Silva; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo. *Saude soc.*, São Paulo , v. 27, n. 4, p. 1246-1260, Oct. 2018 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902018000401246&lng=en&nrm=iso . Acesso: 20 novembro de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902018170850>.

CORBO, Tomás Sansón. La historiografía uruguaya sobre la Guerra de la Triple Alianza. Trayectos, tradiciones, ¿resignificaciones? *Diálogos (Maringá. Online)*, v. 19, n.3, p. 955-979, set.-dez./2015. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305543302004.pdf> Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

CORTAZZO GONZÁLEZ, Uruguay. El gaucha: historia y estética de un mito. *Papéis: Revista do Programa de Pós-Graduação de Estudos em Linguagem UFMS*. Campo Grande. MS. Vol. 18, Nº 36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/papeis/article/view/3005> Acesso em 22 de Novembro de 2019.

CRESPO, Eduardo. Aulas Economia Política II, Segundo Semestre 2016 PEPI/IE/UFRJ. Anotações próprias.

CRESPO, Eduardo. Orientação e correção de tese final. Primeiro Semestre 2020. Anotações próprias.

CRESPO, Eduardo; ALVES DE MESSIAS, Talita. El papel de los conflictos geopolíticos de la Cuenca del Plata en la formación política y económica de los países de la región. *Ponencia en II Congreso en Economía Política Internacional 2014: Los cambios en la Economía Mundial*. Consecuencias para las estrategias de desarrollo autónomo en la periferia. Universidad Nacional de Moreno, Provincia de Buenos Aires, 2014.

D'AMICO, Carlos. Buenos Aires, sus hombres, su política (1860-1890). Buenos Aires: Editorial Americana, 1952.

DECRESCI, Samuel. O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 4, n. 1, p. 48-62, jan./jun. 2015. Disponível em <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4706> Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

DELANEY, Santiago Rossi. ¿Quién estafó a quién? El empréstito de la Baring Brothers y la conformación del Estado argentino. *Razón y Revolución. Organización política*. El Aromo nº 76. Publicado el 08/10/2015. Disponível em <https://razonyrevolucion.org/quien-estafo-a-quien-el-emprestito-de-la-baring-brothers-y-la-conformacion-del-estado-argentino/> Acesso em 28 de janeiro de 2020.

DI MEGLIO, Gabriel. La Mazorca y el orden rosista. *Revista Prohistoria*. Año XII, número 12, Rosario, Argentina, primavera 2008, pp. 69-90. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/3801/380135840004.pdf> Acesso: 28 de dezembro de 2019.

DONGHI, Tulio Halperin. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

DONGHI, Tulio Haperin. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

DORATIOTO, Francisco. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994). 2ª edição. Brasília: FUNAG, 2014.

ECHEVERRÍA, Esteban. *La cautiva*. Biblioteca Virtual Universal, 2003. Disponível: <https://www.biblioteca.org.ar/libros/110127.pdf> Acesso 27 de Novembro de 2019.

EL SANTO DE LA ESPADA. Direção Leopoldo Torre Nilsson. Buenos Aires: Producciones Maipú, 1970. (120 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X-izjAFQUU0>. Acesso 22 de Novembro de 2019.

EL ÚLTIMO MALÓN. Direção de Alcides Greca. Santa Fé: Greca Films, 1917. (97 min e 61 min). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oMi67Ysorb0> Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

ESCUDE, Carlos. *La Argentina versus las Grandes Potencias. El precio del desafío*. Buenos Aires: Editorial Belgrano, 1986.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1978.

FERNÁNDEZ, Maria Inés. *Las inversiones francesas en la Argentina 1880-1920*. Buenos Aires: Fundación Simón Rodríguez, 1999.

FERNS, H. S. *Gran Bretaña y Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1979

FERRER, Francisca Carla Santos. A (re)organização do exército brasileiro na guerra do Paraguai. *Biblos*, Rio Grande, 17: 121-130, 2005. Disponível em <https://periodicos.furg.br/biblos/article/download/101/56> Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

FIORI, José Luis (Org.). *Sobre a guerra*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

FIORI, José Luis. (Org.) Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

FIORI, José Luis. *Seminário livre: Sobre a Guerra*. Primeira Parte. Segundo semestre 2016. PEPI/IE/UFRJ. Anotações próprias.

FIORI, José Luis. *Seminário livre: Sobre a Guerra*. Segunda Parte. Primer semestre 2017. PEPI/IE/UFRJ. Anotações próprias.

FIQUEPRON, Maximiliano Ricardo. Los vecinos de Buenos Aires ante las epidemias de cólera y fiebre amarilla (1856-1886). *Revista de Historia Quinto Sol*. Universidad Nacional de La Pampa, 2017. Disponível: <https://cerac.unlpam.edu.ar/index.php/quintosol/article/view/1230/2283> Acesso em 06 de Janeiro de 2020.

FIQUEPRON, Maximiliano Ricardo. Lugares, actitudes y momentos durante la peste: representaciones sobre la fiebre amarilla y el cólera en la ciudad de Buenos Aires, 1867-1871. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 335-351, June 2018 Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702018000200335&lng=en&nrm=iso . Acesso em 06 de Janeiro de 2020.

FORD, Alec George (1969). Argentina y la Crisis de Baring de 1890., Tercera Época, *Revista de Economía y Estadística*. Vol. 13, No. 3-4: 3º y 4º Trimestre, pp. 133-167. Disponível em <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/REyE/article/view/3664> Acesso em 5 de novembro de 2019

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GELMAN, Jorge Daniel. *Juan Manuel de Rosas. La construcción de un liderazgo político*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2019.

FRANCIS, Joseph A. *The Terms of Trade and the Rise of Argentina in the Long Nineteenth Century*. A thesis submitted to the Department of Economic History of the London School of Economics and Political Science for the degree of Doctor of Philosophy. December 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. *Espejos. Una historia casi universal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores & Siglo XXI Iberoamericana Editora, 2008.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Ejército y milicia: los campesinos bonaerenses y el peso de las exigencias militares (1810-1860). *Anuario IEHS*, 18, 2003, pp.153-187. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4092564> Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Guerra y finanzas en la Argentina unificada, 1864-1870: la guerra del Paraguay y la misión De La Riestra en Londres. *Quinto Sol*. Vol. 20, Nº 3, sep-dic 2016, pp. 1-33. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/231/23149905001.pdf> Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Población y sociedad Argentina 1830-1880*. América Latina en la historia contemporánea. Fundación Mapfre. Buenos Aires: Taurus, 2015. AMAZON eBook Kindle.

GARAVAGLIA, Juan Carlos: “Las estancias en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1850) ”, IN FRADKIN, Raúl. (Compilador): *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993.

GARCÍA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

GARCIADIEGO, Bárbara. 1810 en la cuenca del Río Uruguay. Patriotas, insurgentes y enemigos en un territorio disputado. Americanía. *Revista de Estudios Latinoamericanos Nueva Época* (Sevilla), n. 4, p.247-276, jul-dic, 2016. Disponível em <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/45136> Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

GELMAN, Jorge; SANTILLI, Daniel. Los salarios y la desigualdad en Buenos Aires, 1810-1870. *Am. Lat. Hist. Econ*, México, v. 21, n. 3, p. 83-115, dic. 2014. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532014000300004&lng=es&nrm=iso . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

GIL LOZANO, Fernanda; INI, Maria Gabriela; PITA, Valeria Silvina (ORG.) *Historia de las mujeres en la Argentina: Colonia y siglo XIX, Volume 1*. Editoras: Fernanda Gil Lozano, Maria Gabriela Ini, Valeria Silvina Pita, Mercedes Sacchi. Compilado por Mercedes Sacchi. Buenos Aires: Taurus, 2000.

GONZÁLEZ, Horacio. *Restos pampeano: Ciencia, ensayo y política en la cultura argentina del siglo XX*. Buenos Aires, ABRN Producciones Gráficas SRL, 1999.

GOTTMAN, Jean. The evolution of the concept of territory. *Social Science Information*. V.14, Nº3, 1975

GRAS, Mario César. Rosas y Urquiza, sus relaciones después de Caseros, Buenos Aires, [s.n.], 1948. IN PIGNA, Felipe. El asesinato de Urquiza. Buenos Aires: *El historiador*, 2020. Disponível <https://www.elhistoriador.com.ar/el-asesinato-de-urquiza/> Acesso 17 de janeiro de 2020.

GÜEMES, LA TIERRA EN ARMAR. Direção Leopoldo Torre Nilsson. Buenos Aires: Productora Cinematográfica Cerrillos SRL, 1971. (100 min.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N2AVSMdD-8U>. Acesso 22 de Novembro de 2019.

GUZMAN, Florencia. ¡Madres negras tenían que ser! Maternidad, emancipación y trabajo en tiempos de cambios y transformaciones (Buenos Aires, 1800-1830). *Tempo*, Niterói, V. 24, N° 3, p. 450-473. Dec. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042018000300450&lng=en&nrm=iso . Acesso em 10 de julho de 2019.

HAGE, José Alexandre Altahyde. Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com Imperialismos. *Revista de Geopolítica*. Vol. 4, N° 1, p. 98 – 114, jan./jun. 2013.

HERNÁNDEZ, José. *Martín Fierro. El gaucho Martín Fierro [1872]. La vuelta de Martín Fierro [1879]*. Buenos Aires, RTM S. A., 1999. Disponível: <http://marambio.aq/pdf/elgauchomartinfierro.pdf> Acesso em 21 de Novembro de 2019.

HERRERO, FABIÁN. Elegancia y federalismo. El tratado de Alcaraz, El Federal Entrerriano y una escena conspirativa durante el gobierno de Urquiza. IN: *ESTUDIOS SOCIALES*, revista universitaria semestral, año XXIX, n° 56, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, enero-junio, 2019, pp. 13-36. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7039801.pdf> Acesso: 15 de janeiro de 2020

HILFERDING, Rudolf. [1910]. O capital financeiro. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HISTARMAR. Historia y Arqueología Marítima. <http://www.histarmar.com.ar/> Acesso em 24 de janeiro de 2020.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2006.

HOBBS, Eric; RANGER, Terence (ORG.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOROWICZ, Alejandro. *El país que estalló: Antecedentes para una historia argentina 1806-1820*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2016

KAPLAN, Robert D. (2012). *A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. São Paulo: Elsevier, 2013.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das Grandes Potencias*. São Paulo: Campus, 1989.

LACOSTE, Yves (1985). *A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2008.

LADEUIX, Joaquín; SCHIAFFINO Pablo. *El gigante con pies de barro: ¿Fue la Argentina realmente rica? Desigualdades territoriales, educación y migraciones durante la Belle Époque*. Buenos Aires: Universidad Di Tella, 2018.

LOANGO, Anny Ocoró. Los negros y negras en la Argentina: entre la barbarie, la exotización, la invisibilización y el racismo de Estado. *Rev. La Manzana de la Discordia*. Julio – Diciembre, 2010. Vol 5, nº 2, pp. 45-63.

LOS HIJOS DE MARTÍN FIERRO. Dirección de Fernando "Pino" Solanas. Buenos Aires: Coproducción entre Tercine (Buenos Aires); Little Bear Pr., Telepool and WDR (Alemania), 1978. (125 min.) Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=Hdz-Sfeip0o> Acceso 22 de Noviembre de 2019.

LUGONES, Leopoldo [1905]. *La guerra gaucha*. Buenos Aires: Losada, 2010. Disponible: <http://pdfhumanidades.com/sites/default/files/apuntes/Lugones%2C%20Leopoldo%20-%20La%20Guerra%20Gaucha.pdf> Acceso em 03 de janeiro de 2020.

LUGONES, Leopoldo [1916]. *El payador*. - 1a ed. - Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2009. Disponible: https://www.bn.gov.ar/micrositios/admin_assets/issues/files/3d70e1b64dfdd856fc428a7db4638378.pdf Acceso em 27 de Novembro de 2019.

LUGONES, Leopoldo. Águeda. IN LIBERTELLA, Héctor. *Borges, Lugones, Saer y otros 25 cuentos argentinas del siglo XX. Una antología definitiva*. Buenos Aires: Editorial Perfil, 1999. pp. 217-239

LUNA, Félix. *Conversaciones con José Luis Romero: Sobre una Argentina con Historia, Política y Democracia*. Editorial de Belgrano. Colección Figuras Contemporáneas. Buenos Aires, 1978.

LUXEMBURGO, Rosa. *Introducción a la economía política*. Núcleo de Defensa del marxismo Germinal. Edicions Internacionals SEDOVs, [1917]. Disponível: <http://grupgerminal.org/?q=system/files/IntroduccionalaeconomiaRosaLuxemburgFORMATEADO.pdf> Acesso em fevereiro de 2019.

LYNCH, John. *Juan Manuel de Rosas 1829-1852*. Buenos Aires: Emecé, 1984.

MACHADO, Carlos. *Historia de los Orientales*. Tercera edición aumentada. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

MAHAN, Alfred Thayer (1890). *The Influence of Sea Power Upon History: 1660–1783*. Pantianos Classics Ebook Editions, 2017. Amazon Kindle.

MALTHUS, Thomas Robert [1798]. *An Essay on the Principle of Population*. London: J. Johnson, 2007. Kindle Edition. Amazon.

MANN, Michael. *The sources of social power. A history of power from the beginning to A.D. 1760*. Vol. I. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MANSILLA, Lucio Victorio [1870]. *Una excursión a los indios ranqueles*. Biblioteca Virtual Universal, 2003. Disponível: <https://www.biblioteca.org.ar/libros/10068.pdf>

MAQUIAVEL, Nicolau [1651]. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MARTÍN FIERRO. Direção Leopoldo Torre Nilsson. Buenos Aires, 1968. (127 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-zVWCaV8rW8> Acesso 22 de Novembro de 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. Aulas Longa Duração, Capitalismo e Economia Mundial do século XXI. Primeiro Semestre 2017 PEPI/IE/UFRJ. Anotações próprias.

MASTRICCIO, Malena Mazzitelli. Geografías en disputa: los cambios en los discursos geográficos de la Argentina (1852-1905). *Journal of Latin America Geography*. V. 14. Nº 3, Outubro de 2015, pp.67-90. Disponível em

<http://bdzalba.fau.unlp.edu.ar/greenstone/collect/investig/index/assoc/HASH018c.dir/doc.pdf> Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

MATEO, José Antonio. De la vela al vapor, del vapor al motor. Las transiciones en la propulsión de la navegación ultramarina en Argentina (1921-1966). *SOPHIA AUSTRAL* N° 22, 2do Semestre 2018, pp. 183-207 Disponível: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-56052018000200183 Acesso em 23 de janeiro de 2020.

MATOS, Everton Coelho de. Brasil e Uruguai: uma dívida que virou ponte. Monografia de Conclusão do Curso de História da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. PUCRS Uruguaiana, 2008. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/4134> Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

MAZAT, Numa. Aulas Economia Política II, Segundo Semestre 2016 PEPI/IE/UFRJ. Anotações próprias.

MELLO, L. I. A. *Quem tem Medo da Geopolítica*, Hucitec Editora: São Paulo, 2011.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. A geopolítica do poder terrestre revisitada. *Lua Nova*, São Paulo, n. 34, p. 55-69, Dec. 1994. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 fevereiro de 2020.

METRI, Mauricio. *Poder, Riqueza e Moeda na Idade Média*, Editora FGV, Rio de Janeiro, 2014.

MINADEO, Roberto. A controversa figura de Mauá. *Revista de Administração Mackenzie*. Ano 3, N°1, 2002, pp. 17-31. Disponível em <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/21/21> Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Argentina. Sable corvo del General San Martín. Disponível: <https://www.cancilleria.gob.ar/es/institucional/patrimonio/museo-de-la-diplomacia-argentina/sable-corvo-del-general-san-martin> Acesso em 16 de janeiro de 2020

MIR, Eduardo Enrique “Lalo Mir”. *El mate. Poema de Lalo Mir*. Lalo Bla Bla, Radio Mitre, 2015. Disponível: <https://soundcloud.com/n36r0/el-mate-poema-de-lalo-mir>. Acesso em 27 de Novembro de 2019.

MITRE, Bartolomé [1857]. *Historia de Belgrano y la independencia argentina*. Tomo III. Clásicos argentinos. Buenos Aires: Ediciones Estrada, 1947.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*: São Paulo, N° 4, 1981, pp. 75-92. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1713/1394> Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

MOLINA, Gilberto. *Reflexiones sobre la Guerra de Malvinas*. Córdoba: Editorial Pampa de Olaén, 1995.

MONTOYA, Alfredo J. *Historia de los saladeros argentinos*. Buenos Aires: Letemendia, 2012.

MORAES, Mayara. Estrangeiros no próprio país: a história dos afroargentinos. *Terra*. 22/07/2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/racismo-e-preconceito-conheca-a-historia-dos-negros-na-argentina.c865bcf0b6baa80e38f8046506f96d045h6hRCRD.html> Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

Mujica: Nunca podremos saldar la deuda con Paraguay en la Guerra de la Triple Alianza. *Sitio de la Presidencia de la República Oriental del Uruguay*. 19/07/2014. Disponível em <http://presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/paraguay-mujica-viernes> Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Argentina precisa combater discriminação estrutural contra negros, dizem especialistas. *Nações Unidas*. 01/04/2019. Disponível em <https://nacoesunidas.org/argentina-precisa-combater-discriminacao-estrutural-contra-negros-dizem-especialistas/> Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

O'DONNELL, Pancho. *Caudillos Federales: El grito del interior*. Buenos Aires: Norma, 2008.

O'DONNELL, Pacho. *Juan Manuel de Rosas. El maldito de nuestra historia oficial*. Buenos Aires, Planeta, 2010.

OSZLAK, Oscar. *La formación del estado argentino. Orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Ariel, 2015.

PADULA, Raphael. A Economia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra: o olhar estratégico sobre economia na Economia Política, na Geopolítica Clássica e na Economia Política Internacional. *OIKOS*, Rio de Janeiro. Volume 18, n. 2 • 2019, pp. 06-27. Disponível em <http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/view/586/304> Acesso em 02 de fevereiro de 2020

PADULA, Raphael. A Economia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra: o olhar estratégico sobre economia na Economia Política, na Geopolítica Clássica e na Economia Política Internacional. *OIKOS*. Vol. 18, No 2. Rio de Janeiro, Julho de 2019. Disponível em <http://www.revistaoidos.org/seer/index.php/oikos/article/view/586> Acesso em 11 de fevereiro de 2020.

PADULA, Raphael. Aulas Geopolítica e Geoeconomia, Segundo Semestre 2016 PEPI/IE/UFRJ. Anotações próprias.

PADULA, Raphael; FIORI, José Luís. Geopolítica e Desenvolvimento em Petty, Hamilton e List. *Revista de Economia Política*, São Paulo. V 39, Nº 2, p. 236-252, Junho de 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572019000200002&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 02 de fevereiro de 2020.

PALERMO, Alicia Itatí. Mujeres profesionales que ejercieron en Argentina en el siglo XIX. *Convergencia*. Mayo-agosto, año/Vol. 12, número 038. Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México, 2005. pp. 59-79. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/26418684_Mujeres_Profesionales_que_Ejercieron_en_Argentina_en_el_Siglo_XIX Acesso em 29 de janeiro de 2020.

PANORAMA HISTÓRICO ARGENTINO. *Gobierno de la Provincia de Buenos Aires*. 200 años Bicentenario Argentino. Disponível em <http://servicios.abc.gov.ar/lainstitucion/panoramahistorico/index.htm> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca da identidade internacional*. Tradução de Sérgio Bath. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo: a Argentina e a busca da identidade internacional*. Tradução Sérgio Bath. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARKER, Geoffrey. "The Military Revolution, 1560–1660 – A Myth?". *Journal of Modern History*, Vol 48, Issue 2, 1976.

PARKER, Geoffrey. *The military revolution: Military innovation and the rise of the West 1500-1800*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PASSETTI, Gabriel. *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas do Sul da Argentina (1852-18850)*. São Paulo: Alameda, 2012.

PAYRÓ, Roberto Pablo. *Historia del Río de la Plata. TOMO II. Peripicias de la organización nacional en los países del Río de la Plata y sus vecinos, 1810-1852. De la revolución de Mayo de 1810 a la caída de Rosas*. Buenos Aires, 2007. Versão online disponível <https://rppayro.files.wordpress.com/2008/10/historia-del-rio-de-la-plata-tomo-2.pdf>

PEÑA, Milcíades. *Historia del Pueblo Argentino*. 2ª edición. Buenos Aires: Emecé, 2012.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínio e Império: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. 2007. 269f. Dissertação (Mestrado). Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

PETROCELLI, José Luis; PETROCELLI, Susana E. Luchesi de. *Presidencia del General Justo José de Urquiza: El campo financiero y económico-social*. *Argentina Histórica*, 2008. Disponível em http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_libros.php?tema=44&doc=98&cap=597&pag=&palabra=colonia%20belgrano Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

PETTY, William [1690]. *Aritmética Política*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

POBLACION: PRIMER CENSO SOBRE PERTENENCIA RACIAL DESDE 1887. *Casi dos millones de argentinos tienen sus raíces en el Africa negra*. *Clarín*, Buenos Aires, 09 de junho de 2006, seção Sociedad. Disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/millones-argentinos-raices-africa-negra_0_rJrNsnN1RKg.html Acesso em 30 de janeiro de 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense S. A., 1945.

PRADO, Fabrício Pereira. Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII. *Horizonte Antropológico*. Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 79-104, July 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100004&lng=en&nrm=iso Acesso em 23 de fevereiro de 2020.

PUIGGRÓS, Rodolfo. *Historia Económica del Rio de la Plata*. Buenos Aires: Retórica Ediciones, 2006.

RAMOS MEJÍA, José Maria. Rosas y su tiempo. Tomo 1. Edición digital a partir de Buenos Aires, Félix Lajouane y Cía. Editores, 1907.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Revolución y Contrarrevolución en la Argentina. Las masas y las lanzas 1810-1862*. Buenos Aires: Senado de la Nación, 2006.

RAPOPORT, Mario. Endeudamiento externo y pensamiento heterodoxo. La deuda externa argentina y la soberanía jurídica: sus razones históricas. *Ciclos*, Año XXIII, Vol. XXII, N° 42/43, 2014. Disponível em http://bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/ciclos/ciclos_v22_n42-43_01.pdf Acesso em 28 de janeiro de 2020.

RAPOPORT, Mario. *Las políticas económicas de la Argentina. Una breve historia*. Buenos Aires: Booket, 2010.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. *Argentina-Brasil: de rivales a aliados*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

RATZEL, Friedrich; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ratzel: Geografia*. Volume 59 de Grandes cientistas sociais. Editora Ed. Ática, 1990.

RAVIGNANI, Emilio. *Constitución de la Confederación Argentina de 1853*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1937.

REBOLLO PAZ, León. *Historia de la organización nacional: treinta años en la vida de la República, 1850-1880*. Buenos Aires: Librería Del Plata SRL, 1951.

REGUERA, Andrea. Las relaciones epistolares de Juan Manuel de Rosas en el destierro (1852-1877): Amistad, abandono y lamento. *História Unisinos* 20(3):365-374, Setembro/Dezembro 2016. Disponível: <file:///C:/Users/magazineluiza/Desktop/10755-47118-1-PB.pdf> Acesso em 16 de janeiro de 2020.

REILLY, Mauro Luis Pelozatto. El desarrollo de la ganadería vacuna y las unidades productivas en Buenos Aires colonial. Entre la extinción del ganado cimarrón y las estancias de cría diversificada (1723-1759). *Historia Digital*, XVII, 30, (2017). Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6067720> Acesso em 24 de janeiro de 2020.

REZENDE, Raphael Ribeiro. Grande americano ou tirano do Prata? Juan Manuel de Rosas na imprensa brasileira. Dissertação (mestrado). *Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (IRI-UNB)*. Brasília, 2016. Disponível: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22972/1/2016_RaphaelRibeiroRezende.pdf

ROBERTS, Michael. *The Military Revolution, 1560–1660*. Belfast: Queen's University of Belfast, 1956.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. *Geopolítica dos recursos naturais estratégicos sul-americanos*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2016.

RODRIGUEZ, Alejandra. La trama, la historia y la política en El último malón. *PolHis*, Nº 8, Segundo semestre 2011. Disponível em http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis8_RODRIGUEZ.pdf Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, 1975.

ROSAS, Juan Manuel. *Instrucciones a los mayordomos de estancias*. Buenos Aires: Editorial Americana, 1942. Disponível: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/bb/Instrucciones_a_Los_Mayordomos_de_estancias_-_Juan_Manuel_de_Rosas.pdf Acesso: 15 de janeiro de 2020

SALDUNA, Bernardo. *La rebelión jordanista*. Buenos Aires: Dunken, 2005.

SÁNCHEZ, Santiago Javier. Nacionalidad e inmigración en el pensamiento de Estanislao Zeballos (1883-1912). *Revista Temas de Historia Argentina y Americana*. Nº15.

Pontificia Universidad Católica Argentina (UCA), 2009. Disponible en: <http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/nacionalidad-inmigracion-pensamiento-estanislaio-zeballos.pdf>

SÁNCHEZ, Sergio Fernando. Situación económica y militar de Argentina entre 1852 y el inicio de la Guerra del Paraguay. *Revista História, Debates e Tendências*, v. 15, n 2, jul/dez 2015, pp. 335-349. Disponível: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/5646>

SÁNCHEZ, Sergio Fernando. Situación económica y militar de Argentina entre 1852 y el inicio de la Guerra del Paraguay. *Rev. Historia Debate Tendência*. V. 15, nº 2, jul/dez 2015, pp. 335-349. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5965869.pdf>
Acesso: 16 de janeiro de 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e Desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARMIENTO, Domingo Faustino [1845]. *Facundo: civilización o barbárie*. Buenos Aires: El Aleph, 1999. Disponível em: <http://www.hacer.org/pdf/Facundo.pdf> Acesso: 20 novembro de 2019.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Obras completas de Domingo Faustino Sarmiento*, Buenos Aires, Universidad Nacional de la Matanza, 2001, 54 vols.

SARMIENTO, Érica. A luta dos padeiros anarquistas ibéricos em Buenos Aires e no Rio de Janeiro (1890-1930). *REDE- A*: vol.3, nº2, jul-dez., 2013.

SEGRETI, Carlos S. A.; FERREYRA, Ana Inés; MOREIRA, Beatriz. *La hegemonia de Rosas. Orden y enfrentamientos políticos (1829-1852)*. Nueva Historia de la Nación Argentina. Tomo IV. Buenos Aires: Planeta, 2000.

SEOANE, María. *Argentina: El siglo del progreso y la oscuridad*. Buenos Aires: Crítica, 2004.

SIERRA, Vicente. *Historia de la Argentina. Gobierno de Rosas. Su caída, hacia un nuevo régimen (1840-1852)*. Volumen 1. Buenos Aires: Ed. Científica Argentina, 1964.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

SMITH, Adam [1776)]. A riqueza das nações. Vol. 2. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

SUÁREZ CAO, Julieta. ¿Federal en teoría pero unitaria en la práctica? Una discusión sobre el federalismo y la provincialización de la política en Argentina. *Revista SAAP: Sociedad Argentina de Análisis Político*, Vol. 5, Nº. 2, 2011, págs. 305-321. Disponível: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5216236> Acesso em 18 de janeiro de 2020.

THE TIMES. *Atlas da História do Mundo*. Empresa Folha da Manhã S.A., São Paulo, 1995.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeus*. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/132/1/50%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf> Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

UN ESTUDIO GENÉTICO LOGRÓ DETERMINAR LAS ANCESTRÍAS PRESENTES EN EL ADN DE LOS ARGENTINO. *CONICET*, Buenos Aires, 18 de mayo de 2018, seção Ciências Biológicas y de la Salud. Disponível em <https://www.conicet.gov.ar/un-estudio-genetico-logro-determinar-las-ancestrias-presentes-en-el-adn-de-los-argentinos/> Acesso em 30 de janeiro de 2020.

VASCONCELOS, Pedro. De redes a territórios: o Império colonial português. *GOT*, n.º 10 – Revista de Geografia e Ordenamento do Território (dezembro de 2016). Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n10/n10a03.pdf> Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

VIEIRA, Friederick Brum. Matrizes teóricas da geopolítica brasileira: as contribuições de Travassos, Golbery e Meira Mattos. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp111396.pdf> Acesso em 08 de fevereiro de 2020.

WALLESTEINER, Immanuel. *Análisis de Sistema Mundo: una introducción*. México: Siglo XXI Editores, 2006.

WILSON, José de Torres. *Historia uruguaya. Oribe, el drama del Estado oriental*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

YOUSSEF, Alain El. Questão christie em perspectiva global: pressão britânica, guerra civil norte-americana e o início da crise da escravidão brasileira (1860-1864). *Rev. Hist.* (São Paulo), São Paulo , n. 177, a08517, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092018000100317&lng=en&nrm=iso Acesos em 20 Nov. 2020. Epub Jan 07, 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.140977>.

ZEBALLOS, Estanislao Severo (1878). *La conquista de 15.000 leguas*. Buenos Aires: Ediciones El Aleph. Versión digital Universidad Nacional de La Plata. Disponível em: http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/zeballos_estanislao_1878_la_conquista_de_quincemil_leguas_0.pdf Acesso em 02 de fevereiro de 2020.